

ESTATISMO E ANARQUIA

**A Luta dos dois Partidos
na Associação Internacional dos Trabalhadores
(AIT)**

PREFÁCIO

A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada há apenas nove anos, exerce desde já tamanha influência na evolução dos problemas políticos, econômicos e sociais em toda a Europa que nenhum jornalista e nenhum homem de Estado pode, doravante, recusar-lhe a mais séria atenção e, amiúde, a mais inquieta. O mundo oficial, oficioso e, de maneira geral, burguês, o mundo feliz dos exploradores do salariado, observa-a (com o temor instintivo que se experimenta com a aproximação de um perigo ainda ignorado e mal definido, mas que já faz pesar uma grande ameaça) como um monstro, que, sem dúvida, engolirá a ordem estatista, econômica e social, se, por uma série de rigorosas medidas aplicadas ao mesmo tempo em todos os países da Europa, não for colocado um fim a seus rápidos progressos.

Sabe-se que, ao fim da última guerra, que destruiu a supremacia histórica da França na Europa e a substituiu por aquela ainda mais odiosa e mais nefasta do pangermanismo estatista, as medidas contrárias à Internacional tornaram-se o tema favorito das conversações entre governos. Fenômeno bem natural. Por essência, opostos entre si e divididos por antagonismos irreduzíveis, os Estados não podiam e não podem encontrar outro terreno de entendimento senão na escravização premeditada das massas populares, que formam a base e o objetivo comuns de sua existência. O príncipe Bismarck, é evidente, foi e permanece o principal instigador e animador desta nova Santa Aliança. Não foi, porém, o primeiro a entrar em cena para propor seus métodos. Deixou a duvidosa honra

dessa iniciativa ao governo humilhado do Estado francês, que ele acabara de reduzir à impotência.

Ministro das Relações Exteriores do pseudogoverno nacional, traidor invariável da República, porém, ao contrário, fiel amigo e defensor da Ordem dos jesuítas, que crêem em Deus, mas que só sentem desdém pela Humanidade, e que, por sua vez, desprezam todos os honestos campeões da causa do povo, o famosíssimo retórico Jules Favre — o qual cede apenas ao Sr. Gambetta a honra de ser o protótipo de todos os advogados — encarregou-se com alegria do papel de caluniador e delator odioso. Entre os membros do governo dito de "Defesa Nacional", foi, sem dúvida nenhuma, um daqueles que mais contribuíram para desarmar a resistência do país e entregar Paris, manifestamente por traição, ao arrogante, insolente e implacável vencedor. O príncipe Bismarck o enganou e humilhou diante de todo mundo. Contudo, como se ele se orgulhasse de carregar uma dupla vergonha, a sua própria e a da França, que traiu, ou mesmo, talvez, que vendeu, levado, ao mesmo tempo, pelo desejo de agradar àquele que o ludibriou, o chanceler do vitorioso império alemão, e também por seu profundo ódio pelo proletariado em geral e pelo mundo operário parisiense em particular, o Sr. Jules Favre pôs-se, em termos formais, a acusar a Internacional, cujos membros, na França, posicionados à frente das massas operárias, tentaram sublevar o povo contra os invasores alemães e contra seus exploradores, seus traidores e seus governantes. Crime abominável pelo qual a França oficial ou burguesa devia castigar de modo exemplar a França popular!

Foi assim que a primeira palavra pronunciada por um homem de Estado francês, no dia seguinte a uma pavorosa e vergonhosa derrota, foi uma palavra de infame reação.

Quem não leu esta circular de Jules Favre, digna de passar à posteridade, em que a grosseira mentira e a ignorância ainda mais grosseira dão lugar só ao impotente furor do republicano renegado? É o grito desesperado, não de um homem, mas da civilização burguesa por inteiro, que, tendo esgotado tudo neste mundo, está condenada, por sua falência definitiva, a desaparecer. Ao sentir a proximidade de seu fim, agarra-se a tudo com a raiva do desespero, a fim de prolongar sua nefasta existência, recorrendo a todos os ídolos do passado que ela própria, outrora, derrubou: Deus,

Igreja, Papa, Direito patriarcal e, acima de tudo, como o mais seguro meio de salvação, a salvaguarda da polícia e a ditadura militar, mesmo prussiana, desde que ela proteja as "pessoas honestas" contra o horrendo perigo da revolução social.

A circular do Sr. Jules Favre teve repercussão onde nunca se poderia imaginar que tivesse: na Espanha! O Sr. Sagasta, ministro efêmero do Interior do efêmero rei da Espanha, Amadeu, também quis agradar o príncipe Bismarck e immortalizar seu nome. De igual modo, pôs-se a pregar a cruzada contra a Internacional, mas, não se contentando com medidas impotentes e estéreis, que apenas fazem suscitar os risos irônicos do proletariado espanhol, redigiu, por sua vez, num estilo enfático, uma circular diplomática, que, entretanto, valeu-lhe, com a aprovação certa do príncipe Bismarck e de seu ajudante-de-ordens Jules Favre, uma lição bem merecida do governo britânico, mais circunspecto e menos livre e, alguns meses depois, ele também caiu.

Diz-se, de resto, que a circular do Sr. Sagasta, ainda que pretenda falar em nome da Espanha, foi concebida, se não redigida, na Itália, sob os olhos do rei muito hábil Vítor-Emanuel, pai afortunado do infelizmente Amadeu.

Na Itália, a campanha contra a Internacional partiu de três lados diferentes: de início, como era de se esperar, o Papa, em pessoa, a excomungou. Ele o fez do modo mais original, confundindo num mesmo anátema os membros da Internacional e os maçons, os jacobinos e os racionalistas, os deístas e os católicos liberais. Segundo a definição do Santo Padre, faz parte desta Associação condenada quem quer que não se submeta, às cegas, às torrentes de sua eloquência inspirada. Há vinte e seis anos, um general prussiano dava uma definição, tão exata quanto esta última, do comunismo: "Sabeis", dizia a seus soldados, "o que significa ser comunista? Significa pensar e agir contra o pensamento e a vontade augusta de Sua Majestade, o rei".

Todavia, o Papa católico-romano não foi o único a lançar o anátema contra a Associação Internacional dos Trabalhadores. O mesmo fez o célebre revolucionário Giuseppe Mazzini, mais conhecido na Rússia como patriota, conspirador e agitador italiano do que como metafísico-deísta e fundador de uma nova Igreja na Itália; sim, o próprio Mazzini, em 1871,

logo após o aniquilamento da Comuna de Paris, enquanto os enfurecidos executantes das selvagens ordens versalhesas fuzilavam aos milhares os *communards* desarmados, julgou útil e necessário associar ao anátema católico-romano e às perseguições policiais e governamentais sua própria maldição, pretensamente patriótica e revolucionária, mas, no fundo, muito burguesa, de teólogo. Esperava que seus propósitos bastassem para sufocar, na Itália, as simpatias pela Comuna e para destruir, ainda em germe, as Seções da Internacional, que acabavam de ser fundadas. Porém, ocorreu o contrário: nada contribuiu mais para aumentar estas simpatias e para multiplicar as Seções da Internacional do que este ruidoso e solene anátema.

O governo italiano, inimigo do Papa, mais ainda de Mazzini, também não dormiu no ponto. No início, não via o perigo que o fazia correr a Internacional, que rápido se havia desenvolvido nas cidades e até nos campos italianos. Acreditava que a nova Associação dificultaria os progressos da propaganda burguesa-republicana de Mazzini e, sob este aspecto, ele não se enganava; mas se convenceu muito rápido de que a propaganda dos princípios da revolução social numa população apaixonada, que ele próprio conduzia aos últimos limites da miséria e da opressão, era, para ele, mais perigosa do que a agitação e os empreendimentos políticos de Mazzini. A morte do grande patriota italiano, ocorrida pouco tempo após a sua violenta diatribe contra a Comuna de Paris e a Internacional, tranqüilizou, quanto a isso, o governo italiano. Decapitado, o partido mazziniano não lhe faz mais, doravante, correr o mínimo perigo. A desagregação deste partido é desde já visível e, como seus princípios e seus fins, bem como seus efetivos, são puramente burgueses, deixa transparecer os sintomas evidentes da clorose, que, nos dias atuais, atinge tudo o que a burguesia empreende.

Bem diferentes são a propaganda e a organização da Internacional na Itália. Ambas se dirigem direta e de forma exclusiva aos meios proletários mais pobres, que, na Itália, como em todos os países da Europa, trazem neles a vida, a força e o futuro da sociedade moderna. Do mundo burguês, juntam-se a esses meios só algumas individualidades, que, odiando com todo seu ser a ordem atual, quer seja política, econômica ou social, viraram as costas à classe da qual provieram e devotaram-se por inteiro à causa do povo. Estas individualidades são pouco numerosas, mas, em compensação,

são preciosas, sob a condição, é evidente, de que, tendo tomado ódio às aspirações da burguesia para com a dominação, tenham nelas se apagado os últimos vestígios de ambição pessoal; neste caso, repito, elas são de fato preciosas. O povo dá-lhes a vida, a força dos elementos e um campo de ação; em compensação, elas lhe trazem conhecimentos positivos, métodos de abstração e de análise, assim como a arte de organizar-se e constituir alianças, que, por sua vez, criam esta força combatente esclarecida, sem a qual a vitória é inconcebível.

Na Itália, como na Rússia, existiu um número bastante considerável destes homens à flor da idade, um número incomparavelmente maior do que em qualquer outro país. Porém, o que é infinitamente mais importante é a existência, na Itália, de um vasto proletariado dotado de uma inteligência extraordinária, mas, em grande parte, iletrado e bastante miserável, composto de dois ou três milhões de operários, que trabalham nas cidades e nas fábricas, bem como pequenos artesãos, e cerca de vinte milhões de camponeses que nada possuem. Como já se disse mais acima, esta massa inumerável de indivíduos está reduzida pela administração opressiva e espoliadora das classes superiores, sob o cetro liberal do rei, libertador e aglutinador das terras italianas, a uma situação de tal forma desesperada que, até os defensores e os agentes interessados da atual Administração, começam a admitir e a dizer, no parlamento, como nos jornais oficiais, que não se pode ir mais longe neste sentido e que se deve fazer alguma coisa para o povo, se se quiser evitar uma insurreição popular, que arrasaria tudo.

Talvez, em nenhum outro lugar, a revolução social esteja tão próxima quanto na Itália, sim, em nenhum outro lugar, sem sequer excetuar a Espanha, embora este país já esteja oficialmente em revolução e que na Itália tudo esteja calmo na aparência. Na Itália, todo o povo aguarda a revolução social e, dia após dia, vai, de forma consciente, de encontro a ela. Pode-se imaginar com que amplitude, com que sinceridade e paixão, o proletariado aceitou e continua a aceitar o programa da Internacional. Não existe na Itália como em muitos outros países da Europa, classe operária separada, em parte já privilegiada graças a altos salários, gabando-se inclusive de certos conhecimentos literários, e a tal ponto impregnada das idéias, das aspirações e da vaidade burguesas, que, os operários que

pertencem a este meio, só se diferenciam dos burgueses por sua condição, de forma alguma por sua tendência. É sobretudo na Alemanha e na Suíça que existem muitos operários deste tipo; todavia, na Itália, há bem poucos, tão poucos que eles estão perdidos na massa e não têm nenhuma influência sobre ela. O que predomina na Itália é esse proletariado esfarrapado, dos quais os Srs. Marx e Engels e, em seguida, toda a Escola da social-democracia alemã, falam com o mais profundo desprezo, e bem injustamente, pois é nele, e apenas nele, e não na camada aburguesada da massa operária, que reside, na totalidade, o espírito e a força da futura revolução social.

Ainda nos estenderemos sobre este assunto um pouco mais à frente; limitemo-nos, no momento, a extrair a seguinte conclusão: é certo, em razão desta predominância maciça, na Itália, do proletariado esfarrapado, que a propaganda e a organização da Associação Internacional dos Trabalhadores assumiram, neste país, o aspecto mais ardoroso e mais autenticamente popular; é exatamente por isso que a propaganda e a organização, ultrapassando os limites das cidades, logo alcançaram as populações rurais.

O governo italiano percebe muito bem o perigo que este movimento representa e, com todas as suas forças, mas, em vão, procura sufocá-lo. Não publica circulares ruidosas, mas age, como convém a um poder policial, em silêncio, sem dar explicações, sem advertir. A despeito das Leis, fecha, uma após outra, todas as associações operárias, exceto aquelas cujos parentes do soberano, ministros, prefeitos e, de maneira geral, os notáveis e os altos dignitários, são membros de honra. Quanto às outras associações operárias, o governo italiano as persegue sem piedade, apodera-se de seus arquivos e de seus fundos e mantém seus adeptos por meses a fio, sem julgamento e sem instruir seus processos, em prisões imundas.

É certo que, ao agir assim, o governo italiano deixe-se guiar, não só por sua própria sabedoria, mas também pelos conselhos e pelas diretrizes do chanceler do império alemão, como no tempo em que obedecia docilmente às ordens de Napoleão III. O Estado italiano encontra-se nesta estranha situação segundo a qual, tanto pelo número de seus habitantes quanto pela extensão de seu território, deve ser classificado entre as grandes potências, ao passo que, por sua força real, suas finanças em falência, sua organização gangrenada e, apesar dos esforços que faz, sua péssima disciplina,

este Estado, além do mais, odiado pelas massas populares e até mesmo pela pequena burguesia, mal pode ser visto como uma potência de segunda ordem. É por isso que ele necessita de um protetor, isto é, de um senhor fora de suas fronteiras e todos acharão natural que, depois da queda de Napoleão III, o príncipe Bismarck tenha assumido o lugar de *aliado indispensável* desta monarquia criada pelas intrigas piemontesas sobre o terreno preparado pelos esforços e os feitos patrióticos de Mazzini e Garibaldi.

De resto, a mão do chanceler do império pangermânico faz-se sentir em toda a Europa, à exceção, talvez, da Inglaterra — que, entretanto, observa, não sem inquietação, esta hegemonia nascente — ou, ainda, da Espanha, protegida, pelo menos no início, da influência reacionária da Alemanha, por sua revolução tanto quanto por sua posição geográfica. A influência do novo império explica-se pela vitória estupefaciente que conseguiu contra a França; reconheçamos que, por sua situação, pelos imensos recursos que conquistou e sua organização interna, o império detém hoje, sem contestação, o primeiro lugar entre as grandes potências européias e está em condição de fazer sentir a cada uma delas sua supremacia; mas que sua influência deva ser forçosamente reacionária, não pode haver, quanto a isso, nenhuma dúvida.

A Alemanha, em sua forma atual, unificada pelo maquiavelismo¹ genial e patriótico do príncipe Bismarck, e apoiando-se, de um lado, na organização exemplar e na disciplina de seu exército, prestes a torcer o pescoço de quem quer que seja e a perpetrar todos os crimes possíveis e imagináveis, dentro como fora, ao primeiro sinal de seu rei-imperador; de outro, no patriotismo de seus fiéis súditos, no sentimento de orgulho nacional sem limite e na cega obediência, cuja origem remonta longe na História, assim como no culto da autoridade, que hoje caracterizam a nobreza, a pequena burguesia, a burocracia, a Igreja, todas as corporações de eruditos e, sob a influência conjugada de todo este mundo, bem amíúde, o próprio povo, lamentavelmente — a Alemanha, digo, extraíndo orgulho da força despótica e constitucional de seu senhor absoluto, forma e encarna por inteiro um dos dois pólos do movimento político e social contemporâneo: a saber, a centralização estatal, o Estado, a reação.

A Alemanha é por excelência um Estado, como o foi a França sob o reinado de Luís XIV e Napoleão, e como a Prússia não cessou de sê-lo até

o presente momento. A partir do momento que Frederico II acabou de edificar o Estado prussiano, a questão apresentou-se: quem, Alemanha ou Prússia, absorveria a outra? Foi a Prússia que absorveu a Alemanha. Assim, enquanto a Alemanha permanecer um Estado, ela será necessariamente, quaisquer que sejam suas formas pseudoliberais, constitucionais, democráticas, ou mesmo social-democratas, o protótipo e a fonte permanente de todos os despotismos possíveis na Europa.

Sim, desde o surgimento, na História, a partir da primeira metade do século XVI, de um novo tipo de sistema estatal, a Alemanha, inclusive o império da Áustria, pelo fato de ser alemão, nunca, no fundo, deixou de ser, na Europa, o centro de todos os movimentos reacionários, e isso na época em que o grande livre-pensador coroado Frederico II se correspondia com Voltaire. Como homem de Estado inteligente, o discípulo de Maquiavel, Senhor Bismarck, invectivava contra todo mundo: contra Deus e contra os homens, sem excetuar, é evidente, seus correspondentes enciclopedistas, e só acreditava em *"sua razão de Estado"*, apoiando-se como sempre na *"força divina dos grandes batalhões"* ("Deus está sempre do lado dos grandes batalhões", gostava de dizer), tanto quanto numa organização econômica e numa administração interna a mais perfeita possível, sem dúvida mecânica e despótica. Todo o resto eram apenas inocentes floreios, destinados a enganar as almas sensíveis, incapazes de encarar a dura realidade.

Frederico II aperfeiçoou e concluiu a máquina de Estado que seu pai e seu tio tinham construído e seus antepassados iniciaram; esta máquina se tornou, nas mãos de seu digno continuador, o príncipe Bismarck, um instrumento para conquistar e eventualmente "prusso-germanizar" a Europa.

A Alemanha, como dissemos, não cessou, desde a Reforma, de ser o principal centro de todos os movimentos reacionários na Europa; da metade do século XVI, até 1815, a iniciativa desses movimentos pertenceu à Áustria. De 1815 a 1866, a Áustria e a Prússia dividiram-na, entretanto, com uma preponderância da primeira, pelo tempo que foi governada pelo velho príncipe Metternich, isto é, até 1848. A partir de 1815, aderiu a esta Santa Aliança da pura reação alemã, mais como amador do que como pessoa interessada no caso, nosso cnu²-imperador russo-tártaro-alemão.

Movidos pelo desejo bem natural de se livrarem da pesada responsabilidade decorrente de todas as abominações cometidas pela Santa

Aliança, os alemães procuram convencer-se, e convencer os outros, de que a Rússia foi a principal instigadora. Não seremos nós que tomaremos a defesa da Rússia imperial, porquanto, justamente em razão de nosso profundo amor pelo povo russo e de nosso ardente desejo de vê-lo ascender, do modo mais completo, ao progresso e à liberdade, odiamos este infame império de todas as Rússias como nenhum alemão pode odiá-lo. Ao contrário dos social-democratas alemães, cujo programa fixa como primeiro objetivo a fundação de um Estado pangermânico, os revolucionários socialistas russos aspiram, antes de tudo, a destruir totalmente o nosso Estado, persuadidos de que, enquanto a centralização estatal, sob qualquer forma que seja, pesar sobre o povo russo, este permanecerá um miserável escravo. Assim, não por desejo de defender a política do Gabinete de São Petersburgo, mas em nome da verdade, que é sempre e em todos os lugares útil, daremos aos alemães a resposta que se segue.

Com efeito, a Rússia imperial, na pessoa de duas cabeças coroadas, Alexandre I e Nicolau, aparentemente imiscui-se de forma muito ativa nos assuntos internos da Europa: Alexandre colocou seu nariz em quase todos os lugares, agitou-se muito, fez muito barulho; Nicolau franziu as sobrancelhas e proferiu ameaças. Porém, as coisas ficaram nisso mesmo. Ambos nada fizeram; não que não tivessem tido vontade de fazer algo, mas porque não podiam fazê-lo; seus próprios amigos, austríacos e prusso-alemães não lhes permitiram; eles apenas lhes haviam confiado a tarefa honorífica de um bicho-papão; na realidade, agiram a Áustria, a Prússia e, enfim, sob o impulso e com a permissão destas, os Bourbons franceses (contra a Espanha).

O império de todas as Rússias lançou-se uma única vez, em 1849, a uma ação fora de suas fronteiras, e só para salvar o império da Áustria, impelido para a tormenta pela insurreição da Hungria. Durante o século atual, a Rússia sufocou, por duas vezes, a revolução polonesa, as duas vezes com o concurso da Prússia, tão interessada quanto ela em manter a Polônia na servidão. Refiro-me, obviamente, à Rússia imperial. A Rússia popular é inconcebível sem uma Polônia livre e independente.

Que o império russo, por sua natureza, não possa exercer outra influência na Europa senão a mais nefasta e a mais liberticida; que todo novo ato de crueldade governamental e de opressão triunfante, que toda

nova ocasião de afogar no sangue cada insurreição popular, em qualquer país que seja, terão sempre suas mais calorosas simpatias, quem poderia duvidar disso? A questão, porém, não é esta. Trata-se de saber qual é a influência real da Rússia e se este império ocupa, por seu esplendor intelectual, sua força e sua riqueza, uma posição, sob este ponto, preponderante na Europa, para que sua voz esteja em condição de resolver as questões.

Basta estudar a História destes sessenta últimos anos e a própria essência de nosso império tártaro-alemão, para responder de forma negativa. A Rússia está longe de ser esta grande potência que gostam de imaginar, por gloriola, nossos patriotas provincianos, ou, por infantilidade, os pan-eslavistas do Oeste e do Sudeste, assim como os liberais servis da Europa Ocidental, que, por medo ou por velhice, perderam a cabeça e estão prestes a inclinar-se diante de toda ditadura militar, nacional ou estrangeira, desde que ela afaste o horrendo perigo que os ameaça da parte de seu proletariado. Aqueles que, não sendo guiados nem pela esperança nem pelo temor, consideram, com uma clara visão, a atual situação da Europa petersburguesa, sabem que se ela não for chamada por uma grande potência ocidental — e ainda sob a condição de que esteja em estreita aliança com esta potência —, a Rússia, que, por sua própria iniciativa, nunca empreendeu coisa alguma, nada poderá empreender, no Oeste, contra ele. Sua política sempre consistiu em agarrar-se, de uma ou de outra maneira, às empresas dos outros; desde a monstruosa divisão da Polônia, concebida como se sabe por Frederico II — que propôs a Catarina II dividir a Suécia da mesma maneira —, a Prússia foi precisamente a potência ocidental que não cessou de prestar este gênero de serviço ao império de todas as Rússias.

Em relação ao movimento revolucionário europeu, a Rússia, nas mãos dos homens de Estado prussianos, serviu de espantalho e amiúde de pára-vento, atrás do qual estes homens dissimulam com habilidade suas ações de conquista e de reação. Após um certo número de vitórias surpreendentes conquistadas na França pelas tropas germano-prussianas, após o aniquilamento definitivo da hegemonia francesa na Europa e sua substituição pela hegemonia pangermânica, este pára-vento tornou-se inútil, e o novo império, que acabara de realizar os sonhos seculares dos "patriotas" alemães, mostrou-se, de face descoberta, em todo o esplendor de sua força conquistadora e de suas iniciativas sistematicamente reacionárias.

Sim, Berlim tornou-se, hoje, de modo manifesto, a cabeça e a capital de toda a reação viva e atuante na Europa, e o príncipe Bismarck é seu principal guia e chanceler. Digo, de toda a reação viva e atuante, não da reação em decadência. Apagada ou rejeitada pelo espírito, a reação, sobretudo católico-romana, ainda paira como uma sombra nefasta, mas doravante impotente, em Roma, em Versalhes e, em certa medida, em Viena e Bruxelas; a outra reação, a reação cnuuto-petersburguesa — admitindo que não seja uma sombra, nem por isso é menos desprovida de sentido e porvir — ainda continua suas orgias nas fronteiras do império de todas as Rússias. Contudo, a reação viva, inteligente, representando uma força real, está doravante concentrada em Berlim, e propaga-se por todos os países da Europa, partindo do novo império alemão, governado pelo gênio de Estado e, desde então, no supremo grau de hostilidade ao povo, do príncipe Bismarck.

Esta reação nada mais é senão a realização acabada do conceito anti-popular do Estado moderno, o qual tem por único objetivo a organização, na mais vasta escala, da exploração do trabalho, em proveito do capital concentrado em pouquíssimas mãos; o que significa o reinado triunfante da judiaria e dos grandes bancos sob a poderosa proteção das autoridades fiscais, administrativas e policiais, que se apóiam, sobretudo, na força militar, despóticas, por conseguinte, em sua essência, mas que se abrigam, ao mesmo tempo, atrás do jogo parlamentar de um pseudo-regime constitucional.

A indústria capitalista e a especulação bancária modernas necessitam, para se desenvolverem em toda a amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais, que, sozinhas, são capazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletários da massa popular. Assim também, a organização federal, de baixo para cima, das associações operárias, dos grupos, das comunas, dos cantões e, por fim, das regiões e das nações, é a única condição de uma liberdade real e não fictícia, tão contrária à natureza da indústria capitalista e da especulação bancária, quanto é incompatível com elas todo sistema econômico autônomo. Ao contrário, a indústria capitalista e a especulação bancária acomodam-se muito bem com a *democracia* dita *representativa*, pois, esta estrutura moderna do Estado, fundada na *pseudo-soberania* da pseudovontade do povo, pretensamente expressa por falsos representantes do povo em pseudo-assembléias populares, reúne

as duas condições prévias que lhes são necessárias para atingir seus fins, isto é, a centralização estatal e a sujeição efetiva do povo soberano à minoria intelectual que o governa, quer dizer, que o representa e o explora de forma inevitável.

Quando falarmos do programa sócio-político dos marxistas, dos lassallianos e, de modo geral, dos social-democratas alemães, poderemos examinar mais de perto e trazer à luz esta verdade. No momento, detenhamo-nos em outro aspecto da questão.

Toda exploração do trabalho, quaisquer que sejam as formas políticas da pseudovontade e da pseudoliberalidade do povo com as quais o douram, é amarga ao povo. Portanto, nenhum povo, por mais dócil que possa ser por natureza, e por mais habituado que possa estar a obedecer às autoridades, não se resignará de bom grado a se submeter a elas; para isto, uma opressão permanente é necessária; isto significa que são obrigatórias vigilância policial e força militar.

O Estado moderno, por sua essência e pelos objetivos que se fixa, é por força um Estado militar, e um Estado militar está condenado, não menos obrigatoriamente, a se tornar um Estado conquistador; se ele próprio não se lançar à conquista, será conquistado, pela simples razão de que, por toda parte onde a força existe, é preciso que ela se mostre ou aja. Daí decorre uma vez mais que o Estado moderno deve ser por necessidade grande e forte; é a condição necessária de sua salvaguarda.

Assim como a indústria capitalista e a especulação bancária — a qual sempre acaba por absorver a primeira, ambas sendo obrigadas, sob a ameaça da falência, a ampliar sem cessar seu campo de atividade em detrimento da pequena especulação e da pequena indústria, condenadas a serem devoradas por elas — devem se esforçar para ser únicas e universais, do mesmo modo, o Estado moderno, militar por necessidade, traz em si a irresistível aspiração a tornar-se um Estado universal; mas um Estado universal, sem dúvida quimérico, só poderia, em todo caso, ser único: dois Estados deste gênero, existindo lado a lado, é algo absolutamente impossível.

A hegemonia nada mais é senão a manifestação tímida e possível desta aspiração quimérica inerente a todo Estado; a impotência relativa, ou pelo menos a sujeição de todos os Estados vizinhos, é a condição primeira da hegemonia. Assim, enquanto durou a hegemonia da França,

teve como condição a impotência nacional da Espanha, da Itália e da Alemanha; ainda hoje, os homens de Estado franceses — e, entre eles, Thiers é com certeza o primeiro — não podem perdoar Napoleão III por ter permitido à Itália e à Alemanha realizarem, cada uma delas, sua unificação.

Hoje, a França abandonou o lugar e este foi ocupado pelo Estado alemão que, segundo nossa opinião, é, na época atual, o único Estado digno deste nome na Europa.

Sem dúvida nenhuma, o povo francês ainda tem um grande papel a representar na História, mas a carreira da França, enquanto Estado, está acabada. Ora, aqueles que conhecem, ainda que pouco, o caráter dos franceses, dirão conosco que, tendo a França podido ser por muito tempo uma potência de primeira ordem, ser-lhe-á quase impossível não ser mais do que um Estado secundário, em igualdade de forças com outros Estados. Enquanto potência e governada por homens de Estado, pouco importa que seja Thiers ou Gambetta, ou mesmo os príncipes de Orléans, ela não aceitará sua humilhação; preparar-se-á para uma nova guerra e esforçar-se-á para ir à forra e recuperar a primazia perdida.

Poderá fazê-lo? É certo que não, e isto por várias razões; lembremos as duas principais. Os últimos acontecimentos provaram que o patriotismo, esta suprema virtude *estatista*, esta expressão da alma do Estado e de sua força, já não existe mais na França. É verdade que nas classes superiores ele ainda se manifesta sob o aspecto de um sentimento de vaidade nacional, mas esta vaidade, para a burguesia, já está tão fraca, tão atacada pela necessidade e pelo hábito que criou de sacrificar seus *ideais* a seus *interesses reais*, que, durante a última guerra, ela não foi capaz, ainda que por certo tempo, de transformar, como o fazia antes, em heróis e em patriotas cheios de abnegação, merceeiros, atravessadores, especuladores da Bolsa, oficiais, generais, burocratas, capitalistas, proprietários, bem como os nobres educados pelos jesuítas. Todos tremiam de medo, só pensavam em trair e salvar seus bens, aproveitar-se da infelicidade da França apenas para fazer intrigas contra ela; ser aquele que ultrapassava os outros, com maior impudência, no ganhar as boas graças do arrogante e implacável vencedor, que mantinha em suas mãos os destinos da França; todos, em uníssono e a qualquer preço, pregavam a resignação, a submissão e imploravam a

paz... Hoje, todos estes tagarelas corruptos tornados de novo patriotas rivalizam na gabarolice, mas os repugnantes e ridículos clamores destes heróis de fancaria não podem sufocar o testemunho demasiado gritante de sua baixeza de ontem.

Ainda mais importante é o fato de que, mesmo na população rural da França, não se encontrou sequer um grama de patriotismo. Com efeito, ao contrário da espera geral, o camponês francês mostrou que, tornado proprietário, havia cessado de ser patriota. No tempo de Joana d'Arc, ele sozinho havia carregado a França em seus ombros. Em 1792 e depois, ele a havia defendido contra toda a Europa coligada. É verdade que, naquele momento, a situação era bem diferente: graças à venda a preços irrisórios dos bens da Igreja e da nobreza, tornara-se proprietário da terra, que, na condição de servo, cultivava outrora; e temia com razão que, em caso de derrota, os emigrados, trazidos nos furgões do exército alemão, recuperassem os bens que acabara de adquirir. Agora não havia mais este temor, e a derrota vergonhosa de sua querida pátria deixava-o indiferente. Exceto na Alsácia e na Lorena, onde, fato estranho, como que para troçar dos alemães, que se obstinavam em ver estas regiões como províncias alemãs, houve sinais inegáveis de patriotismo; em todo o centro do país, os camponeses perseguiram os voluntários franceses ou estrangeiros que haviam pegado em armas para defender a França, chegando a lhes recusar tudo e, muitas vezes, até mesmo a entregá-los aos prussianos, enquanto reservavam a estes últimos a acolhida mais solícita.

Pode-se dizer, com toda verdade, que o patriotismo se manteve apenas no proletariado das cidades. Apenas ele, em Paris, assim como nas outras cidades e províncias da França, exigiu o recrutamento geral e a guerra até a vitória. E, fenômeno singular, foi justamente isto que atraiu para si o ódio das classes proprietárias, como se estas se tivessem sentido ofendidas em ver seus "irmãos cadetes" (a expressão é de Gambetta) mostrarem mais virtude e devoção patrióticas do que seus irmãos mais velhos.

De resto, as classes proprietárias tinham razão em parte. O que animava o proletariado das cidades não era o patriotismo no sentido estrito e clássico do termo. O verdadeiro patriotismo é, sem dúvida, um sentimento dos mais respeitáveis, mas ao mesmo tempo estreito, exclusivo, anti-humano e, com freqüência, apenas cruel. Só é patriota conseqüente aquele

que ama com paixão sua pátria e tudo o que é dela, odeia com não menos paixão tudo o que é estrangeiro, nada quer dar ou aceitar, tais como nossos escravófilos. Ora, não havia permanecido na França, no proletariado das cidades, a menor marca deste ódio. Ao contrário, nas últimas décadas, pode-se dizer, a partir de 1848, e até mesmo bem antes, desenvolveram-se nele, sob a influência da propaganda socialista, sentimentos propriamente fraternos em relação aos proletários de todos os países, ao lado de uma indiferença da mesma forma caracterizada para com a pretensa grandeza e a glória da França. Os operários franceses eram contra a guerra empreendida pelo último Napoleão; na véspera das hostilidades, eles haviam proclamado bem alto, em manifesto assinado pelos membros parisienses da Internacional, seus sentimentos sinceramente fraternos para com os operários alemães; e, quando as tropas alemãs invadiram a França, pegaram em armas, não contra o povo, mas contra o despotismo militar alemão.

Esta guerra começou justo seis anos após a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores e só quatro anos após o Primeiro Congresso de Genebra. Ora, neste curto lapso de tempo, a propaganda da Internacional conseguiu suscitar, tanto no proletariado francês quanto entre os operários de muitos outros países, sobretudo latinos, todo um mundo de idéias, concepções e sentimentos de todo novos e vastos ao extremo; ela deu origem a um entusiasmo internacional que, por assim dizer, engoliu as prevenções e as visões estreitas das paixões patrióticas ou particularistas.

Esta nova concepção do mundo foi exposta, de forma solene, desde 1868, durante uma manifestação popular ocorrida — onde diréis? Em qual país? — na Áustria, em Viena, em resposta a uma série de proposições políticas e patrióticas feitas em concordância com os operários vienenses pelos senhores burgueses-democratas da Alemanha do Sul e da Áustria, para que reconhecessem e proclamassem com pompa a pátria pan-alemã, una e indivisível. Para o assombro deles, esses senhores responderam: “O que vindes contar-nos sobre o tema de uma pátria alemã? Somos trabalhadores explorados, eternamente enganados e oprimidos por vós, e todos os operários, em qualquer país a que eles pertençam, todos os proletários explorados e oprimidos do mundo inteiro são nossos irmãos. Quanto aos burgueses, opressores, governantes, tutores, exploradores, todos são nossos inimigos. O campo internacional dos trabalhadores, eis nossa

única Pátria; o mundo internacional dos exploradores, eis a terra que nos é hostil e estrangeira”.

Como prova da sinceridade de suas palavras, os operários vienenses logo enviaram um telegrama de felicitações “aos irmãos parisienses, pioneiros da emancipação universal dos trabalhadores”.

Esta resposta dos operários vienenses, que emanava, fora de todas as considerações políticas, das profundezas do instinto popular, fez, naquele momento, muito estardalhaço na Alemanha, assustou todos os burgueses-democratas, sem excetuar o respeitável veterano e animador deste partido, Johann Jacoby e ofendeu, não só seus sentimentos patrióticos, mas também a fé no Estado da escola de Lassalle e de Marx. Foi talvez a partir dos conselhos deste último, que o Sr. Liebknecht, que é hoje considerado como um dos chefes dos social-democratas alemães, mas que naquele momento ainda era membro do Partido Burguês-Democrata (o falecido Partido do Povo), deslocou-se rápido de Leipzig a Viena para manter um contato com os operários vienenses, cuja “falta de tato político” havia *provocado* este escândalo. Deve-se-lhe fazer justiça por esse trabalho tão bem elaborado, que fez com que, alguns meses depois, em agosto de 1868, no Congresso de Nuremberg, congresso dos trabalhadores alemães, todos os representantes do proletariado austríaco assinassem sem o menor protesto o programa patriótico, de curta visão, do Partido da Social-Democracia.

Todavia, isto só tornou ainda mais evidente a profunda diferença que existia entre a orientação política dos dirigentes — mais ou menos intelectuais e burgueses deste partido — e o instinto revolucionário do proletariado alemão, pelo menos do proletariado austríaco. Com efeito, na Alemanha e na Áustria, este instinto popular, rejeitado e amiúde desviado de seu verdadeiro objetivo pela propaganda deste partido mais político do que revolucionário socialista, fez muito pouco progresso a partir de 1868 e não se pôde transformar em consciência popular; em compensação, nos países de raça latina, na Bélgica, na Espanha, na Itália e, sobretudo, na França, liberada desse jugo e dessa perversão sistemática, ele se desenvolve em vasta escala e se transforma de fato em consciência revolucionária no proletariado das cidades e das fábricas.³

Vimos mais acima que esta consciência do caráter universal da revolução social e da solidariedade do proletariado de todos os países,

ainda tão pouco disseminada entre os operários ingleses, cristalizou-se, há muito tempo, no proletariado francês. A partir dos anos 90, este sabia que, combatendo pela Igualdade e pela Liberdade, lutava para libertar toda a Humanidade.

Estas grandes palavras — Liberdade, Igualdade e Fraternidade de toda a espécie humana — hoje empregadas, com bastante freqüência, como simples verborrêia, mas que, naquele momento, eram sentidas sincera e profundamente, estão sempre presentes nas canções desse tempo. Estas palavras foram o fundamento do novo credo social e da paixão revolucionária socialista dos trabalhadores franceses; tornaram-se, por assim dizer, inerentes à sua natureza e determinaram, sem o conhecimento de sua consciência e de sua vontade, a orientação de suas idéias, de suas aspirações e de suas ações. Todo operário francês está profundamente convencido, quando faz a revolução, de que a faz, não só para ele, mas para o mundo todo, e bem mais para este do que para si mesmo. Foi em vão que os políticos positivistas e os radicais republicanos do gênero do Sr. Gambetta esforçaram-se e esforçam-se para desviar o proletariado francês dessas tendências cosmopolitas, e persuadi-lo a organizar, de forma exclusiva no plano nacional seus próprios interesses, estreitamente ligados à idéia patriótica de grandeza, de glória e de supremacia política do Estado francês, para assegurar sua própria liberdade e seu próprio bem-estar, ao invés de sonhar com a emancipação do conjunto da Humanidade e do mundo inteiro. Seus esforços são aparentemente muito sábios, mas inúteis: não se refaz sua natureza e este *sonho* entrou, agora, na mentalidade do proletariado francês, e expulsou de seu espírito e de seu coração os últimos vestígios de patriotismo de Estado.

Os acontecimentos de 1870-1871 provaram isso à saciedade. Com efeito, em todas as cidades da França, o proletariado exigiu armas e o recrutamento geral contra os alemães, e ele teria, sem dúvida nenhuma, realizado este propósito, se não tivesse sido paralisado, de um lado, pelo medo ignominioso e pela traição generalizada da maioria da classe burguesa, que preferiu mil vezes submeter-se aos prussianos, em vez de confiar armas ao proletariado, e, de outro, pelas contramedidas reacionárias tomadas de modo sistemático pelo "governo da Defesa Nacional", em Paris e no interior, bem como pela oposição não menos antipopular do ditador, do patriota Gambetta.

Contudo, ao pegar em armas, desde que as circunstâncias o permitissem, contra os invasores alemães, os operários franceses estavam convencidos de que deveriam combater, tanto pela liberdade e pelo direito do proletariado alemão, quanto por seu próprio direito e por sua própria liberdade. Tinham em vista, não a grandeza e a honra do Estado francês, mas a vitória do proletariado sobre a força militar odiada, que, nas mãos da burguesia, é utilizada para escravizá-los. Odiavam os soldados alemães, não por serem alemães, mas por serem soldados. Os soldados enviados por Thiers contra a Comuna eram puros franceses; entretanto, cometeram em alguns dias mais crimes e atrocidades do que os alemães durante toda a guerra. Doravante, para o proletariado, quaisquer tropas, nacionais ou estrangeiras, são da mesma forma inimigas, e os operários franceses sabem muito bem disso, e isso explica por que sua insurreição não foi uma insurreição patriótica.

A insurreição da Comuna de Paris, desencadeada contra a Assembléia Nacional de Versalhes e contra Thiers, o "salvador da pátria", pelos operários parisienses, sob os olhos dos soldados alemães, que ainda cercavam Paris, revela e mostra a única paixão que hoje anima o proletariado francês, para quem não há e não pode mais haver, doravante, outra causa, outro objetivo e outra guerra senão aqueles ditados pela revolução social.

Por outro lado, isso dá a chave do fanatismo cego que se apoderou dos dirigentes versalheses e de seus agentes, assim como das atrocidades inauditas cometidas, sob seu impulso e com sua bênção, contra os *communards* vencidos. Com efeito, do ponto de vista do patriotismo de Estado, os operários parisienses haviam cometido um crime abominável: sob os olhos das tropas alemãs, que ainda cercavam Paris e que acabavam de esmagar a pátria, aniquilar sua força, sua grandeza e atingir no coração o orgulho nacional, eles haviam, arrebatados pela paixão selvagem, cosmopolita, socialista-revolucionária, proclamado a abolição definitiva do Estado e a ruptura da unidade estatista da França, julgada incompatível com a autonomia das comunas. Os alemães nada mais fizeram senão amputar o território e a força da pátria política, mas os operários parisienses quiseram assassiná-la e, como para bem salientar este objetivo de traição, derrubaram a Coluna Vendôme, testemunho grandioso da antiga glória da França!

Considerado do ponto de vista político e patriótico, que crime poderia ser comparado a este sacrilégio inaudito? Lembrai-vos de que o proletariado parisiense o cometeu, não por acaso, não sob a influência de algum demagogo ou num desses minutos de frenesi, como ocorre amiúde na história de cada povo, em especial na história do povo francês. Não, desta vez os operários parisienses agiram fria e conscientemente. Esta negação efetiva do patriotismo de Estado foi, sem dúvida, a expressão de uma violenta paixão popular, de uma paixão nem um pouco passageira, mas profunda, pode-se até mesmo dizer refletida, e que se transformara em consciência popular; paixão que desvelou, de repente, diante do mundo apavorado, um tipo de abismo sem fundo, prestes a engolir toda a ordem social atual, com suas instituições, suas comodidades, seus privilégios e toda a civilização...

Ficou assim demonstrado, com uma clareza tão espantosa quanto evidente, que, doravante, entre o proletariado, animado de determinação feroz, faminta, desencadeada pelas paixões revolucionárias socialistas e procurando de forma incansável criar um outro mundo, baseado nos princípios de verdade humana, justiça, liberdade, igualdade e fraternidade — princípios apenas tolerados numa sociedade bem ordenada enquanto temas inocentes de exercícios de retórica — e o mundo culto e farto das classes privilegiadas, a defender com uma energia desesperada a ordem estatista, jurídica, metafísica, teológica e militar-policial, considerado como o último bastião que protege, na época atual, o precioso privilégio da exploração econômica, que entre estes dois mundos, eu dizia, o proletariado miserável e a sociedade culta, que encarna, como se sabe, todos os méritos imagináveis, a beleza e a virtude, não existe compromisso possível.

É uma guerra mortal! Não apenas na França mas em toda a Europa; e esta guerra só pode terminar pela vitória decisiva de uma das partes e a derrota total da outra.

Ou o mundo burguês culto domará e subjugará a força desenfreada do povo revoltado, a fim de oprimir — com o apoio das baionetas, do chicote e do cassetete, bentos, é evidente, por um Deus qualquer, e explicados em termos racionais pela ciência — a massa dos proletários a labutar como antes, o que resultará forçosamente na completa restauração do Estado em sua forma mais absoluta, a única possível hoje, isto é, a ditadura militar

ou o despotismo imperial, ou então as massas operárias destruirão em definitivo o jugo secular detestado, destruirão por completo a exploração burguesa e a civilização sobre ela edificada, e isto significará o triunfo da revolução social, a abolição de tudo o que se chama Estado.

Assim, de um lado, o Estado, de outro, a revolução social; estes são os dois pólos, cujo antagonismo forma a própria essência da vida social atual em todo o continente europeu, mas de modo mais tangível na França do que em qualquer outro país. O mundo oficial, englobando toda a burguesia, inclusive, é claro, a nobreza reduzida a esta condição, encontrou seu centro, seu último refúgio e seu último bastião em Versalhes. A revolução social sofreu uma terrível derrota em Paris, mas não está, de modo algum, aniquilada ou mesmo vencida; ela abarca, hoje, assim como ontem, todo o proletariado das cidades e das fábricas, ganha, pouco a pouco, por sua incansável propaganda, a população dos campos, ao menos no sul da França, onde esta propaganda é conduzida e desenvolvida em vasta escala. E este antagonismo dos dois mundos, doravante inconciliáveis, é a *segunda* razão pela qual é absolutamente impossível que a França volte a ser um Estado dominante e de primeira ordem.

Todas as camadas privilegiadas da sociedade francesa desejariam, sem dúvida alguma, recolocar sua pátria nesta brilhante e imponente situação; mas, ao mesmo tempo, possuem a tal ponto a paixão pelo ganho, pelo enriquecimento a qualquer preço, e há nelas um egoísmo tão contrário ao patriotismo que, para alcançar seu objetivo pretensamente patriótico, elas estão prontas, em verdade, a sacrificar os bens, a vida, a liberdade do proletariado, mas se recusarão a abandonar um só de seus privilégios e aceitarão o jugo do estrangeiro, de preferência, a renunciar ao que elas possuem ou a consentir na igualdade das condições econômicas e dos direitos políticos.

O que se passa hoje sob nossos olhos o confirma por inteiro. Quando o governo do Sr. Thiers anunciou oficialmente, na Assembléia de Versalhes, a conclusão de um tratado definitivo com o gabinete de Berlim, segundo o qual as tropas alemãs deviam evacuar, em setembro, as províncias francesas que ainda ocupavam, a maioria da Assembléia, que representava o bloco das classes privilegiadas, baixou a cabeça; os fundos de Estado, que encarnavam seus interesses de maneira ainda mais real, mais viva, desmo-

ronavam como depois de uma catástrofe nacional... Verificava-se que a presença *detestada, imposta pela força, e vergonhosa* para a França, dos exércitos alemães vitoriosos, era para os patriotas franceses privilegiados, que personificavam as virtudes e a civilização burguesas, um reconforto, uma defesa, um meio de salvação, e que sua partida equivalia para eles a uma sentença de morte.

É assim que o estranho patriotismo da burguesia francesa procura sua salvação numa vergonhosa capitulação da pátria. Àqueles que ainda poderiam duvidar disso, apresentaremos qualquer publicação dos conservadores franceses. Sabe-se até que ponto todas as tendências do Partido Reacionário — bonapartistas, legitimistas, orleanistas — assustaram-se, abalaram-se e irritaram-se com a eleição do Sr. Barodet, deputado de Paris. Porém, quem é este Barodet? Um dos numerosos fantoches do partido do Sr. Gambetta, conservador por situação, por instinto e por tendência, à sombra de bestialógico democrático e republicano, que de modo algum incomoda: ao contrário, favorece ao extremo a aplicação das medidas mais reacionárias; em resumo, um homem tal que, entre ele e a revolução, não há e nunca houve nada de comum e que, em 1870-1871, foi, em Lyon, um dos mais zelosos defensores da ordem burguesa. Hoje, porém, como muitos outros patriotas burgueses, acha mais vantajoso apresentar-se sob a bandeira nada revolucionária do Sr. Gambetta. Com este espírito, Paris o elege para zombar do Presidente Thiers e da Assembléia monarquista, pretensamente do povo, que reina em Versalhes. E a eleição deste personagem insignificante basta para colocar em efervescência todo o Partido Conservador! E sabeis qual é seu principal argumento? Os alemães!

Abri qualquer jornal e vereis como eles ameaçam o proletariado francês com a legítima cólera do príncipe Bismack e de seu imperador. Que patriotismo! Com efeito, apenas fazem apelo à ajuda dos alemães contra a revolução social, que ameaça. Em seu pavor idiota, chegaram ao ponto de tomar o cândido Barodet por um revolucionário socialista.

Este estado de espírito da burguesia francesa deixa pouca esperança de ver a força do Estado e a primazia da França restabelecidas pelo patriotismo das classes privilegiadas.

O patriotismo do proletariado francês também não permite muita esperança. As fronteiras de sua pátria ampliaram-se, a ponto de englobar,

hoje, o proletariado do mundo inteiro, oposto ao conjunto da burguesia, inclusive, evidentemente, a burguesia francesa. As declarações da Comuna de Paris são, quanto a isto, categóricas; e as simpatias hoje expressas com tanta clareza pelos trabalhadores franceses com a Revolução Espanhola, sobretudo na França meridional, onde se constata uma nítida vontade do proletariado de aliar-se de modo fraternal ao proletariado espanhol e até formar com ele uma Federação Popular, fundamentada no trabalho livre e na propriedade coletiva, não obstante todas as diferenças nacionais e as fronteiras estatais, estas simpatias e esta vontade, digo, provam, no fundo, que, para o proletariado francês, assim como para as classes privilegiadas, o tempo do patriotismo de Estado passou.

Ora, diante desta ausência de patriotismo em todas as camadas da sociedade francesa e da guerra sem piedade que elas se fazem hoje abertamente, como reconstituir um Estado forte? Toda a habilidade governamental do velho Presidente da República é impotente, e os pavorosos sacrifícios que ele realizou sobre o altar da pátria política, como, por exemplo, o massacre desumano de várias dezenas de milhares de *communards*, com mulheres e crianças, e a deportação não menos desumana de outras dezenas de milhares para a Nova Caledônia, aparecerão, sem nenhuma dúvida, como sacrifícios inúteis.

É em vão que o Sr. Thiers tenta restabelecer o crédito, a ordem interna, o Antigo Regime e a força militar da França. O edifício do Estado, abalado até em seus fundamentos pelo antagonismo do proletariado e da burguesia, estala de todos os lados, racha e ameaça ruir a todo instante. Como é que este velho Estado, atingido por um mal incurável, teria a força de lutar contra o jovem e até aqui robusto Estado alemão?

Doravante, repito, o papel da França, como potência de primeira ordem, está terminado. O tempo de sua força política também passou para sempre, como passou o de seu classicismo literário, monárquico e republicano. Todos os antigos fundamentos do Estado estão, na França, abalados, e é em vão que Thiers se esforça para construir sobre eles sua república conservadora, isto é, seu velho Estado monárquico, com uma insígnia pseudo-republicana frescamente repintada. Todavia, é também em vão que o chefe do partido radical atual, Sr. Gambetta, sucessor virtual do Sr. Thiers, promete edificar um novo Estado, por assim dizer, mais since-

ramente republicano e democrático, sobre bases por hipótese novas, porque estas bases não existem e não podem existir.

Na época atual, um Estado digno deste nome, um Estado forte, só pode ter uma base segura: a centralização militar e burocrática. Entre a monarquia e a república mais democrática, só há uma diferença notável: sob a primeira, o pessoal burocrático oprime e explora o povo, em nome do rei, para o maior proveito das classes proprietárias e privilegiadas, assim como em seu próprio interesse; sob a república, ele oprime e explora o povo da mesma maneira, para os mesmos bolsos e as mesmas classes, mas, ao contrário, em nome da vontade do povo. Sob a república, a pseudonação, o país legal, por assim dizer, representado pelo Estado, sufoca e continuará a sufocar o povo vivo e real. O povo, contudo, não terá a vida mais fácil quando o porrete que o espancar se chamar popular.

A questão social, a paixão pela revolução social, apoderou-se, hoje, do proletariado francês. É preciso satisfazê-la ou reprimi-la; mas ela só poderá obter satisfação quando demolir a opressão governamental, este último bastião dos interesses burgueses. Assim, nenhum Estado, por mais democráticas que sejam suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo.

Dessa forma, satisfazer a paixão e as aspirações populares é, para as classes proprietárias e dirigentes, uma impossibilidade absoluta; todavia, resta-lhe um meio: a *coerção governamental*, numa palavra, o *Estado*, porque o Estado é precisamente sinônimo de *coerção*, domínio pela força, camuflada, se possível, e, se necessário, brutal e nua. Ora, Gambetta é, tanto quanto Thiers, o representante dos interesses burgueses; assim como ele, quer um Estado forte e o domínio absoluto da classe média, à qual estaria associada, talvez, a camada operária aburguesada, que representa, na França, apenas

uma parte bem fraca do proletariado. Toda a diferença entre o Sr. Gambetta e o Sr. Thiers reside no fato de que este último, agindo sob o império das prevenções e dos preconceitos de seu tempo, procura apoio e salvação apenas junto à burguesia mais rica, e observa, com desconfiança, as dezenas, ou mesmo, as centenas de milhares de pretendentes à gestão governamental, provenientes da pequena burguesia e dos meios operários que aspiram a aburguesar-se; enquanto Gambetta, preterido pelas classes superiores, que, até o presente momento, governam sozinhas a França, esforça-se para fundar sua força política, sua ditadura republicano-democrática, sobre esta imensa maioria puramente burguesa que permaneceu até aqui afastada dos proveitos e das honras da direção do Estado.

De resto, o Sr. Gambetta possui, e com razão, segundo nossa opinião, a certeza de que, assim que tiver conseguido, com a ajuda dessa maioria, apoderar-se do Estado, as classes mais ricas — banqueiros, proprietários fundiários, negociantes ou industriais, numa palavra, todos os especuladores de importância, que, mais do que os outros, enriqueceram-se com o trabalho do povo — voltar-se-ão para ele, adotá-lo-ão, por sua vez, e buscarão sua aliança e sua amizade, que, sem dúvida, ele não lhes recusará, pois, como verdadeiro homem de governo, sabe muito bem que nenhum Estado, sobretudo um Estado forte, pode existir sem sua aliança e simpatia.

Isto quer dizer que o Estado de Gambetta será tão opressivo e ruinoso para o povo quanto todos aqueles que o tiverem precedido e que tiverem agido com mais franqueza, mas cuja coerção exercida não terá sido maior; e justamente porque aplicará múltiplas formas democráticas, este Estado garantirá, com mais força e de modo muito mais seguro, à rica e rapace minoria, a exploração, com toda tranqüilidade e numa escala imensa, do trabalho do povo.

Como homem de Estado de nova escola, Gambetta não teme as formas democráticas mais amplas nem o sufrágio universal. Sabe melhor do que ninguém que há nisso poucas garantias para o povo, mas que, ao contrário, há muitas delas para os indivíduos e as classes que o exploram; ele sabe que o despotismo governamental nunca é tão temível e tão violento senão quando se apóia na suposta representação da pseudovontade do povo.

Assim, se o proletariado francês se deixasse seduzir pelas promessas do ambicioso advogado, e Gambetta conseguisse estender esse proletariado

turbulento sobre o leito de Procusto de sua república democrática, ele conseguiria, sem dúvida nenhuma, restabelecer o Estado francês em sua antiga grandeza e hegemonia.

Neste caso, porém, sua tentativa não pode ter êxito. Não há, hoje, força no mundo, não há meio político ou religioso que possa sufocar no proletariado de qualquer país que seja, sobretudo no proletariado francês, estas aspirações à emancipação econômica e à igualdade social. Gambetta pode fazer tudo o que quiser, ameaçar com suas baionetas ou ser todo mel nas palavras, mas ele não vencerá a força gigantesca que se dissimula atrás destas aspirações, e nunca conseguirá atrelar, como antes, os proletários à carruagem dourada do Estado. Não conseguirá com torrentes de eloquência preencher e nivelar o abismo que separa de modo irremediável a burguesia do proletariado, e pôr fim à luta feroz que se desenrola entre eles. Esta luta exigirá a aplicação de todos os recursos e de todas as forças do Estado, se bem que, para manter sua supremacia entre as potências européias, o Estado francês não terá mais forças nem recursos. Como iria medir forças com o império de Bismarck?

Os patriotas estatistas franceses esforçam-se em vão para gabar-se; a França, como Estado, está consagrada, doravante, a uma posição modesta, muito secundária; ainda mais: deverá submeter-se à alta direção, à autoridade e à amigável tutela do império alemão, nas mesmas condições, que, antes de 1870, o Estado italiano se submetia à política do império francês.

A situação, com certeza, é bastante vantajosa para os especuladores franceses, que acharam com que se consolar no mercado mundial, mas não é nada invejável do ponto de vista do amor-próprio nacional, do qual os patriotas de Estado franceses estão tão cheios. Até 1870, podia-se crer que este amor-próprio seria capaz de lançar os defensores mais intransigentes e mais obstinados dos privilégios burgueses na revolução social, apenas a fim de poupar a França da vergonha de ser vencida e subjugada pelos alemães. Porém, depois de 1870, ninguém esperará isso deles; todos sabem que eles aceitarão qualquer vergonha e até se submeterão à tutela alemã para não ter de renunciar a seu lucrativo domínio sobre o proletariado francês.

Não é evidente que o Estado francês nunca mais recuperará sua antiga força? Contudo, isto significa que a missão universal e, digamos, a missão

de vanguarda da França tenha terminado? Em absoluto; isto só significa que, tendo perdido, para sempre, sua grandeza enquanto Estado, a França deve procurar uma nova grandeza na revolução social.

Todavia, excetuando a França, que outro Estado da Europa pode posicionar-se como rival do novo império alemão?

Não a Grã-Bretanha, é evidente. Antes de mais nada, a Inglaterra nunca foi, no fundo, um Estado, no senso estrito e moderno do termo, isto é, no sentido de uma centralização militar, policial e burocrática. A Inglaterra forma bem mais uma federação de interesses privilegiados, uma sociedade autônoma na qual predominava de início a aristocracia fundiária e hoje predomina, lado a lado com ela, a aristocracia financeira, mas onde, como na França, embora sob formas um pouco diferentes, o proletariado aspira com clareza, e em termos ameaçadores, à igualdade das condições econômicas e dos direitos políticos.

Certo, a influência da Inglaterra sobre os assuntos políticos da Europa continental sempre foi grande, mas ela se apoiava bem mais na riqueza do que na força militar organizada. Hoje, todo mundo sabe que esta influência diminuiu bastante. Há trinta anos a Inglaterra não teria suportado com tanta passividade a anexação, pelos alemães, das províncias renanas, nem a supremacia da Rússia no Mar Negro, nem a entrada dos russos em Khiva. De sua parte, esses abandonos sistemáticos são a prova de uma evidente carência política que, por sinal, se agrava de ano para ano. A principal causa desta carência é, lá também, o antagonismo entre o mundo proletário e a burguesia exploradora e politicamente dominante.

Na Inglaterra, a revolução social está bem mais próxima do que se pensa e, em nenhum lugar, será tão violenta, pois em nenhum outro país ela se chocará a uma resistência tão feroz e tão bem organizada.

Não falemos da Espanha e da Itália. Elas nunca serão potências perigosas, nem mesmo Estados fortes; não que lhes faltem recursos materiais, mas porque o espírito popular as conduz de modo inelutável, ambas, para um objetivo bem diferente.

A Espanha, desviada de seu caminho normal pelo fanatismo católico e pelo despotismo de Carlos V e de Filipe II, enriquecida de subitamente, não pelo trabalho do povo, mas pelo ouro e pela prata da América, nos séculos XVI e XVII, tentou carregar sobre seus ombros a honra pouco

invejável de fundar, pela violência, a monarquia universal. Pagou caro por isso. A época de seu poderio marca de forma precisa o início de seu empobrecimento intelectual, moral e material. Após uma breve e normal tensão de todas as suas forças — o que fez dela objeto de terror e de ódio de toda a Europa, e conseguindo até mesmo parar por um instante, mas só por um instante, o movimento progressista da sociedade européia —, ela deu, de repente, a impressão de estar esgotada e caiu num estado de torpor, fraqueza e apatia extrema, no qual permaneceu, para sempre, desonrada pela monstruosa e estúpida administração dos Bourbons, até o dia em que Napoleão I a invadiu e, por seus atos de banditismo, tirou-a de uma letargia que havia durado dois séculos.

Revelou-se, então, que a Espanha não estava morta. Salvou-se do jugo do estrangeiro por uma insurreição, na essência popular, e provou que as massas incultas e desarmadas são capazes de resistir às melhores tropas do mundo, desde que estejam animadas de uma violenta e unânime paixão. Provou ainda mais; provou que, para preservar a liberdade, a força e a paixão populares, é mesmo preferível a ignorância à civilização burguesa.

É em vão que os alemães orgulham-se de sua insurreição nacional de 1812 e 1813, a qual, todavia, esteve longe de ser um movimento popular, e a comparam à insurreição da Espanha. Os espanhóis insurgiram-se, sem meios de defesa, contra a enorme força de um conquistador até então invencível: quanto aos alemães, insurgiram-se contra Napoleão só após a completa derrota, que lhe foi infligida na Rússia. Até aquele momento, não havia exemplo de vilarejo ou qualquer cidade da Alemanha que tivesse ousado opor a mínima resistência às tropas francesas vitoriosas. Os alemães estão de tal forma habituados à obediência — que é a primeira virtude de Estado —, que a vontade dos vencedores tornou-se sagrada para eles, tão logo substituiu, de fato, a das autoridades nacionais. Os próprios generais prussianos, entregando uma após outra as cidades fortificadas, as posições mais fortes e a capital, repetiam a frase memorável, que se tornou depois proverbial, do governador de Berlim daquele momento: "A calma é o primeiro dever do cidadão".

Somente o Tirol foi exceção. Napoleão chocou-se, de fato, com a resistência do povo. Porém, o Tirol, como se sabe, é a parte mais atrasada

e mais inculta da Alemanha, e seu exemplo não encontra imitadores em nenhuma outra região da Alemanha culta.

Uma insurreição popular, violenta, caótica e impiedosa por natureza, supõe sempre grandes sacrifícios para o povo e perdas em bens materiais para outrem. As massas populares estão sempre prontas a estes sacrifícios; elas constituem, assim, uma força tanto mais brutal, selvagem, capaz de fazer proezas e alcançar objetivos na aparência impossíveis, que, por possuir pouca coisa ou quase nada, não são pervertidas pelo instinto de propriedade. Quando a defesa ou a vitória o exige, elas não recuam diante da destruição de seus burgos ou de suas cidades e, sendo os bens, em sua maioria, os de outrem, não é raro que manifestem uma verdadeira raiva destruidora. Esta paixão negativa está longe de ser suficiente para elevar a causa revolucionária ao nível desejado; mas, sem ela, esta causa é inconcebível, e mesmo impossível, pois não há revolução sem destruição profunda e apaixonada, destruição salvadora e fecunda, justo porque dela e, só por ela, criam-se e nascem os novos mundos.

Esta destruição é incompatível com a consciência burguesa, com a civilização burguesa, pois esta é toda fundada no culto fanático da propriedade. O *Bürger*, ou o burguês, sacrificará a vida, a liberdade, a honra, de preferência, a renunciar a seus bens; a simples idéia de se poder atingi-los, destruí-los por uma razão qualquer, parece-lhe um sacrilégio; nunca aceitará que se destrua sua cidade ou sua casa, mesmo que a defesa do país o exija; eis por que os burgueses franceses, em 1870, e os *Bürger* alemães, até 1813, deixaram-se subjugar com tanta facilidade pelos felizes conquistadores. Vimos que a posse de um bem bastou para corromper os camponeses franceses e apagar neles a última chama de patriotismo.

Assim, para dizer uma última palavra sobre a insurreição, por assim dizer, nacional, da Alemanha contra Napoleão, repitamos, primeiro, que esta insurreição só aconteceu quando as tropas napoleônicas, literalmente esmagadas, foram expulsas da Rússia, e que os corpos compostos por soldados prussianos e alemães de origem diversa, que, pouco tempo antes, constituíam uma parte do exército de Napoleão, passaram para o lado dos russos; e, segundo, que, mesmo depois, não houve, na Alemanha, insurreição geral; as cidades e os campos permaneceram calmos como antes e limitaram-se a formar corporações espontâneas de jovens, estudantes em

sua maioria, que foram logo recrutados para as tropas regulares, o que é contrário à natureza e ao espírito das insurreições populares.

Numa palavra, os jovens cidadãos ou, mais exatamente, os fiéis súditos de Sua Majestade, exaltados pela ardorosa propaganda de seus filósofos, e inflamados pelos cantos de seus poetas, pegaram em armas para defender e restaurar o Estado germânico, porque justo nesse momento nascia na Alemanha a idéia de um grande Estado pangermânico. Enquanto o povo espanhol insurgiu-se por inteiro contra o impudente e poderoso raptor da liberdade da pátria e da soberania nacional.

Desde então, a Espanha não adormeceu; e, durante sessenta anos, buscando sem cessar novas formas de vida, conheceu todos os tormentos. Pobre Espanha, o que ela não experimentou! Da monarquia absoluta, restaurada por duas vezes, ao regime constitucional da Rainha Isabel, de Espartero a Narvaez, de Narvaez a Prim, e deste ao rei Amadeu, a Sagasta e a Zorilla, parece que ela desejou tentar todas as formas possíveis e imagináveis de monarquia constitucional; e todas se revelaram mesquinhas, ruinosas, inaceitáveis. Inaceitável parece também, hoje, a república conservadora, isto é, o domínio dos especuladores, dos ricos proprietários e dos banqueiros, sob aparências republicanas. E tão inaceitável revelar-se-á, em breve, a Federação política de tipo pequeno-burguês copiada da Confederação Helvética.

O demônio do socialismo revolucionário apoderou-se em verdade da Espanha. Os camponeses de Andaluzia e Estremadura, sem nada pedir a ninguém e sem esperar instruções a quem quer que seja, apoderaram-se e apoderam-se ainda, todos os dias, das terras dos antigos proprietários fundiários. A Catalunha, Barcelona à frente, decreta em alta voz sua soberania. O povo de Madri proclama a República Federal e não aceita que a revolução seja submissa às futuras decisões absolutistas da Assembléa Constituinte. Nas províncias do Norte, em hipótese nas mãos da reação carlista, a revolução social está de modo manifesto em marcha: os *fuetos*⁴ são proclamados, assim como a autonomia das províncias e comunas, enquanto as atas judiciais e civis são queimadas; em toda a Espanha, a tropa fraterniza com o povo e expulsa seus oficiais. A bancarrota geral, pública e privada — primeira condição da revolução social e econômica —, começa.

Em resumo, a destruição e a desagregação são completas e tudo jaz por terra, destruído ou corroído, por dentro, pela podridão. Não há mais finanças, exército, tribunais, polícia; não há mais forças governamentais, não há mais Estado; só o povo permanece de pé, poderoso, com frescor e boa disposição, animado, doravante, apenas pela paixão revolucionária socialista. Sob a direção coletiva da Internacional e da Aliança dos Revolucionários Socialistas, ele reúne e organiza suas forças e se prepara para fundar, sobre as ruínas do Estado e do mundo burguês em decomposição, a sociedade do homem-trabalhador emancipado.

A Itália está tão perto da revolução quanto a Espanha. Lá também, a despeito das tentativas dos monarquistas constitucionais, e até mesmo dos esforços, heróicos, embora inúteis, de dois grandes condutores de homens, Mazzini e Garibaldi, o conceito estatista não deitou e nunca deitará raízes porque é contrário ao espírito, às aspirações instintivas e a todas as necessidades materiais atuais do imenso proletariado das cidades e dos campos.

Assim como a Espanha, a Itália, onde, já faz muito tempo, perderam-se as tradições centralizadoras e unitárias da Roma antiga, tradições que sobrevivem nas obras de Dante, de Maquiavel, e em certos escritos políticos modernos, mas jamais na memória do povo, a Itália, digo, só guardou viva a tradição da autonomia absoluta, nem mesmo das províncias, mas só das comunas. Acrescentai a este único conceito político, que existe de verdade no povo, a dessemelhança histórica e étnica das províncias, que falam dialetos tão diferentes que os habitantes de uma província têm dificuldade de compreender, e, às vezes, não compreendem, de modo algum, os habitantes das outras. Está claro, assim, que a Itália está longe de ter realizado o ideal político moderno que é o Estado unificado. Isto, porém, não quer dizer que a Itália esteja socialmente desunida. Ao contrário, apesar das diferenças de dialetos, costumes e hábitos, existe um caráter geral e um tipo italianos, segundo os quais distinguireis, de imediato, um italiano de um homem de outra origem, mesmo meridional.

Por outro lado, uma comunidade real de interesses materiais e uma singular identidade de aspirações morais e culturais unem do modo mais estreito e selam entre si todas as províncias italianas. Porém, observar-se-á que todos esses interesses, bem como essas aspirações, insurgem-se justo contra a unidade política obtida pela coerção e tendem, ao contrário, a

realizar a unidade social; desta maneira, pode-se dizer e demonstrar, por fatos inumeráveis extraídos da vida italiana de hoje, que a unidade política ou estatal, imposta pela violência, tem como resultado dividir em nível social, a Itália; e a abolição do Estado moderno italiano terá, necessariamente, como efeito, permitir à Itália realizar, com liberdade, sua unidade social.

Tudo isso, é claro, aplica-se só às massas populares, pois nas camadas superiores da burguesia italiana, assim como nos outros países, ao mesmo tempo em que se opera a unidade estatal, desenvolve-se e amplia-se cada vez mais a unidade social da classe dos exploradores privilegiados do trabalho do povo.

Esta classe é hoje designada na Itália sob o termo geral de *consorteria*.³ A *consorteria* engloba todo o mundo oficial, burocrático e militar, policial e judicial; o mundo dos grandes proprietários, industriais, negociantes e banqueiros; o conjunto dos advogados e literatos oficiais ou oficiosos, assim como o parlamento, cuja direita se beneficia, atualmente, de todas as vantagens do poder, enquanto a esquerda faz tudo o que pode, para dele apoderar-se.

Assim, na Itália, existe, como em todos os lugares, um mundo político uno e indivisível, composto de rapaces, que despedaçam o país em nome do Estado e o conduziram, para o maior proveito deste Estado, ao último grau da miséria e do desespero.

A miséria mais atroz, contudo, mesmo quando atinge muitos milhões de proletários, não é uma condição suficiente para que ecloda a revolução. O homem é dotado, por natureza, de uma incrível paciência, que, para dizer a verdade, raia, às vezes, ao desespero, e só o Diabo sabe o que o indivíduo é capaz de suportar, quando, ao mesmo tempo que a miséria, que o condena a privações inauditas e a morrer lentamente de fome, é, além de tudo, gratificado com uma pobreza de espírito, uma sensibilidade adormecida, uma ignorância completa de seus direitos e dessa resignação inabalável, assim como dessa obediência que, entre as diferentes Nações, caracteriza sobretudo os habitantes da Índia Oriental e os alemães. Este gênero de indivíduo nunca terá sobressaltos; morrerá, mas não se revoltará.

Porém, quando o levam ao desespero, sua revolta se torna mais certa. O desespero é um sentimento violento, apaixonado. Tira o indivíduo de

seu sofrimento inconsciente e semiletárgico e pressupõe que este já tenha o sentimento mais ou menos claro de que uma melhora de sua condição é possível, sem que ele tenha, todavia, a esperança de consegui-la.

Ao fim de contas, ninguém pode permanecer atormentado indefinidamente pelo desespero: este conduz bem rápido o indivíduo à morte ou à ação. A qual ação? É evidente que à ação para emancipar-se e conquistar melhores condições de existência. Até o alemão, forçado ao desespero, deixa de ser um simples raciocinador; mas muitos, muitos ferimentos de amor-próprio, vexames, sofrimentos e males de todos os tipos são necessários para levá-lo ao desespero.

Ora, a miséria, mesmo unida ao desespero, não basta para suscitar a revolução social. Ambas são capazes de provocar revoltas individuais ou, a rigor, insurreições locais, mas não são determinantes para sublevar massas populares inteiras. Para isto, ainda é preciso um ideal, que sempre surge historicamente das profundezas do instinto popular, educado, amplificado e esclarecido por uma série de fatos marcantes, de experiências duras e amargas — é preciso, digo, uma idéia geral de seu direito e uma fé profunda, ardente, pode-se até mesmo dizer, religiosa, nesse direito. Quando esse ideal e essa fé encontram-se reunidas no povo, lado a lado com a miséria que o força ao desespero, então a revolução social está próxima, inelutável e não há força que possa impedi-la.

É nesta situação que se encontra, de forma precisa, o povo italiano. A miséria e os sofrimentos de todos os tipos que ele suporta são horríveis e cedem bem pouco àqueles que afligem o povo russo. Ao mesmo tempo, porém, no proletariado italiano, em um grau mais elevado do que no proletariado russo, desenvolveu-se uma consciência revolucionária apaixonante, que, dia após dia, afirma-se com maior clareza e força. Inteligente e apaixonado por natureza, o proletariado italiano começa, afinal, a compreender aquilo de que necessita e o que deve querer para chegar a uma emancipação total e geral. Em relação a isso, a propaganda da Internacional, que só foi conduzida com energia e numa ampla escala nestes dois últimos anos, prestou-lhe um imenso serviço. Ela lhe deu, ou melhor, fez nascer nele este ideal esboçado em grandes traços por seu instinto mais profundo, sem o qual, como dissemos, uma insurreição do povo, quaisquer que sejam seus sofrimentos, é absolutamente impossível;⁶ ela lhe mostrou

o objetivo a alcançar, ao mesmo tempo que lhe indicava o caminho a seguir e os meios a empregar para organizar a força popular.

Este ideal aparece ao povo, de início, como o fim da privação, da miséria e a plena e completa satisfação de todas as suas necessidades materiais pelo trabalho coletivo, obrigatório e igual para todos; em seguida, como o fim do patronato, de toda dominação, e a livre organização de sua vida social, segundo suas aspirações, não de cima para baixo, como no Estado, mas de baixo para cima, pelo próprio povo, fora dos governos e dos parlamentos de qualquer espécie; como a aliança das associações de trabalhadores agrícolas e industriais, das comunas, das regiões e das nações; e, enfim, num futuro mais distante, como a fraternidade universal cujo triunfo se afirmará sobre os escombros de todos os Estados.

É significativo que na Itália, assim como na Espanha, o programa estatista-comunista de Marx não tenha tido o mínimo êxito e que, ao contrário, tenha sido adotado ampla e ardorosamente o programa da ilustre Aliança dos Revolucionários Socialistas, a qual declarou guerra implacável a todo domínio ou tutela governamental, a todo poder e a toda autoridade.

Nessas condições, o povo pode emancipar-se, fundar e organizar sua própria vida sobre a mais ampla liberdade de todos e de cada um; é por isso que não se deve temer, nem da Espanha nem da Itália, uma política de conquista; ao contrário, deve-se esperar delas, a curto prazo, a revolução social.

Pelas mesmas razões, mas sobretudo por causa de sua fraca importância política, os pequenos Estados, tais como a Suíça, a Bélgica, a Holanda, a Dinamarca e a Suécia, não ameaçam ninguém, mas, ao contrário, têm muitos motivos para temer as intenções anexionistas do novo império alemão.

Restam a Áustria, a Rússia e a Alemanha prussiana. Evocar a Áustria não é falar de um doente, sofrendo de mal incurável, que caminha a largos passos para o túmulo? Este império, criado pelos laços dinásticos e pela força das armas, composto, além do mais, de quatro raças antagônicas, que não se amam de modo algum, sob a hegemonia da raça alemã, por unanimidade detestada pelas outras três, e formando apenas um quarto do conjunto da população, constituída por metade de eslavos, que exigem sua autonomia e, ultimamente, cindiram-se em dois Estados, um magiar-

eslavo, o outro germano-eslavo — este império, digamos, podia manter-se enquanto nele predominava o despotismo militar e policial. Durante os últimos vinte e cinco anos, recebeu três golpes mortais. Uma primeira derrota foi-lhe infligida pela Revolução de 1848, que pôs fim ao antigo regime e ao governo do príncipe Metternich. Em seguida, continuou sua precária existência utilizando meios heróicos e revigorantes mais diversos. Em 1849, salvo pelo imperador Nicolau, o império da Áustria pôs-se — sob a inspiração de um arrogante oligarca, o príncipe Schwarzenberg, e de um jesuíta eslavófilo, o conde de Thun, que redigiu a Concordata — para buscar a salvação na reação política e clerical mais negra e na instituição, em todas as suas províncias, de uma centralização total e impiedosa, que não levava em conta as diferenças nacionais. A segunda derrota, porém, devida a Napoleão III, em 1859, demonstrou que a centralização militar e burocrática não podia salvá-lo.

A partir desse momento, o império caiu no liberalismo. Mandou vir da Saxônia o desajeitado e infeliz rival do príncipe (que ainda era conde) Bismarck, o barão Beust, e se pôs, com desespero, a libertar seus povos; mas, ao libertá-los, procurava também salvar sua unidade estatista, isto é, resolver um problema simplesmente insolúvel.

Era necessário, ao mesmo tempo, dar satisfação às quatro raças principais que povoam o império: eslavos, alemães, magiares e valáquios,⁷ não só muito diferentes por sua natureza, por sua língua, como por seu caráter e seu nível de cultura, mas ainda em grande parte hostis entre si; desde então, não se podia e não se pode ainda mantê-las nos laços do Estado, senão pela coação governamental.

Era também preciso satisfazer os alemães, cuja maioria, ao mesmo tempo que se esforçava para obter, pela intensa luta, a Constituição mais liberal-democrática, exigia com ruído e obstinação que lhes fosse mantido o *direito antigo* de deter a supremacia política na monarquia austríaca, conquanto, com os judeus, formassem apenas um quarto da população.

Essa é uma nova prova dessa verdade que defendemos, de forma incansável, convencidos de que de sua compreensão universal depende a solução imediata de todos os problemas sociais, isto é, que o Estado, seja ele qual for, mesmo assumindo as formas mais liberais e mais democráticas, está necessariamente fundado na supremacia, no domínio, na

violência, isto é, no despotismo, camuflado se se preferir, mas neste caso ainda mais perigoso.

Os alemães, autoritários e burocratas por natureza, pode-se dizer, fundamentam suas pretensões sobre seu direito histórico, isto é, o direito de conquista e de antigüidade, de um lado e, de outro, sobre a pseudo-superioridade de sua cultura. No final deste prefácio, teremos a ocasião de mostrar até onde vão suas pretensões. Limitemo-nos, no momento, aos alemães da Áustria, embora seja difícil separar suas pretensões daquelas dos alemães em geral.

Nestes últimos anos, os alemães da Áustria compreenderam, com pesar, que deviam renunciar, pelo menos no início, ao domínio sobre os magiares, aos quais eles por fim reconheceram o direito a uma existência autônoma. De todas as raças, que povoam o império da Áustria, os magiares são, depois dos alemães, o povo mais impregnado pelo espírito estatista; apesar das perseguições mais cruéis e das medidas mais draconianas pelas quais, durante nove anos, de 1850 a 1859, o governo austríaco tentou quebrar sua resistência, não apenas não renunciaram à sua autonomia nacional, como ainda defenderam e mantiveram seu direito, segundo eles, igual ao direito histórico, de estender seu domínio sobre todas as outras raças que vivem na Hungria, se bem que eles próprios só representem um pouco mais de um terço da população do reino.⁸

Dessa forma, o infeliz império da Áustria cindiu-se em dois Estados, quase de força idêntica, simplesmente reunidos sob uma mesma coroa: a Cisleitânia ou Estado eslavo-alemão com 20.500.000 (dos quais 7.200.000 alemães e judeus, 11.500.000 eslavos e cerca de 1.800.000 italianos e descendentes de outras raças) e a Transleitânia ou Estado húngaro, ou, melhor, magiar-eslavo e germano-romeno.

Observar-se-á que nenhum destes dois Estados, mesmo em sua constituição interna, representa uma força potencial, nem presente, nem mesmo futura.

No reino da Hungria, a despeito de uma Constituição liberal e da incontestável habilidade dos dirigentes magiares, a luta das raças, este mal crônico da monarquia austríaca, não se acalmou de forma alguma. A maioria da população submissa aos magiares não os ama e nunca consentirá em aceitar de bom grado seu jugo, originando, por conseguinte, entre esta

parte da população e os magiares, uma luta sem trégua, com os eslavos apoiando-se nos eslavos dos antigos territórios turcos e os romenos na população irmã da Valáquia, da Moldávia, da Bessarábia e de Bucovina; os magiares, que constituem apenas um terço da população, devem, por bem ou por mal, procurar apoio e proteção em Viena; e a Viena imperial, que não pode digerir o separatismo magiar e nutre, como todos os governos dinásticos em decadência, a secreta esperança de restabelecer milagrosamente sua força perdida, regozija-se com essas querelas intestinas, que impedem o reino da Hungria de estabilizar-se e, em segredo, estimula as paixões eslavas e romenas contra os magiares.

Os governantes e os políticos magiares não o ignoram e mantêm, por sua vez, relações secretas com o príncipe Bismarck, que, prevendo uma guerra inevitável contra o império da Áustria, condenado a desaparecer, dá os primeiros passos em direção aos magiares.

A Cisleitânia, ou o Estado germano-eslavo, encontra-se numa situação que não é nem um pouco melhor. Lá, um pouco mais de sete milhões de alemães, incluindo os judeus, têm a pretensão de governar onze milhões e meio de eslavos. Esta pretensão é, sem dúvida, estranha. Pode-se dizer que, desde os tempos mais longínquos, a missão histórica dos alemães foi a de conquistar as terras eslavas, exterminar, pacificar e civilizar, isto é, germanizar os eslavos ou fazer deles pequeno-burgueses. Daí nasceu, no decorrer da História, entre estes dois povos, um profundo ódio mútuo, mantido de ambos os lados pelo particularismo de cada um deles.

Os eslavos odeiam os alemães como todos os vencedores odeiam os povos subjugados, mas não resignados e, no fundo deles próprios, insubmissos. Os alemães detestam os eslavos, como de hábito os senhores detestam seus escravos; eles os detestam por causa do ódio bem merecido, que atraíram para si; e, também, por causa desse temor instintivo e constante, que suscita neles a idéia indestrutível e a esperança que os eslavos possuem de se libertarem um dia.

Como todos os conquistadores de territórios estrangeiros e escravizadores de povos, os alemães têm, simultânea — e muito injustamente — ódio e desprezo pelos eslavos. Já explicamos as razões deste ódio; quanto a seu desprezo, procede do fato de que os eslavos não puderam ou não quiseram se deixar germanizar. Deve-se observar que os alemães da Prússia

censuram amargamente e de modo mais sério os alemães da Áustria — indo quase a acusar o governo austríaco de traição — por não ter sabido germanizar os eslavos. Segundo eles, e, no fundo, têm razão, não há maior crime contra os interesses patrióticos comuns a todos os alemães, contra o *pangermanismo*.

Ameaçados, ou melhor, desde já perseguidos por todos os lados, se não esmagados por esse pangermanismo execrável, os eslavos da Áustria, com exceção dos poloneses, opuseram-lhe uma repugnante asneira, não menos contrária à liberdade e mortal para o ideal do povo: o pan-eslavismo.⁹

Não afirmamos que todos os eslavos da Áustria, exceto os poloneses, estejam animados por este ideal tão monstruoso quanto perigoso, ao qual, constatemo-lo, os eslavos dos antigos territórios turcos, apesar das intrigas dos agentes da Rússia, que vão e vêm entre eles, manifestam muito pouca simpatia. Entretanto, a esperança de serem libertados pelo libertador de São Petersburgo é bastante disseminada entre os eslavos da Áustria. Um ódio atroz e, acrescentemos, perfeitamente legítimo, faz-lhes perder a cabeça a ponto de que, tendo esquecido ou ignorado as desgraças, esmagam a Lituânia, a Polônia, a Pequena-Rússia, e o próprio povo da Grande Rússia, sob o despotismo de Moscou e de São Petersburgo, estão a esperar a salvação de nosso czar-cnute de todas as Rússias!

Não devemos nos surpreender com que esperanças tão absurdas tenham podido nascer nas massas eslavas. Elas não conhecem a História, ignoram até o que se passa dentro da Rússia e apenas ouviram dizer que, contra os alemães, e mesmo sob seu nariz, formou-se um imenso império, supostamente eslavo puro e de tamanha força que os alemães execrados tremem diante dele. Se os alemães tremem, é porque os eslavos devem se regozijar; se os alemães odeiam este império, é porque os eslavos devem amá-lo!

Tudo isso é muito natural. Contudo, é estranho, triste e imperdoável que na classe culta dos eslavos da Áustria se tenha formado todo um partido, à frente do qual homens experimentados, inteligentes e cientes das coisas, preconizam abertamente o pan-eslavismo ou, pelo menos, no espírito de alguns, a libertação dos povos eslavos por meio de uma poderosa intervenção da Rússia e, no espírito de outros, a formação de um *grande reino eslavo*, sob o cetro do czar da Rússia.

Observar-se-á até que ponto esta maldita civilização alemã, por essência burguesa e, por isto mesmo, profundamente estatista, conseguiu infiltrar-se na alma dos próprios patriotas eslavos. Nascidos numa sociedade burguesa germanizada, educados nas escolas e nas universidades alemãs, habituados a pensar, a sentir e a ver da mesma maneira que os alemães, teriam sido perfeitos alemães se o objetivo que eles buscam não fosse em si mesmo antialemão: por vias e meios emprestados dos alemães, querem e acreditam poder libertar os eslavos do jugo germânico. Não podendo conceber, em razão de sua educação alemã, outro meio de obter sua libertação senão formando Estados eslavos ou um grande e único Estado eslavo, fixam-se, neste caso, também, um objetivo por excelência alemão, pois um Estado moderno, centralizado, burocrático, militar e policial, como, por exemplo, o novo império alemão ou o império de todas as Rússias, é uma criação por essência germânica; na Rússia, outrora, o elemento tártaro formava, neste Estado, uma parte da aliança, mas a Alemanha não precisa, hoje, é evidente, da civilidade tártara.

Por seu temperamento e sua natureza, os eslavos não são de modo algum um povo político, isto é, apto a formar um Estado. É em vão que os tchecos evocam seu grande reino da Morávia e, os sérvios, o do Dusham. Estes são apenas episódios efêmeros ou velhas lendas. O certo é que nenhum povo eslavo criou por si um Estado.

A monarquia-república polonesa formou-se sob a dupla influência germânica e latina, depois que o povo camponês curvou-se por completo sob o jugo da nobreza, a qual, segundo a opinião de muitos historiadores e escritores poloneses (entre outros Mickiewicz), não era sequer de origem eslava.

O reino da Boêmia ou da Tcheco-Eslováquia foi amalgamado segundo os mais puros métodos em uso entre os alemães e sob sua influência direta, o que explica o fato de que a Boêmia se tornou, de forma rápida, membro orgânico e parte indivisível do império germânico.

Quanto à história do império russo e de sua fundação, todos a conhecem; lá se encontram associados o crute tártaro, a bênção de Bizâncio e a grandeza burocrática, militar e policial da Alemanha. O pobre povo da Grande Rússia e, depois dele, outros povos, da Pequena-Rússia, da Lituânia e da Polônia, só participaram de sua fundação com sua coluna vertebral.

Assim, é indubitável que os eslavos, por si próprios ou por sua iniciativa, nunca formaram um Estado; e nunca formaram porque nunca foram um povo conquistador. Só os povos conquistadores criam o Estado, e o criam necessariamente em seu proveito, a expensas dos povos subjugados.

Os eslavos eram um povo, por essência, pacífico e agrícola. O espírito militar, que animava os povos germânicos, era-lhes estranho; e, por isto, eram fechados às tendências estatistas, que se manifestaram desde o início entre os germanos. Vivendo em separado e com toda independência em suas comunidades, administradas, segundo o costume patriarcal, pelos idosos, designados segundo o princípio eletivo, e todos usufruindo com igualdade das terras da comunidade, não possuíam entre eles nem nobreza, por eles ignorada, nem mesmo padres formando uma casta à parte, eram iguais entre eles, realizando, é verdade, sob uma forma ainda patriarcal e, por conseguinte, imperfeita, a idéia da fraternidade humana. Não existiam laços políticos permanentes entre as comunidades. Diante de um perigo comum, uma agressão por parte de um povo estrangeiro, por exemplo, concluíam uma aliança defensiva, mas, tão logo desaparecia o perigo, esta sombra de associação política sumia. Assim, nunca houve e nunca pôde haver Estado eslavo. Existia, porém, ao contrário, um laço social, fraterno entre todos os povos eslavos, hospitaleiros ao mais elevado grau.

Concebe-se que, com uma organização desse gênero, os eslavos se encontravam sem defesa diante das incursões e das conquistas dos povos guerreiros, em particular dos germanos, que buscavam estender seu domínio a todos os lugares. Em parte exterminados, os eslavos foram, em sua maioria, subjugados pelos turcos, pelos tártaros, pelos magiares e, sobretudo, pelos alemães.

A partir da segunda metade do século X, começa a história de sua vida de escravos, história atormentada, mas também heróica. Durante uma luta feroz, incessante, de vários séculos, contra os conquistadores, os eslavos derramaram muito sangue por suas independências locais. Desde o século XI, estamos em presença de dois acontecimentos: a insurreição geral dos pagãos eslavos, estabelecidos entre os rios Oder e Elba e o mar Báltico, contra os cavaleiros e os padres teutônicos, e a não menos famosa sedição dos servos poloneses contra o domínio da nobreza. Em seguida, até o século XV, esporádica, tenebrosa, mas incansável, prossegue a luta

dos eslavos ocidentais contra os alemães, dos eslavos do Sul contra os turcos, dos eslavos do Noroeste contra os tártaros.

No século XV, vemos desenrolar-se, vitoriosa desta vez, mas também por essência popular, a grande revolução dos hussitas tchecos. Deixando de lado seu dogma religioso que, constatemos, era sem comparação bem mais próximo da idéia de fraternidade humana e de liberdade do povo do que o dogma católico, e do dogma protestante que o sucedeu, chamamos a atenção sobre o caráter por excelência social e antiestatista desta revolução. Foi a revolta da comunidade eslava contra o Estado alemão.

No século XVII, em conseqüência das traições sucessivas da pequena burguesia de Praga, semigermanizada, os hussitas foram em definitivo vencidos. Quase a metade da população tcheca foi massacrada, enquanto as terras eram distribuídas aos colonos vindos da Alemanha. Os alemães, e com eles os jesuítas, eram os triunfadores; durante dois séculos, depois desta sangrenta derrota, o mundo eslavo ocidental permaneceu inerte, mudo, sob o jugo da Igreja Católica e do germanismo triunfante. Na mesma época, os eslavos do Sul levavam uma vida de escravos sob o domínio do povo magiar ou sob o jugo dos turcos. Porém, em compensação, a revolta dos eslavos, em nome dos mesmos princípios populares e comunitários, eclodiu no Nordeste.

Sem falar da luta feroz sustentada, no século XVI, por Novgorod, a Grande, Pskov e outras províncias contra os czares moscovitas, nem do apoio da milícia aliada da Assembléia da terra russa contra o rei da Polônia, os jesuítas, os boiardos moscovitas e, de maneira geral, contra a predominância de Moscou no início do século XVII, lembremos a célebre revolta das populações da Pequena-Rússia e da Lituânia contra a nobreza polonesa e, depois dela, a revolta ainda mais violenta dos camponeses do Volga sob a liderança de Stenka Razin; enfim, cem anos mais tarde, a sedição não menos célebre de Pugatchev. Em todos esses movimentos, insurreições e revoltas essencialmente populares, encontramos o mesmo ódio contra o Estado, a mesma aspiração a uma sociedade camponesa, livre e comunitária.

Enfim, o século XIX pode ser denominado de "o século do despertar geral do povo eslavo". Não falemos da Polônia. Ela nunca fechou os olhos, pois, após o ato de banditismo, que lhe roubou a liberdade, a qual, é

verdade, não era a liberdade do povo, mas sim a da nobreza e do Estado, desde sua partilha entre três potências rapaces, nunca cessou de combater, e, o que quer que Muraviev e Bismarck possam fazer, ela se revoltará, enquanto não tiver reconquistado sua liberdade. Infelizmente para a Polônia, seus partidos dirigentes, compostos em sua maioria pela nobreza, não estão decididos a abandonar seu programa nacional; e, ao invés de buscar a libertação e a renovação de sua pátria na revolução social, acreditam, obedecendo às velhas tradições, encontrar ambas, ora na proteção de um Napoleão, ora na aliança com os jesuítas e os feudelistas austríacos.

Nosso século, porém, também viu o despertar dos eslavos ocidentais e do Sul. A despeito dos esforços dos políticos, dos policiais e dos civilizadores alemães, a Boêmia, após três séculos de sono, despertou de novo como um país puramente eslavo e se tornou o centro natural de todo o movimento eslavo do Ocidente. A Sérvia turca se tornou, também, o centro de todo movimento eslavo do Sul.

Porém, com o renascimento dos povos eslavos, apresenta-se uma questão de extrema importância, pode-se até mesmo dizer decisiva.

Em que condições este renascimento deve se realizar? Seguindo o antigo meio da hegemonia do Estado ou o da libertação efetiva de todos os povos, pelo menos, de todos os povos europeus, e de todo o proletariado, de qualquer jugo que seja e, de início, do jugo estatista?

Devem e podem os eslavos libertar-se do domínio estrangeiro, sobretudo do domínio germânico, para eles o mais odiável, recorrendo, por sua vez, ao método alemão de conquista, rapina e coação, para obrigar as massas populares eslavas subjugadas a serem o que elas execram: antes fiéis súditos alemães, doravante bons súditos eslavos, ou, ao contrário, insurgindo-se, de forma solidária, com todo o proletariado europeu, por intermédio da revolução social?

Todo o futuro dos eslavos depende da escolha que eles farão entre estas duas soluções. Por qual devem, portanto, se decidir?

Segundo nossa opinião, formular a questão é resolvê-la. Por mais sábio que tenha sido o julgamento do rei Salomão, o passado nunca se repete. O Estado moderno, que nada mais faz senão realizar o velho conceito de domínio, assim como o Cristianismo realiza a última forma da fé teológica ou da servidão religiosa; o Estado burocrático, militar, policial e centra-

lizado, que aspira por necessidade, em razão de sua própria natureza, a conquistar, subjugar, sufocar tudo o que, em torno dele, existe, vive, gravita, respira; este Estado, que encontrou sua última expressão no império pangermânico, teve sua época. Seus dias estão contados e todos os povos esperam, de seu desmoronamento, sua libertação definitiva.

Caberá aos eslavos dar, por sua vez, uma resposta execrada pelos indivíduos, pelos povos, e hoje condenada pela História? E por que a fariam? Não há nisso nenhum tipo de honra, ao contrário, apenas crime, opróbrio, maldição dos contemporâneos e de seus descendentes. Estariam os eslavos com inveja do ódio que os alemães extraíram, para si, de todos os outros povos europeus? Agradar-lhes-ia representar o papel de Deus universal? Ao diabo, pois, todos os eslavos e todo seu futuro militar se, após vários séculos de escravidão, de martírio, de mordaca, trouxessem à Humanidade novos grilhões!

E qual seria o interesse disso para os eslavos? Que proveito as massas populares eslavas extrairiam de um grande Estado? Estados deste gênero oferecem uma vantagem indubitável, não para os milhões de proletários, mas para a minoria privilegiada, o clero, a nobreza, a burguesia, isto é, a classe culta, esta classe que, em nome de sua erudição titulada e de sua pretensa superioridade intelectual, imagina-se destinada a governar as massas; uma vantagem, digamos, para alguns milhares de opressores, cartascos e exploradores do proletariado. Para o próprio proletariado, para as massas operárias miseráveis, quanto maior o Estado, mais pesados serão os grilhões e mais sufocantes as prisões.

Dissemos e demonstramos, antes, que a sociedade só pode constituir e permanecer um Estado se ela se transforma em Estado conquistador. A mesma concorrência que, no plano econômico, esmaga e devora os pequenos, e até mesmo os médios capitais, estabelecimentos industriais, propriedades fundiárias e casas de comércio, esmaga e devora os pequenos e médios Estados, em proveito dos impérios. Doravante, todo Estado que não se contentar em existir no papel e pela graça de seus vizinhos, pelo tempo que estes quiserem tolerar, mas desejar ser um Estado real, soberano, independente, deve ser necessariamente um Estado conquistador.

Ser um Estado conquistador, todavia, significa que se é obrigado a manter subjogados pela violência muitos milhões de indivíduos de uma

nação estrangeira. E onde quer que triunfe a força militar, adeus liberdade! Adeus sobretudo à liberdade e ao bem-estar para o povo trabalhador. Conclui-se daí que a formação de um grande Estado eslavo resultaria numa vasta escravidão para o povo eslavo.

“Porém, responderão os estatistas eslavos, não queremos um Estado grande e único; pedimos, ao contrário, a formação de vários Estados puramente eslavos.” Ora, esta opinião é contrária à lógica e aos ensinamentos da História, e, até mesmo, à força das coisas; nenhum Estado médio pode hoje ter existência independente. Isto quer dizer que não haverá Estados eslavos, ou, então, que haverá um único, um grande Estado pan-eslavo, que absorverá todos os outros, um Estado-cnute petersburguês.

De resto, poderia um Estado eslavo lutar contra o enorme poderio do novo império pangermânico, se ele próprio não fosse grande e forte? Nunca se deve contar com a ação combinada de vários Estados separados, ligados apenas por interesses, porque a reunião de organizações e de forças díspares, sejam elas iguais ou mesmo superiores em número às do adversário, são, apesar de tudo, mais fracas do que estas últimas, pois estas são homogêneas e seu mecanismo obedece a um único pensamento, a uma única vontade, mais firme e menos complexa; nunca se deve contar, dizia eu, com a ação combinada de vários Estados, mesmo quando seus próprios interesses exigissem esta ação. Os governantes, assim como os simples mortais, são, em sua maioria, atingidos pela cegueira, o que os impede de ver, para além dos interesses e das paixões, o que, acima de tudo, sua própria situação exige.

Em 1863, o interesse da França, da Inglaterra, da Suécia, e até da Áustria, era apoiar a Polônia contra a Rússia; entretanto, ninguém se mexeu. Em 1864, um interesse ainda mais evidente ordenava à Inglaterra, à França, e, em particular, à Suécia, senão à Rússia, tomar a defesa da Dinamarca ameaçada pelas conquistas prusso-austriacas, na realidade prusso-alemãs; de novo, ninguém se manifestou. Enfim, em 1870, a Inglaterra, a Rússia e a Áustria, sem falar dos pequenos Estados nórdicos, deveriam ter-se oposto, em seu próprio interesse, a que as tropas prusso-alemãs vitoriosas não invadissem a França até às portas de Paris e, por muito pouco, até a região sul; desta vez ainda, ninguém interveio, e foi apenas quando a hegemonia alemã, recém-criada, tornou-se uma ameaça

para todo mundo, que as potências compreenderam que deveriam ter agido, mas já era muito tarde.

Dessa forma, não se deve contar com a inteligência governamental dos países vizinhos, mas com as próprias forças, e estas devem ao menos ser iguais às forças do adversário. Portanto, nenhum Estado eslavo, tomado em separado, seria capaz de resistir a um ataque do império pangermânico.

Contudo, não seria possível opor à centralização pangermânica uma Federação Pan-eslava, isto é, uma Confederação de Estados Eslavos soberanos ou associados, do tipo daqueles da América do Norte ou da Suíça? A esta pergunta devemos, também, responder de forma negativa.

De início, uma confederação deste tipo só se poderia formar se o império russo desmoronasse e se dissociasse num certo número de Estados, separados ou ligados entre si, por simples laços federais, pois o respeito pela soberania e pela liberdade dos pequenos, e até dos Estados eslavos médios, que formariam essa confederação, seria inconcebível enquanto existisse este imenso império.

Admitamos que o império de São Petersburgo venha a cindir-se em um grande ou um pequeno número de Estados livres, e que a Polônia, a Boêmia, a Sérvia, a Bulgária etc., organizada como Estados independentes, formassem com esses novos Estados russos, uma vasta confederação eslava. Neste caso, igualmente, acreditamos que essa confederação não estaria em condição de lutar contra a centralização pangermânica, pela simples razão de que a superioridade militar estará sempre do lado do Estado centralizado.

Uma confederação de Estados pode, até certo ponto, garantir a liberdade burguesa, mas não pode criar uma força militar nacional, pelo próprio fato de que é uma confederação; uma força nacional requer necessariamente um Estado centralizado. Citar-nos-ão os exemplos da Suíça e dos Estados Unidos da América do Norte. A Suíça, porém, justo por causa do desenvolvimento de suas forças nacionais e militares, tende, hoje, de modo manifesto, à centralização, enquanto os Estados Unidos só puderam, até o momento, permanecer uma confederação, porque, no continente norte-americano, a grande República não tem, em sua vizinhança, um poderoso Estado centralizado do tipo da Rússia, da Alemanha ou da França.

Assim, pois, para se opor, no plano político ou nacional, ao pangermanismo triunfante, só resta um meio: formar um Estado pan-eslavo. Sob todos os outros aspectos, este meio apresenta as piores inconveniências para os eslavos, pois teria, de forma necessária, como consequência, colocá-los em servidão sob o coute pan-russo. Contudo, seria pelo menos um bom meio, para alcançar o objetivo, a abolição da hegemonia alemã e a sujeição dos alemães ao jugo pan-eslavo, isto é, ao jugo imperial de São Petersburgo?

Não só não seria um bom meio, mas é provável ainda que este meio não bastasse. Há, sobre o continente europeu, 50 milhões e meio de alemães (inclusive, é evidente, os 9 milhões de alemães da Áustria). Ora, admitamos que o sonho dos patriotas alemães se realize e que entrem, para o império germânico, a parte flamenga da Bélgica, da Holanda, da Suíça alemã, a totalidade da Dinamarca e mesmo da Suécia e da Noruega, que, juntas, formam uma população um pouco superior a 15 milhões de indivíduos. E depois? Haveria no máximo, na Europa, 66 milhões de alemães, e existem cerca de 90 milhões de eslavos. Sob o aspecto numérico, os eslavos são, portanto, mais fortes do que os alemães, mas, apesar de a população eslava ultrapassar em quase um terço a população alemã, sustentamos que um Estado pan-eslavo nunca poderia igualar em poderio nem em força nacional e militar real o império pangermânico. Por quê? Porque os alemães têm no sangue, por instinto e por tradição, a paixão pela ordem e pela disciplina nacional, enquanto os eslavos, não só não têm esta paixão, como também obedecem a sentimentos diametralmente opostos; assim, para discipliná-los, é preciso mantê-los sob o porrete, enquanto todo alemão se submete de modo livre e com convicção. Sua liberdade consiste no fato de ele ser bem adestrado e inclinar-se de bom grado diante de tudo o que representa autoridade.

Além do mais, os alemães são um povo sério e trabalhador; são instruídos, econômicos, galantes, pontuais, previdentes, o que não os impede, quando necessário, e, sobretudo, quando seus chefes o exigem, de lutar de modo magnífico. Além disso, sua organização militar e administrativa alcançou o mais elevado grau da perfeição, o que nenhum outro povo jamais alcançará. Desta forma, é possível imaginar que os eslavos possam se comparar a eles no terreno da organização estatista?

Os alemães procuram no Estado sua vida e sua liberdade; para os eslavos, ao contrário, o Estado é um tûmulo. Eles devem buscar sua emancipação fora do Estado, não só na luta contra o Estado alemão, mas também na insurreição de todo o povo contra toda forma de Estado, isto é, na revolução social.

Os eslavos poderão se libertar, poderão destruir o Estado alemão que abominam, não por vãos esforços para subjugar, por sua vez, os alemães a seu domínio e transformá-los em escravos de seu Estado eslavo, mas apenas chamando-os à liberdade e à fraternidade universal sobre as ruínas de todos os Estados atuais. Contudo, os Estados não desmoronam por si mesmos; só a revolução social, englobando todos os povos, todas as raças, em todos os países do mundo, é capaz de destruí-los.

Organizar as forças populares para realizar esta revolução — esta é a tarefa, a única tarefa, dos homens sinceramente desejosos de libertar o povo eslavo do jugo secular. Esses precursores devem compreender o que, no passado, era sua fraqueza, quer dizer, sua incapacidade de constituir um Estado, hoje é sua força, constitui seu direito ao futuro e dá sentido a todos os seus movimentos nacionais atuais. Apesar do enorme desenvolvimento dos Estados modernos, e em razão mesmo desta evolução irreversível, que levou, por sinal, muito lógica e necessariamente, o próprio princípio da centralização estatista ao absurdo, salta aos olhos que os dias dos Estados e da citada centralização estão contados, e que está próximo o momento da completa emancipação das massas proletárias e de sua livre organização social, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência governamental, por meio de livres associações populares, econômicas, fundadas, acima das antigas fronteiras estatistas, quaisquer que sejam as diferenças de raça, sobre o trabalho produtor, do princípio até o fim humanizado e realizado com solidariedade em seus aspectos mais diversos.

Os precursores eslavos devem compreender, enfim, que passou o tempo em que podiam dedicar-se, de forma inocente, à Filologia eslava, e que nada é mais absurdo, e ao mesmo tempo mais nefasto, mais mortal, para o povo, do que fazer do pseudoprincípio da nacionalidade o ideal de todas as aspirações populares. A nacionalidade não é um princípio comum a toda a Humanidade, mas um fato histórico, limitado a uma região, um fato que possui o direito indubitável, como tudo que é real e sem perigo,

de se ver admitido por todo mundo. Cada nação, até cada pequena nação, possui seu caráter, sua maneira de viver, de exprimir-se, sentir, pensar e agir; e é este caráter, esta maneira de ser, que formam precisamente a essência da nacionalidade, o produto de toda uma época histórica e do conjunto das condições de existência do povo.

Todo povo, assim como todo indivíduo, são, bem ou mal, o que são, e possuem o direito indiscutível de ser eles próprios. Nisto reside todo o direito dito nacional. Porém, se um povo e um indivíduo têm uma forma de existência, e não podem ter outra, disto não decorre que tenham o direito ou que haja interesse para eles em fazer, um, de sua nacionalidade, o outro de sua individualidade, questões de princípio, e que devam carregar este fardo por toda sua vida. Ao contrário, quanto menos pensam em si próprios, mais se impregnam com a substância comum a toda a Humanidade, mais a nacionalidade do primeiro e a individualidade do segundo adquirem importância e sentido.

O mesmo acontece com os eslavos. Eles permanecerão neste estado de nulidade e de miséria extrema, enquanto continuarem a se interessar só por seu eslavismo estreito, egoísta e, ao mesmo tempo, abstrato, estranho e, por isso mesmo, oposto ao problema e à causa de toda a Humanidade. E, enquanto eslavos, só conquistarão seu legítimo lugar na História e na livre fraternidade das Nações quando estiverem inflamados, com os outros povos, por um ideal universal.

Em todas as épocas da História, um ideal comum a toda a Humanidade domina todos os outros ideais de caráter mais particular e exclusivamente nacional; e a nação ou as nações, que descobrem a vocação, isto é, bastante compreensão, paixão e energia para se consagrar por inteiro a este ideal comum, tornam-se Nações históricas por excelência. Os ideais, que dominaram em diferentes épocas da História, foram de ordem diversa. Assim, sem remontar muito longe, houve o ideal — menos humano do que divino, e, por isto mesmo, contrário à liberdade e ao bem-estar dos povos —, o ideal dominador e, no mais elevado grau, conquistador, da Religião e da Igreja católicas, e as Nações, que então se sentiram as mais dispostas e as mais aptas para se consagrar a este ideal — alemães, franceses, espanhóis e, em certa medida, poloneses —, foram, cada uma em sua esfera e por causa disto mesmo, Nações de primeira ordem.

Depois veio a época do Renascimento das Artes e das Letras e da revolta religiosa. O ideal do Renascimento, comum a toda a Humanidade, pôs em primeiro plano, de início, os italianos, em seguida, os franceses e, em grau menor, os ingleses, os holandeses e os alemães. Contudo, a revolta religiosa, que, antes, havia envolvido o sul da França, deu, no século XV, o primeiro lugar aos nossos hussitas eslavos. Após uma luta heróica, que durou um século, os hussitas foram esmagados, como antes deles os albigenses haviam sido. Foi então que a Reforma veio dar um novo impulso aos povos alemão, francês, inglês, holandês, suíço e escandinavo. Na Alemanha, ela perdeu rápido seu caráter de revolta, incompatível com o temperamento alemão e tomou o aspecto de uma pacífica reforma nacional, que logo serviu de fundamento ao despotismo estatista mais metódico, mais sistemático e mais hábil. Na França, após uma longa e sangrenta luta, que contribuiu, em larga escala, para desenvolver o livre pensamento neste país, os partidários da Reforma foram esmagados pelo catolicismo triunfante. Ao contrário, na Holanda, na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos, estes partidários criaram uma nova civilização, por essência antiestatista, mas de caráter econômico liberal-burguês.

Assim, pois, o movimento religioso, que desencadeou a Reforma e que atingiu a quase totalidade da Europa no século XVI, engendrou na Humanidade civilizada duas tendências fundamentais: uma tendência econômica liberal-burguesa dirigida, de início, pela Inglaterra e, mais tarde, pela Inglaterra e pela América do Norte; e uma tendência despótica, por essência burguesa e protestante — uma combinação proveniente, todavia, de uma fração da nobreza católica e, por sinal, inteiramente enfeudada ao Estado. Esta tendência era representada, sobretudo, pela França e pela Alemanha, austríaca, primeiro, prussiana, em seguida.

A Grande Revolução, que marcou o fim do século XVIII, colocou de novo a França em primeiro lugar. Ela criou um novo ideal, comum a toda a Humanidade, ideal de completa liberdade do indivíduo, mas de ordem estritamente política; este ideal trazia em si uma contradição insolúvel e, portanto, irrealizável, pois a liberdade política sem a igualdade econômica, ou, em outras palavras, a liberdade no Estado, é uma farsa.

Assim, a Revolução Francesa engendrou, por sua vez, duas tendências fundamentais, opostas entre si, em luta contínua e ao mesmo tempo

indissolúveis, digamos mesmo, necessariamente associadas na busca de um mesmo objetivo: a exploração sistemática do proletariado miserável em proveito de uma minoria de proprietários, cujo número diminui pouco a pouco, mas que se enriquece cada vez mais.

Uma tendência quer edificar, sobre esta exploração do trabalho do povo, uma República democrática; a outra, mais lógica, procura fundar sobre ela o Despotismo monárquico, isto é, francamente estatista, o Estado centralizado, burocrático e policial, a ditadura militar mal velada por inocentes formas constitucionais.

A primeira destas duas tendências esforça-se, hoje, sob a direção do Sr. Gambetta, em tomar o poder na França. A segunda, dirigida pelo príncipe Bismarck, já governa de forma soberana, a Alemanha prussiana.

É difícil dizer qual destas duas tendências é a mais favorável ou, de modo mais exato, a menos prejudicial, a menos nefasta ao povo, às massas miseráveis, ao proletariado; ambas querem, com a mesma paixão, a mesma obstinação, fundar ou consolidar um Estado forte, isto é, reduzir o proletariado à escravidão.

Contra estas tendências estatistas, republicanas ou neomonárquicas embasadas na opressão do povo, engendradas de 1789 a 1793 pela Grande Revolução burguesa, cristalizou-se, enfim, das profundezas do proletariado, de início, francês e austríaco, em seguida, do proletariado de todos os outros países da Europa, uma corrente essencialmente nova, visando à abolição de toda exploração e de toda opressão política ou jurídica, governamental ou administrativa, quer dizer, a abolição de todas as classes por meio do nivelamento econômico de todos os bens e da destruição de seu último bastião, o Estado.

Este é o programa da revolução social.

Assim, hoje, existe, para todos os países do mundo civilizado, um único problema universal, um único ideal: a emancipação total e definitiva do proletariado da exploração econômica e do jugo do Estado. É bem evidente que este problema não será resolvido sem uma luta sangrenta, terrível, e que a situação real, a importância de toda nação, dependerá da orientação e da parte que ela ocupar nesta luta, assim como da natureza de sua participação.

Não é evidente, portanto, que os eslavos não deverão buscar e não poderão conquistar seu direito e seu lugar na História e na aliança fraternal dos povos senão pela revolução social?

A revolução, porém, não pode ser obra de um único povo; por natureza, esta revolução é internacional, o que significa dizer que os eslavos, que aspiram à sua liberdade, devem, em nome desta, unir suas aspirações e a organização de suas forças nacionais às aspirações e à organização das forças nacionais de outros países; o proletariado eslavo deve entrar em massa na Associação Internacional dos Trabalhadores.

Nós já tivemos a oportunidade de lembrar a admirável manifestação de fraternidade internacional que os operários de Viena fizeram, em 1868, recusando, apesar das exortações dos patriotas austríacos e suevos, agruparem-se sob o estandarte pangermânico e declarando, de forma categórica, que os trabalhadores do mundo inteiro são seus irmãos e que não admitem outro campo senão o do proletariado internacionalmente solidário de todos os países; ao mesmo tempo, estimavam com razão que eles não podiam, enquanto operários austríacos, hastear nenhuma bandeira nacional, visto que o proletariado da Áustria é composto das raças mais diversas: magiares, italianos, romenos e, sobretudo, eslavos e alemães; e que, por esta razão, eles devem buscar uma solução prática para seus problemas fora do Estado dito nacional.

Mais alguns passos neste sentido e os trabalhadores austríacos compreenderão que a emancipação do proletariado é impossível em qualquer Estado que seja, e que a primeira condição desta emancipação é a destruição de todo Estado. Ora, esta destruição só é possível pela ação combinada do proletariado de todos os países, cuja primeira forma de organização no terreno econômico é precisamente o objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores.

Ao compreendê-lo, os trabalhadores alemães da Áustria tornar-se-iam os promotores, não só de sua própria emancipação, mas, ao mesmo tempo, da emancipação de todas as massas populares não-alemãs, do império da Áustria, inclusive, é claro, da totalidade dos eslavos, aos quais seríamos os primeiros a recomendar tomar parte com eles numa aliança que teria como objetivo a destruição do Estado, isto é, da prisão nacional, e a fundação de um novo mundo operário internacional baseado na igualdade e na liberdade plenas e inteiras.

Os trabalhadores austríacos, porém, não deram esses primeiros passos indispensáveis e não darão, pois seriam paralisados de um só golpe, desde o primeiro passo, pela propaganda germano-patriótica do Sr. Liebknecht e de outros social-democratas, que com ele foram a Viena, segundo me parece, em julho de 1868, justamente com o objetivo de desviar o instinto social irrefutável dos trabalhadores austríacos da revolução internacional e orientá-lo para a agitação política em favor de um Estado unificado, por eles qualificado de Estado popular, sem dúvida pangermânico; em resumo, para a realização do ideal patriótico do príncipe Bismarck, mas no terreno social-democrata e por meio da propaganda nacional dita legal.

Neste caminho, não só os eslavos, mas também os trabalhadores alemães não se devem engajar, pela simples razão de que o Estado, ainda que fosse chamado dez vezes de nacional, e decorado com os atributos mais democráticos, seria de modo inevitável uma prisão; quanto aos eslavos, é-lhes ainda menos possível seguir este caminho, pois seria colocarem-se voluntariamente sob o jugo alemão, e isto exaspera o eslavo. Nessas condições, preservar-nos-emos de incitar nossos irmãos de origem a ingressar nas fileiras do Partido da Social-Democracia dos trabalhadores alemães, à frente do qual se encontram, antes de tudo, sob a espécie de um duunvirato investido de poderes ditatoriais, os Srs. Marx e Engels, e atrás deles, ou abaixo deles, os Srs. Bebel, Liebknecht e alguns judeus encarregados dos trabalhos literários; dedicar-nos-emos, ao contrário, com todas as nossas forças, a desviar o proletariado eslavo de uma aliança com este partido, de modo algum popular, mas, por sua tendência, seus objetivos e seus meios puramente burgueses e, além do mais, alemão, por exclusividade, o que seria mortal para os eslavos.

Ora, quanto mais o proletariado eslavo rejeitar com energia, para sua própria salvação, não só uma aliança, mas também qualquer aproximação com este partido — não queremos dizer com os operários que estão neste partido, mas com sua organização e, sobretudo, com seus chefes, que são, em todos os lugares, e sempre, burgueses —, mais ele deve, para esta mesma salvação, aproximar-se e ligar-se estreitamente com a Associação Internacional dos Trabalhadores. O Partido Social-Democrata Alemão não deve ser confundido com a Internacional, visto que o programa político-patriótico deste partido, além de nada ter em comum com o

programa da Internacional, defende o contrário deste programa. É verdade, no Congresso manipulado de Haia, os marxistas tentaram impor seu programa ao conjunto da Internacional. Porém, esta tentativa provocou um protesto de tamanha amplitude por parte da Itália, da Espanha e, em certa medida, da Suíça, da França, da Bélgica, da Holanda, da Inglaterra, e até dos Estados Unidos, que o mundo inteiro pôde se dar conta de que ninguém queria o programa alemão, exceto os próprios alemães. Contudo, chegará o tempo em que, sem dúvida nenhuma, o próprio proletariado alemão, compreendendo melhor seus próprios interesses, inseparáveis daqueles do proletariado de todos os outros países, e a funesta orientação do programa, que lhe impuseram, mas que ele não elaborou de forma alguma, o rejeitará e o deixará a seus dirigentes burgueses, a seus *Führer*.

Quanto ao proletariado eslavo, dizemos que ele deve, para se emancipar do jugo esmagador que o oprime, entrar em massa na Internacional, criar seções de fábrica, de indústria artesanal e de vilarejo e agrupá-las em Federações Regionais e, se necessário, numa Federação Nacional Eslava. No quadro da Internacional, a qual liberta cada um de nós da pátria estatista, os trabalhadores eslavos devem e podem, sem o menor perigo para sua independência, encontrar-se de modo fraternal com os trabalhadores alemães, mas uma aliança com eles, em outro plano, é absolutamente impossível.

Este é o único caminho que os eslavos têm diante de si para se emancipar. Porém, o caminho, que a imensa maioria da juventude eslava ocidental e meridional hoje segue, sob a direção de seus doutos patriotas mais ou menos dignos deste nome, é, de forma exclusiva, estatista e fatal para as massas populares.

Tomemos o exemplo da Sérvia turca, ou, mais exatamente, do Principado da Sérvia, única região fora da Rússia, junto com Montenegro, onde o elemento eslavo pôde obter uma existência política mais ou menos independente.

O povo sérvio derramou muito sangue para se libertar do jugo turco; porém, mal libertado dos turcos, atrelaram-no a um novo Estado, denominado desta vez Principado da Sérvia, cujo jugo, na realidade, foi pelo menos tão pesado quanto o dos turcos. Ora, desde que esta porção do território sérvio recebeu a forma, a estrutura, as leis, as instituições de

um Estado mais ou menos regular, a vida e a energia nacionais, que haviam sustentado a heróica luta dirigida contra os turcos, e permitiram alcançar a vitória definitiva, pareceram de repente paralisar-se. O povo, é verdade, ignorante e profundamente miserável, mas enérgico e apaixonado, e, por natureza, ligado à liberdade, transformou-se de repente num rebanho silencioso e aparentemente sem vida, entregue ao banditismo e ao despotismo burocráticos.

Na Sérvia turca, não há nobreza nem grandes proprietários fundiários, não há industriais nem comerciantes ricos ao extremo; todavia, uma nova aristocracia burocrática se formou, composta de jovens que, em sua maioria, estudaram, às custas do Estado, em Odessa, Moscou, São Petersburgo, Viena, Alemanha, Suíça, Paris. Enquanto são jovens e ainda não tiveram tempo de se corromper a serviço do Estado, estes homens distinguem-se, em sua maioria, por um ardente patriotismo, um profundo amor pelo povo, um liberalismo mais ou menos sincero e, inclusive, nestes últimos tempos, por idéias democráticas e socialistas. Porém, tão logo entram para a administração, a inflexível lógica de sua condição e outras imperiosas razões ditadas por certas considerações de ordem hierárquica e de interesse político se sobrepõem; e os jovens patriotas tornam-se funcionários da cabeça aos pés, continuando a ser, simultânea e infelizmente, patriotas e liberais. Sabemos muito bem, porém, o que é um funcionário liberal; é, sem comparação, pior do que um simples e leal funcionário do cnete.

De resto, as exigências de uma certa situação são sempre mais fortes do que os sentimentos, as segundas intenções e as boas intenções. De retorno ao país, os jovens sérvios, educados no estrangeiro, devem, em razão de sua cultura e, sobretudo, em razão das obrigações contraídas com o governo, às custas do qual a maioria estudou fora de suas fronteiras, e também porque lhes é, de modo absoluto, impossível adquirir outros meios de existência, tornar-se funcionários, integrar-se na única aristocracia do país e fazer parte da classe burocrática. Uma vez integrados nesta classe, tornam-se, de uma ou de outra forma, inimigos do povo. Talvez quisessem, é sem dúvida alguma verdade, sobretudo no início, libertar o povo ou, pelo menos, melhorar sua situação, mas são obrigados a oprimi-lo e a despojá-lo. Basta passar dois ou três anos neste ambiente para adaptar-se a ele e, afinal, aceitá-lo, mesmo que fosse ao preço de uma mentira liberal

qualquer, e até mesmo democrático-doutrinária; os dias atuais são ricos de mentiras deste gênero. Uma vez resignados a essa inexorável necessidade, contra a qual eles não têm força para insurgir-se, tornam-se então enfeudados patifes, e patifes tanto mais perigosos para o povo, quanto suas declarações públicas são liberais e democráticas.

Assim, os que entre eles, mais hábeis ou mais astutos, conseguem adquirir, no microscópico governo do microscópico principado, uma certa influência, põem-se, de imediato, à venda a qualquer um: no país, ao príncipe reinante ou a algum pretendente ao trono (o fato de derrubar um príncipe para substituí-lo por um outro no principado da Sérvia denomina-se Revolução); ou, ainda, e às vezes, ao mesmo tempo, aos governos das grandes potências protetoras: a Rússia, a Áustria, a Turquia e, agora, a Alemanha, que, no Leste, como em qualquer outra parte, tomou o lugar da França, ou inclusive, muitas vezes, de todas, ao mesmo tempo.

Pode-se imaginar o quanto a vida do povo é livre e fácil neste Estado; todavia, não se deve esquecer que o principado da Sérvia é um Estado constitucional, no qual todas as leis estão sob a proteção da Skupchtina,¹⁰ eleita pelo povo.

Outros sérvios consolam-se com a idéia de que esta situação, no fundo provisória, constitui, hoje, um mal inevitável, mas que mudará, com toda certeza, tão logo o pequeno principado, após ter ampliado suas fronteiras e recuperado todos os territórios sérvios, alguns dizem mesmo todos os territórios iugoslavos, restabeleça em toda sua amplitude o reino de Duchan. A partir desse momento, acrescentam, começará para o povo uma era de plena liberdade e de felicidade.

Com efeito, entre os sérvios, há pessoas que, até agora, crêem nisso de forma muito ingênua.

Sim, eles acreditam que, quando este Estado tiver aumentado seu território e o número de seus habitantes tiver dobrado, triplicado, decuplicado, ele assumirá um caráter mais popular; suas instituições, o conjunto de suas condições de existência, seus atos governamentais serão menos opostos aos interesses e a todos os instintos do povo. Porém, em que se fundamenta esta esperança ou esta hipótese? Na teoria? Entretanto, do ponto de vista teórico, parece evidente, ao contrário, que, quanto mais um Estado se amplia, mais seu organismo se torna complexo e, por isso

mesmo, estranho ao povo; por conseguinte, mais seus interesses se opõem àqueles das massas populares, mais o jugo que mantém sobre elas é esmagador, mais o povo fica na impossibilidade de exercer um controle sobre ele, mais a administração do país se afasta da gestão pelo próprio povo.

Ou eles fundamentam suas esperanças na experiência prática de outros países? Em resposta, basta mostrar a Rússia, a Áustria, a Prússia ampliada, a França, a Inglaterra, a Itália, e mesmo os Estados Unidos da América do Norte, onde todas as questões são conduzidas por uma classe por essência burguesa, composta de homens ditos políticos ou políticos especuladores, enquanto as massas proletárias são quase tão oprimidas e aterrorizadas como nos Estados monárquicos.

É verdade que haverá sérvios muito instruídos, que objetarão que o que importa não são em absoluto as massas populares — que têm e terão sempre como missão, com um trabalho manual e grosseiro, alimentar, vestir e, de modo geral, fazer viver a flor da civilização nacional, que de fato representa o país — mas só as classes cultas, mais ou menos proprietárias ou privilegiadas.

A infelicidade é que as classes ditas cultas, a nobreza, a burguesia, que com efeito foram, outrora, prósperas e estiveram à frente de uma civilização viva e progressista em toda a Europa, caíram, hoje, por excesso de gordura e por covardia, no cretinismo e no envilecimento; e, se elas ainda representam alguma coisa, só podem ser os aspectos mais nefastos e mais odiosos da natureza humana. Constatamos que estas classes, em um país tão culto quanto a França, sequer foram capazes de defender a independência de sua pátria contra os alemães. Constatamos, no passado e atualmente, que, mesmo na Alemanha, os componentes destas classes só estão aptos a serem bons súditos e fiéis lacaios de Sua Majestade.

Constatamos, enfim, que, na Sérvia turca, estas classes sequer existem; só existe a classe burocrática. Assim, o Estado sérvio oprimirá o povo apenas para que seus funcionários possam viver com mais fausto.

Outros sérvios, odiando de todo coração a atual organização do principado da Sérvia, toleram-na, todavia, como um meio ou um instrumento necessário à emancipação dos sérvios, ainda submissos ao jugo da Turquia, e, inclusive, da Áustria. Num determinado momento, dizem, o principado pode se tornar o centro e o ponto de partida de uma insurreição geral dos

eslavos. É ainda uma destas ilusões mortais que se deve destruir, a qualquer preço, no próprio interesse destes últimos.

Os eslavos estão seduzidos pelo exemplo do Piemonte, o qual teria, por hipótese, libertado e unificado toda a Itália. Ora, a Itália libertou-se a si própria, graças aos inumeráveis e heróicos sacrifícios, que não cessou de realizar durante meio século. Antes de mais nada, ela deve sua independência política a quarenta anos de esforços incessantes e irresistíveis de seu grande cidadão, Giuseppe Mazzini, que soube, pode-se dizer, ressuscitar e, em seguida, educar a juventude italiana na causa perigosa, mas gloriosa, da ação patriótica clandestina. Com efeito, em 1848, graças a vinte anos de esforços de Mazzini, quando o povo insurreto incitou de novo o mundo europeu ao regozijo da revolução, em todas as cidades da Itália, do extremo sul ao extremo norte, havia uma falange de jovens audaciosos para erguer o estandarte da revolta. Toda a burguesia italiana os seguiu. E no reino da Lombardia-Venécia, que ainda se encontrava sob o domínio da Áustria, todo o povo sublevou-se. E sozinho, sem ajuda militar de qualquer tipo, expulsou os regimentos austríacos de Milão e Veneza.

O que fez então o reino do Piemonte? O que fez o rei Carlos Alberto, pai de Vítor-Emanuel, o mesmo que, ainda príncipe herdeiro (1821), entregou aos carrascos austríacos e piemonteses seus companheiros de conspiração, a qual tinha sido tramada para libertar a Itália. Seu primeiro gesto, em 1848, foi o de paralisar, por meio de promessas, manobras e intrigas, a revolução em toda a Itália. Grande era seu desejo de se apoderar da Itália, mas ele odiava a revolução tanto quanto a temia. Paralisou, portanto, a revolução, a força é o ímpeto do povo, fazendo com que os austríacos não tivessem nenhuma dificuldade em derrotar suas tropas.

Seu filho, Vítor-Emanuel, recebeu o nome de libertador e unificador das terras italianas. Dizer isto é caluniá-lo de forma odiosa. Se alguém tem o direito ao nome de libertador da Itália é precisamente Luís Napoleão, imperador dos franceses. Porém, a Itália libertou-se por seus próprios meios e, sobretudo, unificou a si mesma, sem o concurso de Vítor-Emanuel e contra a vontade de Napoleão III.

Em 1860, quando Garibaldi realizou seu famoso desembarque na Sicília, no instante em que deixava Gênova, o conde de Cavour, ministro de

Vítor-Emanuel, preveniu o governo napolitano do perigo que o ameaçava. Todavia, quando Garibaldi libertou a Sicília e a totalidade do reino napolitano, Vítor-Emanuel, é claro, aceitou dele ambos, sem muita gratidão, é verdade. E durante trinta anos o que fez sua administração por esta infeliz Itália? Ela a arruinou, apenas a despojou e, hoje, odiado por todos, seu despotismo faz quase lamentar a expulsão dos Bourbons. É assim que os reis e os Estados emancipam seus cidadãos; e ninguém teria mais interesse em estudar com pormenores a História moderna da Itália do que os sérvios.

Um dos meios empregados pelo governo sérvio, para acalmar o ardor patriótico da juventude, consiste em prometer, periodicamente, declarar guerra à Turquia, ora na próxima primavera, ora no outono seguinte, uma vez terminados os trabalhos do campo; e os jovens acreditam nisto, agitam-se, e a cada verão e a cada inverno preparam-se para o combate; em seguida, um obstáculo imprevisto, uma nota diplomática qualquer das potências protetoras vem, de modo oportuno, impedir a declaração de guerra prometida; a declaração é adiada por seis meses ou um ano, de modo que a vida dos patriotas sérvios se consome na expectativa, fatigante e vã, de uma guerra que não vem.

O principado da Sérvia, não só não é capaz de libertar os povos iugoslavos, sérvios e não-sérvios, mas, ainda, por suas manobras e intrigas, ele os dissocia e os condena positivamente à impotência. Os búlgaros, por exemplo, estão prestes a reconhecer os sérvios como irmãos, mas não querem ouvir falar do reino Sérvio de Duchan; os croatas, os montenegrinos e os sérvios de Bósnia também não.

Para todos estes países, o único meio de salvação, a única saída para realizar sua unidade, é a revolução social, mas, em nenhum caso, a guerra nacional, que só pode conduzir à sujeição de todos estes países à Rússia, ou à Áustria, ou, ainda, o que é mais provável, pelo menos no início, à sua partilha entre estes dois impérios.

Felizmente, a Boêmia ainda não conseguiu restaurar, em sua antiga grandeza e glória de outrora, o reino e a coroa de Wenceslau; o governo central de Viena trata a Boêmia como uma simples província, que sequer desfruta dos privilégios concedidos à Galícia, sendo que existem na Boêmia tantos partidos políticos quanto em qualquer outro Estado eslavo.

Com efeito, este maldito espírito alemão de politicalha e centralização estatista penetrou tão bem na formação intelectual da juventude deste país que esta corre o risco de perder, ao final, toda aptidão para compreender o povo tcheco.

O povo camponês da Boêmia representa um dos mais belos tipos eslavos. Em suas veias corre o sangue hussita, o sangue ardente dos tabornitas,¹¹ e a memória de Ziska¹² vive nele; o que, segundo nossa opinião, tendo em vista nossa experiência e nossas lembranças de 1848, constitui uma das qualidades mais invejáveis da juventude universitária da Boêmia, são os seus laços de sangue com este povo, e a sua maneira, de fato fraterna, de se comportar em relação a ele. O proletariado tcheco das cidades não perde para o camponês em energia e devoção sublime; ele também deu prova disso em 1848.

Até o momento, o proletariado e o campesinato amam a juventude universitária e nela têm fé. Os jovens patriotas sérvios, porém, não devem contar muito com esta fé. Ela com certeza se enfraquecerá e acabará por desaparecer se não adquirirem, em grau suficiente, o sentido da justiça, da igualdade, da liberdade e um amor real pelo povo para marchar com ele. O povo tcheco — e sob este termo entendemos sempre e sobretudo o proletariado —, portanto, o proletariado eslavo da Boêmia, tende, de modo natural e irresistível, ao mesmo objetivo que o proletariado de todos os outros países: à emancipação econômica, à revolução social.

Ele seria um povo deserdado ao extremo pela Natureza e embrutecido pela História ou, a falar com franqueza, na verdade simplório e apático, se permanecesse estranho a esta aspiração que constitui a única questão, a questão essencial, a questão mundial de nosso tempo. A juventude tcheca não desejará fazer este tipo de elogio a seu povo e desejaria que este não o justificasse. De resto, temos a prova incontestável do vivo interesse que o proletariado eslavo ocidental dá à questão social. De todas as cidades da Áustria, onde a população eslava está mesclada com a população alemã, os trabalhadores eslavos são os mais ativos em todas as manifestações de ordem geral do proletariado. Nestas cidades, contudo, não há outras associações operárias, fora daquelas que aceitam o programa dos social-democratas da Alemanha, de forma que, na prática, os trabalhadores eslavos, levados por seu instinto revolucionário socialista, estão filiados a um

partido, cujo objetivo evidente e vivamente proclamado é formar um Estado pangermânico, isto é, uma imensa prisão alemã.

É um fato muito lamentável, mas também muito natural. Os trabalhadores eslavos estão colocados diante desta dupla alternativa: conquistados pelo exemplo dos trabalhadores alemães, seus irmãos pela condição social, pela comunidade de infortúnio, a fome, a miséria e por todos os tipos de opressão, eles aderirão a este partido, que lhes promete um Estado, alemão, é verdade, mas fundamentalmente popular, com todas as vantagens econômicas possíveis, em detrimento dos capitalistas e dos proprietários, e em proveito do proletariado; ou, então, levados pela propaganda patriótica de seus veneráveis e ilustres chefes e pelo ardor da juventude, a quem ainda falta reflexão, eles se juntarão ao partido, em meio e à frente do qual encontrarão seus exploradores e opressores cotidianos, burgueses, fabricantes, negociantes, especuladores, jesuítas de batina e proprietários de imensos domínios herdados ou adquiridos. Este partido, de resto, com muito mais lógica do que o primeiro, promete-lhe uma prisão nacional, isto é, um Estado eslavo, a restauração, em todo o seu antigo esplendor, da Coroa de Wenceslau, como se este esplendor tornasse mais fácil a vida para os trabalhadores tchecos!

Se os trabalhadores eslavos não tivessem, com efeito, outra saída além destas duas opções, aconselharíamos, é preciso confessá-lo, escolher a primeira. Lá, pelo menos, mesmo que se equivoquem de caminho, compartilham o mesmo destino de seus irmãos de trabalho, de convicções, de existência, alemães ou não, pouco importa; aqui, ao contrário, são obrigados a considerar como irmãos seus carrascos declarados, seus vampiros, e são forçados a carregar as mais pesadas correntes em nome da emancipação geral dos eslavos. Lá os enganam, aqui os vendem.

Porém, há uma terceira saída, direta e salvadora: a formação e a organização federal de associações de operários industriais e agrícolas, com base no programa da Internacional; não o programa, que, é evidente, sob o nome da Internacional, preconiza o partido, quase de forma exclusiva, patriótico e político dos social-democratas alemães; mas o programa hoje aceito por todas as Federações livres da Associação Internacional dos Trabalhadores, isto é, trabalhadores italianos, espanhóis, jurassianos, franceses, belgas, ingleses e, até mesmo, em certa medida, norte-americanos, sendo os alemães, em suma, os únicos a não admitir.¹³

Estamos convencidos de que esta é a única saída para os tchecos, assim como para todos os outros povos eslavos, que procuram libertar-se por completo do jugo, alemão ou não; fora dela, só existe logro: honrarias e vantagens para os líderes e para os chefes políticos sem escrúpulos e vaidosos; escravidão para as massas proletárias.

Para a juventude tcheca e, de modo geral, para a juventude eslava culta, a questão agora está colocada com toda a clareza: desejará ela explorar o povo do qual provém, enriquecer-se com o trabalho deste e satisfazer, a expensas dele, uma vil ambição? Ela marchará, portanto, com os velhos partidos pan-eslavos, com Palacky, Rieger, Brauner e Cia. Apressemos-nos em acrescentar que, entre os jovens que seguem estes chefes, há muitos cegos ou enganados, que, para dizer a verdade, nada buscam para si mesmos, mas, nas mãos de homens hábeis, servem de isca para o povo. Seu papel, de qualquer modo, é pouco invejável.

Quanto àqueles que, de fato e sinceramente, desejam a completa emancipação das massas populares, empenhar-se-ão conosco no sentido da revolução social, pois não existe outro meio de conquistar a liberdade do povo.

Entretanto, até o presente momento, em todos os países eslavos ocidentais, predominou a antiga política, a centralização estatista mais mesquinha, e neles se representou apenas uma comédia alemã traduzida para o tcheco; não só uma comédia, mas duas: uma tcheca, outra polonesa. Quem não conhece a lamentável história das alianças e das rupturas intermitentes entre homens de Estado da Boêmia e da Galícia, e a série de apresentações cômicas feitas pelos deputados tchecos e galicianos, juntos ou em separado, no *Reichsrat*¹⁴ austríaco? Na origem de tudo isso houve e ainda há uma intriga do partido jesuítico-feudal. E com que miseráveis, pode-se mesmo dizer, com que ignóbeis meios esses senhores esperam libertar seus concidadãos! Singulares homens de governo; e como o vizinho ao lado, o príncipe Bismarck deve divertir-se ao vê-los brincar de Estado!

Uma vez, todavia, após a famosa derrota sofrida em Viena, em consequência de uma das inumeráveis traições de seus aliados da Galícia, o triunvirato estatista Palacky, Rieger e Brauner, decidiu entregar-se a uma audaciosa manifestação. Durante a Exposição Etnográfica Eslava, organizada de propósito em Moscou, em 1867, todos os três foram pessoalmente,

levando com eles um grande número de eslavos meridionais e ocidentais, saudar o "czar branco", carrasco do povo eslavo-polonês. Em Varsóvia, foram recebidos por generais russos, funcionários russos e senhoras russas, e lá na capital da Polônia, no meio do silêncio sepulcral da população, esses eslavos, defensores da liberdade, beijaram, abraçaram esses russos fratricidas, beberam com eles e deram hurras em honra da fraternidade eslava!

Conhecemos os discursos que eles pronunciaram em seguida, em Moscou e em São Petersburgo. Em resumo, nunca se viu prostração mais vergonhosa diante de um poder selvagem e impiedoso e traição mais criminosa para com a fraternidade eslava, para com a verdade e a liberdade, por parte dos veneráveis liberais, democratas e amigos do povo. Depois disso, esses senhores retornaram com tranqüilidade a Praga, e ninguém ousou dizer-lhes que eles haviam cometido, não só uma infâmia mas também uma asneira.

Sim, uma asneira perfeitamente inútil, pois ela nem facilitou nem resolveu seus problemas em Viena. Tudo está agora bem claro; eles não restauraram a coroa de Wenceslau, nem sua antiga soberania, e chegaram ao seguinte fato: a recente reforma do parlamento fez-lhes perder a última arena política onde representavam o papel de homens de Estado.

Após seus reveses na Itália, o governo austríaco, obrigado a deixar uma certa liberdade ao reino da Hungria, perguntou-se durante muito tempo como organizaria seu Estado cisleitano. Seus próprios instintos e as exigências dos liberais e democratas alemães inclinavam-no a formar um Estado centralizado; mas os eslavos, a Boêmia e a Galícia sobretudo, apoiando-se no Partido Feudo-Clerical, exigiram com alarde um sistema federal. O governo hesitou até este ano. Enfim, decidiu, para grande desespero dos eslavos e para a imensa alegria dos liberais e democratas alemães dos territórios que formam o Estado da Cisleitânia, endossar, de novo, as velhas tropas burocráticas alemãs.

Observar-se-á, entretanto, que o império da Áustria não se tornou mais forte. Perdeu o que dele fazia um centro de gravidade. Os alemães e os judeus do império vão, doravante, buscar sua inspiração em Berlim. Por sua vez, uma parte dos eslavos volta os olhos para a Rússia; outros, guiados por um instinto mais seguro, procuram sua salvação na formação

de uma Federação Popular Eslava. Ninguém espera mais nada de Viena. Não é evidente que o império da Áustria acabou e que, se ainda conserva uma aparência de vida, ele o deve apenas à paciência calculada da Rússia e da Prússia, que temporizam e ainda não querem realizar sua partilha; ambas esperam em segredo que uma ocasião favorável lhes permita reivindicar para si a melhor parte.

Assim, está claro que a Áustria não está à altura de rivalizar com o novo império prusso-alemão. Vejamos se a Rússia é capaz disso.

Não é verdade, leitor, que a Rússia fez, sob todos os aspectos, progressos inauditos desde que subiu ao trono o imperador Alexandre II, que hoje reina com tanta felicidade? Com efeito, se procurarmos medir os progressos realizados por ela nestes vinte últimos anos, comparando a distância que, em todos os domínios, a separava, por exemplo, em 1856, da Europa, com a distância que a separa dela, hoje, os progressos nos parecerão surpreendentes. A Rússia, é verdade, não se elevou tão alto; todavia, a Europa, oficial e oficiosa, burocrática e burguesa, regrediu sensivelmente, de tal modo que a distância entre as duas reduziu-se de forma considerável. Que alemão ou que francês ousaria, por exemplo, falar da barbárie russa ou do Estado carrasco russo, depois dos horrores cometidos pelos alemães, em 1870, na França, e pelas tropas francesas em Paris, horrores que tocaram fundo em todos os corações, em 1871. Que francês terá a audácia de criticar a baixez e a venalidade dos homens de Estado e dos funcionários russos, depois de toda a lama que se viu, e que por pouco não afogou o mundo político e burocrático francês? Não, decididamente, ao observar os franceses e os alemães, os celerados, os inúteis, os ladrões, os carrascos russos não enrubescerão mais. Sob o aspecto moral, em toda a Europa oficial e oficiosa costumes bestiais ou, pelo menos, um estranho regime de bestialidade se implantou.

A situação é diferente quanto à força política, ainda que lá, pelo menos comparado ao Estado francês, nossos chauvinistas possam estar orgulhosos, pois, do ponto de vista político, a Rússia é, sem dúvida, superior à França e mais independente do que ela. O próprio Bismarck corteja a Rússia, e a França vencida corteja Bismarck. Toda a questão se resume em saber qual é a força do império russo em relação à força do império pangermânico, sem dúvida alguma predominante, pelo menos no continente europeu.

Nós, russos, sabemos, pode-se dizer até o último, o que é a vida dentro de nosso caro império russo. Para um pequeno número, talvez para alguns milhares de indivíduos, à frente dos quais se encontra o imperador, com sua augusta família e sua criadagem bem situada, ele é uma fonte inesgotável de todos os bens, excetuando os bens do espírito e da moral humana; para uma minoria mais ampla, ainda que muito restrita, composta de alguns milhares de indivíduos: oficiais superiores, funcionários civis e eclesiásticos, ricos proprietários fundiários, comerciantes, capitalistas e parasitas, ele é um protetor indulgente, benfazejo e complacente do muito lucrativo roubo legal; para uma multidão muito mais numerosa de pequenos servidores, mas também ínfima em relação à massa do povo, é um pai avarento; e para os inumeráveis milhões do povo proletário, um pai desnaturado, um espoliador implacável e um torturador, que o conduz ao túmulo.

Assim era o império russo antes da abolição da servidão, assim permaneceu e permanecerá sempre. Não é necessário demonstrá-lo aos russos. Qual é o russo adulto que não sabe disso ou que possa ignorá-lo? A sociedade russa culta está dividida em três categorias de pessoas: aquelas que, sabendo disso, julgam que há muitas desvantagens em admitir esta verdade, não menos indubitável para elas do que para todos os outros; aquelas que a admitem, mas que têm medo de falar sobre isso; e, enfim, aquelas que, à falta de outra coragem, ousam pelo menos dizê-lo. Há ainda uma quarta categoria, por desventura muito pouco numerosa, composta de homens devotados de fato à causa do povo, que não se contentam em dizer o que pensam.

Existe, infelizmente, uma quinta e não muito pouco numerosa categoria de indivíduos, que nada vêem e pensam. A estes últimos nada temos, na realidade, a dizer.

Qualquer russo, desde que seja de boa fé e reflita, perceberá, de modo inevitável, que nosso império não pode modificar sua conduta para com o povo. Por sua natureza, ele está destinado a ser, para este, um ogre e um vampiro. O povo o odeia de forma instintiva e o império deve necessariamente oprimi-lo, pois toda a sua existência e força estão fundadas na infelicidade do povo. Para manter a ordem interna, para preservar sua unidade imposta pela coação e conservar uma força externa destinada, não a ações de conquista, mas apenas à sua defesa, o império necessita de

um grande exército e, com ele, de uma polícia, de uma burocracia gigantesca, de um clero funcionalizado..., em resumo, de um vasto mundo oficial, cuja manutenção, sem falar de suas pilhagens, esmaga forçosamente o povo.

É preciso ser um asno, um ignorante ou um pobre de espírito para acreditar que uma Constituição, qualquer que seja, fosse a mais liberal e a mais democrática, pode modificar, edulcorando-o, o comportamento do Estado em relação ao povo; agravá-lo, torná-lo ainda mais esmagador e, inclusive, mais nocivo, concordo, embora isso seja difícil, pois o mal chega, agora, ao limite máximo; mas libertar o povo, melhorar sua condição, é simplesmente um absurdo. Enquanto o império existir, ele devorará nosso povo. Assim, só há uma única Constituição que pode ser útil ao povo: a supressão do império.

Deste modo, portanto, não falaremos do estado interno deste império, pois estamos convencidos de que não poderia ser pior; mas vejamos se ele de fato alcançou, no exterior, o objetivo que daria um sentido, não humano, mas político, à sua existência. Conseguiu ele, ao preço de imensos e inumeráveis sacrifícios do povo, sacrifícios, é claro, involuntários, mas sempre tão pesados, criar pelo menos uma força militar capaz de rivalizar com a do novo império alemão?

Atualmente, todo o problema *político* russo reside aí; quanto ao problema interno, sabemos agora que só existe um: a revolução social. Porém, detenhamo-nos por um instante sobre o problema externo e vejamos se a Rússia é capaz de competir com a Alemanha.

As amabilidades, os juramentos, as efusões e as lágrimas que hoje trocam, entre si, as duas cortes imperiais, o tio de Berlim e o sobrinho de São Petersburgo, nada significam. Sabemos que em política isto não vale sequer um centavo. A questão que levantamos manifesta-se de modo imperioso pela nova situação da Alemanha, que, de um dia para outro, tornou-se um grande e onipotente Estado. No entanto, toda a História atesta, e a lógica mais racional confirma, que dois Estados de força igual não podem existir lado a lado, que isto é contrário à sua natureza, cujo fundamento e cuja manifestação são, invariável e necessariamente, a hegemonia; ora, esta não admite a igualdade das forças. Uma destas duas forças deve ser, de forma obrigatória, destruída, deve submeter-se à outra.

Sim, isso é hoje necessidade vital para a Alemanha. Após ter sido por muito tempo politicamente humilhada, ela se tornou de súbito a maior potência do continente europeu. Pode tolerar que, ao seu lado, debaixo de seu nariz, por assim dizer, exista uma potência de todo independente dela, que ainda não tenha conseguido vencê-la e que ouse apresentar-se a ela, Alemanha, como igual? De resto, que potência é essa? A Rússia, isto é, a mais detestada.

Há poucos russos, acreditamos, que ignoram a que ponto os alemães, todos os alemães, mas sobretudo os burgueses alemães e, sob sua influência, infelizmente, o próprio povo alemão, odeiam a Rússia. Odiavam e odeiam também os franceses, mas este ódio em nada é comparável ao que nutrem contra a Rússia. Ele constitui, entre os alemães, uma de suas mais violentas paixões nacionais.

Como esta paixão se formou? Sua origem é bastante respeitável: dá-se pelo protesto, contra nossa barbárie tártara, de uma civilização que, embora alemã, era ao infinito mais humana. Em seguida, precisamente nos anos 20, tomou o caráter de protesto de um liberalismo político mais concreto contra o despotismo político. Sabe-se que, nos anos 20, os alemães intitulavam-se, de bom grado, liberais, e acreditavam, de fato, em seu liberalismo. Execravam a Rússia, que personificava o despotismo. É verdade que, se eles tivessem podido ou querido ser justos, deveriam ter, pelo menos, dividido esta execração entre a Rússia, a Prússia e a Áustria. Todavia, isto teria sido contrário a seu patriotismo e, desta forma, rejeitavam toda a responsabilidade da política da Santa Aliança sobre a Rússia.

No início dos anos 30, a Revolução Polonesa suscitou a mais viva simpatia em toda a Alemanha, e o fato de a terem afogado em sangue aumentou a indignação dos liberais alemães em relação à Rússia. Tudo isso era perfeitamente natural e legítimo, ainda que a equidade tivesse desejado que uma parte desta indignação recaísse sobre a Prússia que, sem dúvida alguma, tinha ajudado a Rússia em sua odiosa operação de pacificação da Polônia, e o fizera, não por magnanimidade, mas porque seus próprios interesses o exigiam, uma vez que a liberação do reino da Polônia e da Lituânia teria fatalmente provocado a insurreição de toda a parte prussiana da Polônia e, assim, sufocado, em seu estado embrionário, a força nascente da monarquia prussiana.

Contudo, na segunda metade dos anos 30, os alemães tiveram uma outra razão para odiar a Rússia, razão que conferiu a este ódio um caráter de todo novo, não mais liberal, mas político e nacional: a questão eslava manifestava-se mais uma vez e rápido se constituiu, entre os eslavos da Áustria e da Turquia, um partido único, que se pôs a esperar uma ajuda da Rússia. Desde os anos 20, a Sociedade Secreta dos Democratas, ou, melhor, o ramo meridional desta sociedade, dirigida por Pestel, Muraviev-Apostol e Bestuzev-Rjumin, lançou a primeira idéia de uma livre Federação Pan-Eslava. O imperador Nicolau apoderou-se desta idéia, mas a adaptou a seu modo. Uma livre Federação Pan-Eslava tornou-se em seu espírito um Estado pan-eslavo autocrático, uno e indivisível, é evidente, sob seu cetro implacável.

No início dos anos 30 e dos anos 40, agentes russos deslocaram-se de São Petersburgo e de Moscou para os territórios eslavos, uns, a título oficial, outros, como auxiliares benévolos. Estes últimos fazem parte da Sociedade moscovita, que está longe de ser secreta, dos eslavófilos. Entre os eslavos ocidentais e eslavos meridionais, a propaganda pan-eslava não demorou a alcançar seu ponto máximo. Surgiu um grande número de brochuras. Estas, escritas ou traduzidas para o alemão, tiveram a capacidade de assustar, de fato, o público pangermânico. Os alemães lançaram altos brados.

A idéia de que a Boêmia, velho território do império, no coração da Alemanha, pudesse separar-se, tornar-se um país eslavo independente ou, Deus nos livre, uma província russa, fez com que perdessem o apetite e o sono; a partir desse momento, as maldições choveram sobre a Rússia e, até agora, o ódio dos alemães pela Rússia não cessou de aumentar. Hoje, alcançou proporções imensas. Por sua vez, os russos também não poupam os alemães; nestas condições, será possível que, com tão comoventes relações, os dois impérios vizinhos, o pan-russo e o pangermânico, possam permanecer por muito tempo em paz?

Todavia, não faltam razões, até agora, para incitá-los a respeitar a paz; ainda hoje existem o suficiente delas. A Polônia é a primeira destas razões. As potências rapaces, que a partilharam, segundo procedimentos de bandidos, eram três: a Áustria, a Prússia e a Rússia. No próprio momento da partilha, contudo, e depois, cada vez que a questão da Polônia surgia, a

Áustria se mostrava — e ainda se mostra — a menos interessada. Sabe-se que, no início, a corte da Áustria até protestou contra a partilha, e foi só devido às instâncias de Frederico II e de Catarina II que a Imperatriz Maria Teresa consentiu em aceitar a parte que lhe cabia. Ela chegou mesmo a verter lágrimas virtuosas, que se tornaram históricas nessa ocasião; todavia, aceitou. É como não teria aceitado? Ela carregava uma coroa para estar, precisamente, em condições de se apropriar do bem alheio; não existem leis para os monarcas, e seu apetite não tem fim. Em suas *Memórias*, Frederico II observa que, depois de ter decidido participar da pilhagem da Polônia pelos aliados, o governo austríaco, sob pretexto de procurar um rio inexistente, apressou-se em fazer suas tropas ocuparem um território bem maior do que aquele que o pacto lhe destinava.

Entretanto, também é significativo que a Áustria, entregando-se à pilhagem, rogava a Deus e vertia lágrimas, enquanto a Rússia e a Prússia cometiam seu ato de banditismo ironizando e escarnecendo. (Sabe-se que, nessa mesma época, Catarina II e Frederico II mantinham uma correspondência espirituosa e filantrópica com os enciclopedistas franceses.) Ainda mais significativo é que, em seguida, e até mesmo em nossos dias, cada vez que a infeliz Polónia tentava com desespero libertar-se e reconstituir-se, as cortes da Rússia e da Prússia, tremendo de cólera e espumando de raiva, apressavam-se, abertamente ou em segredo, para conjugar seus esforços a fim de esmagar a insurreição, enquanto a Áustria, como um cúmplice envolvido contra sua vontade, não só não se emocionava e não se associava às suas ações, mas, ao contrário, em cada nova revolta da Polónia, parecia querer ajudar os poloneses, e até certo ponto, ela os ajudava. Foi o que se passou em 1831 e, com mais nitidez ainda, em 1862, quando Bismarck assumiu, de modo aberto, o papel do policial russo; quanto à Áustria, ela deixou, ao contrário, que os poloneses passassem, em segredo, é claro, armas para a Polónia.

Como explicar esta diferença de atitude? Por nobreza d'alma, por humanidade ou por equidade da parte da Áustria? Não, apenas por interesse. Maria Teresa não tinha chorado sem segundas intenções no momento da partilha. Sabia muito bem que, ao atentar, com as outras duas, contra a existência política da Polónia, ela cavava a cova do império austríaco. O que podia ter de melhor, como vizinho, em sua fronteira do

Nordeste, do que este Estado nobiliário, pouco inteligente, é verdade, mas rigorosamente conservador e, em absoluto, ávido de conquistas; não só este Estado lhe poupava da vizinhança desagradável da Rússia, como também a separava da Prússia e constituía para ela uma preciosa proteção contra estas duas potências conquistadoras.

Era preciso apresentar a estupidez rotineira e, sobretudo, a venalidade dos ministros de Maria Teresa e, mais tarde, a estreiteza de espírito arrogante e a obstinação ferozmente reacionária do velho Metternich, o qual se encontrava, como se sabe, a serviço das cortes de São Petersburgo e de Berlim — era preciso estar condenado pela História para não compreendê-lo.

O império da Rússia e o reino da Prússia viam muito bem a vantagem que cada um deles tiraria disso. A primeira partilha da Polônia deu a ambos a compleição de grande potência *euro péia*; a segunda colocou-os no caminho que hoje resulta em uma incontestável supremacia. Ao mesmo tempo, ativando uma porção da Polônia retalhada ao império da Áustria, voraz por temperamento, eles o prepararam para se ver imolado, por sua vez, para ser um dia vítima do apetite deles, não menos insaciável do que o seu. Enquanto eles não tiverem satisfeito este apetite, enquanto não tiverem partilhado seu território, serão obrigados a permanecer amigos e aliados, ainda que se detestem de forma profunda. Seria surpreendente se a partilha da Áustria não provocasse a luta entre eles, mas, até lá, nada no mundo poderá separá-los.

Eles não têm interesse, por sinal, em lutar entre si. Atualmente, o novo império germano-prussiano não tem um único aliado na Europa e em todo o mundo, excetuando a Rússia e, talvez, os Estados Unidos da América do Norte. Todos os países temem este império e o odeiam, todos os países regozijar-se-ão com sua queda, pois ele oprime e despoja todos os que caem sob sua dependência. De resto, ser-lhe-á preciso realizar ainda muitas conquistas para concretizar, de modo integral, o plano e a idéia do império pangermânico. Ser-lhe-á preciso retirar dos franceses, não uma parte, mas a totalidade da Lorena; anexar a Bélgica, a Holanda e a Suíça, a Dinamarca e toda a Escandinávia; apoderar-se, de igual modo, de nossas províncias bálticas, para ser o único senhor do Báltico. Em resumo, à exceção do reino da Hungria, que deixará aos magiares, e da Galícia, que, com a Bucovina austríaca, entregará à Rússia, ele não se poderá impedir,

sempre pela força dos fatos, de se apoderar da totalidade da Áustria, até Trieste — inclusive — e, é evidente, incluindo a Boêmia, que o Gabinete de São Petersburgo sequer sonhará disputar com ele.

Estamos certos de que, no que concerne à partilha do império da Áustria, negociações secretas são mantidas entre as cortes da Alemanha e de São Petersburgo; e é óbvio, como sempre acontece com as relações cordiais entre duas grandes potências, que sempre uma procurará enganar a outra.

Por mais considerável que seja a força do império prusso-germânico, é muito claro que este não é bastante forte para realizar tão vastas incursões contra a vontade de toda a Europa. Assim, também, sua aliança com a Rússia é para ele, e será, por muito tempo ainda, uma imperiosa necessidade.

A mesma necessidade existe para a Rússia?

Observemos, de início, que nosso império é, mais do que todos os outros, um Estado¹⁵ por essência militar; assim, para organizar, na medida do possível, uma força militar considerável, ele sacrificou, desde o primeiro dia de sua fundação, e ainda sacrifica, tudo o que constitui a vida e o bem-estar do povo. Ora, enquanto Estado militar, só pode ter um único objetivo, uma única causa que dá sentido à sua existência: a conquista. Fora deste objetivo, ele é apenas algo absurdo. Desta forma, a conquista, em todas as direções e a qualquer preço, constitui a vida normal de nosso império. A questão agora é saber para que lado deve e desejará dirigir esta força conquistadora.

Dois caminhos lhe estão abertos: um a Oeste, o outro a Leste. O do Oeste ameaça diretamente a Alemanha. É o caminho do pan-eslavismo e, ao mesmo tempo, da aliança com a França contra as forças coligadas da Alemanha prussiana e do império da Áustria, com a provável neutralidade da Inglaterra e dos Estados Unidos.

O outro caminho passa pela Índia Ocidental, pela Pérsia e por Constantinopla. Chocar-se-á com a hostilidade da Áustria, da Inglaterra e, talvez, com a da França; terá o apoio da Alemanha prussiana e dos Estados Unidos.

Em qual destes dois caminhos nosso belicoso império desejará se engajar? Diz-se que o herdeiro do trono é um ardente pan-eslavista que odeia os alemães, amigo sincero dos franceses e que escolheu o primeiro

caminho; em compensação, o imperador, que hoje reina com tanta felicidade, é amigo dos alemães, sobrinho afetuoso do tio, e optou pelo segundo. Entretanto, a questão não diz respeito a por quem pulsam os sentimentos de um ou do outro; trata-se de saber para onde pode ir o império, com oportunidades de êxito e sem correr o risco de uma catástrofe.

Pode ele tomar o primeiro caminho? Neste, encontrará, é verdade, a aliança com a França, aliança que está longe de oferecer, hoje, as mesmas vantagens, a força material e moral, que ela prometia ainda há três ou quatro anos. A nulidade nacional da França está, de forma irremediável, rompida. Na França, dita una e indivisível, existem, hoje, três, senão quatro França's diferentes e radicalmente opostas entre si: a França aristocrático-clerical, que é composta de nobres, grandes burgueses e prelados; a França puramente burguesa, que engloba a média e a pequena burguesia; a França operária, que compreende o conjunto do proletariado das cidades e das fábricas; e, por último, a França camponesa. À exceção destas duas últimas, que são capazes de se entenderem e que, sobretudo no Sul, já começam a se aproximar, qualquer possibilidade de consenso entre estas classes, sobre qualquer ponto que seja, até mesmo a defesa da pátria, desapareceu.

Nós o vimos há pouco tempo. Os alemães continuam a ocupar Belfort, esperando que lhes paguem o último bilhão. Bastariam três ou quatro semanas, para que eles evacuassem o país. O que importa é que a maioria da Câmara versalhese, composta de legitimistas, orleanistas e bonapartistas, reacionários enlouquecidos, não quis esperar este prazo; derrubou Thiers e instalou em seu posto o Marechal Mac-Mahon, que promete restabelecer a ordem moral na França pela força das baionetas... A França oficial cessou de ser o país da vida, do espírito, dos grandes ímpetus magnânimos. Tem-se a impressão de que ela degenerou de forma brusca e tornou-se o país mais avançado na abjeção, na covardia, na venalidade, na ferocidade, na traição, na baixezça, na estupidez mais grosseira e mais chocante. Reina sobre tudo um obscurantismo sem limites. Ela se consagrou ao Santo Padre, aos padres, à Inquisição, aos jesuítas, à Virgem Santa e ao Santo Sepulcro. Busca, com muita seriedade, na Igreja Católica, sua ressurreição e, na defesa dos interesses do Catolicismo, sua missão. As procissões religiosas cobrem o país e sufocam, com suas litanias solenes, os protestos

e as queixas do proletariado. Deputados, ministros, prefeitos, generais, professores, magistrados, pavoneiam-se nestas procissões, cívico na mão, sem enrubescer, sem a mínima fé no coração, apenas porque "o povo necessita de uma religião". Além do mais, toda uma categoria de fiéis de origem nobre, ultramontanos e legitimistas educados pelos jesuítas, exige abertamente que a França se devote ao Cristo e à sua Santa Mãe Imaculada. Enquanto a fortuna nacional, ou, de modo mais exato, o trabalho do povo, produtor de todas as riquezas, está entregue à pilhagem dos especuladores da Bolsa, dos oportunistas, dos ricos proprietários e dos capitalistas; enquanto os homens de Estado, os funcionários de toda espécie, civis e militares, os advogados, e sobretudo todos os falsos jesuítas, enchem de forma escandalosa os bolsos, toda a França está literalmente entregue ao governo dos padres. Estes se apoderaram de todo o ensino público, universidades, liceus, escolas primárias; voltaram a ser os confessores e os diretores da consciência dos valentes militares franceses, que, em breve, terão perdido toda a aptidão para combater o inimigo externo, mas serão cada vez mais perigosos para o seu próprio povo.

Esta é a verdadeira situação da França oficial! Ela ultrapassou, em muito pouco tempo, a Áustria de Schwarzenberg (depois de 1849), e sabemos como esta Áustria acabou: derrota na Espanha, derrota na Boêmia e decadência geral.

É verdade que a França, apesar das devastações que sofreu em época recente, é rica, sem dúvida mais rica do que a Alemanha, que, no plano industrial e comercial, tirou pouca vantagem dos cinco bilhões que a França lhe pagou. Esta riqueza permitiu ao povo francês restabelecer, em tempo muito curto, todas as aparências da força e de organização administrativa regular. Porém, não é preciso ir muito fundo; basta raspar ligeiramente este verniz, para se convencer de que por baixo tudo está podre, e podre porque, no corpo ainda imponente do Estado, já não há a menor chama de vida interior.

A França oficial está morrendo, e aquele que contasse com sua aliança cometeria um grave erro. Exceto a impotência e o medo, nada descobriria nela; ela está devotada ao Papa, ao Cristo, à Virgem Santa, à razão divina e ao desatino humano. Foi lançada como pasto aos ladrões e aos padres; se ainda lhe resta uma força militar, esta servirá por inteiro

para reprimir e para subjugar o proletariado francês. Em que uma aliança com ela pode ser vantajosa?

Ora, existe uma razão maior, que nunca permitirá ao nosso governo, tenha à sua frente Alexandre II ou Alexandre III, engajar-se numa política de conquista pan-eslava, isto é, a Oeste. Esta política é, com efeito, revolucionária, no sentido em que conduz direto à insurreição dos povos, sobretudo dos povos eslavos, contra seus soberanos legítimos, austríaco e prusso-germânico. Ela foi proposta ao imperador Nicolau pelo príncipe Paskevitch.

Nicolau estava em má situação: tinha contra si duas grandes potências, a Inglaterra e a França. A Áustria "agradecida" tinha uma atitude ameaçadora. Só a Prússia, que ele havia humilhado, permanecia fiel; mas ela também, cedendo à pressão dos outros três Estados, começou a hesitar e, com o governo austríaco, fez sérias advertências. Nicolau, que se gabava antes de mais nada de sua firmeza, devia capitular ou sucumbir. Capitular teria sido vergonhoso e, é claro, ele não pretendia morrer. Foi nesse instante crítico que lhe foi proposto erguer o estandarte do pan-eslavismo; melhor ainda, recobrir sua coroa imperial com o barrete frígio e conclamar, não só os eslavos, mas também os magiares, os romenos e os italianos¹⁶ à revolta.

O imperador Nicolau ficou perplexo, mas lhe façamos justiça: ele não tergiversou por muito tempo, compreendeu que sua longa existência, marcada pelo mais puro despotismo, não devia terminar na carreira revolucionária. Preferiu morrer.

Ele teve razão. Ninguém pode apoiar-se em seu despotismo, dentro, e desencadear a revolução fora de seu país. Isto era de fato impossível ao imperador Nicolau, que desde o primeiro passo, neste sentido, viu-se frente a frente com a Polônia. Podia conclamar os povos, eslavos ou outros, à insurreição, e continuar a sufocar a Polónia? O que fazer com ela? Libertá-la? Todavia, além do fato de isso ser contrário a todos os instintos do imperador Nicolau, é preciso reconhecer que para o Estado russo, libertar a Polónia é impossível.

A luta entre as duas formas de Estado durou séculos. Perguntava-se quem venceria: a vontade da nobreza polonesa ou o coute do czar. O povo, propriamente dito, não estava em questão; vencesse quem vencesse, ele era considerado, de igual modo, escravo, trabalhador, o produtor de riquezas

e o pedestal mudo do Estado. No início, parecia que os poloneses venceriam. Tinham ao lado deles a cultura, a arte militar e a bravura; e, como suas tropas eram sobretudo compostas de fidalgos, combatiam como homens livres, e, os russos, como escravos. Todas as oportunidades pareciam estar do seu lado. E, com efeito, durante muito tempo, saíram vencedores de cada guerra, devastaram as províncias russas e, numa das vezes, até conseguiram subjugar Moscou, e sobre seu trono instalar seu próprio príncipe.

A força que os expulsou de Moscou não foi a do czar, nem mesmo a dos boiardos, mas a força do povo. Enquanto as massas populares não participaram da luta, os poloneses caminharam de êxito em êxito. Porém, bastou que o povo entrasse em liça, a primeira vez em 1612, a segunda vez, durante a insurreição geral dos servos pequenos-russos e lituanos, sob a liderança de Bogdan Chmelinicki, para que a sorte os abandonasse. A partir daí, o Estado nobiliário livre não parou de declinar e enfraquecer-se, até o dia em que sucumbiu em definitivo.

O cnute russo venceu graças ao povo e, ao mesmo tempo, é evidente, em detrimento deste mesmo povo que o Estado, em sinal de profunda gratidão, deu-o como escravo hereditário à criadagem e à nobreza fundiária do czar. Hoje, o imperador Alexandre II, segundo dizem, libertou os camponeses. Sabemos o que significa este tipo de libertação.

Todavia, foi sobre as ruínas do Estado nobiliário polonês que foi fundado o império-cnute de todas as Rússias. Retirai-lhe esta base de sustentação, tomai dele as províncias que faziam parte, antes de 1772, do Estado polonês e o império russo desaparecerá. Desaparecerá porque, perdendo estas províncias, as mais ricas, as mais férteis e as mais povoadas, sua riqueza, que já não é muito considerável, e sua força diminuirão pela metade. Esta perda não tardará a ser seguida pela das províncias bálticas; supondo que o Estado polonês seja reconstituído, não só no papel, mas de fato, e que tenha de novo uma existência digna deste nome, o império perderá rápido a Pequena-Rússia — que se tornará uma província polonesa ou um Estado soberano — e, em consequência, a costa do Mar Negro; e será, em todos os lugares, separado da Europa e rechaçado para a Ásia.

Alguns sustentam que o império poderia devolver a Lituânia à Polônia. Não, pelas mesmas razões ele não pode fazê-lo: a junção destes dois países daria, forçosa e infalivelmente, ao patriotismo de Estado polonês,

uma poderosa base de partida para a conquista das províncias bálticas e da Ucrânia. Bastaria libertar o reino da Polónia e já seria bastante. Varsóvia se entenderia de imediato com Vilna, Grodno, Minsk, e até com Kiev, sem falar da Podólia¹⁷ e da Volínia.¹⁸

O que fazer? Os poloneses são um povo tão turbulento que não se lhes pode deixar o mínimo recanto livre sem que eles, depressa, se ponham a conspirar e a manter relações secretas com as províncias perdidas, com a finalidade de reconstituir o Estado polonês. Por exemplo, em 1841, restava-lhe apenas uma única cidade livre, Cracóvia, e Cracóvia tornou-se o centro da ação revolucionária polonesa.

Não está claro, desde agora, que o império russo só pode continuar existindo sob a condição de oprimir a Polónia segundo os métodos de Muraviev? Dizemos império e não povo russo, que nada tem em comum com ele e cujos interesses, tanto quanto as aspirações instintivas, são, de forma absoluta, opostos aos interesses e às aspirações conscientes do império.

Assim que o império desmoronar, os povos da Grande Rússia, da Pequena-Rússia, da Rússia Branca e de outras regiões, recuperarão sua liberdade; as segundas intenções ambiciosas dos patriotas de Estado poloneses não os amedrontam; elas só podem ser mortais para o império.

Eis por que nenhum imperador da Rússia, a menos que tenha enlouquecido ou seja coagido por uma imperiosa necessidade, jamais libertará a menor parte da Polónia. E ele poderia, sem libertar os poloneses, conchamar os eslavos à insurreição?

As razões, que o impediram de erguer o estandarte pan-eslavo da revolta, não mudaram, com a única diferença de que, naquela época, esta saída prometia muito mais vantagens do que hoje. Outrora, ainda se podia contar com uma sublevação dos magiares e da Itália, curvados sob o jugo execrável da Áustria. Hoje, a Itália, sem dúvida alguma, permaneceria neutra, tendo em vista que a Áustria lhe restituiria, talvez sem discussão, ainda que para se livrar dela, as poucas porções do território italiano que ainda detém. Quanto aos magiares, é de se presumir que, em razão do temor que sua posição dominante em relação aos eslavos provoca, eles tomariam o partido dos alemães contra a Rússia.

Assim, na hipótese de uma guerra que o imperador da Rússia desencadearia contra a Alemanha, em nome do pan-eslavismo, ele só poderia

contar com o apoio mais ou menos ativo dos eslavos, e eslavos da Áustria apenas, pois, se ousasse sublevar também os eslavos da Turquia, levantaria contra si um novo inimigo, a Inglaterra, esta defensora zelosa de um Estado otomano soberano. Ora, a Áustria conta com cerca de dezessete milhões de eslavos; se se deduzirem os cinco milhões que habitam a Galícia, onde os rutenos mais ou menos simpatizantes seriam paralisados pelos poloneses inimigos da Rússia, restam doze milhões de eslavos, com a insurreição dos quais o imperador, *a rigor*, poderia contar, excluindo, é evidente, aqueles que servem no exército austríaco e que, segundo as tradições de todo exército, combaterão aqueles que seus chefes militares ordenarem que combatam.

Acrescentemos que estes doze milhões de eslavos não estão reunidos num ou em alguns pontos do território, mas dispersos por toda a extensão do império da Áustria, falam dialetos diferentes e estão mesclados com populações alemãs, magiares, romenas e, enfim, italianas. É muito, para manter continuamente no temor o governo austríaco e os alemães em geral, mas muito pouco, para levar às tropas russas um apoio sério contra as forças reunidas da Alemanha e da Áustria.

Infelizmente, o governo russo sabe disto e sempre o compreendeu muito bem, de modo que nunca teve e terá a intenção de sustentar contra a Áustria, em nome do pan-eslavismo, uma guerra que, necessariamente, transformar-se-ia numa guerra contra a Alemanha. Porém, se nosso governo não nutre este desejo, por que se lança, por intermédio de seus agentes, numa verdadeira campanha de propaganda pan-eslava nas possessões austríacas? Pela simples e mesma razão que indicávamos há pouco, isto é, que é muito agradável e útil ao governo russo ter esta multidão de partidários ardentes e ao mesmo tempo cegos, para não dizer estúpidos, em todas as províncias austríacas. Isto paralisa, entrava e inquieta o governo austríaco e aumenta a influência da Rússia, não só na Áustria, mas ainda em toda a Alemanha. A Rússia imperial excita os eslavos da Áustria contra magiares e alemães, sabendo a propósito que, no fim das contas, ela os trairá e os deixará nas mãos destes mesmos magiares e alemães. O jogo é odioso, mas é conforme à razão de Estado.

Assim, na hipótese de uma guerra do pan-eslavismo contra os alemães, o império russo encontraria poucos aliados e apoio real no Ocidente.

Vejamos agora quem ele teria a combater. De início, todos os alemães da Prússia e da Áustria; em segundo lugar, os magiares; e, em terceiro, os poloneses.

Deixando de lado os poloneses, e até os magiares, fazemos a seguinte pergunta: a Rússia imperial será capaz de conduzir uma guerra ofensiva contra as forças conjugadas de toda a Alemanha, prussiana e austríaca, e mesmo só da Alemanha prussiana? Dizemos uma guerra ofensiva, pois supomos aqui que a Rússia se lançará numa guerra para libertar, segundo ela, os eslavos da Áustria, na realidade, para anexá-los.

Antes de mais nada, é certo que nenhuma guerra ofensiva jamais será, na Rússia, uma guerra nacional. É quase uma regra geral: os povos raramente tomam parte ativa nas guerras empreendidas e conduzidas pelos governos para além das fronteiras da pátria. Estas guerras são, com maior frequência, exclusivamente políticas, quando nelas não se mistura um ideal, religioso ou revolucionário. Tais foram para os alemães, os franceses, os holandeses, os ingleses e mesmo para os suecos, no século XVI, as guerras entre partidários da Reforma e católicos. Tais foram para a França, no final do século XVIII, as guerras da Revolução. Na História moderna, porém, conhecemos apenas dois exemplos em que as massas populares viram com real simpatia as guerras políticas, desencadeadas por seus governantes, para ampliar as fronteiras de seus Estados ou em nome de outros ideais exclusivamente nacionais.

O primeiro exemplo foi dado, sob o reinado de Napoleão I, pelo povo francês. Contudo, este exemplo ainda não é bastante comprobatório, visto que as guerras napoleônicas foram seqüelas e, de certa forma, conseqüência natural daquelas empreendidas pelos exércitos da Revolução, e que o povo francês continuou a vê-las como uma manifestação do mesmo ideal revolucionário.

Muito mais comprobatório é o outro exemplo: a embriaguez, que se apoderou do povo alemão, por inteiro, durante a grande guerra engajada pelo Estado prusso-germânico, constituído há pouco tempo, contra o Segundo império. Sim, nessa época memorável, recém-acabada, todo o povo alemão, todas as camadas da sociedade alemã, à exceção talvez de um punhado de trabalhadores, foram inflamadas por um ideal exclusivamente político: fundar o Estado pan-alemão e ampliar suas fronteiras.

Ainda hoje, este ideal domina todos os outros no espírito e no coração de todos os alemães, qualquer que seja sua condição social, e é isto que, na atualidade, constitui de fato, a força singular da Alemanha.

Todavia, está claro, para todos aqueles que conhecem e compreendem, ainda que pouco, a Rússia, que nenhuma guerra ofensiva desencadeada por nosso governo jamais será, na Rússia, uma guerra nacional. Primeiro, porque o povo russo é, não só fechado a todo ideal nacional, mas ainda lhe é instintivamente oposto. O Estado é sua prisão; que necessidade teria ele de consolidá-la? Em segundo lugar, entre o governo e o povo, não há nenhum contato, nenhum laço vivo que possa uni-los, sequer um minuto, para qualquer causa; não há ao menos desejo ou possibilidade de compreensão mútua; o que é branco para o governo é negro para o povo e, ao inverso, o que parece muito branco ao povo, o que é para ele a vida, a felicidade, é, para o governo, a morte.

Talvez, perguntar-se-ia, com Pushkin:

"A palavra do czar já seria impotente?"

Sim, ela é "impotente" quando exige do povo o que é contrário ao povo. Porém, basta que o czar faça apenas um sinal e lance este apelo: "atai e degolai os proprietários fundiários, os funcionários e os comerciantes; apoderaí-vos de seus bens e partilhai-os entre vós"; num piscar de olhos, todo o povo russo levantar-se-á e, no dia seguinte, não haverá mais sinal de comerciantes, funcionários e grandes proprietários sobre a terra russa. Todavia, enquanto o czar ordenar ao povo que pague impostos, forneça soldados ao Estado e trabalhe penosamente em proveito dos grandes proprietários e dos comerciantes, o povo obedecerá a contragosto, sob a ameaça do chicote, como hoje, mas, assim que ele puder, desobedecerá. Onde está, portanto, o efeito mágico ou milagroso da palavra do czar?

E o que pode o czar dizer ao povo que seja de natureza a fazer vibrar seu coração e inflamar sua imaginação? Em 1828, declarando guerra à Porta otomana, sob o pretexto de ofensas dirigidas aos nossos correligionários eslavos e gregos da Turquia, o imperador Nicolau tentou, pelo manifesto que mandou que lessem ao povo nas igrejas, despertar neste último o fanatismo religioso. Sua tentativa fracassou por completo. Se,

entre nós, o espírito religioso, cego e irredutível, existe em algum lugar, só pode ser entre os *raskolniks*,¹⁹ os menos dispostos de todos a admitir a autoridade do Estado e do próprio imperador. Na Igreja ortodoxa e oficial reina um cerimonial esclerosado e rotineiro, bem como a mais profunda indiferença.

No início da Campanha da Criméia, quando a França e a Inglaterra declararam guerra, Nicolau tentou mais uma vez excitar o fanatismo religioso no povo, mas sem maior êxito. Lembremos o que se dizia, entre o povo, ao falar desta guerra: "O francês deseja nossa liberdade". Houve milícias populares, mas todo mundo sabe como elas eram formadas. A maioria sob a ordem do czar ou das autoridades. Houve também recrutamento, mas sob outra forma e com toda urgência. É verdade que em muitos lugares prometeu-se aos camponeses que, acabada a guerra, eles seriam livres.

Este é o ideal nacional de nossos camponeses! Entre os comerciantes e na nobreza, o patriotismo exprimiu-se de modo mais original: discursos estúpidos, declarações ruidosas de fidelidade ao czar e, sobretudo, banquetes e bebedeiras. Porém, quando foi preciso, para uns, dar dinheiro, e, para outros, partirem eles mesmos para a guerra, à frente de seus mujiques, houve muito poucos entusiastas. Cada qual buscava ser substituído por um outro. O recrutamento em massa fez muito barulho, mas sem nenhum efeito. Ora, a guerra da Criméia não era ofensiva, e sim defensiva; portanto, ela teria podido, deveria se transformar em guerra nacional. E por que não aconteceu isso? Porque nossas classes são podres, vis e covardes e porque o povo é o inimigo natural do Estado.

E é este povo que se espera sublevar em nome da questão eslava! Entre nossos eslavófilos, algumas pessoas honestas crêem muito a sério que o povo russo arde de impaciência de voar em socorro aos "irmãos eslavos", dos quais ele ignora até mesmo a existência. Ficaria muito surpreso se lhe dissessem que ele próprio é um povo eslavo. O Sr. Dukhinski e seus adeptos poloneses e franceses negam, é verdade, que um sangue eslavo corra nas veias dos grão-russos, pecando assim contra a verdade histórica e etnográfica. O Sr. Dukhinski, porém, que conhece tão pouco nosso povo, não imagina, com toda certeza, que este não se preocupa, em absoluto, com suas origens eslavas. Em que isto pode interessar este povo perse-

guido, faminto, esmagado sob o jugo de um império pretensamente eslavo, na realidade tártaro alemão?

Não devemos enganar os eslavos. Aqueles que lhes falam de uma participação qualquer do povo russo no problema eslavo, ou se iludem de forma abominável, ou mentem do modo mais descarado por razões inconfessáveis. E se nós, revolucionários socialistas russos, conclamamos o proletariado e a juventude eslavas a se juntarem à causa comum, não lhes propomos de forma alguma, como terreno comum para a causa, nossas origens comuns mais ou menos eslavas. Só admitimos um terreno: a revolução social, fora da qual não vemos salvação, nem para suas Nações nem para a nossa; e acreditamos que justo neste terreno, em razão dos numerosos traços comuns concernentes ao caráter, ao destino histórico, às aspirações de ontem e de hoje de todos os povos eslavos, em razão também de sua atitude idêntica para com as tendências estatistas do povo alemão, podem agrupar-se de modo fraternal, não para criar um Estado comum, mas para destruir todos os Estados, não para formar entre si um mundo fechado, mas para entrar juntos na arena internacional, começando de forma necessária por concluir uma estreita aliança com os povos de origem latina, hoje ameaçados, do mesmo modo que os eslavos, pela política anexionista dos alemães.

Contudo, esta aliança contra os alemães também só deverá durar até o dia em que estes, depois de terem compreendido, por sua própria experiência, de que inumeráveis males está acompanhada, para o povo, a existência do Estado, mesmo pseudopopular, rejeitarem o jugo estatista e renunciarem para sempre à sua infeliz paixão pela supremacia do Estado. Aí, então, e só então, as três principais Nações latina, eslava e germânica, que povoam a Europa, formarão uma aliança livre e fraterna.

Até lá, porém, a aliança dos povos eslavos e dos povos latinos contra as ambições anexionistas dos alemães, ambições que ameaçam todos da mesma forma, permanecerá uma amarga necessidade.

Estranho destino da nação alemã! Suscitando contra ela o temor e o ódio geral, provoca a união das outras Nações. Foi assim que ela provocou a união dos eslavos, pois, sem dúvida alguma, o ódio pelos alemães, que está enraizado de modo profundo no coração de todos os povos eslavos, contribuiu muito mais para o êxito da propaganda pan-eslava do que

todas as arengas e intrigas dos agentes de Moscou e de São Petersburgo. Ainda hoje, é provável que o mesmo ódio incitará as Nações eslavas a se unirem com as Nações latinas.

Sob este aspecto, o povo russo é também um povo profundamente eslavo. Ele não gosta dos alemães; mas não nos iludamos, sua antipatia não é suficiente para declarar-lhes guerra por sua própria ação. Esta aversão instintiva só se manifestará no dia em que os alemães invadirem a Rússia e colocarem na cabeça a idéia de governá-la. Assim, também, enganar-se-iam bastante aqueles que contassem com uma participação qualquer do povo russo em uma ação ofensiva contra a Alemanha.

Conclui-se daí que, se nosso governo tiver, um dia, a idéia de empreender uma ação contra a Alemanha, ele deverá conduzi-la sem nenhum apoio do povo, apenas com seus recursos militares, financeiros e estatistas. Contudo, esses recursos serão suficientes para combater a Alemanha e, mais ainda, para realizar contra ela, com êxito, uma guerra ofensiva?

É preciso ser um completo ignorante ou um cego chauvinista para não reconhecer que todos os nossos recursos militares e nosso ilustre exército, pretensamente inumeráveis, nada são, comparados aos recursos e ao exército alemão.

O soldado russo é sem dúvida corajoso, mas os soldados alemães também não são poltrões; eles o provaram durante três campanhas sucessivas. Além do mais, na hipótese de uma guerra ofensiva empreendida pela Rússia, as tropas alemãs lutariam em seu país e seriam secundadas pela sublevação patriótica, desta vez geral, de todas as classes e de toda a população da Alemanha; secundadas também por seu fanatismo patriótico, enquanto os russos lutariam sem razão, sem paixão, por obediência a seus chefes.

Quanto à comparação entre oficiais russos e oficiais alemães, daremos, do ponto de vista apenas humano, vantagem a nosso tipo de oficial, não por ser russo, mas nos fundamentando sobre a mais estrita equidade. Apesar de todos os esforços de nosso Ministro da Guerra, Sr. Miliutin, a grande massa de nosso corpo de oficiais permaneceu como era antes: grosseira, ignorante e, em quase todos os aspectos, por completo inconsciente; o exercício, a libertinagem, o baralho, a embriaguez e, quando é possível, fazer dinheiro, sobretudo nas patentes superiores, a partir do comandante de companhia, batalhão, esquadrão ou bateria, o roubo sistemático, para

não dizer legalizado, são até o presente momento o aspecto quotidiano da vida de oficial na Rússia. Este mundo é, ao mesmo tempo, bastante frívolo e selvagem, mesmo quando nele se fala francês; mas, apesar da grosseira e insana desordem que caracteriza este meio, pode-se descobrir nele o coração humano, uma predisposição para amar instintivamente e para compreender o homem e, em condições favoráveis, digamos, sob uma feliz influência, uma aptidão para se tornar um amigo consciente do povo.

No mundo dos oficiais alemães, nada existe fora da forma, do regulamento militar, da odiosa arrogância própria aos oficiais e que reveste este duplo aspecto: submissão servil em relação a tudo o que é hierarquicamente superior, e insolente desprezo por tudo o que, segundo eles, é inferior, pelo povo em primeiro lugar e, em seguida, por todos aqueles que não usam uniforme, à exceção dos altos funcionários civis e da nobreza.

Diante de seu soberano, o arquiduque, rei, e hoje imperador da Alemanha, o oficial alemão é um escravo por convicção, por paixão. Ao primeiro sinal deste último, está pronto, em todos os lugares e sempre, a cometer as piores atrocidades, a destruir, a colocar em chamas e a ensanguentar dezenas, centenas de cidades e povoados, não só no estrangeiro, mas até mesmo em seu próprio país.

Pelo povo, ele sente, não só desprezo, mas ódio, pois, fazendo-lhe muitas honrarias, ele o supõe sempre em estado de revolta ou prestes a se revoltar. De resto, ele não é o único a supô-lo; hoje, todas as classes privilegiadas partilham da mesma opinião; o oficial alemão, e até mesmo, em geral, todo oficial de exército regular pode ser chamado de cão de guarda favorito das classes privilegiadas. O mundo dos exploradores na Alemanha e em outros lugares vê o povo com temor e desconfiança, que, infelizmente, nem sempre são justificados; não obstante, provam, sem dúvida alguma, que nas massas populares já começa a se erguer a força consciente que fará este mundo voar em pedaços.

No oficial alemão, assim como no bom cão de guarda, o pêlo se eriça assim que alguém evoca as massas populares. As idéias que faz dos direitos e dos deveres do povo são das mais primitivas. Segundo ele, o homem do povo deve trabalhar a duras penas para que estes elegantes senhores estejam bem vestidos e com o estômago cheio; devem obedecer sem reclamar às autoridades, pagar os impostos e cumprir com suas

obrigações comunais; em seguida, fazer seu serviço militar, engraxar as botas, escovar o cavalo do oficial e, quando este comandar e brandir seu sabre, atirar, passar à espada e massacrar o primeiro que aparecer; e, quando lhe ordenarem, morrer pelo *Kaiser* e pela *Vaterland*. Ao final de seu serviço militar, se o homem do povo recebeu ferimentos que o mutilaram, deverá mendigar para viver; se saiu ileso, deverá entrar para a reserva, para nela servir até à morte, sempre obedecendo a seus superiores, inclinando-se diante de qualquer autoridade e mantendo-se pronto a dar sua vida se lhe pedirem.

Qualquer gesto por parte do povo que vá de encontro a este ideal é capaz de deixar o oficial alemão furioso. Compreende-se, portanto, o ódio que os revolucionários lhe inspiram e, sob este termo geral, ele concebe o conjunto dos democratas e até dos liberais; em resumo, todos aqueles que, em qualquer grau ou sob qualquer forma que seja, ousam agir, querer e pensar em sentido oposto ao sacrossanto pensamento e à augusta vontade de Sua Majestade, o senhor soberano de todas as Alemanhas...

Podem-se imaginar com que antipatia particular o oficial alemão deve considerar os revolucionários socialistas e até mesmo os social-democratas de seu país. O simples fato de evocar sua existência coloca-o fora de si, e considera indecente falar deles de outra forma senão espumando. Ai daqueles que caírem em suas mãos e, infelizmente, é preciso dizê-lo, nestes últimos tempos, muitos social-democratas passaram, na Alemanha, por suas mãos. Não tendo o direito de retalhá-los ou fuzilá-los sumariamente, não ousando golpeá-los com seus próprios punhos, esforça-se, por vexações, arrelias, atitudes e palavras das mais ofensivas, para manifestar sua raiva e sua vil animosidade. Todavia, se lhe fosse permitido, se seus superiores ordenassem-lhe, seria com um zelo frenético e sobretudo com uma arrogância de *Junker*²⁰ que ele se tornaria torturador e carrasco.

Examinai esta fera civilizada, este laçao por convicção e carrasco por vocação. Se ele é jovem, ficareis surpreso ao descobrir, ao invés de um bicho-papão, um louro de tez rosada, uma leve penugem sob o nariz, discreto, plácido, até mesmo tímido, mas orgulhoso — a arrogância começa a se manifestar — e com certeza sentimental. Conhece de cor Goethe e

Schiller, e toda a literatura humanista do Grande Século passou por sua cabeça sem deixar o menor pensamento humano, assim como, em seu coração, o menor sentimento de Humanidade.

Confiou-se aos alemães, sobretudo aos funcionários e aos oficiais, o cuidado de resolver um problema na aparência insolúvel: aliar a cultura à barbárie, o saber ao servilismo. Do ponto de vista social, faz-se deles seres execráveis ao mesmo tempo que profundamente ridículos; em relação às massas populares, inimigos sistemáticos e impiedosos, mas, em compensação, serviços muito preciosos do Estado.

Os burgueses alemães sabem disso e, sabendo-o, suportam com patriotismo, da parte dos funcionários e dos oficiais, todos os ultrajes possíveis e imagináveis, antes de mais nada, porque reconhecem aí sua própria natureza e sobretudo porque observam esses molossos imperiais privilegiados, que, contrariados, os mordem tão amiúde, como o mais seguro baluarte do Estado pangermânico.

Para um exército regular, é, com efeito, difícil imaginar algo de melhor do que o oficial alemão. Trata-se de um ser que alia em si o saber ao servilismo, o servilismo à bravura e a mais rigorosa disciplina à capacidade de iniciativa, o método à crueldade, a crueldade a um tipo de retidão, uma certa exaltação, é verdade, em sentido único se não no mau sentido, a uma submissão, raro igualada, à vontade do chefe; de um ser sempre capaz de degolar ou massacrar dezenas, centenas, milhares de indivíduos ao menor sinal daqueles que o comandam; calmo, discreto, sereno, dócil, sempre em sentido diante de seus superiores, altivo, friamente desdenhoso e, se necessário, cruel em relação ao soldado; um ser cuja vida se exprime em duas palavras: obedecer e comandar; este tipo de homem não tem igual para o exército e para o Estado.

Quanto à disciplina do soldado, condição essencial para ter boas tropas, atinge no exército alemão uma perfeição sistemática, há longo amadurecida, experimentada e posta em prática. O princípio fundamental desta disciplina reside no aforismo, que ainda ouvimos, há bem pouco tempo, de muitos oficiais prussianos, saxões, bávaros e outros oficiais alemães, que, desde a Campanha da França, percorrem toda a Suíça em hordas inteiras, talvez para estudar o terreno e elaborar planos — úteis a todos os fins — e que é o seguinte:

“Para possuir a alma do soldado, é preciso, de início, possuir seu corpo.”

Porém, como consegui-lo? Com exercícios contínuos. Não creiais em absoluto que os oficiais alemães desprezam a marcha; muito pelo contrário, vêem nela um dos melhores meios de tornar flexíveis os membros do soldado e possuir seu corpo; vêem, em seguida, o manejo das armas, sua manutenção e a limpeza das fardas; é preciso que o soldado esteja ocupado da manhã à noite e não cesse de sentir, fixado nele, a cada passo, o olhar severo, frio e magnetizador de seus superiores. No inverno, quando há mais tempo disponível, enviam os soldados à escola, onde acabam de aprender a ler, a escrever e a contar, mas onde os obrigam, sobretudo, a decorar um regulamento militar cheio de veneração pelo imperador e de desprezo pelo povo: montar a guarda em torno do imperador e atirar no povo. Esta é a quintessência da instrução cívica e política do soldado.

Passando três, quatro, cinco anos, nesta ambiência, o soldado só pode sair dela deformado. Faz-se do soldado um instrumento cego; quanto ao oficial, ele deve ser um instrumento consciente, um instrumento por convicção, por mentalidade, por ideal, por paixão. Seu universo é a sociedade dos oficiais; não se afastará dela um passo sequer, e todo o corpo dos oficiais, impregnado do estado de espírito que acabamos de descrever, vigia cada um de seus membros. Ai do infeliz que, por inexperiência ou sentimento humano, permite relacionar-se noutra meio. Se, politicamente, este meio é inofensivo, contentar-se-ão em ridicularizar este infeliz. Porém, se o citado meio possui uma tendência política não conforme ao sentimento geral dos oficiais, isto é, uma tendência liberal ou democrática e, com mais razão, revolucionária socialista, neste caso, o infeliz está perdido. Cada um de seus camaradas será para ele um delator.

Regra geral, os chefes militares preferem que os oficiais permaneçam o máximo possível entre eles e esforçam-se para deixar-lhes, como aos soldados, o mínimo de lazer. O treinamento dos soldados e as inspeções às quais os oficiais estão continuamente sujeitos absorvem três quartos do dia; o quarto restante está consagrado a aperfeiçoar seus conhecimentos em ciências militares. Antes de chegar à patente de major, o oficial deve fazer vários exames; confiam-lhe, além do mais, estudos urgentes sobre diferentes assuntos e, sobre estes estudos, julgam sua aptidão para subir de patente.

Como se vê, o mundo militar na Alemanha, como, por sinal, na França, é um meio fechado, e esta existência, sem contato com o exterior, é a garantia segura de que este mundo será o inimigo do povo.

Contudo, os militares alemães possuem sobre os militares franceses, e mesmo sobre os outros militares da Europa, uma imensa vantagem; os oficiais alemães superam todos os oficiais do mundo pela seriedade e pela amplitude de seu saber, pelo conhecimento teórico e prático da arte militar, por seu apego apaixonado e metuculoso pela profissão das armas, pela exatidão, pelo método, pelo controle de si, pela paciência incansável, tanto quanto pelo grau de probidade.

Em razão de todas estas qualidades, a organização e o armamento das tropas alemãs são fatos reais, não só no papel, como o era na França sob o reinado de Napoleão III, e como ainda o é com muita freqüência entre nós, na Rússia. De resto, graças a estas eminentes qualidades do oficial alemão, o controle administrativo civil e sobretudo militar está organizado de tal maneira que toda fraude duradoura é impossível. Na Rússia, ao contrário, de baixo para cima e de cima para baixo, ninguém se preocupa com isso, de modo que é quase impossível conhecer a verdade.

Pesai tudo isso e vede, em seguida, se o exército russo tem alguma probabilidade de vencer a Alemanha numa guerra ofensiva. Direis que a Rússia é capaz de colocar em linha de batalha milhões de homens. O número de soldados arregimentados e armados, porém, com certeza não atingirá um milhão; será preciso dispersar a metade deles no imenso território do império para manter a ordem neste povo afortunado, que o excesso de felicidade poderia, se não se tomasse cuidado, tornar furioso! Apenas para a Ucrânia, para a Lituânia e para a Polônia, quantos soldados serão necessários? Já seria bom, sim, muito bom, se conseguísseis enviar contra a Alemanha um exército de 500.000 homens. Até agora, a Rússia nunca conseguiu colocar em linha de combate semelhante exército.

Ora, na Alemanha, enfrentareis um exército real de um milhão de homens, que, sob o aspecto da organização, da instrução, da arte militar, do moral e do armamento, é o primeiro do mundo. E terá, atrás dele, a massa do povo alemão por inteiro, que, talvez, e mesmo muito provavelmente, não se levantaria contra os franceses, se o vencedor da última

guerra tivesse sido Napoleão III e não o "Fritz" prussiano, mas que, repitamo-lo, se levantará como um único homem contra o invasor russo.

A Rússia, dizeis, isto é, o império, poderá, se necessário, recrutar mais um milhão de homens; sim, poderia fazê-lo, mas só no papel. Bastará dar a ordem para recrutar mais uma vez tantas centenas de milhares de homens e tereis vosso milhão de recrutas. Porém, como organizá-los? Quem os organizará? Vossos generais de reserva, vossos ajudantes de ordens gerais, vossos ajudantes de ordens do czar, vossos comandantes de reserva de batalhão ou de guarnições que só existem no papel, vossos governadores, vossos funcionários? Céus! Quantas dezenas e mesmo centenas de milhares destes recrutas terão tempo de morrer de fome antes de serem arregimentados? E, ao final, onde encontrareis um número suficiente de oficiais para enquadrar outro milhão de homens e com que o armareis? Com varas? Ora, não tendes bastante dinheiro sequer para equipar, de modo conveniente, um milhão de homens e ameaçais armar mais um milhão. Nenhum banqueiro vos fará um empréstimo; e mesmo que vos emprestassem, seria necessário um ano para colocar em estado de combate um milhão de homens.

Comparemos vossa pobreza e vossa impotência à riqueza e ao poderio alemães. A Alemanha recebeu cinco bilhões da França; admitamos que ela tenha gastado três para cobrir certas despesas de guerra, recompensar os príncipes, os homens de Estado, os generais, os coronéis, os oficiais, não os soldados é evidente, assim como para pagar viagens de lazer no interior do país e no estrangeiro. Restam dois bilhões que a Alemanha dedicou só para o seu armamento, para a construção de novas e a restauração de antigas e numerosas fortificações, para encomendas de um novo modelo de canhão, de fuzil etc. A Alemanha tornou-se hoje um arsenal repleto de armas ameaçadoras. É vós, instruídos e armados mediocrementemente, desejarfeis vencê-la?

Ao primeiro passo, assim que colocardes os pés sobre o solo alemão, sofrereis uma derrota esmagadora e vossa guerra ofensiva se transformará de súbito em guerra defensiva; as tropas alemãs invadirão o território do império da Rússia.

Neste caso, contudo, pelo menos o povo russo, por inteiro, se levantará contra elas? Sim, se os alemães penetrarem nas províncias russas e mar-

charem, por exemplo, sobre Moscou; mas, se não cometerem esta asneira e se dirigirem, ao norte, para São Petersburgo, através das províncias bálticas, encontrarão, não só entre a pequena burguesia, os pastores protestantes e os judeus, mas também entre os barões descontentes e seus filhos estudantes e, por seu intermédio, entre os numerosos generais, oficiais, altos e pequenos funcionários, originários destas províncias, que povoam São Petersburgo ou que estão dispersos por toda a Rússia, muitos, muitos amigos; mais ainda, insurgirão, contra o império russo, a Polónia e a Pequena-Rússia.

É verdade que, de todos os inimigos que oprimem a Polónia, desde o dia de sua partilha, a Prússia mostrou-se a mais arrelhiadora, a mais sistemática e, desde então, a mais perigosa; a Rússia conduziu-se como um bárbaro, como uma força selvagem, massacrando, enforcando, supliciando os poloneses, deportando-os aos milhares para a Sibéria; entretanto, ela não conseguiu russificar a parte da Polónia, que lhe coube, assim como não o consegue hoje, apesar dos métodos de Muraviev; por seu lado, a Áustria também não conseguiu germanizar a Galícia e, aliás, ela não tentou fazê-lo. A Prússia, encarnação real da mentalidade e da grande causa alemãs, da germanização por métodos violentos e artificiais dos países não alemães, está tentando germanizar a qualquer preço a província de Dantzig e o ducado de Poznan, sem falar da província de Königsberg, da qual ela se apoderou bem antes.

Seria muito longo enumerar os meios aplicados para alcançar este objetivo; entre estes, a colonização em vasta escala do território polonês pelos camponeses alemães teve um papel considerável. Em 1807, a abolição da servidão, associada ao direito de proceder ao resgate das terras, pelo qual facilidades de todos os tipos foram concedidas, em muito contribuiu para tornar popular o governo prussiano, mesmo entre os camponeses poloneses. Mais tarde, escolas rurais foram fundadas; nelas e por elas foi introduzido o idioma alemão. Um certo número de medidas deste tipo fez com que, desde 1848, mais de um terço do ducado de Poznan fosse germanizado. Não falaremos das cidades. Desde o início da História da Polónia, o uso do idioma alemão se implantou nas aglomerações urbanas, graças ao grande número de burgueses, artesãos e sobretudo judeus alemães, que lá encontravam uma boa acolhida. Sabe-se que, desde os tempos mais

remotos, a maioria das cidades, nesta parte da Polônia, era administrada segundo o Direito de Magdeburgo.²¹

A Prússia havia, portanto, alcançado seus objetivos numa época calma. Porém, quando os patriotas poloneses suscitaram ou tentaram desencadear um movimento popular, ela não recuou, isto é evidente, diante das medidas mais draconianas e mais bárbaras. Já tivemos a oportunidade de ressaltar que, cada vez que se tratou de esmagar as insurreições polonesas, não só em suas fronteiras mas também no reino da Polônia, a Prússia sempre mostrou uma indefectível fidelidade à Rússia e o mais caloroso zelo em socorrê-la. Os policiais prussianos — o que estamos dizendo? — os magnânimos oficiais prussianos de qualquer arma, da guarda ou do exército, aplicavam-se com uma paixão desmedida à caça aos poloneses, que se escondiam em território prussiano, entregando-os com uma alegria sádica, depois de tê-los capturado, aos policiais russos, exprimindo, muitas vezes, o desejo segundo o qual, na Rússia, eles não escapariam da força. Em relação a isto, Muraviev, o enforcador, nunca tinha elogios suficientes para o príncipe Bismarck.

Até o ingresso deste último no governo, a Prússia se comportou sempre da mesma maneira, mas às escondidas, e, de modo manifesto, com incômodo; assim, quando podia, desaprovava seus próprios procedimentos. O príncipe Bismarck foi o primeiro a tirar a máscara. Não só reconheceu cínica e abertamente, mas também gabou-se, diante da Dieta prussiana e da diplomacia européia, de ter usado toda a sua influência sobre o governo russo para fazer com que este decidisse estrangular, de vez por todas, a Polónia, sem recuar diante das medidas mais cruéis e que, sob este aspecto, a Prússia dará sempre à Rússia sua ajuda mais ativa.

Enfim, ainda há pouco, o príncipe Bismarck comunicou ao parlamento a firme resolução de seu governo em extirpar os últimos vestígios do sentimento nacional polonês nas províncias, que hoje conhecem as delícias da administração prusso-alemã. Infelizmente, como observamos antes, os poloneses de Poznan, bem como os poloneses da Galícia, ligaram, de modo mais estreito do que nunca, sua causa nacional à autoridade do Papa. Os jesuítas, os ultramontanos, as ordens monásticas e os bispos são agora seus advogados. Como no século XVII, os poloneses não terão por que se felicitar por esta aliança e por esta amizade. Todavia, isto é problema deles e não nosso.

Só relembramos tudo isso para mostrar que os poloneses não têm inimigo mais temível e mais cruel do que o príncipe Bismarck. Dir-se-ia que ele jurou varrê-los da superfície da Terra. Isto não impede, em absoluto, quando os interesses da Alemanha o exigem, de conclamar os poloneses a insurgir-se contra a Rússia. Embora odiando, ele e a Prússia, para não dizer toda a Alemanha, e sem querer confessá-lo, pois, no fundo de seu coração, eles têm, não menos que todos os outros povos eslavos, o mesmo ódio histórico pelos alemães, os poloneses, que, todavia, não podem esquecer as afrontas sangrentas que os prusso-alemães lhes infligiram, rebelar-se-ão sem dúvida alguma atendendo ao apelo de Bismarck.

Na Alemanha, e até na Prússia, existe um numeroso e sério partido político; pode-se mesmo dizer que existem três: o Partido Liberal Progressista, o partido puramente Democrata e o Partido da Social-Democracia, que, juntos, representam, de forma incontestada, a maioria das Dietas alemã e prussiana e, ainda com mais clareza, a maioria da população. Estes partidos, prevendo, em certa medida, desejando e, mesmo, exortando a guerra contra a Rússia, compreenderam que a insurreição da Polônia e, até um certo ponto, sua restauração, será a condição prévia desta guerra.

É óbvio que, nem o príncipe Bismarck nem algum destes partidos, jamais concordarão em restituir à Polônia a totalidade das províncias que a Prússia arrancou-lhe. Sem falar de Koenigsberg, eles não devolverão, por nada no mundo, nem Dantzig, nem o menor pedaço da Prússia Oriental.²² Mesmo quanto ao ducado de Poznan, conservarão para eles uma grande parte deste território, hoje, segundo parece, por completo germanizado; em suma, só deixarão aos poloneses muito pouca coisa do que foi a parte dos prussianos na Polônia. Em compensação, eles lhes cederão toda a Galícia, com Lvow e Cracóvia, tendo em vista que tudo isto pertence hoje à Áustria, e com maior boa vontade ainda a extensão territorial que os poloneses puderem ocupar e conservar no interior da Rússia. Ao mesmo tempo, oferecer-lhes-ão créditos, obviamente sob a forma de um empréstimo polonês garantido pela Alemanha, armas e ajuda militar.

Quem pode duvidar um único instante que os poloneses não só aceitarão a oferta alemã, mas o farão com rapidez? Sua situação é a tal ponto desesperada que, mesmo que lhes fizessem uma oferta cem vezes pior, eles não a rejeitariam.

Um século se passou desde a partilha da Polônia e, durante todo esse tempo, não transcorreu sequer um ano sem que o sangue dos patriotas poloneses não tenha sido derramado. Cem anos de luta ininterrupta, de revoltas desesperadas! Existe um outro povo que possa se gabar de tal bravura?

O que foi que os poloneses não tentaram? Conjurações da nobreza, conspirações da pequena burguesia, bandos de insurretos operando de armas em punho, insurreições nacionais, enfim, todos os ardis da diplomacia, e até o apoio da Igreja. Tentaram tudo, agarraram-se a tudo e a tudo abandonou e traiu. Logo, como recusar quando a própria Alemanha, o inimigo mais perigoso, oferecer seu auxílio sob certas condições?

É verdade que aparecerão eslavófilos para condenar sua traição. Traição de quê? A aliança eslava, a causa eslava? Porém, esta aliança manifestou-se por meio de que, e em que reside esta causa? Elas não apareceram de forma aberta durante a viagem que os Srs. Palacky e Rieger fizeram a Moscou, para visitar a Exposição Pan-Eslava e prosternar-se diante do czar? Quando e como, defendendo que causa, os eslavos, enquanto tais, exprimiram sua fraterna simpatia aos poloneses? Não é fazendo o que fizeram em Varsóvia estes mesmos Srs. Palacky e Rieger e seu numeroso séquito de personalidades eslavas meridionais e ocidentais, isto é, abraçando-se com os generais russos mal lavados do sangue polonês, bebendo à fraternidade eslava e à saúde do czar-carrasco?

Os poloneses, heróis e mártires, possuem um grande passado de glória; os eslavos, por sua vez, ainda são crianças, e toda sua importância situa-se no futuro. O mundo eslavo, a questão eslava, não são fatos reais, mas uma esperança, e uma esperança que apenas a revolução social poderá realizar; mas os poloneses, falamos, é claro, dos patriotas, os quais pertencem em sua maioria à classe culta e sobretudo à nobreza, até agora manifestaram muito pouco interesse por esta revolução.

Ora, o que pode haver de comum entre o mundo eslavo, que ainda não tem existência, e o mundo patriota polonês, que está mais ou menos chegando ao fim? Com efeito, à exceção de um diminuto número de indivíduos, que se esforça em criar uma questão eslava no espírito e no terreno poloneses, os poloneses, em geral, não se interessam por esta questão; eles compreendem melhor os magiares, dos quais se sentem mais pró-

ximos, e com os quais têm uma certa semelhança e muitas lembranças históricas comuns, enquanto as separam dos eslavos meridionais e ocidentais e, pode-se dizer, de modo radical, as simpatias que estes povos têm pela Rússia, quer dizer, por aqueles, dentre seus inimigos, que eles mais odeiam.

Outrora, na Polônia e entre os emigrados poloneses, o mundo político estava, como em todos os outros países, dividido em vários partidos. Havia o Partido Aristocrático, Clerical, Constitucional-Monarquista; o Partido da Ditadura Militar; o Partido dos Republicanos Moderados, partidários da Constituição dos Estados Unidos; o Partido dos Republicanos Vermelhos, segundo o modelo francês; enfim, havia até mesmo o partido pouco numeroso dos social-democratas, sem falar dos Partidos Místico-Sectários ou, mais exatamente, religiosos. No fundo, porém, bastava examinar um pouco mais de perto cada um deles para se convencer de que a essência era a mesma em todos: um desejo ardente de restaurar o Estado polonês em suas fronteiras de 1772. Fora dos antagonismos respectivos, decorrentes da luta a que se entregavam os chefes destes partidos, a principal diferença consistia em que cada um estava certo de que este objetivo comum — a reconstituição da antiga Polônia — só podia ser alcançado pelos meios que apenas ele recomendava.

Até 1850, pode-se dizer que a maioria dos emigrados políticos poloneses eram revolucionários justo porque a maioria deles estava convencida de que o restabelecimento da independência da Polônia resultaria, de forma inelutável, do triunfo da revolução na Europa. Assim, também, pode-se dizer que, em 1848, não existia sequer um único movimento revolucionário em toda a Europa do qual os poloneses não participassem e que, amiúde, não dirigissem. Quanto a isto, lembramos de ter ouvido um saxão exprimir sua surpresa do seguinte modo: "Em todos os lugares onde há desordens, encontram-se necessariamente poloneses!"

Em 1850, por causa da derrota geral, esta fé na revolução desmoronou, enquanto subia a estrela de Napoleão; um grande número de emigrados poloneses, digamos, a imensa maioria deles, tornaram-se bonapartistas fanáticos. Céus! O que não esperavam da ajuda de Napoleão III! Até mesmo a traição infame, flagrante, deste último, em 1862-1863, não conseguira matar neles esta fé. Ela só desapareceu em Sedan.

Depois desta catástrofe, só restava à esperança polonesa um único refúgio: aquele que os jesuítas ultramontanos ofereciam. Os patriotas poloneses da Áustria, e a maior parte dos outros, lançaram-se em desespero de causa sobre a Galícia. Porém, imaginai que Bismarck, seu inimigo fidalgo, forçado a isto pela situação da Alemanha, conclame-os a se insurgirem contra a Rússia, que lhes demonstre que sua esperança será em breve realizada; melhor, que lhes dê fundos, armas e apoio militar. Poderiam recusar tudo isto?

É verdade que, em troca desta ajuda, se exigirá que renunciem formalmente a grande parte dos antigos territórios poloneses, que hoje se encontram em posse da Prússia. O remédio será amargo, mas sob a pressão das circunstâncias e em nome da vitória agora certa sobre a Rússia, consolando-se afinal com a idéia segundo a qual, uma vez reconstituída a Polónia, recuperarão todos os seus territórios, os poloneses aceitarão, com toda certeza, e, de seu ponto de vista, eles terão mil vezes razão.

Também é verdade que uma Polónia reconstituída com a ajuda das tropas alemãs, sob a proteção do príncipe Bismarck, será uma curiosa Polónia. Todavia, mais vale uma curiosa Polónia do que nenhuma Polónia; de qualquer modo, dir-se-ão, por certo, os poloneses, alguém poderá sempre se livrar da tutela do príncipe Bismarck.

Em resumo, os poloneses aceitarão tudo o que se quiser, a Polónia se insurgirá, a Lituânia a seguirá, depois a Pequena-Rússia; os patriotas poloneses são, é verdade, maus socialistas e, em seu país, resguardar-se-ão de fazer propaganda revolucionária socialista; mesmo se quisessem fazê-lo, o protetor, o príncipe Bismarck, não o permitiria: a Alemanha está muito próxima; esta propaganda poderia também infiltrar-se na Polónia prussiana. Contudo, o que não é possível fazer na Polónia, far-se-á na Rússia e contra ela. Os alemães, assim como os poloneses, terão o maior interesse em suscitar nela uma insurreição camponesa; e suscitá-la não será na verdade difícil; imaginai a quantidade de poloneses e alemães disseminados hoje na Rússia. A maioria, se não a totalidade deles, será aliada natural de Bismarck e dos poloneses. Imaginai uma situação semelhante: nossas tropas, inteiramente vencidas, em debandada; no seu encalço, ao norte, os alemães marcham sobre São Petersburgo; a oeste e ao sul, os poloneses marcham sobre Smolensk e sobre a Pequena-Rússia; ao mesmo tempo, provo-

cada pela propaganda externa e interna, na Rússia, na Pequena-Rússia, uma insurreição geral eclode e triunfa.

Eis por que se pode dizer, com toda certeza, que nenhum governo russo e nenhum czar, a menos que seja louco, erguerá o estandarte do pan-eslavismo e nunca fará guerra à Alemanha.

Tendo vencido em definitivo a Áustria e, em seguida, a França, o novo e grande império alemão vai reduzir a potências secundárias e vassalas, não só estes dois Estados como também, mais tarde, nosso próprio império russo, para sempre separado da Europa. Falamos, é óbvio, do império e não do povo que, ao sentir necessidade, saberá encontrar ou abrir um caminho em todos os sentidos.

Para o império russo, porém, as portas da Europa estão agora fechadas; as chaves estão nas mãos do príncipe Bismarck, que, por nada no mundo, as entregará ao príncipe Gortchakov.

Todavia, se as portas do noroeste estão para sempre fechadas para o império, não permanecem abertas, e talvez mais segura e amplamente ainda, as portas do sul e do sudeste — Bukhara, a Pérsia e o Afeganistão, até as Índias Orientais — e, enfim, último objetivo de todas as ambições e de todas as aspirações: Constantinopla? Desde há muito tempo, os políticos russos, ardentes zeladores da grandeza e da glória de nosso caro império, discutem para saber se não seria melhor deslocar a capital e, com ela, o centro de todas as forças, de toda a vida do império, do norte para o sul, das costas inhóspitas do Báltico às bordas eternamente floridas do mar Negro e do Mediterrâneo, isto é, de São Petersburgo a Constantinopla.

Há, para dizer a verdade, insaciáveis patriotas que gostariam de conservar São Petersburgo e a supremacia no Báltico e apoderar-se ao mesmo tempo de Constantinopla. Contudo, este desejo é a tal ponto irrealizável que eles próprios, apesar de sua fé na onipotência do império, começam a abandonar a esperança de vê-lo realizar-se; além disso, produziu-se, neste último ano, um fato que deve ter-lhes aberto os olhos: a anexação do Schleswig-Holstein e de Hanôver ao reino da Prússia, que, desta forma, tornou-se a potência marítima do norte.

É um axioma bem conhecido que nenhum Estado pode elevar-se ao nível de grande potência, se não possuir vastas fronteiras marítimas, que lhe assegurem comunicações diretas com o mundo inteiro e lhe permitam

tomar parte, sem intermediário, na evolução do mundo, tanto no plano material quanto no plano social, político e moral. Esta verdade é tão evidente que não precisa ser demonstrada. Consideremos o Estado mais forte, mais bem organizado e mais feliz — em geral, que felicidade pode existir no Estado? — e suponhamos que certas circunstâncias o tenham isolado do resto do mundo. Podeis estar certo de que, em cerca de cinquenta anos, ou seja, duas gerações, tudo nele estará em plena estagnação: suas forças declinarão, a cultura roçará a estupidez; quanto à sua felicidade, ela liberará um odor de queijo de Limburgo.

Vede a China que, aparentemente, foi inteligente, e, talvez, feliz a seu modo; como explicar que ela se tenha tornado tão apática, bastando alguns esforços das potências marítimas européias para subjugá-la ao espírito delas e, se não ao domínio, pelo menos à vontade delas? A resposta está no fato de que a China, por vários séculos, estagnou no marasmo, e isto se deu, seja por causa de suas instituições, seja porque o desenrolar da vida mundial acontecia tão longe dela, que, por muito tempo, não pôde alcançá-la.

Muitas condições são necessárias para que um povo, vivendo fechado no Estado, possa se associar à evolução universal; estas condições são: a inteligência natural e a energia inata, a cultura, a aptidão ao trabalho produtivo e à mais ampla liberdade interior, de resto, tão pouco acessível às massas no Estado. A estas condições, vêm-se somar, por necessidade, a navegação e o comércio marítimo, porque as comunicações pelo mar, em razão de seu baixo custo relativo, de sua rapidez, assim como de sua liberdade, uma vez que o mar não pertence a ninguém, são superiores a todos os outros meios de comunicação conhecidos, inclusive, é evidente, as ferrovias. Pode acontecer que, um dia, a navegação aérea se revele ainda mais cômoda sob todos os aspectos e adquira uma importância particular, pois criará, em definitivo, condições iguais de desenvolvimento e de existência para todos os países. Até o presente momento, porém, não se pode falar dela como meio de comunicação prático, e a navegação marítima permanece, apesar de tudo, o principal fator do progresso dos povos.

Virá o tempo em que não haverá mais Estados — o Partido Revolucionário Socialista tende, com todas as suas forças, a destruí-los na Europa — onde, sobre as ruínas dos Estados políticos, será fundada, com toda a liberdade, a aliança livre e fraterna, organizada de baixo para cima, das

associações livres de produção, das comunas e das federações regionais englobando, sem distinção, por serem livres, os indivíduos de qualquer língua e de qualquer nacionalidade; aí, então, o acesso ao mar será aberto a todos em plena igualdade; aos habitantes do litoral, de modo direto; aos habitantes dos países distantes do mar, por meio de ferrovias liberadas de toda tutela, de todo imposto, de todas as taxas, regulamentações, arrelias, proibições, autorizações e regulamentos governamentais. Contudo, mesmo assim, os habitantes do litoral disporão ainda de muitas vantagens naturais de ordem material e cultural. O contato direto com o mercado mundial e, de modo geral, com o movimento universal da vida, desenvolve ao máximo; por mais que façais para igualar as relações, não podereis impedir que os habitantes do interior, privados destas vantagens, vivam ou se desenvolvam mais fraca e lentamente do que aqueles que povoam o litoral.

Eis por que a navegação aérea terá tanta importância. A atmosfera é um oceano que banha toda a terra; seus litorais estão em todos os lugares, de modo que, em relação a ele, todos os indivíduos, mesmo aqueles que vivem nos recantos mais distantes, formam, sem exceção, populações litorâneas. Porém, enquanto a navegação aérea não tiver substituído a navegação marítima, os habitantes do litoral permanecerão, sob todos os pontos de vista, na vanguarda do progresso, e constituirão, de certo modo, a aristocracia da Humanidade.

Toda a História, e sobretudo uma grande parte do progresso, foi obra dos povos habitantes do litoral. O primeiro povo, fundador da Civilização, foi o povo grego; e, de fato, pode-se dizer que toda a Grécia nada mais era que um litoral. A Roma Antiga só foi um Estado poderoso, mundial, a partir do momento em que se tornou um Estado marítimo. E, na História Moderna, a quem se deve o renascimento da liberdade política, da vida social, do comércio, das artes, da ciência, do livre pensamento, em resumo, o renascimento da Humanidade? À Itália, que, quase inteiramente, é, à imagem da Grécia, um litoral. Depois da Itália, a quem coube o primeiro lugar na evolução universal? À Holanda, à Inglaterra, à França e, por fim, à América.

Em compensação, tomemos o exemplo da Alemanha. Por que, apesar das inúmeras e incontestáveis qualidades das quais o povo alemão é dotado, como, por exemplo, a dedicação extrema ao trabalho, a tendência natural

à meditação e à ciência, o sentimento estético, que deu origem a grandes artistas, pintores, poetas, e o profundo transcendentalismo, que fez surgir não menos importantes filósofos, por que, perguntamos, a Alemanha permaneceu atrasada em relação à França e à Inglaterra em todos os outros aspectos, excetuando um único em que ela se distanciou de todos, qual seja, o desenvolvimento do regime estatista, burocrático, militar e policial; por que ainda hoje ela é, no plano comercial, inferior à Holanda e, no plano industrial, à Bélgica?

Dir-se-á que é porque nunca houve, nela, nem liberdade, nem amor pela liberdade, nem necessidade de liberdade. Em parte é verdade, mas não é a única razão. Existe uma outra não menos importante, que é a ausência de um grande litoral. Desde o século XIII, bem na época em que nascia a Hansa, a Alemanha não sofria de insuficiência de costas marítimas, pelo menos no oeste. A Holanda e a Bélgica ainda lhe pertenciam e, justo nesse século, o comércio da Alemanha parecia prometer um desenvolvimento relativamente vasto. Contudo, desde o século XIV, as cidades holandesas, estimuladas por seu espírito empreendedor e sua audácia, assim como pelo amor à liberdade, puseram-se, de forma ostensiva, a se separar e a se afastar da Alemanha. No século XVI, esta separação tomou uma forma definitiva, e o Grande Império, herdeiro inepto do império romano, apareceu como um Estado quase de todo mediterrâneo. Restava-lhe apenas uma estreita janela para o mar, entre a Holanda e a Dinamarca, e esta estava longe de ser suficiente para permitir a este imenso país respirar livremente. Por esta razão, a Alemanha caiu, por sua vez, num torpor que parecia, estranhamente, a atonia da China.

A partir daí, todo o movimento *progressista* da Alemanha, tendendo a formar um novo e poderoso Estado, ficou concentrado no Eleitorado de Brandemburgo. E, com efeito, os príncipes eleitores de Brandemburgo prestaram um eminente serviço à Alemanha; eles criaram, pode-se dizer, as condições de sua grandeza atual, de início conquistando Koenigsberg e, em seguida, durante a primeira partilha da Polónia, pondo a mão sobre Dantzig. Tudo isso, porém, ainda não era bastante; era preciso apoderar-se de Kiel e, em geral, da totalidade do Schleswig-Holstein.

Estas novas conquistas foram realizadas pela Prússia, sob os aplausos de toda a Alemanha. Nós todos fomos testemunhas da paixão com a qual

os alemães, pertençam eles aos Estados do norte, do sul, do leste, do oeste ou do centro, acompanharam, a partir de 1848, a evolução da questão do Schleswig-Holstein; e aqueles que explicavam esta paixão pelo desejo de vir em socorro de irmãos de raça, de alemães supostamente oprimidos pelo despotismo dinamarquês, cometiam um profundo erro. No presente caso, o ideal era bem diferente; tratava-se de um ideal estatista, pangermânico, um ideal visando à conquista das fronteiras e dos caminhos marítimos e à fundação de uma poderosa Marinha alemã.

A questão tinha sido levantada desde 1840 ou 1841; e lembramo-nos do entusiasmo com o qual a Alemanha inteira acolheu o poema de Herwegh: "A Marinha Alemã".

Os alemães, repetamos mais uma vez, são um povo impregnado, no mais alto nível, do espírito estatista, a ponto de este espírito sobrepujar entre eles todas as outras paixões e sufocar, literalmente, o instinto da liberdade. Porém, é esta mentalidade que, hoje, faz precisamente sua grandeza; ela serve e servirá ainda por algum tempo, direta e de forma invariável, de suporte para todas as pretensões ambiciosas do Monarca berlinense. É sobre ela que se apóia com firmeza o príncipe Bismarck.

Os alemães são um povo instruído e sabem que sem boas fronteiras marítimas não existe e não pode existir um grande Estado. Eis por que, contrariamente à verdade histórica, etnográfica e geográfica, eles sustentam, ainda hoje, que Trieste foi, é e será uma cidade alemã; que todo o Danúbio é um rio alemão. Todas as suas esperanças estão voltadas para o mar. E, se a revolução social não pará-los, pode-se estar certo de que antes de dez ou vinte anos, talvez menos — os acontecimentos se sucedem em ritmo tão acelerado —, pode-se estar certo, dizíamos, que em muito pouco tempo eles anexarão toda a *parte alemã* da Dinamarca, da Holanda e da Bélgica. Tudo isso está, por assim dizer, na lógica natural de sua situação política e de suas aspirações instintivas.

Uma etapa já foi vencida nesta direção.

A Prússia, que no momento é a personificação, o cérebro e, ao mesmo tempo, o braço da Alemanha, está solidamente estabelecida sobre o Báltico, assim como sobre o mar do Norte. A autonomia de Bremen, Hamburgo, Mecklenburgo e Oldenburgo é uma simples e inocente facécia. Todos estes territórios agora fazem parte, com Holstein, Schleswig e Hanô-

ver, da Prússia, e a Prússia, enriquecida com o dinheiro da França, constrói duas grandes frotas: uma no Báltico, outra no Mar do Norte; graças ao canal navegável, que ela está escavando para ligar os dois mares, estas duas frotas formarão em breve uma só marinha. Não serão necessários muitos anos para que esta marinha, que, desde já, supera a da Dinamarca e a da Suécia, torne-se muito mais forte do que a frota russa do Báltico. E então a primazia da Rússia sobre o Báltico soçobrará para sempre... no Báltico. Adeus Riga, adeus Revel; adeus Finlândia e adeus São Petersburgo, com sua Kronstadt inexpugnável!

Tudo isto parecerá aos nossos chauvinistas, que têm o costume de exagerar a importância das forças da Rússia, puro delírio, palavras malevolentes, quando na realidade se trata de uma conclusão segura, extraída de fatos desde já realizados, e fundamentada numa análise correta do caráter e das aptidões dos alemães e dos russos, sem falar dos recursos financeiros, da quantidade relativa de funcionários conscienciosos, devotados e conhecedores de seus problemas, sem falar, de igual modo, da ciência, que confere uma vantagem decisiva a todos os empreendimentos alemães sobre os empreendimentos russos.

Na Alemanha, o serviço do Estado dá resultados, nem belos, nem agradáveis, pode-se até mesmo dizer execráveis, todavia, positivos e sérios.

Na Rússia, este mesmo serviço dá resultados, nem mais belos, nem mais agradáveis, mas, amiúde, na forma, ainda mais singulares e estereis simultaneamente. Um exemplo: admitamos que, ao mesmo instante, na Alemanha e na Rússia, os governos tenham alocado o mesmo crédito, digamos um milhão, para financiar um negócio qualquer, por exemplo, a construção de um novo navio. Imaginai que este milhão será dilapidado na Alemanha? Talvez se dilapide cem mil, admitamos duzentos mil, porém, oitocentos mil marcos irão, com certeza, para o negócio, que será concluído com a pontualidade e a competência que caracterizam os alemães. É o que se fará na Rússia? Começar-se-á desviando a metade deste milhão, um quarto desaparecerá pela ignorância e pela incúria, de tal forma que se deve considerar feliz, caso se consiga, com a quarta parte restante, fabricar algo que, quando muito, servirá para ser exposto, mas impróprio ao serviço.

Como esta frota russa seria capaz de defender, contra a marinha alemã, as fortalezas marítimas do Báltico, em particular de Kronstadt, e

resistir ao fogo dos alemães, hábeis em lançar, não só obuses de ferro, mas também de ouro?

Adeus à supremacia no Báltico! Adeus à importância política e ao poderio da capital do norte, edificada por Pedro I nos pântanos finlandeses! Se nosso venerável chanceler do império, o príncipe Gortchakov não enlouqueceu por completo, deve ter se dito isso muitas vezes no tempo em que a Prússia aliada despojava impunemente, e, segundo parece, com nosso consentimento, a Dinamarca, não menos aliada. Ele deve ter compreendido que, desde o dia em que a Prússia, apoiada sobre toda a Alemanha, e formando com ela, numa unidade indissolúvel, a mais forte potência continental, repito, deve ter compreendido que, desde o instante em que o novo império alemão, criado sob o cetro da Prússia, ocupava no Báltico sua atual posição, tão ameaçadora para todos os outros Estados bálticos, a hegemonia da Rússia de São Petersburgo chegava ao fim neste mar, a grande obra política criada por Pedro I estava aniquilada e, com ela, o próprio poderio do Estado pan-russo, se, para compensar a perda das livres comunicações marítimas no norte, um novo caminho não lhe for aberto no sul.

É evidente que os alemães serão, doravante, senhores do Báltico. É verdade que as chaves deste mar ainda estão nas mãos da Dinamarca. Porém, quem não vê que este infeliz pequeno Estado não tem, por assim dizer, outra opção, hoje, senão federar-se voluntariamente à Alemanha e, em seguida, ser, por pouco, inteiramente absorvido pela centralização estatista pangermânica; o que significa que, a curto prazo, o Báltico se tornará um mar exclusivamente alemão e que São Petersburgo perderá toda a importância política.

O príncipe Gortchakov devia ter desconfiado disto, quando permitiu o desmembramento do reino da Dinamarca e a anexação do Schleswig-Holstein à Prússia. Os próprios acontecimentos nos situam forçosamente diante deste dilema: ou o príncipe Gortchakov traiu a Rússia, ou, então, para compensar a supremacia, sacrificada por ele, do Estado russo no noroeste, obteve do príncipe Bismarck o compromisso formal de ajudar a Rússia a conquistar uma nova potência no sudeste.

Para nós, a existência de um pacto deste gênero, de uma aliança defensiva e ofensiva firmada entre a Rússia e a Prússia, quase logo após a

paz de Paris, ou pelo menos no momento da insurreição da Polônia, em 1863, quando, levadas pelo exemplo da França e da Inglaterra, quase todas as potências européias, exceto a Prússia, protestaram, aberta e oficialmente, contra a barbárie russa; para nós, digamos, um acordo formal entre a Prússia e a Rússia, comprometendo numa medida idêntica as duas partes, não permite nenhuma dúvida; só uma aliança deste gênero pode explicar a tranqüila segurança e, mesmo, a despreocupação com a qual o príncipe Bismarck empreendeu a guerra contra a Áustria e uma grande parte da Alemanha, apesar da ameaça de uma intervenção da França; e a guerra, ainda mais decisiva, contra a França. O menor gesto de hostilidade por parte da Rússia, por exemplo, um movimento das tropas russas em direção à fronteira prussiana, teria sido suficiente para fazer, em ambas as guerras, sobretudo na última, o avanço vitorioso dos exércitos da Prússia. Lembremos que, ao final da última guerra, toda a Alemanha, sobretudo o norte do país, estava de todo desprovida de tropas; que a não intervenção da Áustria, em favor da França, não teve outro motivo senão a declaração da Rússia, segundo a qual, se a Áustria pusesse seu exército em movimento, ela faria marchar suas tropas contra as dela; e que se a Itália e a Inglaterra não intervieram, foi porque a Rússia não quis. Se esta não se tivesse declarado aliada decidida do imperador prusso-germânico, os alemães nunca teriam tomado Paris.

Bismarck, contudo, estava visivelmente seguro de que a Rússia não o trairia. Em que fundamentava esta certeza? Nos laços de parentesco e de amizade pessoal dos dois imperadores? Todavia, Bismarck é muito inteligente e experimentado para basear seus cálculos políticos nos sentimentos. Suponhamos até mesmo que nosso imperador, dotado, como todos sabem, de coração sensível, com muita facilidade para verter lágrimas, tenha se deixado levar por sentimentos deste gênero, muitas vezes expressos no calor dos banquetes imperiais; mas, em torno dele, existem o governo, a corte, o herdeiro do trono, o qual, por hipótese, detesta os alemães e, enfim, nosso venerável patriota nacional, o príncipe Gortchakov; todos juntos, a opinião pública e a própria força das coisas, ter-lhe-iam lembrado que um Estado é governado por interesses, não por sentimentos.

Bismarck também não podia contar com uma identidade de interesses entre a Rússia e a Prússia, visto que ela não existe e não pode existir; esta

identidade de interesses só existe num ponto: a questão polonesa. Esta questão, entretanto, já foi resolvida há muito tempo, e, sob todos os outros aspectos, nada pode ser mais contrário aos interesses do Estado russo do que a formação, em sua vizinhança imediata, de um imenso e poderoso império germânico. A existência, lado a lado, de dois vastos impérios, atrai a guerra, que só poderá terminar pelo aniquilamento de um ou do outro.

Esta guerra, repitamos, é inevitável, mas pode ser adiada se os dois impérios julgarem que ainda não estão consolidados o suficiente no interior de seu país, que ainda não se ampliaram o bastante no exterior, para que um intente, contra o outro, uma guerra decisiva, uma luta até à morte. Assim, ainda que se odiando mutuamente, ambos continuam a apoiar-se, a permutar serviços, cada um esperando tirar melhor proveito do que o outro desta aliança involuntária, e acumular mais forças e recursos para a guerra futura e inelutável. Esta é a posição respectiva da Rússia e da Alemanha prussiana.

O império alemão ainda está longe de ter alicerces sólidos no interior e no exterior de seu país. No interior, ele forma um estranho aglomerado de pequenos e médios Estados soberanos, destinados, com certeza, a serem engolidos, mas que, isso ainda não tendo acontecido, esforçam-se, a qualquer preço, para salvar os resíduos de uma soberania que está desaparecendo. No exterior, a Áustria humilhada, mas ainda não por completo esmagada, e a França vencida e, por isto mesmo, inimiga irreconciliável, franzem as sobranceiras contra o novo império alemão. De resto, é preciso que este aumente o bastante suas fronteiras. Inclinando-se diante das necessidades internas, próprias aos Estados militares, ele medita sobre novas anexações, novas guerras. Tendo-se atribuído o objetivo de restaurar o império germânico da Idade Média, em suas fronteiras primitivas, objetivo para o qual o leva, de forma inexorável, o patriotismo pangermânico, que se apoderou de toda a sociedade alemã, ele sonha em anexar toda a Áustria, sem a Hungria, mas não sem Trieste, a Boêmia, toda a Suíça alemã, uma parte da Bélgica, a totalidade da Holanda e da Dinamarca, que lhe são necessárias para fundar seu poderio marítimo: planos gigantescos, cuja realização levantará contra ele grande parte da Europa Ocidental e Meridional, e que, em conseqüência, sem o consentimento da Rússia é,

em absoluto, impossível. Significa dizer que o novo império alemão ainda necessita da aliança russa.

De seu lado, o império russo também não pode dispensar a aliança prusso-germânica. Tendo renunciado a qualquer nova aquisição ou expansão a noroeste, deve avançar para o sudeste. Tendo abandonado à Prússia a supremacia no Báltico, ele deve impor e assentar seu domínio no Mar Negro. Caso contrário, estará separado da Europa. Todavia, para que este domínio seja real e frutífero, deve-se apoderar de Constantinopla, sem a qual, não só o acesso do Mediterrâneo poderá lhe ser proibido a qualquer momento, como também as próprias portas do Mar Negro estarão sem cessar abertas às frotas e aos exércitos inimigos, como o foi durante a Campanha da Criméia.

Assim, portanto, Constantinopla é o único objetivo, mais do que nunca perseguido pela política anexionista de nosso Estado. Opõem-se, para que este objetivo não seja alcançado, os interesses de toda a Europa Meridional, sem excetuar, é óbvio, a França, os interesses da Inglaterra e os da Alemanha, pois um domínio ilimitado da Rússia no Mar Negro colocaria todo o litoral danubiano sob sua dependência.

Apesar disso, não se pode duvidar de que a Prússia, obrigada a apoiar-se na aliança russa, para executar seus planos de conquista no Ocidente, comprometeu-se, de modo formal, a ajudar a Rússia em sua política do sudeste; assim, também, é certo que ela se aproveitará para trair sua promessa na primeira oportunidade.

Não se deve esperar que a Prússia viole este pacto desde agora, pois acaba de entrar em vigor. Vimos com que ardor o império prusso-germânico apoiou o império russo pela abolição das condições do Tratado de Paris, que incomodavam a Rússia, e sem dúvida continuará a apoiar com o mesmo ardor na questão de Khiva. De resto, os alemães têm interesse em que os russos penetrem profundamente no leste.

Porém, o que obrigou o governo russo a intentar uma ação militar contra Khiva? Com certeza, não se pode supor que ele se tenha lançado nesta aventura para defender os interesses dos comerciantes e dos negócios russos. Se fosse o caso, poder-se-ia perguntar por que ele não organiza tais campanhas no interior da Rússia, contra ele próprio, por exemplo, contra o governador-geral de Moscou e, em geral, contra todos os governos de

província e de cidade, que oprimem e extorquem, por todos os meios possíveis e imagináveis, tanto o comércio quanto os comerciantes russos.

Que vantagem pode existir para o nosso país em se apoderar de um deserto? Alguns estão, é claro, prontos a responder que nosso governo organizou esta expedição para realizar a nobre missão, destinada à Rússia, de levar a civilização ocidental ao Oriente. Esta explicação, porém, é, quando muito, boa para figurar nos discursos oficiais ou acadêmicos, assim como nas obras, brochuras e revistas doutrinárias, sempre repletas de nobres asneiras, sempre dizendo o contrário do que se faz e do que se é; quanto a nós, ela não pode nos satisfazer. Vede o governo de São Petersburgo deixando-se guiar, em seus empreendimentos e em seus atos, pelo sentimento de sua missão civilizadora! Para qualquer pessoa que esteja, ainda que pouco, informada da natureza e dos impulsos de nossos governantes, há motivo para morrer de rir.

Não falaremos mais destes novos caminhos comerciais que querem abrir para a Índia. A política comercial é a política da Inglaterra; nunca foi a da Rússia. O Estado russo é, antes de mais nada, pode-se até mesmo dizer exclusivamente, um Estado militar. Nele, tudo está subordinado apenas ao ideal de poderio, de um poder que só conhece a violência. O soberano, o Estado, eis o essencial; todo o resto: a nação, ou melhor, os interesses das diferentes classes sociais, o desenvolvimento da indústria, do comércio e o que se denomina civilização, são simples meios para alcançar este objetivo único. Sem um certo grau de civilização, sem indústria e sem comércio, nenhum Estado, sobretudo um Estado moderno, pode existir, porque a riqueza dita nacional está longe de ser a da nação, enquanto a riqueza das classes privilegiadas é uma força. Na Rússia, a riqueza nacional é de todo absorvida pelo Estado, que, por sua vez, se transforma num pai, que sustenta uma imensa classe estatista composta de militares, civis e eclesiásticos. O roubo generalizado e oficialmente organizado, a dilapidação do dinheiro público e a espoliação do povo, esta é a expressão mais verdadeira da civilização estatista da Rússia.

Assim, nada há de surpreendente em que, entre as outras razões, às vezes mais importantes, que levaram o governo russo a organizar uma expedição contra Khiva, houve também as de origem comercial; era preciso abrir às pessoas, que, cada vez mais numerosas, gravitam em torno do

poder (e entre estas agrupamos igualmente o corpo dos comerciantes), um novo campo de ação e dar-lhes novas regiões para imporem indevidamente saques periódicos. Entretanto, não se poderia esperar disso um aumento sensível da riqueza e da força do Estado. Ao contrário, pode-se estar certo de que, sob o aspecto financeiro, a operação resultará em mais perdas do que ganhos.

Por que, então, marchou-se contra Khiva? Foi para ocupar o exército? Durante décadas, o Cáucaso serviu de escola militar, mas, hoje, ele está pacificado; desta forma, era preciso abrir outra escola; assim, pensou-se numa expedição contra Khiva. Contudo, esta explicação também não resiste ao exame crítico, ainda que consideremos o governo russo como o pior dos incapazes e idiotas. A experiência adquirida por nossas tropas no deserto de Khiva não teria nenhuma utilidade numa guerra contra o Ocidente e, por outro lado, ela custa muito caro, de tal forma que as vantagens obtidas estão longe de poderem ser comparadas à importância dos gastos e das perdas.

Todavia, talvez o governo russo se tenha decidido a sério a conquistar a Índia. Não pecamos de modo algum por excesso de confiança na sabedoria de nossos governantes de São Petersburgo; contudo, não podemos acreditar que eles se tenham dado este objetivo absurdo. Conquistar a Índia! Para quem, para que e por que meios? Seria preciso, para isto, deslocar pelo menos um quarto, se não a metade da população russa para o Oriente; e que razões haveria para conquistar a Índia, que só poderia ser alcançada depois de se ter pacificado as numerosas hordas guerreiras do Afeganistão? A conquista do Afeganistão, armado e, em parte, disciplinado pelos ingleses, seria pelo menos três ou quatro vezes mais difícil do que a tomada de Khiva.

E se estavam tão dispostos a se lançar em conquistas, por que não ter começado pela China? É um país muito rico e, sob todos os aspectos, é-nos mais fácil tomá-la que a Índia, visto que nada e ninguém separa a China da Rússia. Como se diz na Rússia, entra e te serve, se puderes.

Com efeito, aproveitando-se da desordem e das guerras intestinas, que são o mal crônico da China, poder-se-ia aprofundar muito longe as conquistas neste país; e parece que o governo russo está tramando alguma coisa neste sentido; ele procura, de modo manifesto, separar dela a Mongólia

e a Manchúria; talvez saibamos um belo dia que as tropas russas atravessaram a fronteira ocidental da China. Empreendimento bastante perigoso, que nos lembra, de forma estranha, as famosas vitórias dos romanos sobre as hordas germânicas, vitórias que, como se sabe, terminaram em pilhagens e na sujeição do império romano pelas hordas teutônicas.

A China, por si só, conta, segundo alguns, com quatrocentos milhões e, segundo outros, seiscentos milhões de habitantes, que vivem claramente na penúria, nas fronteiras do Império Celeste e, em massas cada vez mais numerosas, transplantando-se, hoje, num fluxo irresistível, uns para a Austrália, outros, através do Oceano Pacífico, para a Califórnia; outras massas podem enfim se deslocar para o norte e para o nordeste. E então? Então, num piscar de olhos, a Sibéria, todo o território, que se estende do Estreito da Tartária aos Montes Urais e até o Mar Cáspio, cessará de ser russo.

Imaginaí, portanto, que este imenso território, que, por sua extensão (12.220.000 km²), mais de vinte vezes a superfície da França (528.600 km²), não conta hoje com mais do que seis milhões de habitantes, dos quais só 2.600.000 são russos, todos os outros sendo aborígenes de origem tártara ou finlandesa; e os efetivos militares são ínfimos. Como estancar a irrupção das massas chinesas que, não só invadirão toda a Sibéria, inclusive nossas novas possessões da Ásia Central, mas ainda se espalharão pelos Urais até o Volga!

Este é o perigo que nos ameaça quase fatalmente do lado oriental. Erra-se em desprezar as massas chinesas. Elas são perigosas pelo simples fato de seu número considerável; perigosas porque sua proliferação excessiva torna quase impossível sua existência ulterior nas fronteiras da China; perigosas também porque não se deve julgá-las segundo os comerciantes chineses, com os quais os negociantes europeus tratam de negócios em Xangai, Cantão ou Maimatchin. No interior da China vivem massas menos deformadas pela civilização chinesa, sem comparação mais enérgicas, de resto, forçosamente belicosas, experimentadas no combate por guerras intestinas contínuas, onde perecem dezenas e centenas de milhares de indivíduos. Assinalemos ainda que, nesses últimos tempos, elas começaram a familiarizar-se com o manejo das armas modernas e com a disciplina ao modo europeu, fruto e último grito oficial de nossa civilização estatista. Aliai apenas esta disciplina, o aprendizado das armas novas e da tática

moderna à barbárie primitiva das massas chinesas, faltando-lhes por completo qualquer idéia de protesto humano, de instinto de liberdade, habituadas a obedecerem de modo servil, e tudo isso está se amalgamando sob a influência de uma multidão de aventureiros militares, americanos ou europeus, que inundaram a China depois da expedição franco-inglesa de 1860; sim, considerar a imensa população chinesa, obrigada a procurar uma saída, e compreenderéis quão grande é o perigo que nos ameaça do lado oriental.

E é com este perigo que brinca nosso governo russo, inocente como uma criança. Levado por seu desejo absurdo de ampliar suas fronteiras e não levando em consideração que a Rússia é tão fracamente povoada, tão pobre e impotente que até o presente momento não foi capaz, e nunca o será, de povoar a província, recém-adquirida, do Amur, onde, numa superfície de 2.100.000 km² (mais de quatro vezes a França), não há mais de 65.000 habitantes, incluindo as tropas e os equipamentos da marinha. Apesar desta impotência, apesar da miséria geral do povo russo reduzido, sob todos os aspectos, pelos poderes públicos, a uma situação tão desesperada que, para ele, não há outra saída e salvação fora de uma insurreição, a mais destruidora possível. Sim, apesar de tais condições, o governo russo espera estabelecer seu domínio sobre todo o leste asiático.

Para poder continuar a avançar com possibilidades mínimas de êxito, o governo russo deveria, não só virar as costas à Europa e renunciar a qualquer intervenção nos assuntos europeus — e o príncipe Bismarck não pede, agora, nada melhor —, ele deveria aplicar com decisão toda sua força militar na Sibéria e na Ásia Central e lançar-se à conquista do Oriente, como Tamerlão, arrastando toda a nação. Tamerlão, porém, tinha seu povo na retaguarda, enquanto o povo russo não seguirá seu governo.

Voltemos à Índia. Por mais inepto que seja, o governo russo não pode nutrir a esperança de conquistá-la e firmar seu domínio sobre ela. A Inglaterra apoderou-se da Índia, antes de mais nada, por intermédio de suas companhias comerciais; entre nós, não existem companhias deste gênero e, mesmo admitindo que existam aqui ou ali, são apenas companhias "de bolso", de faz-de-conta. A Inglaterra entrega-se em vasta escala à exploração da Índia, ao comércio que lhe impôs, utilizando o mar, por meio de uma imensa frota de navios mercantes e de guerra; ora, ao invés

de um mar, estamos separados da Índia por um deserto sem-fim; significa dizer que não se pode pensar em conquistar o que quer que seja na Índia.

Porém, se nada podemos conquistar, é possível destruir, ou pelo menos abalar, na Índia, o domínio da Inglaterra, suscitando contra ela insurreições de autóctones e apoiando estas insurreições, auxiliando-as, se possível, com uma intervenção militar.

É verdade, podemos fazê-lo, se bem que isto nos custaria, a nós que não somos ricos em dinheiro nem em homens, imensas perdas em vidas humanas e em recursos financeiros. Todavia, por que suportaríamos estas perdas? Seria apenas para nos oferecer o prazer inocente de importunar os ingleses sem nenhuma utilidade, mas, ao contrário, com sérios prejuízos para nós? Absolutamente, mas sim porque os ingleses criam obstáculos para nós. E onde eles nos criam obstáculos? Em *Constantinopla*. Enquanto a Inglaterra mantiver sua força, nunca consentirá, e por nada no mundo, que, em nossas mãos, Constantinopla volte a ser a capital, não só do império de todas as Rússias nem do império eslavo, mas do império do Oriente.

Eis por que o governo russo declarou guerra a Khiva, e razão pela qual, de modo geral, esforça-se, há muito tempo, para se aproximar da Índia. Ele busca o lugar onde poderia causar dificuldades para a Inglaterra e, não encontrando outro, faz pesar sobre ela uma ameaça na Índia. Espera, desta forma, fazer com que os ingleses admitam que Constantinopla deve se tornar uma metrópole russa e obrigá-los a aceitar esta anexação, mais do que nunca necessária para a Rússia oficial.

Sua supremacia no Báltico está em definitivo perdida. Não é o Estado russo, unificado pelas haionetas e pelo cnete, odiado por todas as massas populares, emparedadas e acorrentadas, a começar pelo próprio povo grão-russo, desmoralizado, desorganizado e arruinado pelo arbítrio despótico de seus dirigentes, por suas asneiras e suas rapinas; não é sua força militar, que existe muito mais no papel do que na realidade, e só para subjugar as massas desarmadas, pelo menos enquanto nos faltar a audácia; não é o Estado russo que, sozinho, pode combater o poder formidável e extraordinariamente organizado do império germânico, que acaba de renascer. É preciso, pois, renunciar ao Báltico e esperar o momento em que toda a região báltica será uma província alemã. Apenas a revolução popular pode

impedi-lo; mas uma revolução deste gênero é a morte do Estado e não será nela que nosso governo irá procurar sua salvação.

Para ele, a salvação está apenas na aliança com a Alemanha, pois, obrigado a renunciar ao Báltico em proveito dos alemães, deve agora buscar no Mar Negro um novo campo de ação, um novo alicerce para sua política de grandeza ou só para sua existência e sua importância política; mas, sem a permissão e o apoio dos alemães, ele não poderá encontrar nenhum dos dois.

Os alemães prometeram-lhe este apoio. Sim, estamos certos de que eles se comprometeram, de modo formal, por um pacto realizado entre o príncipe Bismarck e o príncipe Gortchakov, a conceder este apoio ao Estado russo; mas também estamos certos de que nunca lho darão. Eles não o farão porque não podem entregar, à arbitrariedade da Rússia, suas margens sobre o Danúbio e seu comércio com os países danubianos; e também porque não é de seu interesse facilitar o advento de um novo domínio russo e um grande império pan-eslavo no sul da Europa. Isto equivaleria para o império pangermânico a um tipo de suicídio. Todavia, orientar e impelir as tropas russas para a Ásia Central, para Khiva, sob pretexto de que é o caminho mais direto para Constantinopla, é algo bem diferente.

Para nós, não há nenhuma dúvida de que nosso grande patriota e diplomata nacional, o príncipe Gortchakov, e seu augusto patrão, o imperador Alexandre Nicolaevitch, representaram, neste triste caso, o papel mais inepto, e que o célebre patriota, o trapaceiro do Estado alemão, o príncipe Bismarck, enganou-os ainda com mais astúcia do que Napoleão III.

Porém, o golpe foi dado, não se pode mais voltar atrás. O novo império germânico, tornado grande e ameaçador, zomba daqueles que o invejam e de seus inimigos. Não são as forças cambaleantes da Rússia que podem derrubá-lo; apenas a revolução poderá fazê-lo e, enquanto ela não tiver triunfado na Rússia ou na Europa, a Alemanha estatista triunfará e comandará todo o mundo, enquanto o Estado russo, assim como todos os Estados do continente europeu, só existirá, doravante, por sua graça e com sua permissão.

Há nisso, é evidente, razão suficiente para ferir com profundidade o coração de qualquer patriota estatista russo; mas um fato, seja ele pesado de ameaças, permanece, em todo caso, um fato; os alemães são, mais do

que nunca, nossos senhores; e não foi por nada que todos os alemães da Rússia festejaram tão calorosa e ruidosamente a vitória das tropas alemãs na França e que todos os alemães de São Petersburgo acolheram, com tanto júbilo, o novo imperador pangermânico.

Atualmente, em todo o continente europeu, só resta um único Estado na verdade soberano: a Alemanha. Com efeito, de todas as potências continentais — falamos, é óbvio, apenas das grandes, pois é desnecessário dizer que as pequenas e médias potências estão condenadas a serem, no início, necessariamente subjugadas e, a curto prazo, devoradas —, de todos os Estados de primeira grandeza, só o império germânico preenche todas as condições de uma soberania total, enquanto todos os outros são dependentes dele. Isto se deve não só porque ele obteve brilhantes vitórias sobre a Dinamarca, a Áustria e a França; por ter-se apoderado de todo o armamento desta última e de todos os seus estoques militares; por tê-la obrigado a pagar-lhe cinco bilhões; por ter ocupado, contra ela, ao anexar a Alsácia e a Lorena, tanto sob o aspecto defensivo quanto ofensivo, uma posição militar de primeira ordem; não só também porque o exército alemão, por seus efetivos, seu armamento, sua disciplina, sua organização, pelo espírito de obediência e pela ciência militar de seus oficiais, mas também de seus suboficiais e soldados, sem falar da inegável superioridade de seus estados-maiores, suplanta, hoje, todos os exércitos existentes na Europa; não só, também, porque a massa da população alemã é composta de cidadãos que sabem ler e escrever, aplicados e trabalhadores, que produzem, que são relativamente instruídos, para não dizer cultos, além disso, dóceis, respeitadores das autoridades e das leis, e que a administração tanto quanto a burocracia alemãs alcançaram, por assim dizer, o ideal ao qual aspiram, em vão, a burocracia e a administração de todos os outros Estados...

É verdade, todas estas vantagens contribuíram e contribuirão ainda para os surpreendentes êxitos do novo Estado pangermânico, mas não se deve ver nelas a principal razão de sua esmagadora força atual. Digamos até que elas nada mais são do que os efeitos de uma causa geral e mais profunda, que condiciona toda a vida social alemã, a saber: o *instinto de comunidade*, traço característico da nação alemã.

Este instinto é constituído de dois elementos na aparência opostos, mas sempre inseparáveis: um instinto servil de sujeição a qualquer preço,

e de serena e dócil submissão à força triunfante, sob pretexto de obediência às autoridades ditas legítimas; ao mesmo tempo, um instinto senhorial, que leva a subjugar, de forma sistemática, tudo o que é mais fraco, a comandar, a conquistar e a oprimir de modo não menos sistemático. Estes dois elementos de um mesmo instinto desenvolveram-se em elevadíssimo grau em quase todos os alemães, à exceção, é evidente, dos proletários, cuja condição afasta a possibilidade de poder satisfazer pelo menos o segundo; mas, caminhando sempre juntos, completando-se e explicando-se um pelo outro, estes dois elementos de um mesmo instinto encontram-se na origem da sociedade alemã.

A obediência tradicional dos alemães às autoridades de todos os escalões e categorias é confirmada por toda a História da Alemanha e, sobretudo, pela História Moderna, que constitui uma série ininterrupta de atos manifestos de submissão e resignação. No coração dos alemães formou-se, no decorrer dos séculos, um verdadeiro culto ao poder de Estado, culto que pouco a pouco engendrou uma doutrina e uma prática burocráticas e que, pelos cuidados dos eruditos alemães, tornou-se, em seguida, o fundamento de toda a Ciência Política hoje ensinada nas Universidades da Alemanha.

A necessidade de conquistar e oprimir, que a nação germânica sempre sentiu, desde os cavaleiros teutônicos e os barões da Idade Média até o último filisteu burguês dos tempos modernos, é também comprovada, de modo manifesto, pela História.

Ninguém sofreu tanto com isso quanto os eslavos. Pode-se dizer que a missão histórica dos alemães, pelo menos no norte e no leste e, é claro, segundo a maneira que têm de concebê-la, consistiu e consiste, mais ou menos, até mesmo em nossos dias, em exterminar, subjugar e germanizar os povos eslavos pela violência.

Esta longa e triste época histórica, da qual a lembrança permanece profundamente enraizada no coração dos eslavos, far-se-á sentir, sem dúvida nenhuma, no dia do último e inelutável combate dos eslavos contra os alemães — se a revolução social não os tiver reconciliado de antemão.

Para se ter uma idéia exata das necessidades de conquista da sociedade alemã por inteiro, basta dar uma rápida olhada no desenvolvimento do patriotismo germânico desde 1815.

De 1525, época da sangrenta repressão da revolta dos camponeses, à segunda metade do século XVIII, época do seu renascimento literário, a Alemanha mergulhou num profundo sono, interrompido, às vezes, pelo estrondo do canhão, pelas cenas e sofrimentos terríveis de uma guerra cruel da qual ela era, na maioria das vezes, o teatro e a vítima. Despertava, então, apavorada, mas recava depressa em seu sono, acalentada pelas homilias de Lutero.

Ao longo deste período, isto é, durante quase dois séculos e meio, formou-se completamente, justo sob a influência deste ensinamento luterano, o espírito de obediência e de servil resignação levado ao heroísmo, que são os traços do caráter alemão. Ao mesmo tempo, nasceu e penetrou em toda a vida, na carne e no sangue de todo alemão, o hábito de submeter-se, de forma cega, às autoridades e de cercá-las com um verdadeiro culto. Junto, desenvolvia-se a Ciência Administrativa e a atividade de uma burocracia exigente, sistemática, desumana e impessoal. Cada funcionário alemão tornou-se um tipo de grão-sacerdote prestes a imolar, não com a espada, mas com a pluma do escriba, o filho preferido sobre o altar erigido a serviço do Estado. Quanto à nobreza alemã, incapaz de dedicar-se a outra coisa senão a intrigas servis e à profissão militar, ofereceu sua hipocrisia diplomática e cortesã, assim como sua espada venal, às cortes européias, que melhor pagavam; e o burguês alemão, obediente até à morte, contentou-se em sofrer, trabalhar de forma árdua, pagar, sem manifestar oposição, pesados impostos, viver pobre e oprimido e consolar-se com a idéia segundo a qual a alma é imortal. O poder dos inumeráveis príncipes, que partilhavam a Alemanha, era ilimitado. Os professores esbofeteavam-se mutuamente e iam, em seguida, denunciar uns aos outros às autoridades. Os estudantes, que passavam seu tempo a estudar com afincos as ciências mortas e a esvaziar canecas de cerveja, eram, sob todos os pontos de vista, dignos deles. Quanto ao povo proletário, ninguém falava dele ou sequer pensava nele.

Esta ainda era a situação da Alemanha na segunda metade do século XVIII, quando, por uma espécie de milagre, saiu deste abismo sem fundo, de baixaza e de mediocridade, a admirável literatura iniciada por Lessing e concluída por Goethe, Schiller, Kant, Fichte e Hegel. Sabe-se que esta literatura formou-se, no início, sob a influência direta dos grandes escritores

franceses dos séculos XVII e XVIII, em primeiro lugar, dos clássicos literários, em seguida, dos filósofos; mas, pela primeira vez, tomou, nas obras de seu fundador, Lessing, um caráter, um conteúdo e formas bem próprios, extraídos, digamos, das profundezas da vida meditativa alemã.

Segundo nosso ponto de vista, esta literatura constitui o maior, senão o único título de glória da Alemanha moderna. Com audácia e com grande amplitude, fez progredir de modo considerável o espírito humano e abriu, ao pensamento, novos horizontes. Seu principal mérito consiste em que, embora sendo, por um lado, uma literatura profundamente nacional, é, ao mesmo tempo, humanista, universal, o que, de resto, é, em geral, o traço característico de toda ou quase toda a literatura européia do século XVIII.

Porém, enquanto a literatura francesa, sobretudo as obras de Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Diderot e outros enciclopedistas, esforçava-se para transpor todos os problemas humanos da teoria à prática, a literatura alemã conservava, de forma pudica e rigorosa, seu caráter abstrato e sobretudo seu caráter panteísta. Ela foi a literatura do humanismo abstrato, poético e metafísico; e era do alto deste cume que seus iniciados consideravam com desprezo a vida real; desprezo, por sinal, muito bem justificado, pois a vida quotidiana alemã era trivial e sórdida.

Desta forma, a vida na Alemanha estava dividida em dois mundos opostos, um sendo a negação do outro, ainda que se completando: um, caracterizado por um humanismo de superior elevação e de grande envergadura, ao mesmo tempo que profundamente abstrato; o outro, mergulhado na mediocridade e na baixaza, herdadas da história dos fiéis súditos alemães. Foi neste desdobramento da nação alemã que a Revolução Francesa surpreendeu a Alemanha.

Sabe-se que esta Revolução foi acolhida com muita consideração e, pode-se até dizer, com real simpatia por quase toda a Alemanha literária. É verdade que Goethe, por um momento, acolheu-a com frieza e queixou-se de que o tumulto desses acontecimentos sem precedentes o incomodava e fazia-lhe perder a seqüência de suas ocupações científicas ou artísticas e de suas meditações poéticas; mas a maioria dos representantes e dos adeptos da literatura, da metafísica e da ciência contemporâneas saudou com alegria a Revolução, esperando que ela realizasse seus ideais. A franco-maçonnaria,

que ainda representava um papel muito importante no final do século XVIII, e que unia, por uma fraternidade invisível, mas razoavelmente ativa, os precursores de todos os países da Europa, tinha estabelecido laços vivos entre os revolucionários franceses e os nobres sonhadores da Alemanha. Quando as tropas republicanas, depois de uma resistência heróica de Brunswick, obrigado, em seguida, a debandar, atravessaram pela primeira vez o Reno, foram acolhidas como libertadores pelos alemães.

Essas boas disposições dos alemães, em relação aos franceses, não duraram muito tempo. Esses soldados, como ocorre de ordinário com os franceses, eram muito simpáticos e, como republicanos, dignos de estima; mas eram, em todo caso, soldados, isto é, auxiliares desavergonhados da violência. A presença desses libertadores não demorou a pesar para os alemães, e a simpatia destes arrefeceu de modo sério. Além disso, a própria Revolução logo havia tomado uma direção que não podia de modo algum se harmonizar com as idéias abstratas e o caráter de hábito contemplativo dos alemães. Heine conta que, no final, em toda a Alemanha, só Kant, o filósofo de Königsberg, conservava sua simpatia pela Revolução Francesa, apesar dos massacres de setembro, da execução de Luís XVI e de Maria Antonieta, e do terror que Robespierre fazia reinar.

Depois, a República foi substituída, de início, pelo Diretório, em seguida, pelo Consulado e, enfim, pelo império; as tropas republicanas tornaram-se instrumento cego e por muito tempo vitorioso da ambição gigantesca, que chegava à demência, de Napoleão; e no final de 1806, depois da batalha de Jena, a Alemanha estava completamente subjugada.

A partir de 1807 começa uma nova vida para ela. Quem não conhece a assombrosa ressurreição do reino da Prússia e, graças a ele, de toda a Alemanha? Em 1806, todo o poderio do Estado, criado por Frederico II, por seu pai e seu avô, tinha sido aniquilado. O exército, organizado e disciplinado pelo grande chefe militar, estava destruído. Toda a Alemanha e toda a Prússia, exceto a província limítrofe de Königsberg, encontravam-se invadidas pelas tropas francesas e governadas de fato por prefeitos; a existência política do reino da Prússia só foi poupada graças às instâncias de Alexandre I, imperador de todas as Rússias.

Nesta situação crítica, havia um grupo de homens, ardentes patriotas prussianos, ou, mais ainda, patriotas alemães, inteligentes, corajosos,

resolutos, que, instruídos pelos ensinamentos e pelo exemplo da Revolução Francesa, compreenderam que a Prússia e a Alemanha poderiam ser salvas por vastas reformas liberais. Em outras épocas, digamos, antes da batalha de Iena, e mesmo após 1815, quando a reação burocrático-nobiliária reergueu a cabeça, esses patriotas não teriam sequer ousado pensar nestas reformas. O Partido da Corte e dos Militares e o muito virtuoso e estúpido rei Frederico Guilherme III, que tudo ignorava fora do poder absoluto que obtivera de Deus, logo os teriam subjugado pela força e os trancafiado na prisão de Spandau, por pouco que tivessem tido a audácia de fazer a menor alusão ao fato.

Em 1807, porém, a situação era bem diferente. O Partido Aristocrático e Burocrático-Militar encontrava-se aniquilado, desconsiderado e humilhado a tal ponto que havia perdido a expressão. Quanto ao rei, havia recebido uma lição capaz de transformar, pelo menos por um certo tempo, um imbecil em homem inteligente. Tornado primeiro-ministro, o barão Stein, com determinação, dispôs-se a demolir o antigo regime e dotar a Prússia de uma nova organização política.

Seu primeiro gesto foi libertar os camponeses e dar-lhes não só o direito, mas ainda a possibilidade real de adquirir propriedades a título pessoal. O segundo foi suprimir os privilégios da nobreza e colocar todas as castas em igualdade diante da lei, quer se tratasse do exército ou da administração civil. O terceiro, fundar a administração provincial e municipal sobre o princípio eletivo; mas sua obra capital foi reorganizar por completo o exército, ou, melhor, militarizar o conjunto do povo prussiano, dividindo as tropas em três categorias: o exército ativo, o *Landwehr*²³ e o *Sturmwehr*.²⁴ Para concluir, o barão Stein abriu amplamente as portas das universidades prussianas a tudo o que havia na Alemanha, naquele momento, de inteligente, ardente, vivo, e acolheu, na Universidade de Berlim, o ilustre Fichte, que o príncipe de Weimar, amigo e protetor de Goethe, acabara de expulsar da Universidade de Iena, sob pretexto de que ele propagava o ateísmo nesta universidade.

Fichte começou seus cursos por um discurso inflamado, dirigindo-se sobretudo à juventude, mas que, *a posteriori*, foi publicado sob o título: *Discurso à Nação Alemã*, no qual anunciava, muito exata e claramente, a grandeza futura da Alemanha e exprimia a orgulhosa convicção patriótica

de que a nação alemã estava destinada a se tornar a mais elevada encarnação e, até mesmo, a nação dirigente, e, de certa forma, a coroa da Humanidade; ilusão na qual caíram, é verdade, e com mais razão outros povos antes dos alemães, em especial os habitantes da Grécia e da Roma antigas e, em nossos dias, os franceses, mas que, profundamente enraizada na consciência de todo alemão, tomou, hoje, na Alemanha, proporções hediondas e brutais. Em Fichte, esta ilusão tinha pelo menos um caráter, de fato, heróico. Ele a havia proclamado sob o jugo das baionetas francesas, enquanto Berlim se encontrava governada por um general de Napoleão e, nas ruas, ressoavam os tambores franceses. Além do mais, as concepções, das quais a filosofia idealista reforçava o orgulho patriótico, manifestavam o humanismo, este profundo humanismo, em parte panteísta, que imprimiu sua marca no grande movimento literário alemão do século XVIII. Porém, os alemães de hoje, embora conservando a pretensão, na realidade enorme, de seu filósofo-patriota, repudiaram seu humanismo. Eles são incapazes de compreendê-lo e estão mesmo prontos a escarnecê-lo, como uma concepção abortada e abstrata desprovida de todo caráter prático. O patriotismo do príncipe Bismarck ou do Sr. Marx está mais a seu alcance.

Todos sabem como os alemães, explorando a derrota de Napoleão na Rússia, sua infeliz retirada, isto é, sua fuga com os destroços de seu exército, insurgiram-se por sua vez; é desnecessário dizer que eles glorificam-se ao extremo por isso, e muito sem razão. Nunca houve, para dizer a verdade, insurreição nacional espontânea; mas quando, derrotado por inteiro, Napoleão cessou de ser um perigo e um objeto de temor, os corpos do exército alemão, primeiro os prussianos, depois, os austríacos, voltaram-se contra ele e reuniram-se às tropas russas vitoriosas, que perseguiram Napoleão. Frederico Guilherme III, legítimo, mas até então desafortunado rei da Prússia, acolheu em Berlim, com lágrimas de ternura e de gratidão, seu libertador, o imperador de todas as Rússias, e lançou, em seguida, uma proclamação conclamando seus fiéis súditos a insurgir-se legalmente contra o impudente e ilegítimo Napoleão. Escutando a voz de seu Pai-soberano, os alemães, sobretudo a juventude prussiana, insurgiram-se e formaram legiões, que foram incorporadas ao exército regular. Porém, um conselheiro secreto do rei da Prússia, espião notório e delator oficial, não se enganava muito quando, numa brochura que, publicada em 1815, indignou os pa-

triotas alemães, declarou, negando toda ação espontânea da nação na libertação: "Os cidadãos prussianos só pegaram em armas, quando seu rei ordenou-lhes que o fizessem; nada houve de heróico nem de extraordinário nisso, mas apenas o cumprimento do dever de todo fiel súdito".

De qualquer forma, a Alemanha foi libertada do jugo dos franceses e, terminada a guerra, empreendeu sua transformação interna sob a elevada direção da Áustria e da Prússia. Ela começou por intervir em um grande número de pequenos ducados que, de Estados autônomos, tornaram-se vassalos cheios de honrarias e de dinheiro (sacado do bilhão extorquido dos franceses); existiam na Alemanha trinta e nove ducados e o mesmo número de príncipes.

Sua segunda preocupação foi definir as relações destes com seus súditos.

Em plena luta, quando a espada de Napoleão ainda estava suspensa sobre suas cabeças, estes príncipes, grandes e pequenos, que precisavam da ajuda de seus *fiéis súditos*, tiveram de fazer ao povo grande quantidade de promessas. O governo prussiano e, depois dele, todos os outros governos alemães, tinham prometido uma Constituição. Todavia, afastado o perigo, eles não viram mais necessidade dela. O governo austríaco, dirigido pelo príncipe Metternich, anunciou, de modo rude, sua decisão de retornar às antigas formas patriarcais. O bom imperador Francisco José, muito popular entre os burgueses de Viena, anunciou esta decisão durante uma audiência concedida aos professores do Liceu de Laibach.

"Hoje a moda está com as idéias novas", disse, "e não posso e nunca poderei me felicitar por isso. Agarrai-vos às idéias antigas; elas fizeram a felicidade de nossos ancestrais, por que não fariam a nossa? Não necessito de súditos sábios, mas de súditos leais e obedientes. Formá-los, eis o vosso dever. Quem está a meu serviço deve ensinar o que eu ordeno; aquele que não pode ou não quer fazê-lo vá embora, caso contrário, eu o expulsarei..."

O imperador Francisco José cumpriu sua palavra. Até 1848, reinou na Áustria uma arbitrariedade sem limite. Um sistema muito rigoroso de governo foi instaurado, atribuindo-se como tarefa essencial a de adormecer e embrutecer os súditos de Sua Majestade. O pensamento dormia e permanecia inerte até mesmo nas universidades. Ao invés de ciências vivas, apresentava-se um ensino rotineiro. Não havia obras literárias além de romances de amadores, de conteúdo escandaloso, e péssimos poemas; as

Ciências Naturais estavam cinqüenta anos atrasadas em relação ao nível alcançado no resto da Europa. Toda a vida política havia cessado. A agricultura, a indústria e o comércio encontravam-se numa estagnação comparável à da China. O povo, as massas trabalhadoras, estavam completamente subjugadas. E se não fosse a Itália e, em certa medida, a Hungria, cujos movimentos sediciosos atrapalhavam o sono feliz dos bons súditos austríacos, este império teria podido ser visto como o reino dos mortos.

Apoiando-se neste reino, Metternich esforçou-se, durante trinta anos, para mergulhar toda a Europa em situação semelhante. Tornou-se o ponto mais importante, a alma, o guia da reação européia, e sua primeira preocupação foi, é evidente, aniquilar todas as tendências liberais que surgiam na Alemanha.

A Prússia, acima de tudo, o inquietava: novo Estado, muito jovem, alçado à categoria de grande potência só no final do século passado, graças ao gênio de Frederico II, graças à Silésia arrebatada à Áustria, em seguida à partilha da Polônia, graças também ao liberalismo resolutivo do barão de Stein, de Scharnhorst e outros campeões do ressurgimento da Prússia, a qual, por consequência, havia estado à frente da libertação de todos os territórios alemães. A conjuntura, os acontecimentos de um passado recente, as provações, os êxitos e as histórias, e mesmo o interesse da Prússia, tudo junto parecia dever levar seus governos a se engajarem com ousadia, no novo caminho em que ela havia encontrado a felicidade e a salvação. Era justo o que o príncipe Metternich temia, e não podia deixar de temer.

Já sob o reinado de Frederico II, enquanto todo o resto da Alemanha, caído no mais baixo grau de sujeição intelectual e moral, estava entregue a uma administração brutal, impudente e cínica, às intrigas e à pilhagem de cortes corruptas, a Prússia tinha realizado o ideal de uma administração ordenada, honesta e, na medida do possível, eqüitativa. Ela só tinha um déspota, para dizer a verdade, inflexível, abominável: a razão de Estado ou a lógica do interesse do Estado, diante da qual qualquer outra razão devia se inclinar. Nela havia, porém, menos arbitrariedade pessoal e perversa do que em todos os outros Estados alemães. O cidadão prussiano era escravo do Estado, personificado pelo rei, mas não era escravo de sua corte, de suas amantes ou de seus preferidos, como no resto da Alemanha. Desta

forma, desde essa época, toda a Alemanha voltava os olhos para a Prússia e tinha por ela um profundo respeito.

Este respeito aumentou ao extremo e transformou-se em simpatia ativa, depois de 1807, quando o Estado prussiano, a dois dedos de seu aniquilamento, pôs-se a buscar sua salvação e a da Alemanha nas reformas liberais, e quando, após uma série de felizes reformas, o rei da Prússia conclamou, não só seu povo mas toda a Alemanha, a se insurgir contra o invasor francês, prometendo, após o final da guerra, dar a seus súditos a mais ampla e liberal das Constituições. A data na qual esta promessa devia ser cumprida chegou até mesmo a ser fixada: 1º de setembro de 1815. Esta promessa solene do rei da Prússia, tornada pública em 22 de maio de 1815, depois do retorno de Napoleão da Ilha de Elba, e antes da batalha de Waterloo, apenas reiterava a promessa coletiva feita por todos os soberanos da Europa, reunidos no Congresso de Viena, enquanto a notícia do desembarque de Napoleão acabava de lançar o pânico entre eles. Ela foi um dos pontos essenciais do estatuto da *Confederação Germânica*, fundada nessa época.

Alguns pequenos príncipes da Alemanha do Centro e do Sul mantiveram com bastante lealdade sua promessa. Quanto à Alemanha do Norte, onde predominava o elemento nobiliário, burocrático e militar, conservou seu velho sistema aristocrático, aberta e fortemente protegido pela Áustria.

De 1815 a maio de 1819, toda a Alemanha esperou que, ao contrário da Áustria, a Prússia tomasse, sob sua poderosa proteção, as reformas liberais às quais todo o mundo aspirava. A situação geral e o interesse do governo prussiano o levava a isto. Sem falar da promessa solene feita, em forma pública, em maio de 1815, pelo rei Frederico Guilherme III, as provações pelas quais a Prússia tinha passado desde 1807 e seu restabelecimento espantoso, devido sobretudo ao liberalismo de seu governo, inclinavam-se neste sentido. Enfim, uma razão ainda mais importante incitava o governo prussiano a declarar-se protetor sincero e resolutor das reformas liberais: a rivalidade histórica entre a jovem monarquia prussiana e o velho império da Áustria.

Quem assumiria o comando da Alemanha: a Áustria ou a Prússia? Esta era a pergunta que os recentes acontecimentos e a lógica da situação respectiva destes dois Estados impunham. A Alemanha, escrava habituada

a obedecer, não sabendo nem desejando viver de modo livre, estava à procura de um senhor todo-poderoso, um chefe supremo ao qual ela poderia se entregar por inteiro e que, depois de ter feito dela, enquanto Estado, um corpo indivisível, assegurar-lhe-ia um lugar de honra entre as principais potências européias. Este senhor podia ser, tanto o imperador da Áustria quanto o rei da Prússia. Não era possível que ambos o fossem, ao mesmo tempo, sem se neutralizarem entre si, e sem mergulharem, de novo, a Alemanha, por isso mesmo, na inércia e na impotência que ela conhecera no passado.

Era natural que a Áustria procurasse trazer a Alemanha atrás de si. Não podia agir de outra forma. Esgotada e caída num estado de decrepitude em que todo movimento se torna mortal e o imobilismo uma condição indispensável para a manutenção de sua saúde frágil, era-lhe necessário, para se salvar, tornar-se defensora do imobilismo, tanto na Alemanha quanto em toda a Europa. Toda manifestação de vida nacional, toda aspiração ao progresso, em qualquer canto do continente europeu que fosse, era para ela uma injúria e um perigo. Moribunda, queria que todos o fossem com ela. Na vida política, como em qualquer outra, recuar, ou simplesmente não avançar mais, significa a morte. Compreende-se, portanto, que a Áustria tenha empregado suas últimas forças, ainda consideráveis no plano material, para reprimir de forma impiedosa e inexorável todo movimento na Europa e em particular na Alemanha.

Porém, é precisamente porque a política da Áustria não podia ser diferente, que a da Prússia deveria ter sido diametralmente oposta. Após as guerras napoleônicas, após o Congresso de Viena, que lhe permitiu aumentar seus domínios, de forma sensível, em detrimento do Saxe, do qual anexou toda uma província, sobretudo depois da batalha fatal de Waterloo, vencida pelos exércitos reunidos da Prússia, sob o comando de Blücher, e da Inglaterra, sob o comando de Wellington, após a segunda entrada triunfal das tropas prussianas em Paris, a Prússia ocupou o quinto lugar entre as grandes potências européias. Todavia, sob o aspecto das forças reais, da riqueza nacional, do número de habitantes e até mesmo da posição geográfica, estava longe de poder se comparar a elas. Stettin, Dantzig e Königsberg, no Báltico, eram muito pouca coisa para que fosse possível formar, não só uma forte marinha de guerra, mas também uma

importante marinha mercante. Enormemente vasta e separada, por possessões estrangeiras, das províncias renanas recém-adquiridas, a Prússia possuía, do ponto de vista militar, fronteiras vulneráveis ao extremo, que tornavam muito fácil um ataque proveniente da Alemanha do Sul, de Hanôver, da Holanda, da Bélgica ou da França, e muito difícil a defesa. Enfim, em 1815, sua população mal alcançava 15 milhões de indivíduos.

Apesar desta fraqueza material, bem maior ainda sob o reinado de Frederico II, o grande rei conseguiu, graças a seu gênio administrativo e militar, criar a importância política e a força militar da Prússia. Esta obra, porém, foi aniquilada por Napoleão. Após a batalha de Iena, foi preciso tudo recriar; e vimos que é apenas por uma série de reformas mais liberais e mais audaciosas, que patriotas estatistas, inteligentes e cultos, conseguiram devolver à Prússia, não só sua força ou sua importância anteriores mas ainda aumentar ambas, de modo sensível. E, com efeito, eles as aumentaram a tal ponto que a Prússia conseguiu ocupar entre as grandes potências um lugar que não era o último, o que, todavia, não teria sido suficiente para que pudesse mantê-lo por muito tempo, se não tivesse continuado a desenvolver, de modo inflexível, sua importância política, sua influência moral e estender ou ampliar suas fronteiras.

Para obter estes resultados, dois caminhos diferentes abriam-se diante da Prússia. Um, pelo menos em aparência, mais popular; outro, puramente estatista e militar. Escolhendo o primeiro, a Prússia deveria, com coragem, assumir o comando do movimento constitucional alemão. O rei Frederico Guilherme III, a exemplo do famoso Guilherme d'Orange (1688), deveria ter inscrito em seu estandarte: "Pela Religião Protestante e pela Liberdade da Alemanha", e se colocar, assim, como campeão da luta contra o catolicismo e o despotismo austríacos. Optando pelo segundo, após ter traído a palavra real solenemente dada, e renunciado, de forma categórica, a todas as novas reformas liberais na Prússia, era-lhe preciso agrupar-se de forma não menos aberta às idéias da reação alemã e, ao mesmo tempo, consagrar-se com todas suas forças a aperfeiçoar a administração interna do exército, visando a futuras e eventuais conquistas.

Existia ainda um terceiro caminho, descoberto, é verdade, em tempos remotos por imperadores romanos, Augusto e seus sucessores, mas, depois deles, por muito tempo apagado e redescoberto nesses últimos tempos por

Napoleão III, e por inteiro desobstruído e melhorado por seu discípulo, o príncipe Bismarck: o caminho do despotismo estatista, militar e político, dissimulado sob as flores e sob as formas mais amplas e, ao mesmo tempo, mais inocentes, da representação popular.

Em 1815, porém, este caminho ainda se encontrava de todo desconhecido. Nessa época, ninguém conjecturava esta verdade, tornada, em seguida, evidente aos déspotas mais estúpidos, segundo o qual o regime, dito constitucional ou parlamentar, não é um obstáculo ao despotismo estatista, militar, político e financeiro, mas que, legalizando de uma certa forma e lhe dando o aspecto enganador de um governo do povo, ele pode conferir-lhe, no interior, mais solidez e força.

Entretanto, ignorava-se isto e não se podia deixar de ignorá-lo, pois faltava que a ruptura entre a classe exploradora e o proletariado explorado fosse, àquela época, tão evidente quanto hoje, tanto para a burguesia quanto para os próprios proletários. Assim, todos os governos, e mesmo todos os burgueses, acreditavam que o povo apoiava a burguesia e que bastava que esta se movimentasse ou fizesse um sinal para que todo o povo se levantasse com ela contra o governo. Hoje as coisas são bem diferentes: em todos os países da Europa, a burguesia teme, acima de tudo, a revolução social, e sabe que contra este perigo não existe outro refúgio senão o Estado; é por isso que ela quer e exige sempre o Estado o mais forte possível ou, simplesmente, a ditadura militar; mas, para realizar suas ambições e enganar com mais facilidade o povo, faz questão de que esta ditadura seja revestida das formas da representação nacional, que lhe permitiam explorar as massas em nome do próprio povo.

Ora, em 1815, nem este temor nem esta política maquiavélica tinham se manifestado em qualquer país da Europa. Ao contrário, a burguesia era, em todos os lugares, sincera e ingenuamente liberal. Ainda acreditava que, trabalhando para si, trabalhava para todos, e, desta forma, não temia o povo, que ela não tinha medo de levantar contra o governo, se bem que todos os governos, apoiando-se o máximo possível na nobreza, adotavam em relação à burguesia, considerada como a classe revolucionária, uma atitude hostil.

É certo que em 1815, assim como bem mais tarde, bastaria que a Prússia fizesse a mínima declaração marcada pelo liberalismo, ou que o rei

concedesse a seus súditos um simulacro de Constituição burguesa, para que toda a Alemanha o reconhecesse como chefe. Nessa época, a violenta antipatia que se manifestou bem depois e, em particular, em 1848, em relação à Prússia, ainda não tinha tido tempo de se formar entre os alemães da Alemanha não-prussiana. Ao contrário, todos os países alemães depositavam nela suas esperanças e aguardavam sua palavra libertadora; teria sido suficiente a metade das *instituições liberais fundadas na representação nacional*, que, nesses últimos tempos, o governo prussiano — sem que o poder despótico tenha, por sinal, sofrido o mínimo prejuízo — concedeu de forma tão generosa a todos os alemães, não só da Prússia, mas de todos os países germânicos, à exceção da Áustria, para que toda a Alemanha não-austriaca admitisse a hegemonia da Prússia.

É exatamente o que a Áustria temia acima de tudo, pois não teria sido necessário mais do que isto para colocá-la, a partir desse momento, na situação crítica e sem saída em que hoje se encontra. Tendo perdido o primeiro lugar na confederação germânica, ela até mesmo cessou de ser uma potência alemã. Vimos que os alemães representam apenas um quarto da população do império da Áustria. Ora, enquanto as províncias alemãs e certas províncias eslavas da Áustria, como, por exemplo, a Boêmia, a Morávia, a Silésia, a Estíria, consideradas em conjunto, permaneceram uma das partes componentes da confederação germânica, os alemães da Áustria, apoiando-se sobre todos os outros habitantes da Alemanha e sobre seu número, podiam, numa certa medida, considerar todo o império como um império germânico. Porém, uma vez o império separado da confederação, como é o caso hoje, seus nove milhões de alemães — e nessa época sua população alemã era inclusive inferior a este número — teriam se revelado muito fracos para manter seu predomínio histórico; nada mais restaria aos alemães da Áustria senão repudiar sua obediência à Casa dos Habsburgo e pedir para serem incorporados à Alemanha. É justamente a isto que alguns, de propósito, outros, de modo inconsciente, aspiram hoje; e esta aspiração condena o império da Áustria a um fim próximo.

Desde o instante em que a hegemonia da Prússia se tivesse consolidado na Alemanha, o governo austríaco teria sido obrigado a separar suas províncias alemãs da confederação; em primeiro lugar, porque, conservando-as ligadas a ela, ele as teria subjugado na prática e, por elas, ter-se-ia subme-

tido à vontade suprema do rei da Prússia; em segundo lugar, porque, nesta eventualidade, o império da Áustria ter-se-ia cindido em duas partes: uma, a população alemã, que teria admitido a hegemonia da Prússia e, a outra, que, por inteiro, não a teria aceito, o que teria sido também mortal para o império.

Havia, é verdade, uma outra solução, aquela que o príncipe Schwarzenberg tentou impor em 1850, mas sem obter êxito, pois era impossível, a saber: integrar a totalidade do império, inclusive a Hungria, a Transilvânia e todas as províncias eslavas e italianas na confederação germânica e formar um único Estado indivisível. Esta tentativa não podia dar bons resultados, pois a Prússia a teria combatido ferozmente e, com ela, como tinha acontecido em 1850, a maior parte da Alemanha, assim como as outras grandes potências, sobretudo a Rússia e a França, enquanto teriam se sublevado três quartos da população austríaca germanizada, eslavos, magiares, romenos, italianos, que a simples idéia de que poderiam se tornar alemães faz enrubescer de vergonha.

A Prússia e toda a Alemanha teriam sido, de modo forçoso, adversárias de uma solução deste gênero, cujo resultado teria aniquilado a primeira e lhe teria feito perder seu caráter especificamente alemão; quanto à Alemanha, ela teria cessado de ser a pátria dos alemães e se tornado uma espécie de aglomerado, feito de peças e pedaços e mantido pela violência, de nacionalidades díspares. De seu lado, a Rússia e a França não a teriam aceito, pois a Áustria, ao subjugar toda a Alemanha, tornar-se-ia, logo, a mais forte potência do continente europeu.

Assim, só restava à Áustria uma coisa a fazer: não sufocar a Alemanha sob o peso de uma adesão maciça, mas, ao mesmo tempo, não permitir à Prússia assumir o comando da confederação germânica. Seguindo esta política, ela podia contar com o apoio ativo da França e da Rússia. Até época recente, isto é, até à Guerra da Criméia, a política da Rússia consistia em manter de forma sistemática a rivalidade entre a Áustria e a Prússia (de modo que nenhuma destas duas potências pudesse se impor à outra), e em excitar, ao mesmo tempo, a desconfiança e o temor nos pequenos e médios Estados alemães, ainda que os protegendo da Áustria e da Prússia.

Porém, como a influência da Prússia sobre o resto da Alemanha era essencialmente moral, como esta influência estava sobretudo fundamen-

tada na esperança de que o governo prussiano, que, ainda há pouco, havia dado tantas provas de seu patriotismo e de seu liberalismo esclarecido, ia em breve, fiel à sua promessa, conceder uma Constituição a seus cidadãos, assumindo assim a liderança do movimento progressista em toda a Alemanha, a principal preocupação do príncipe Metternich era impedir que o rei da Prússia concedesse esta Constituição e fazer com que, com o imperador da Áustria, se tornasse o líder do movimento reacionário na Alemanha. Buscando este objetivo, ele havia encontrado também o mais caloroso apoio da França, governada pelos Bourbons, e do imperador Alexandre, manobrado por Araktcheev.

O príncipe Metternich encontrou apoio não menos devotado junto à própria Prússia e, em raras exceções, junto a toda a nobreza prussiana, à alta administração, militar e civil, e, por fim, junto ao próprio rei.

Frederico Guilherme III era um bom homem, mas era rei, isto é, como um monarca deve ser, déspota por natureza, por educação e por hábito. Além do mais, era devoto e crente fervoroso da Igreja Evangélica, cujo primeiro dogma diz que "todo poder vem de Deus". Acreditava com seriedade na unção divina recebida, no direito, ou com mais exatidão, no dever, que possuía, de ordenar e na obrigação de cada um de seus súditos em obedecer e executar suas ordens sem reclamar. Esta disposição de espírito não se podia coadunar com o liberalismo. É verdade que, nos anos de calamidade nacional, ele havia prodigalizado a seus fiéis súditos as promessas mais liberais. Todavia, ele o fez obedecendo ao interesse superior do Estado, diante do qual, enquanto lei suprema, o próprio rei era obrigado a se inclinar. Hoje, porém, cessada a calamidade, não era mais necessário fazer promessas cuja realização seria prejudicial ao próprio povo.

Foi o que explicou, de forma admirável, o arcebispo Eilert em um de seus sermões: "O rei", diz ele, "agiu como um pai inteligente. No dia de seu aniversário ou de seu restabelecimento, tocado pela afeição de seus filhos, fez-lhes diversas promessas; em seguida, de cabeça fria, modificou-as, restaurando assim seu poder natural e salvador". Na *entourage* do rei, a corte, os generais e os altos dignitários, todos estavam imbuídos deste estado de espírito. Nos tempos de desgraça que eles haviam atraído sobre a Prússia, tinham se calado, suportando em silêncio as reformas inelutáveis introduzidas pelo barão de Stein e seus principais compa-

nheiros de luta. Porém, os tempos haviam mudado e todo este mundo pôs-se, mais do que nunca, a fazer intrigas e a se agitar.

Todos eram inveterados reacionários, tanto, se não mais, do que o próprio rei. Não só não compreendiam o patriotismo unitário alemão, mas o odiavam de todo seu coração. Eram adversários da bandeira alemã, que, para eles, era o estandarte da revolta. Só conheciam seu caro reino da Prússia, e, por sinal, estavam prontos a causar sua ruína uma segunda vez, para não fazer a mínima concessão aos liberais detestados. A idéia de reconhecer à burguesia quaisquer direitos políticos que fossem, e sobretudo o direito de crítica e de controle, a idéia de serem, um dia, colocados num mesmo pé de igualdade com ela deixava-os enfurecidos e suscitava neles uma cólera indescritível. Eles desejavam e queriam que fossem ampliadas as fronteiras da Prússia, mas apenas pela conquista. Desde o primeiro momento, haviam determinado com clareza seu objetivo: ao contrário do Partido Liberal, que procurava germanizar a Prússia, eles sempre quiseram prussianizar a Alemanha.

De resto, a começar por seu líder, amigo do rei, o príncipe Wittgenstein, tornado pouco depois primeiro-ministro, todos ou quase todos estavam a serviço do príncipe Metternich. Tinham contra eles um pequeno grupo de homens, amigos e companheiros de luta do barão de Stein, tendo recebido o ultimato para se demitirem. Este punhado de patriotas de Estado continuava a realizar grandes esforços para manter o rei no caminho das reformas liberais, mas, não encontrando apoio em nenhum lugar, fora de uma opinião pública, desprezada em igual medida pelo rei, pela corte, pelos altos funcionários e pelo exército, foi rápido reduzido à impotência. O ouro de Metternich e as próprias tendências reacionárias das altas esferas alemãs revelaram-se infinitamente mais fortes.

Desta forma, só restava à Prússia, para realizar seus planos puramente nacionais, uma única solução: aperfeiçoar e aumentar, pouco a pouco, seus meios administrativos e financeiros, tanto quanto suas forças militares, tendo em vista futuras anexações da própria Alemanha, quer dizer, conquistar de modo progressivo toda a Alemanha. Esta solução era, de resto, por inteiro conforme as tradições e a natureza da monarquia prussiana, militar, burocrática, policial, em resumo, estatista, legalmente coercitiva em todas suas manifestações, internas e externas. Desde essa época, co-

meçou a se formar, nos círculos oficiais alemães, o ideal do despotismo *sábio e esclarecido*, que dirigiu os destinos da Prússia até 1848. Este ideal era tão contrário às aspirações liberais do patriotismo pan-alemão quanto era despótico o obscurantismo do príncipe Metternich.

A luta do Partido Liberal-Patriota contra a reação, que havia encontrado também na política interna e externa da Áustria e da Prússia um poderoso meio de expressão, empenha-se, naturalmente, mais ou menos em toda parte da Alemanha, mas sobretudo no sul. Isso foi, de certa maneira, um duelo que, sob diversas formas, mas com resultados quase sempre semelhantes e sempre lamentáveis ao extremo para os liberais alemães, prolongou-se por cinquenta e cinco anos (1815-1870). Pode-se dividir esta luta em vários períodos:

1. Período do liberalismo e da galofobia dos românticos alemães (1815-1830);
2. Período de imitação ostensiva do Liberalismo francês (1830-1840);
3. Período do liberalismo econômico e do radicalismo (1840-1848);
4. Período, de resto muito curto, de crise decisiva, terminada pela morte do liberalismo alemão (1848-1850), e, finalmente;
5. Período, que se iniciou pela luta feroz e, por assim dizer, a última do liberalismo moribundo, contra as tendências estatistas do parlamento prussiano e que terminou de forma irrevogável pelo triunfo da monarquia prussiana em toda a Alemanha (1850-1870).

O liberalismo alemão do *primeiro período* (1815-1830) não era um fenômeno isolado. Não era senão um ramo nacional, é verdade, muito original, do liberalismo, que começava a se disseminar por quase toda a Europa, de Madri a São Petersburgo, da Alemanha à Grécia, sob a forma de uma das mais enérgicas lutas dirigidas contra a reação monárquica, aristocrática e clerical, que triunfava com o retorno na França, na Espanha, em Nápoles, em Parma e em Luca, dos Bourbons, ao trono; do Papa e, com ele, dos jesuítas, em Roma; do rei do Piemonte, em Turim, enquanto os austríacos instalavam-se na Itália.

A representação principal e oficial desta reação de fato internacional era a *Santa Aliança*, concluída para começar, entre a Rússia, a Prússia e a Áustria, mas à qual aderiram, em seguida, de forma positiva, todas as potências européias, grandes e pequenas, à exceção da Inglaterra, de Roma

e da Turquia. Seu começo foi romântico. A idéia primeira desta aliança nasceu na imaginação mística da célebre baronesa de Krüdener, que usufruía dos favores do imperador Alexandre I, ainda relativamente jovem, não bem em fim de carreira, e grande galanteador. Ela lhe garantiu que ele era o anjo branco enviado do céu para salvar a infeliz Europa das garras do anjo negro, Napoleão, e fazer reinar a ordem de Deus sobre a Terra. Alexandre Pavlovitch acreditou de bom grado nesta missão divina, em nome da qual propôs à Prússia e à Áustria concluir uma *santa aliança*. Depois de ter, como era de se esperar, invocado a Santa Trindade como testemunha, os três monarcas, ungidos com o óleo do Senhor, juraram mutuamente *união* fraterna, absoluta e indissolúvel, e proclamaram, como objetivo da aliança, o triunfo da vontade de Deus, da moral, da justiça e da paz sobre a Terra. Prometeram agir sempre de comum acordo e ajudar-se entre si por conselhos ou por um apoio ativo em toda luta suscitada contra eles pelo Espírito das Trevas, isto é, pela aspiração dos povos à liberdade. Na realidade, esta promessa significava que eles combateriam de forma solidária e impiedosa todas as manifestações de liberalismo na Europa, apoiando até o fim e por todos os meios as instituições feudais atingidas e aniquiladas pela Revolução, mas restabelecidas pela Restauração.

Se o discursador e ator melodramático da *Santa Aliança* era Alexandre, seu verdadeiro inspirador era o príncipe Metternich. Portanto, como no tempo da Grande Revolução, e ainda em nossos dias, a Alemanha era a pedra angular da reação européia.

Graças à *Santa Aliança*, a reação tornou-se internacional e, por isso, as insurreições dirigidas contra ela também tiveram um caráter internacional. O período compreendido entre 1815 e 1830 foi, na Europa Ocidental, o último período heróico da burguesia.

A restauração, pela violência, da monarquia absoluta e das instituições feudais e clericais, retirando desta classe venerável todas as vantagens que ela havia obtido sob a Revolução, devia, de modo natural, fazer dela, de novo, uma classe mais ou menos revolucionária. Na França, na Itália, na Espanha, na Bélgica e na Alemanha, a burguesia formou sociedades secretas, cujo objetivo era derrubar o regime, que acabava de triunfar. Na Inglaterra, de acordo com os costumes deste país, o único onde o constitucionalismo tinha profundas e vivas raízes, esta luta generalizada do

liberalismo burguês contra o feudalismo remanescente assumiu o caráter de uma agitação legal e de revoluções parlamentares. Na França, na Bélgica, na Itália e na Espanha, ela assumiu uma orientação claramente revolucionária, que teve até mesmo repercussões na Rússia e na Polônia.

Em todos esses países, uma sociedade secreta descoberta e aniquilada pelo governo logo era substituída por uma outra; e todas essas sociedades tinham como objetivo a insurreição e sua preparação. De 1815 a 1830, toda a História da França foi uma série de tentativas para destronar os Bourbons; em 1830, depois de vários fracassos, os franceses alcançaram enfim seu objetivo. Conhece-se a história das Revoluções espanhola, napolitana, piemontesa, belga e polonesa, em 1830-1831, e da Revolta dos decembristas, na Rússia. Em todos esses países, em alguns com êxito, em outros sem êxito, as insurreições tiveram um caráter extremamente sério; houve muito sangue derramado, muitas perdas de homens de valor, em resumo, a luta foi violenta, muitas vezes, heróica. Vejamos agora o que, durante esse tempo, se passava na Alemanha.

Em todo o primeiro período, que vai de 1815 a 1830, observam-se apenas duas manifestações um pouco marcantes do espírito liberal. A primeira foi a famosa *Manifestação de Wartburg*, em 1817.

Em torno do castelo deste nome, onde Lutero outrora viera procurar refúgio, quinhentos estudantes alemães, vindos de todos os cantos da Alemanha, reuniram-se sob o emblema nacional de três cores, com faixas também tricolores sobre o peito.

Os filhos espirituais do professor e poeta patriota Arndt, que compôs o famoso hino nacional: "Wo ist das deutsche Vaterland",²⁵ assim como do patriota, pai de todos os estudantes alemães, Jahn, que, em quatro palavras: "Bravo, religioso, alegre, livre", definiu o ideal da juventude alemã, de longos cabelos louros, os estudantes do norte e do sul da Alemanha decidiram, a propósito, reunir-se para proclamar de viva voz diante de toda a Europa, e sobretudo diante de todos os governos da Alemanha, as reivindicações do povo alemão. Em que consistiam, portanto, estas reivindicações?

Nessa época, em toda a Europa, a moda era a monarquia constitucional. A imaginação da juventude burguesa não ia além disso, nem na França, nem na Espanha, nem mesmo na Itália e na Polônia. Apenas na

Rússia, uma seção de *decembristas* conhecida sob o nome de Sociedade do Sul, dirigida por Pestel e Muraviev-Apostol, exigia a abolição do império da Rússia e a fundação de uma República Federativa Eslava, devendo todas as terras ser entregues ao povo.

Os alemães não sonhavam com nada semelhante. Eles não queriam abolir absolutamente nada. Para uma ação deste gênero, condição prévia de qualquer revolução digna deste nome, possuíam naquele momento tão pouca vontade quanto hoje. Não pensavam levantar uma mão sacrílega sobre um único de seus numerosos Pais-soberanos. Contentavam-se em desejar, em pedir, que cada um deles lhes desse uma Constituição, qualquer uma. Pediam também um parlamento nacional organizado acima das Dietas particularistas e um imperador pan-alemão, situando-se, enquanto representante da unidade nacional, acima dos príncipes-soberanos. Reivindicação, como se vê, muito moderada e, além do mais, absurda ao máximo grau. Eles desejavam uma confederação monárquica e ao mesmo tempo sonhavam com um poderoso Estado germânico uno e indivisível, o que era um absurdo manifesto. Todavia, basta examinar de mais perto este programa para dar-se conta de que seu absurdo aparente provém de um mal-entendido. É, com efeito, de forma bem errônea que se pode supor que os alemães exigiam — ao mesmo tempo que a força e a unidade nacionais — a liberdade. Os alemães jamais precisaram desta última. A vida para eles é simplesmente inconcebível sem governo, isto é, sem uma vontade, sem um pensamento supremo e sem mão de ferro para conduzi-los de modo autoritário. Quanto mais forte é esta mão, mais se glorificam dela, mais a vida se torna alegre para eles. O que os afligia não era a falta de liberdade, com a qual não teriam sabido o que fazer, mas o fato de faltar-lhes força nacional, unitária, indivisível, somando-se à existência real de um grande número de pequenas tiranias. Sua paixão secreta, seu único objetivo era a formação de um grande Estado pangermânico, capaz de tudo tragar pela violência e diante do qual todas as outras Nações tremeriam.

Assim, é muito natural que os alemães nunca tivessem desejado uma revolução popular. Sob este aspecto, mostraram-se perfeitamente lógicos. Com efeito, a força nacional não pode derivar de uma revolução popular, mas pode decorrer de uma vitória arrebatada por uma classe qualquer

sobre a insurreição do povo, como foi o caso na França. Mesmo lá, porém, foi preciso a pesada mão, a mão despótica de Napoleão para acabar de construir um Estado forte. Os liberais alemães detestavam o despotismo de Napoleão, mas estavam prontos a adorar a força do Estado prussiano ou austríaco, desde que ela consentisse em se tornar a força pangermânica.

A canção bem conhecida de Arndt: "Wo ist das deutsche Vaterland?", que permaneceu até nossos dias o hino nacional alemão, exprime muito bem esta ardente aspiração pela formação de um poderoso Estado. "Onde é a Pátria Alemã?", pergunta ele. "A Prússia? A Áustria? A Alemanha do Norte ou a Alemanha do Sul? A Alemanha do Leste ou a Alemanha do Oeste?" "Não, não, a Pátria Alemã é bem mais vasta", responde. Ela se estende "tão longe quanto ressoa a língua alemã em cânticos de louvor ao bom Deus".

Como os alemães são um dos povos mais prolíficos da Terra, fundam colônias em todos os lugares, invadem todas as capitais da Europa, da América, e até mesmo da Sibéria, e disso decorre que todo o globo terrestre deveria, em pouco tempo, submeter-se à autoridade do imperador da Alemanha.

Este foi o verdadeiro sentido da manifestação dos estudantes em Wartburg. Eles procuravam e exigiam um senhor de toda a Alemanha, que, mantendo-os com mão de ferro, e fortalecido por sua submissão voluntária e ardente, fizesse a Europa tremer.

Vejamos agora de que maneira eles manifestaram seu descontentamento. Na festa de Wartburg entoaram, de início, o célebre canto de Lutero: "Nosso Deus é uma poderosa muralha", e, em seguida, "Wo ist das deutsche Vaterland", aclamaram alguns patriotas alemães e vaiaram os reacionários; enfim, fizeram um auto-de-fé de brochuras publicadas por estes últimos. E foi tudo.

Dois acontecimentos mais importantes se produziram em 1819: o assassinato do espião russo Kotzebue pelo estudante Sand e a tentativa de assassinato perpetrada por um jovem farmacêutico, chamado Karl Loening, contra Von Ibell, um pequeno dignitário do pequeno Ducado de Nassau. Estes dois atos foram profundamente ineptos, pois não podiam ter nenhum efeito útil. Todavia, traduziam a paixão sincera, o heroísmo do sacrifício e a unidade de pensamento, de palavra e de ação, sem os

quais o revolucionarismo cai, de modo infalível, na retórica e torna-se uma odiosa mentira.

Exceto estes dois acontecimentos — o assassinato político cometido por Sand e a tentativa de Loening —, todas as outras manifestações de liberalismo alemão não ultrapassaram os limites da retórica mais ingênua e mais ridícula ao mesmo tempo. Era a época do selvagem teutonismo. Filho de filisteus, eles próprios futuros filisteus, os estudantes alemães imaginavam-se os germanos de outrora, tais como os descrevem Tácito e Júlio César: descendentes dos guerreiros de Armínius,²⁶ habitantes primitivos de espessas florestas. Desde essa época, sentiam um profundo desprezo, não pelo mundo pequeno-burguês, como teria sido lógico, mas pela França, pelos franceses e, de maneira geral, por tudo que trazia a marca da civilização francesa. A galofobia tinha se tornado uma epidemia geral na Alemanha. A juventude universitária pôs-se a vestir-se como seus ancestrais, a exemplo de nossos eslavófilos dos anos 40 e 50, e a diminuir seu ardor juvenil encharcando-se de cerveja; por outro lado, duelos contínuos, terminando, em geral, em cutiladas no rosto, atestavam sua bravura guerreira. Quanto a seu patriotismo e a seu pseudoliberalismo, ela o exprimia e o satisfazia com plenitude, entoando cânticos patrióticos e guerreiros, em que o hino nacional: "Onde é a Pátria Alemã?", cântico profético do império germânico, hoje realizado ou prestes a sê-lo, ocupava, é óbvio, o primeiro lugar.

Comparado ao liberalismo, que se afirmava, ao mesmo tempo, na Itália, na Espanha, na França, na Bélgica, na Polônia, na Rússia e na Grécia, nada era mais pueril e mais ridículo do que o liberalismo alemão, que, em suas mais ruidosas manifestações, estava impregnado desse servil espírito de obediência e de fidelidade ao soberano ou, para falar com mais civilidade, desta veneração devota do poder e das autoridades, espetáculo que arrancou de Boerne esse grito doloroso, que todo mundo conhece e que já citamos: "Os outros povos podem ser escravos, mas, nós alemães, somos lacaios".²⁷

E, com efeito, o liberalismo alemão, à exceção de um número muito pequeno de pessoas e de casos, outra coisa não foi senão uma manifestação típica do servilismo alemão, da ambição nacional da Alemanha em ser servil. Ele foi apenas a expressão, condenada pela censura, de um desejo

geral de sentir sobre si o punho de ferro imperial. Ora, este desejo de fiéis súditos, pareceu, aos governantes, uma revolta, e, como tal, foi reprimida.

Isto explica a rivalidade da Áustria e da Prússia. Cada uma delas se teria sentado de bom grado sobre o trono abolido de Barba-Roxa,²⁸ mas, nem uma, nem outra, podia aceitar que esse trono fosse ocupado por sua rival, assim, apoiadas de forma simultânea pela Rússia e pela França, agindo de comum acordo com elas, embora por motivos muito diferentes, a Áustria e a Prússia puseram-se a reprimir, como uma manifestação do liberalismo mais extremado, o desejo comum a todos os alemães de fundar um poderoso Império Unitário Pangermânico.

O assassinato de Kotzebue foi o sinal da reação mais violenta. Conferências e congressos de príncipes ou de ministros alemães, assim como congressos internacionais, sucederam-se, aos quais o imperador Alexandre I e o ministro plenipotenciário da França assistiram. Uma série de medidas decretadas pela confederação germânica torceu o pescoço destes pobres liberais alemães reduzidos ao estado de servos. Proibiram-lhes os exercícios e os cantos patrióticos; deixaram-lhes apenas a cerveja. A censura foi instituída em todos os lugares; e o que aconteceu? A Alemanha, de imediato, acalmou-se; os "Burschenschaften"²⁹ submeteram-se sem se queixarem, e durante onze anos, de 1819 a 1830, não houve, sobre a terra alemã, o mínimo sinal de vida política.

O fato é tão chocante que o professor alemão Müller, que escreveu uma história relativamente pormenorizada e verídica dos cinquenta anos, que vão de 1816 a 1865, exclama emocionado: "Ainda são necessárias outras provas de que na Alemanha o terreno não convém à revolução?"

O segundo período do liberalismo alemão começou em 1830 e terminou por volta de 1840. Durante esse período, os franceses são imitados quase cegamente. Os alemães deixam de devorar gauleses, mas, em compensação, voltam seu ódio contra a Rússia.

Depois de onze anos de sono, o liberalismo alemão despertou, não por si mesmo, mas graças aos três dias de junho, que, em Paris, desferiram o primeiro golpe na Santa Aliança, ao expulsar seu rei legítimo. Em consequência, eclodiu a Revolução na Bélgica e na Polônia. A Itália também se agitou, mas vendida aos austríacos por Luís Filipe, foi vergada sob um

jugo mais pesado do que nunca. Na Espanha, a guerra acirrava-se entre os partidários de Maria Cristina e os carlistas. Nessas condições, a própria Alemanha não podia deixar de despertar.

Este despertar foi ainda mais fácil pelo fato de a Revolução de Julho ter causado um pavor mortal em todas as chancelarias alemãs, inclusive as chancelarias da Áustria e da Prússia. Até à instalação do príncipe Bismarck e de seu rei-imperador sobre o trono da Alemanha, todos os governantes alemães, apesar de todos os sinais externos de força militar, política e burguesa, eram moralmente muito fracos e faltava-lhes fé em si mesmos.

Este fato indubitável parece-nos incrível, tendo em vista a natureza sentimental e a lealdade do povo alemão. O que tinham, portanto, esses governos para se inquietar e temer? Eles sentiam e sabiam que os alemães, ainda que obedecendo, como convém a fiéis súditos, não podiam, contudo, tolerá-los. O que haviam feito, portanto, esses governos, para atrair para si o ódio de um povo predisposto a adorar seus dirigentes a esse ponto? Quais eram os motivos deste ódio? Havia dois deles: o primeiro era a preponderância da nobreza na administração e no exército. A Revolução de Julho tinha aniquilado os vestígios do domínio feudal e clerical na França; na Inglaterra, também, em consequência desta mesma Revolução, as reformas liberais-burguesas triunfavam. Em geral, a partir de 1830, a burguesia vê sua vitória consolidar-se na Europa, exceto na Alemanha. Lá, até data recente, isto é, até a entronização do aristocrata Bismarck, o Partido Feudal prosseguia seu reinado. Todos os cargos elevados e uma grande parte dos cargos subalternos, na administração como no exército, estavam em suas mãos. Sabe-se com que desprezo e com que arrogância os aristocratas alemães, príncipes, condes, barões, e até mesmo os simples "von", observam a burguesia. Conhece-se a célebre frase do príncipe Windischgraetz, general austríaco que, em 1848, mandou bombardear Praga e, em 1849, Viena: "O homem começa no barão".

Esta preponderância era ainda mais ofensiva para os burgueses alemães, pois, sob todos os aspectos, tanto do ponto de vista da riqueza quanto por seu grau de cultura, a nobreza era muito inferior à classe burguesa. Entretanto, era ela que comandava em todos os lugares e a todo mundo. Os burgueses tinham apenas o direito de pagar e obedecer, o que lhes era

extremamente desagradável, e, por mais dispostos que estivessem a adorar seus soberanos legítimos, não suportavam mais governos, que se encontravam quase por exclusividade nas mãos da nobreza.

Deve-se observar, entretanto, que, por várias vezes, os burgueses alemães tentaram, mas nunca conseguiram, derrubar o jugo da nobreza, que sobreviveu até mesmo aos anos agitados de 1848 e 1849, e só agora começa a ser, de forma sistemática, destruído pelo senhor da Pomerânia, o príncipe Bismarck.

A outra e principal razão da indiferença dos alemães em relação a seus governos já foi por nós explicada. Estes últimos opunham-se a que a Alemanha se unificasse num Estado forte. Desta forma, todos os patriotas alemães sentiam-se feridos em seus instintos políticos e burgueses. Os governos alemães sabiam disso e, por conseguinte, não tinham mais confiança em seus cidadãos; eles os temiam de forma muito séria, ainda que estes se esforçassem em dar provas de sua submissão absoluta e de sua perfeita inocência.

Em conseqüência destes mal-entendidos, os governos alemães tiveram medo dos resultados da Revolução de Julho; seus temores foram tão grandes que bastava uma simples escaramuça sem derramamento de sangue, um *putsch*, como dizem os alemães, para levar os reis de Saxe e de Hanôver e os duques de Hesse-Darmstadt e de Brunswick a dar uma Constituição a seus súditos. Além disso, a Prússia e a Áustria, e mesmo o próprio príncipe Metternich, até aquele momento a alma da reação em toda a Alemanha, agora aconselhava à confederação germânica não se opor às *legítimas* reivindicações dos fiéis súditos alemães. Nas Dietas da Alemanha do Sul, os líderes dos partidos ditos liberais falavam cada vez mais em exigir um parlamento nacional e a eleição de um imperador pan-alemão.

Tudo dependia do resultado da Revolução polonesa. Se ela triunfasse, a monarquia prussiana, separada de sua muralha do nordeste, obrigada a restituir, se não a totalidade, pelo menos uma grande parte de suas províncias polonesas, seria obrigada a procurar um outro ponto de apoio na própria Alemanha; e, como ela não poderia consegui-lo pela conquista, ter-lhe-ia sido necessário atrair para si a indulgência e a simpatia do resto da Alemanha por meio de reformas liberais, e conclamar, com audácia, todos os alemães para se agrupar sob a bandeira imperial... Em resumo, a

partir desse momento ter-se-ia realizado, ainda que por outros caminhos, o que se realizou agora, mas, talvez, no início, sob formas mais liberais. Ao invés de a Prússia absorver a Alemanha, como é o caso, hoje, a impressão que se poderia ter era a de que a Alemanha havia absorvido a Prússia. Porém, teria sido apenas uma impressão, pois, na realidade, a Alemanha teria sido, de qualquer modo, subjugada pela força da organização estatista da Prússia.

Ora, os poloneses, abandonados e traídos por toda a Europa, foram, a despeito de uma resistência heróica, ao final, derrotados. Varsóvia caiu e com ela desmoronaram todas as esperanças dos patriotas alemães. O rei Frederico Guilherme III, que havia prestado um serviço tão eminente a seu cunhado, o imperador Nicolau, encorajado pela vitória deste último, tirou a máscara e pôs-se a perseguir mais do que nunca os patriotas pan-alemães. Foi então que, reunindo todas as suas forças, estes realizaram uma manifestação, se não muito violenta, pelo menos bastante ruidosa, conhecida na História Contemporânea sob o nome de *Festa de Hambach*, em maio de 1832.

Em Hambach, no Palatinado bávaro, cerca de trinta mil pessoas, homens e mulheres, reuniram-se, os homens com uma faixa tricolor na cintura, as mulheres mostrando um lenço nas mesmas cores, evidentemente, sob a bandeira alemã. Nesta manifestação, os oradores já não mais exigiam uma confederação dos países e do povo alemães, mas um Estado pangermânico. Vários oradores, como, por exemplo, o doutor Wirth, pronunciaram inclusive a palavra República alemã, e, até mesmo, República Federativa Européia, os Estados Unidos da Europa.

Todavia, tudo isto outra coisa não era senão palavras, palavras de cólera, raiva, desespero, suscitadas nos corações alemães pela pouca pressa ou pela impotência dos príncipes alemães em criar um império pangermânico — palavras muito eloqüentes, mas atrás das quais não existia vontade nem organização, e, em consequência, nenhuma força.

Entretanto, a Manifestação de Hambach não passou sem deixar marcas. Os camponeses do Palatinado bávaro não se contentaram com os discursos. Armados de foices e ancinhos, puseram-se a demolir os castelos da nobreza, os prédios da alfândega e os tribunais, queimando os arquivos, recusando-se a pagar os impostos, exigindo a terra para eles, e, sobre ela,

total liberdade. Esta revolta dos camponeses, comparável por suas origens à insurreição de 1525, apavorou, de modo terrível, não só os conservadores, mas também os liberais e os republicanos alemães, cujo liberalismo burguês é incompatível com uma verdadeira insurreição popular. Contudo, para satisfação geral, esta nova tentativa de revolta camponesa foi esmagada pelas tropas bávaras.

Um outro efeito da *Festa de Hambach* foi o ataque absurdo, embora corajoso em excesso e, deste ponto de vista, digno de respeito, por setenta estudantes armados, à guarda do palácio da confederação germânica, em Frankfurt. Esta operação foi inepta, pois era em Berlim ou em Viena que era preciso golpear a confederação germânica, não em Frankfurt; e setenta estudantes estavam longe de ser suficientes para quebrar a força da reação alemã. Para dizer a verdade, eles esperavam que, por eles e com eles, a população de Frankfurt se insurgisse, sem suspeitar de que o governo havia sido advertido, alguns dias antes, desta tentativa insensata. E não julgou necessário preveni-la; ao contrário, deixou que ela seguisse seu curso, a fim de ter um bom pretexto para aniquilar os *partidários da revolução* e as *aspirações revolucionárias* na Alemanha.

E, com efeito, depois do *atentado de Frankfurt*, a reação mais negra grassou em todos os países alemães. Em Frankfurt, foi instituída uma Comissão Central, sob a direção da qual operavam comissões especiais para todos os Estados, grandes e pequenos. Tomavam parte desta Comissão Central, é óbvio, inquisidores de Estado austríacos e prussianos. Foi uma verdadeira saturnal para os funcionários alemães e para as fábricas de papel, pois se escreveu muito nessa ocasião. Em toda a Alemanha, houve mais de mil e oitocentas prisões, entre as quais um grande número de personalidades eminentes, professores, doutores, advogados, em resumo, toda a fina flor da Alemanha liberal. Muitos conseguiram fugir, mas inúmeros foram os que permaneceram presos até 1840, e alguns até 1848.

Vimos uma grande parte desses ferozes liberais, em março de 1848, no *Pré-parlamento* e, mais tarde, na *Assembléa Nacional*. Todos, sem exceção, revelaram-se ferozes reacionários.

Com a *Festa de Hambach*, a insurreição dos camponeses no Palatinado, o atentado de Frankfurt e o processo gigantesco que se seguiu, terminou todo o movimento político na Alemanha; um silêncio de morte

sucedeu-se e prolongou-se, sem a menor interrupção, até 1848. Em compensação, o movimento transpôs-se para a literatura.

Já dissemos que, ao contrário do primeiro período (1815-1830), período de galofobia furiosa, este segundo período do liberalismo alemão (1830-1840), assim como o terceiro (até 1848), podem ser qualificados de puramente franceses, pelo menos no que concerne aos romances e aos escritos políticos. Esta nova tendência tinha à sua frente dois israelitas: um, poeta de gênio, Heine; outro, extraordinário panfletário, Boerne. Ambos, quase desde os primeiros dias da Revolução de Julho, instalaram-se em Paris, de onde, um em seus poemas, outro, em suas *Cartas de Paris*, tornaram-se apóstolos, junto aos alemães, das teorias, das instituições francesas e da vida parisiense.

Pode-se dizer que eles revolucionaram a literatura alemã. As livrarias e bibliotecas foram inundadas de traduções e de péssimos plágios de dramas, melodramas, comédias, novelas e romances franceses. A juventude burguesa pôs-se a pensar, sentir, exprimir-se em francês, a pentear-se e vestir-se segundo a moda francesa. De resto, isto não a tornou mais amável, apenas mais ridícula.

Ao mesmo tempo, implantava-se em Berlim uma tendência mais séria, mais positiva e, sobretudo de modo incomparável, mais conforme ao espírito alemão. Como muitas vezes acontece na História, a morte de Hegel, que seguiu de perto a Revolução de Julho, confirmou em Berlim, na Prússia e, em seguida, em toda a Alemanha, a preponderância de seu pensamento metafísico e o reinado do hegelianismo.

Tendo recusado, pelo menos no início, e por motivos indicados anteriormente, fazer da Alemanha um Estado indivisível por meio de reformas liberais, a Prússia não podia e não queria, todavia, renunciar à sua primazia moral e material sobre todos os outros Estados e países alemães. Ao contrário, esforçou-se amiúde em tomar sob sua proteção os interesses culturais e econômicos de toda a Alemanha. Para isso, serviu-se de dois meios: a Universidade de Berlim, que ela desenvolveu, e a *união alfandegária*.

Nos últimos anos do reinado de Frederico Guilherme III, o Ministro da Educação Pública, o conselheiro secreto von Altenstein, era um homem de Estado da antiga escola liberal do barão Stein, de Guilherme de Humboldt e outros. Na medida de suas possibilidades, nesses tempos de

reação, opondo-se a todos os outros ministros prussianos, a seus colegas, opondo-se até mesmo a Metternich, que, apagando de forma sistemática toda chama intelectual, esperava consolidar a reação na Áustria e em toda a Alemanha, Altenstein, ao mesmo tempo que permanecia fiel às tradições liberais, esforçava-se em reunir em torno da Universidade de Berlim todos os homens progressistas e as personalidades mais representativas da ciência alemã; de forma que, enquanto o governo prussiano, em conjunto com Metternich e encorajado pelo imperador Nicolau, sufocava por todos os meios o liberalismo e os liberais, Berlim se tornou o centro, o núcleo irradiante da vida científica e espiritual da Alemanha.

Hegel, que o governo prussiano tinha convidado a ocupar, desde 1818, a cátedra de Fichte, morrera no final de 1831. Porém, deixou atrás de si, nas Universidades de Berlim, de Königsberg e de Halle, toda uma plêiade de jovens professores, editores de suas obras, ardentes exegetas e adeptos de sua doutrina. Graças aos incansáveis esforços destes, esta doutrina disseminou-se muito rápido, não só por toda a Alemanha, mas por muitos outros países, inclusive na França, onde foi introduzida, de todo deformada, por Victor Cousin. Ela fez convergir sobre Berlim, tornada a fonte viva de um novo mundo, um grande número de espíritos, alemães ou não. Aqueles que não viveram essa época nunca poderão compreender o quanto era forte o culto deste sistema filosófico nos anos 30 e 40. Pensava-se que o absoluto, procurado por toda a eternidade, estava enfim descoberto e explicado, e que se podia consegui-lo por atacado ou a varejo em Berlim.

Na história da evolução do pensamento humano, a filosofia de Hegel foi, com efeito, um fato considerável. Ela foi a última palavra, a palavra definitiva do movimento panteísta e abstratamente humanista do pensamento alemão, que começou pelas obras de Lessing e alcançou seu pleno desenvolvimento nas obras de Goethe; movimento, que criou um mundo ao infinito mais vasto, rico, transcendente e, por hipótese, essencialmente racional, mas que também permanecia tão separado da Terra, da vida e da realidade, quanto do céu dos cristãos e dos teólogos. Assim, esse mundo, como a *Fata Morgana*,¹⁰ não alcançando o céu, nem tocando na Terra, suspenso entre ambos, fez da existência desses que, adeptos ou habitantes, o refletiam ou poetizavam, um encadeamento de idéias e experiências

sonambúlicas, tornou ambos inaptos para a vida, pior ainda, condenou-os a fazer no mundo real o contrário do que adoravam no ideal poético ou metafísico.

Assim se explica o fato curioso e bastante geral que ainda hoje nos atinge na Alemanha, segundo o qual, os ardentes adeptos de Lessing, Shiller, Goethe, Kant, Fichte e Hegel, puderam e ainda podem, até o momento, executar, docilmente e até de bom grado, as medidas, muito longe de serem humanistas ou liberais, prescritas por seus governos. De modo geral, pode-se até mesmo dizer que, quanto mais elevado o mundo ideal do alemão, mais sua vida e seus atos na realidade viva são feios e odiosos.

A filosofia de Hegel foi o coroamento deste mundo fundado num ideal superior. Ela foi sua expressão e deu-lhe uma completa definição por suas construções e categorias metafísicas; mas, ao mesmo tempo, desferiu-lhe um golpe mortal, resultando, por uma lógica inflexível, nesta tomada de consciência definitiva de que ambos não têm consistência nem realidade, e, para tudo dizer, nada contêm senão o vazio.

A escola de Hegel foi dividida, como se sabe, em dois partidos opostos; entre eles, formou-se, é evidente, um terceiro, o Partido do Centro, em relação ao qual, por sinal, não temos, aqui, nada a dizer. Um deles, o Partido Conservador, encontrando, na nova doutrina filosófica, a justificativa e a legitimidade de tudo o que existe, fez seu o aforismo bem conhecido de Hegel: "Tudo que é real é racional". Este partido criou a filosofia dita oficial da monarquia prussiana, já apresentada pelo próprio Hegel como a organização política ideal.

Contudo, o partido adverso, dito dos hegelianos *revolucionários*, mostrou-se mais lógico que o próprio Hegel e infinitamente mais resolutivo; arrancou da doutrina hegeliana sua máscara conservadora e mostrou, em toda a sua nudez, a implacável negação, que constitui sua essência. Este partido tinha à sua frente o célebre filósofo Feuerbach, que levou a seqüência lógica desta doutrina até à negação, tanto do mundo divino quanto da própria metafísica. Não pôde ir mais longe. Ele próprio metafísico, teve de dar lugar a seus herdeiros legítimos, representantes da escola materialista ou realista, da qual a maioria, como, por exemplo, os Srs. Büchner, Marx e consortes, não conseguiu e nunca conseguirá se livrar de um pensamento abstrato e metafísico predominante.

Nos anos 30 e 40, a opinião mais disseminada era a de que a revolução, que resultaria da propagação do hegelianismo, desenvolvido e apresentado como uma negação absoluta, seria infinitamente mais radical, mais profunda, mais implacável e mais vasta em suas destruições do que a Revolução de 1793. Acreditava-se nisto porque a concepção filosófica, elaborada por Hegel e levada até suas conseqüências extremas por seus adeptos, era de fato mais completa, harmoniosa e profunda do que as de Voltaire e Rousseau, que tiveram, como se sabe, uma influência direta, e nem sempre positiva, sobre a evolução e, sobretudo, no resultado da primeira Revolução Francesa. Assim, em particular, é certo que os admiradores de Voltaire, o qual desprezava de modo instintivo as massas populares, a *multidão imbecil*, foram homens de Estado no gênero de Mirabeau, e que o adepto mais fanático de Jean-Jacques Rousseau, Maximilien Robespierre, foi o restaurador, na França, da ordem divina das instituições civis reacionárias.

Nos anos 30 e 40, supunha-se que, quando soasse de novo a hora da revolução, os doutores em filosofia da escola hegeliana deixariam distantes, atrás deles, os atores mais audaciosos dos anos 90 e surpreenderiam o mundo pela rigorosa e implacável lógica de seu revolucionarismo. Sobre este tema, o poeta Heine escreveu palavras eloqüentes: "Todas as vossas revoluções nada serão", dizia aos franceses, "comparadas à nossa futura Revolução alemã. Nós, que tivemos a audácia de destruir de forma sistemática e científica o mundo divino, não nos deteremos diante de nenhum ídolo sobre a Terra, e não teremos sossego enquanto, sobre as ruínas dos privilégios e da autoridade, não tivermos conquistado, para todo o universo, a igualdade total e a mais completa liberdade". Quase em termos idênticos, Heine anunciava aos franceses as futuras maravilhas da Revolução alemã. E muitos acreditavam nela. Infelizmente, porém, a experiência de 1848 e 1849 bastou para destruir esta crença. Não só os revolucionários alemães não ultrapassaram os heróis da primeira Revolução Francesa, mas sequer conseguiram igualar os revolucionários franceses de 1830.

A que atribuir este lamentável fracasso? Antes de mais nada, é evidente, ao caráter histórico muito especial dos alemães, bem mais inclinados à obediência cívica do que à revolta, mas também ao método abstrato adotado para marchar para a revolução. Uma vez mais, em conformidade com a sua natureza, eles não caminharam da vida para a idéia, mas da

idéia para a vida. Ora, quem parte da idéia abstrata nunca chegará à vida, pois da metafísica à vida não existe caminho. Um abismo as separa. E saltar por cima deste abismo é executar o *salto mortale*,³¹ ou o que o próprio Hegel chamava, salto qualitativo (*qualitativer Sprung*) do mundo lógico ao mundo natural; ninguém até agora conseguiu realizá-lo, e nunca conseguirá. Quem se apóia na abstração, nela encontrará a morte.

A maneira viva, concretamente racional de avançar, no domínio da ciência, é ir do fato real à idéia que o abarca, o exprime e, por isto mesmo, o explica; e, no domínio prático, ir da vida social à maneira mais racional de organizá-la, de acordo com as indicações, condições, necessidades e exigências mais ou menos apaixonadas da própria vida.

Este é o amplo caminho do povo, o caminho da emancipação real e a mais completa, acessível a todos e, desta forma, na verdade, popular, o caminho da revolução social *anarquista* eclodindo por si mesma no povo, destruindo tudo o que se opõe ao fluxo impetuoso da vida do povo, a fim de que deste, das profundezas do seu ser, sejam em seguida criadas as novas formas de uma comunidade livre.

O caminho que os senhores metafísicos propõem é bem diferente. Denominamos metafísicos, não só os adeptos da doutrina de Hegel, que já são muito numerosos sobre a Terra, mas também os positivistas e, de maneira geral, todos aqueles que, hoje, divinizam a ciência; aqueles que, após se terem instruído de uma maneira ou de outra, fosse estudando do modo mais escrupuloso, mas nem sempre de forma necessária, o mais perfeito, o passado e o presente, forjaram-se um ideal de organização social, na qual, tais como novos Procustos, querem fazer entrar, custe o que custar, a vida das gerações futuras; aqueles que, em resumo, não consideram o pensamento, a ciência, como uma das manifestações necessárias da vida natural e social, mas reduzem os limites desta pobre vida ao ponto de não mais ver nela senão a manifestação de seu pensamento e de sua ciência, a qual, é evidente, nunca é perfeita.

Metafísicos e positivistas, esses cavaleiros da ciência e do pensamento, em nome dos quais eles acreditam serem chamados a ditar as leis da vida, são todos, de forma consciente ou não, reacionários. Prová-lo é fácil.

Sem falar da metafísica em geral que, na época de seu apogeu, interessava apenas a poucos espíritos, a ciência, no sentido mais amplo do termo,

a ciência mais séria ou enquanto seja digna deste nome, só é hoje acessível a uma minoria muito pequena. Por exemplo, entre nós, na Rússia, entre oitenta milhões de habitantes, existem quantos autênticos eruditos? É verdade, pode-se contar aos milhares as pessoas que discorrem sobre a ciência, mas poder-se-á encontrar apenas algumas centenas que possuem um conhecimento aprofundado dela. Ora, se se admite que a ciência deve ditar as leis da vida, milhões de homens, quer dizer, a maioria esmagadora, ver-se-iam governados por uma ou duas centenas de eruditos, na realidade, por um número ainda mais reduzido, porque não importa qual seja a ciência, ela não torna o indivíduo apto a governar a sociedade; e a ciência das ciências, a rainha de todas as ciências, a sociologia, pressupõe, no feliz erudito, um conhecimento prévio e profundo de todas as outras. Porém, quantos deste gênero existem, tanto na Rússia quanto em toda a Europa? Talvez uns vinte, admitamos uns trinta! E estes vinte ou trinta deveriam governar o mundo! Pode-se imaginar um despotismo mais absurdo ou mais odioso?

Primeiro, o mais provável é que estes trinta eruditos se entredevorariam; mas, se eles se pusessem de acordo, seria em prejuízo da Humanidade, pois o erudito é, por natureza, inclinado à perversão intelectual e moral, e seu principal defeito é sobreestimar seus conhecimentos, seu próprio intelecto, e desprezar todos aqueles que não têm saber. Dai-lhe o poder e ele se tornará um tirano insuportável, porque o orgulho científico é mais odioso, mais ferino e mais opressivo do que qualquer outro. Ser o escravo dos pedantes, que destino para a Humanidade! Deixados livres para agir a seu bel-prazer, eles aplicariam na sociedade as experiências que, em nome da ciência, fazem hoje em cobaias, gatos e cães.

Nossa estima pelos eruditos será em função de seus méritos, mas para sua salvaguarda, de seu intelecto e sua moralidade, não lhes concederemos nenhum privilégio social e não lhes reconheceremos outro direito senão o direito comum de propagar com liberdade suas convicções, suas idéias e seus conhecimentos. Não há por que lhes dar, assim como a nenhum outro, autoridade, pois, quem dela é investido, torna-se, de modo infalível, segundo uma lei social invariável, um opressor e explorador da sociedade.

Porém, dir-se-á, a ciência não será sempre o apanágio de alguns, virá um dia em que ela estará ao alcance de todos e de cada um. Com efeito,

mas esse tempo ainda está longe e serão necessárias muitas revoluções sociais antes que isto aconteça. E, enquanto espera, quem consentirá em entregar sua sorte nas mãos dos eruditos, esses sacerdotes da ciência? Por que razão, então, subtraí-la dos padres?

Segundo nossa opinião, enganam-se ao extremo aqueles que pensam que, após a revolução social, todo o mundo estará no mesmo grau de sabedoria. A ciência, como tal, permanecerá, como hoje, uma das numerosas especializações sociais — com a única diferença de que esta especialização só é acessível, hoje, a alguns indivíduos originários das classes privilegiadas — mesmo quando, fora de qualquer distinção de classes para sempre abolidas, ela se encontrar ao alcance de todas as pessoas que sentirem a vocação e o desejo de consagrar-se a ela, sem que o trabalho manual, tornado obrigatório para todos, venha a sofrer com isso.

A formação científica, e sobretudo o estudo do método científico, o hábito de pensar, isto é, de generalizar os fatos e deles tirar conclusões mais ou menos justas, tornar-se-ão só o patrimônio comum, mas haverá, sempre, muito poucas cabeças enciclopédicas e, desta forma, sociólogos eruditos. Seria uma desgraça para a Humanidade se, um dia, o pensamento se tornasse a fonte e o único condutor da vida, e se a ciência e a erudição fossem chamadas a governar a sociedade. A vida se esgotaria e a sociedade se transformaria num rebanho anônimo e servil. Governar a vida pela ciência não teria outro resultado senão embrutecer a Humanidade.

Nós, revolucionários-anarquistas, defensores da instrução geral do povo, de sua emancipação e do mais amplo desenvolvimento da vida social e, por isto mesmo, inimigos do Estado e de toda gestão estatista, afirmamos, ao contrário dos metafísicos, positivistas, eruditos ou não, prosternados aos pés da deusa ciência, que a vida natural e social sempre precede o pensamento, que é apenas uma de suas funções, mas nunca o resultado; que esta vida se desenvolve partindo de suas profundezas insondáveis, por uma sucessão de fatos diferentes uns dos outros, e não de reflexos abstratos, e que estes fatos, sempre engendrados por ela, sem que ela jamais seja engendrada por eles, nada mais fazem que indicar, tais como balizas quilométricas, a direção e as diferentes fases de sua própria evolução natural.

Segundo esta convicção, não só não temos a intenção nem a menor vontade de impor ao nosso povo ou a qualquer outro povo estrangeiro

qualquer ideal que seja, qualquer sistema social extraído de brochuras ou por nós imaginado; mas, persuadidos de que as massas proletárias detêm, ocultos em seus instintos, mais ou menos desenvolvidos pela História, em suas necessidades quotidianas e suas aspirações conscientes ou inconscientes, todos os elementos de sua futura organização harmoniosa, buscamos este ideal no próprio povo; e como todo poder de Estado, todo governo, situado, por sua natureza e sua posição, fora ou acima do povo, deve por necessidade esforçar-se para submeter este último a regras e objetivos, que lhe são estranhos, nós nos declaramos inimigos de todo poder de Estado, de todo governo, inimigos do sistema estatista em geral; e acreditamos que o povo só poderá ser feliz e livre quando, organizando-se de baixo para cima, por meio de associações autônomas e inteiramente livres, fora de toda tutela oficial, mas de forma alguma fora de influências diversas e livres, em igual medida, de individualidades e de partidos, ele próprio criará sua vida.

Estas são as convicções dos revolucionários-socialistas e é por isto que nos chamam de anarquistas. Não protestamos contra este epíteto porque somos inimigos de toda autoridade, pois sabemos que esta exerce o mesmo efeito perverso, tanto sobre aqueles que dela estão investidos quanto sobre aqueles que a ela devem se subjugar. Sob sua ação deletéria, uns se tornam déspotas ambiciosos e ávidos, exploradores da sociedade com objetivo de proveito pessoal ou de casta; os outros, escravos.

Os idealistas de qualquer natureza, metafísicos, positivistas, defensores da primazia da ciência sobre a vida, revolucionários doutrinários, todos juntos, com o mesmo ardor, ainda que com argumentos diferentes, defendem a noção do Estado e da autoridade governamental, vendo nisso o único meio *completamente lógico*, segundo eles, de salvar a sociedade. *Completamente lógico*, dizemos, pois, fundando-se sobre o princípio, profundamente errôneo, segundo nosso ponto de vista, de que a idéia precede a vida, teoria abstrata da atividade social, e que, desta forma, a sociologia deve ser o ponto de partida das revoluções e das transformações sociais, chegam de forma inevitável à conclusão de que o pensamento, a teoria, a ciência, sendo, pelo menos hoje, o apanágio de um número muito pequeno de indivíduos, este reduzido número está predestinado a dirigir a vida social, enquanto instigadores, mas também enquanto condutores de todos

os movimentos populares, e que, no dia seguinte à revolução, uma nova organização social deverá ser criada, não pela livre federação, de baixo para cima, das associações, das comunas, dos cantões e das regiões, de acordo com as necessidades e os instintos do povo, mas apenas pela autoridade ditatorial desta minoria de homens de ciência, que exprimem pretensamente a vontade do povo.

Sobre esta ficção da pseudo-representação do povo e sobre o fato bem real do governo das massas populares por um punhado de privilegiados eleitos e até mesmo não eleitos, por multidões votando sob a coação e ignorando por que votam — sobre esta expressão abstrata e fictícia do que é representado como o pensamento e a vontade populares, dos quais o povo real e vivo não possui sequer a mínima idéia —, estão fundadas, em igual medida, a teoria do Estado e a teoria da ditadura denominada revolucionária.

Entre a ditadura revolucionária e a centralização estatista, toda a diferença está nas aparências. No fundo, ambas são apenas uma única e mesma forma de governo da maioria pela minoria, em nome da suposta estupidez da primeira e da pretensa inteligência da segunda. É por isso que uma e outra são, no mesmo grau, reacionárias, ambas tendo por efeito consolidar, direta e infalivelmente, os privilégios políticos e econômicos da minoria governante e a escravidão econômica e política das massas populares.

Vê-se, agora, com clareza, por que os *revolucionários doutrinários*, cujo objetivo é derrubar os poderes e regimes existentes para fundar, sobre as ruínas destes, sua própria ditadura, nunca foram e jamais serão os inimigos, mas, ao contrário, sempre serão os defensores mais ardentes do Estado. Eles só são inimigos dos poderes atuais, porque desejam tomar seu lugar; inimigos das instituições políticas existentes, porque elas tornam impossível sua ditadura; mas, ao mesmo tempo, são os mais calorosos amigos do poder de Estado, sem a manutenção do qual a revolução, após ter libertado de fato as massas populares, retiraria desta minoria pseudo-revolucionária toda esperança de atrelá-las a um novo jugo e provê-las de benefícios de suas medidas governamentais.

Isto é de tal forma verdadeiro que, hoje, enquanto em toda a Europa triunfa a reação, enquanto todos os Estados, animados pelo espírito mais

malfazejo de conservadorismo e de opressão do povo, armados da cabeça aos pés, sob a tríplice couraça do exército, da polícia e da finança, e preparando-se, sob o comando supremo do príncipe Bismarck, para combater ferozmente a revolução social no momento em que todos os revolucionários sinceros deveriam, segundo parece, ajudar-se mutuamente para anular o assalto desesperado da reação internacional, vemos, ao contrário, os revolucionários doutrinários, conduzidos pelo Sr. Marx, tomarem partido, em todos os lugares, pela centralização estatista e por seus defensores contra a revolução popular.

Na França, desde 1870, eram a favor do republicano-reacionário, do estatista Gambetta, contra a Liga Revolucionária da França meridional, que só ela podia salvar a França do jugo alemão e da coalizão ainda mais perigosa e hoje triunfante dos clericais, legitimistas, orleanistas e bonapartistas. Na Itália, flertam com Garibaldi e com o que resta do partido de Mazzini; na Espanha, tomaram abertamente partido por Castelar, Pi y Margall, e pelos constituintes de Madri; enfim, na Alemanha e ao seu redor, na Áustria, na Suíça, na Holanda, na Dinamarca, puseram-se a serviço de Bismarck, que eles vêem, conforme confessaram, como espírito revolucionário muito útil, ajudando-o, de fato, a germanizar todos os países limítrofes.

Compreende-se por que os senhores doutores da escola filosófica de Hegel, apesar do feroz revolucionarismo que propalam no mundo das idéias abstratas, revelaram-se, em 1848 e 1849, não-revolucionários, mas, em grande parte, reacionários, e por que, hoje, a maioria deles tornou-se sustentáculo resolutivo do príncipe Bismarck.

Porém, nos anos 20 e 40, seu pseudo-revolucionarismo, que nada e ninguém ainda havia posto à prova, encontrava muito crédito. Eles próprios acreditavam nisso, ainda que este pseudo-revolucionarismo se manifestasse, em grande parte, em obras de caráter muito abstrato, de forma que o governo prussiano não dava nenhuma importância a este fato. Talvez compreendesse, desde essa época, que esses senhores trabalhavam para ele.

Por outro lado, o objetivo fundamental que este governo buscava era assentar, de início, a hegemonia prussiana na Alemanha e, em seguida, submeter esta última ao seu domínio exclusivo por meios que lhe pareciam, de modo incomparável, mais rentáveis e adequados que as reformas liberais,

e até mesmo que o encorajamento da ciência alemã, a saber, das medidas econômicas, graças às quais ele ia encontrar uma viva simpatia junto à rica burguesia industrial e comercial da alta finança judaica na Alemanha, a prosperidade de ambas requerendo, de forma necessária, uma vasta centralização estatista; temos, hoje, um novo exemplo na Suíça alemã, onde grandes comerciantes, industriais e banqueiros, começam desde já a se mostrar claramente favoráveis a uma estreita união política com o vasto mercado alemão, isto é, com o império germânico, que tem, para os pequenos países que o cercam, a fascinação ou a voracidade da jibóia.

De resto, a idéia primeira da *união alfandegária* não emanou da Prússia, mas da Baviera e de Württemberg, que, desde 1820, firmaram uma união semelhante, mas a Prússia apoderou-se bem rápido da idéia e de sua aplicação.

Antes, a Alemanha possuía tantas alfândegas e regulamentos alfandegários diferentes uns dos outros quanto tinha de Estados. Esta situação era, de fato, intolerável e condenava a indústria e o comércio alemães ao marasmo. De modo que, ao assumir de forma poderosa o controle da união alfandegária da Alemanha, a Prússia dispensou-lhe um verdadeiro benefício. Desde 1836, sob a direção suprema da monarquia prussiana, faziam parte da união: as duas Hesse, a Baviera, o Württemberg, a Saxe, a Turíngia, os grão-ducados de Baden e de Nassau e a cidade livre de Frankfurt, no total, mais de 27 milhões de habitantes. Só permaneciam de fora Hanôver e os grão-ducados de Mecklemburgo e de Oldemburgo, as cidades livres de Hamburgo, Lübeck e Bremen e, enfim, todo o império da Áustria.

A exclusão do império da Áustria da união alfandegária alemã, porém, respondia, de forma precisa, ao interesse maior da Prússia, pois esta exclusão, de início apenas econômica, provocará, em seguida, sua exclusão política.

Em 1840 começa o *terceiro período* do liberalismo alemão. É muito difícil dar uma característica dele. Este período é bastante rico em tendências, escolas, ideais e conceitos, que se desenvolvem sob as formas mais diversas, mas é, também, pobre em acontecimentos. Está por inteiro repleto de espírito fantasioso e escritos incoerentes do rei Frederico Guilherme IV, que subiu ao trono de seu pai precisamente em 1840.

Com ele, a atitude da Prússia em relação à Rússia mudou por completo. Ao contrário de seu pai e de seu irmão, o atual imperador da Alemanha,

o novo rei detestava o imperador Nicolau. Mais tarde, pagou caro por isso e arrependeu-se amarga e abertamente, mas, no início de seu reinado, o diabo não o teria amedrontado. Semidouto, semipoeta, sofrendo de impotência fisiológica e, além do mais, alcoólatra, protetor e amigo dos românticos itinerantes e dos "pangermanizantes", foi, nos últimos anos de sua vida, a esperança dos patriotas alemães. Todo mundo esperava que ele outorgasse a Constituição.

Seu primeiro ato foi conceder uma anistia plena e total. Nicolau franziu as sobrancelhas; todavia, a Alemanha inteira aplaudiu, e as esperanças dos liberais aumentaram. Entretanto, ele não outorgou a Constituição; em compensação, pronunciou tantas asneiras políticas e românticas impregnadas do velho espírito tudesco que os próprios alemães nada compreendiam disso.

Ora, a coisa era simples. Vaidoso, ambicioso, inconsciente, atormentado, ao mesmo tempo incapaz de conter-se e agir, Frederico Guilherme IV era apenas um epicurista, um libertino, um romântico ou um déspota extravagante instalado no trono. Como homem incapaz de realizar o que quer que fosse, ele não hesitava diante de nada. Parecia-lhe que o poder real, a missão divina e mística na qual acreditava com sinceridade, dava-lhe o direito e a força de fazer absolutamente tudo o que lhe vinha ao espírito e, contra toda lógica e contra as leis da natureza e da sociedade, conseguir o impossível, conciliar até mesmo o inconciliável.

Assim, ele queria que reinasse na Prússia a mais completa liberdade, mas, ao mesmo tempo, que o poder real permanecesse absoluto e sua arbitrariedade sem limites. Neste espírito, começou por decretar Constituições provinciais e, em 1847, uma espécie de Constituição comum. Porém, nada de sério havia em tudo isso. A única coisa certa era que, por suas iniciativas incessantes, que se completavam e se contradiziam entre si, ele havia perturbado toda a ordem antiga e pôs, de fato, seus súditos num estado de grande agitação. Enfim, todos esperavam que algo acontecesse.

Este algo foi a Revolução de 1848. Todos a sentiam chegar, não só na França, na Itália, mas até na Alemanha; sim, na Alemanha, onde durante este terceiro período, de 1840 a 1848, o espírito sedicioso dos franceses tinha conseguido penetrar. Essas disposições de espírito não eram de modo algum incomodadas pelo hegelianismo, que, ao contrário, gostava de expri-

mir em francês, é evidente que com um torpor extraordinário e com sotaque alemão, suas deduções abstratamente revolucionárias. Nunca a Alemanha havia lido tantos livros franceses quanto durante este período. Ela parecia ter esquecido sua própria literatura. Em compensação, a literatura francesa, sobretudo os escritos revolucionários, penetravam em todos os lugares. A *História dos Girondinos*, de Lamartine, as obras de Louis Blanc e Michelet eram traduzidas para o alemão, ao mesmo tempo que todos os últimos romances franceses. E os alemães puseram-se a sonhar com heróis da Grande Revolução e a dividir os papéis para os tempos futuros: alguns se imaginavam um Danton, ou um amável Camille Desmoulins (*der liebenswürdige Camille Desmoulins*); outros, um Robespierre, um Saint-Just, ou, enfim, um Marat. Ninguém, ou quase ninguém, se contentava em ser ele mesmo, porque, para isso, é preciso ter uma verdadeira natureza. Ora, entre os alemães há de tudo, profundidade de pensamento, sentimentos elevados, mas não existe natureza e, se houver uma, ela é servil.

Muitos escritores alemães, a exemplo de Heine e de Boerne, já falecido nesse momento, vieram instalar-se em Paris. Os mais marcantes dentre eles eram o Dr. Arnold Ruge, o poeta Herwegh e K. Marx. A intenção deles era editarem juntos uma revista, mas se desentenderam. Os dois últimos já eram socialistas.

A Alemanha só começou a conhecer as doutrinas socialistas nos anos 40. O professor Stein, de Viena, foi, por assim dizer, o primeiro a consagrar-lhes uma obra. Na realidade, porém, o primeiro socialista ativo, ou, melhor, o primeiro comunista alemão foi o alfaiate Weitling, que chegou à Suíça no início de 1843, vindo de Paris, onde fazia parte da Sociedade secreta dos comunistas franceses. Ele fundou muitas associações comunistas entre os artesãos alemães, que trabalhavam na Suíça, mas, no final de 1848, foi entregue à Prússia pelo Sr. Bluntschli, então Presidente do Cantão de Zurique, hoje eminente jurista e professor de Direito na Alemanha.

Contudo, o principal propagador do socialismo na Alemanha, no início de modo clandestino e, logo a seguir, de forma pública, foi Karl Marx.

O Sr. Marx representou e continua a representar um papel muito importante no movimento socialista do proletariado alemão para que se possa passar ao lado desta personalidade extraordinária sem procurar descrevê-la em alguns traços verídicos.

O Sr. Marx é de origem judaica. Pode-se dizer que nele estão reunidas todas as qualidades e todos os defeitos desta raça capaz. Nervoso, dizem alguns, até à covardia, é ao extremo vaidoso e ambicioso, intrigante, intolerante e absoluto como Jeová, o Deus de seus ancestrais e, como ele, vingativo até à demência. Não há mentira ou calúnia que ele não seja capaz de inventar e disseminar contra aqueles que tiveram a infelicidade de suscitar sua inveja ou, o que dá no mesmo, sua animosidade. E não há intriga, por mais odiosa que seja, que possa detê-lo, se ele achar, na maior parte do tempo sem razão, que ela é de natureza a reforçar sua influência ou a ampliar seu poder. Sob este aspecto, ele é totalmente o homem político.

Estas são suas qualidades negativas. Porém, há muitas positivas. É muito inteligente e possui uma cultura extremamente vasta. Doutor em Filosofia, pode-se dizer que já foi, em Colônia, por volta de 1840, a alma e a figura central de círculos muito em voga de hegelianos progressistas, com os quais publicou uma revista de oposição que o governo não demorou a proibir. Faziam também parte deste meio os irmãos Bruno Bauer e Edgar Bauer, Max Stirner e, em seguida, em Berlim, o primeiro círculo de nihilistas alemães, que, por sua cínica lógica, deixavam muito para trás os obstinados nihilistas russos.

Em 1843 ou 1844, o Sr. Marx instalou-se em Paris. Foi lá que tomou os primeiros contatos com a Sociedade dos comunistas alemães e franceses, e com seu compatriota, o judeu alemão Moses Hess, que foi antes dele um economista erudito e um socialista, e teve, nessa época, uma enorme influência sobre a evolução científica do Sr. Marx.

É raro encontrar um homem que possua tantos conhecimentos e tão lido, tão inteligente, quanto o Sr. Marx. A Ciência Econômica era, desde esse tempo, o único objeto de suas ocupações. Estudou com um cuidado particular os economistas ingleses, superiores a todos os outros pelo caráter positivo de seus conhecimentos e pelo senso prático de seus espíritos formados pela análise dos fatos econômicos ingleses; superiores, de igual modo, pela vigorosa crítica e escrupulosa ousadia de suas deduções. Porém, a tudo isto o Sr. Marx ainda acrescentou dois novos elementos: a dialética mais abstrata, mais sutil — que tomou emprestado da escola hegeliana e levou, amiúde, até à malícia, à perversão —, e o ponto de partida do comunismo.

O Sr. Marx leu, é óbvio, todos os socialistas franceses, de Saint-Simon a Proudhon, inclusive; sabe-se que detesta Proudhon e, na crítica implacável que lhe fez, há, sem dúvida alguma, muita verdade: apesar de todos os seus esforços para se situar em terreno sólido, Proudhon permaneceu um idealista e um metafísico. Seu ponto de partida é a noção abstrata do direito; ele vai do direito ao fato econômico, enquanto o Sr. Marx, ao contrário dele, enunciou e demonstrou a incontestável verdade, confirmada por toda a História Antiga e Moderna da sociedade humana, das Nações e dos Estados, que o fato econômico precedeu e continua a preceder o direito político e jurídico. Um dos principais méritos científicos do Sr. Marx é o de ter enunciado e demonstrado esta verdade.

O fato mais extraordinário, porém, e o Sr. Marx jamais quis, evidentemente, admitir, é que, sob o aspecto político, ele é exatamente o discípulo de Louis Blanc. O Sr. Marx é, sem comparação, mais inteligente e mais sábio do que este pequeno revolucionário e homem de Estado infeliz; mas, como bom alemão, apesar de seu porte físico respeitável, esbarrou na doutrina do pequeno francês.

De resto, esta singularidade é fácil de explicar: o retórico francês, enquanto político burguês e admirador ardente de Robespierre, e o erudito alemão, em sua tríplice qualidade de hegeliano, judeu e alemão, são todos os dois ferozes estatistas e ambos pregam o comunismo autoritário, com a única diferença de que um, à guisa de argumentos, contenta-se em fazer retórica, e o outro, como convém a um alemão erudito e pesado, complica, o que equivale para os dois a um caro princípio nas sutilezas da dialética hegeliana, usando de todos os recursos de seus vastos conhecimentos.

Por volta de 1845, o Sr. Marx assumiu a liderança dos comunistas alemães e, em seguida, com o Sr. Engels, amigo certo e fiel, não menos inteligente do que ele, embora menos erudito, todavia, mais prático e não menos apto à calúnia, à mentira e à intriga política, fundou a Sociedade secreta dos comunistas alemães ou dos socialistas autoritários. Seu comitê central, do qual o Sr. Marx era, é claro, com o Sr. Engels, o líder, foi transferido, quando de sua expulsão de Paris, em 1846, para Bruxelas, onde permaneceu até 1848. De resto, até esse ano, sua propaganda, ainda que tenha penetrado um pouco na Alemanha, permanecia essencialmente oculta e, assim, não se fazia conhecida.

O vírus socialista, sem dúvida nenhuma, infiltrava-se na Alemanha por todos os tipos de canais. Ele manifestava seus efeitos inclusive nos movimentos religiosos. Quem não ouviu falar desta doutrina religiosa efêmera que se viu surgir em 1844, sob o nome de "neocatolicismo", e que desapareceu em 1848 (hoje, sob o vocábulo, "velho catolicismo", uma nova heresia nasceu, na Alemanha, contra a Igreja Romana).

O neocatolicismo formou-se da seguinte maneira: na França, hoje, assim como na Alemanha em 1844, o clero havia imaginado despertar o fanatismo da população católica organizando uma imensa procissão em louvor a Cristo, cujo sudário era pretensamente conservado em Trêves. Durante esta festa, de todos os cantos da Europa, perto de um milhão de peregrinos se reuniram, carregaram solenemente o santo sudário cantando: "Santo sudário, roga a Deus por nós!" Isso provocou um escândalo enorme na Alemanha e permitiu aos radicais alemães denunciar esta farsa. Em 1848, tivemos a oportunidade de ver em Breslau a cervejaria onde, logo após esta procissão, reuniram-se alguns radicais silesianos, entre outros, o bem conhecido conde Reichenbach e seus colegas de universidade, o professor Stein e o ex-padre católico Johann Ronge. Sob seu ditado, este último escreveu uma carta aberta, eloqüente protesto, ao bispo de Trêves, que ele apelidou de o Tetzels² do século XIX. Assim nasceu a heresia do neocatolicismo.

Ela se disseminou rápido por toda a Alemanha, mesmo no Grão-Ducado de Poznan e, sob o pretexto de retomar os ágapes dos velhos cristãos, pregava-se abertamente o comunismo. O governo estava perplexo e não sabia o que fazer, visto que esta propaganda tinha um caráter religioso e que, na própria população protestante, se tinham criado *comunidades livres*, que também manifestavam, ainda que de forma tímida, uma tendência política e socialista.

Em 1847, a crise industrial, que condenava à fome e à morte dezenas de milhares de tecelões, excitou ainda mais o interesse da Alemanha pelas questões sociais. Heine, o poeta camaleão, escreveu nessa ocasião um belíssimo poema: *O Tecelão*, que predizia a revolução social, iminente e implacável.

Com efeito, todo mundo na Alemanha esperava, se não a revolução social, pelo menos uma revolução política, da qual se esperava a ressurreição e a renovação da grande pátria alemã; nessa expectativa geral, nesse

coro de esperanças e desejos, a principal nota era patriótica e estatista. Os alemães sentiam-se ofendidos pelo fato de os ingleses e franceses, ainda que falando deles como de um povo inteligente e culto, pudessem, com um espanto que roçava a ironia, negar-lhes qualquer aptidão prática e qualquer senso da realidade. Assim também, todos os desejos, todas as aspirações tendiam para um único objetivo: *criar*, sob qualquer forma que fosse, republicana ou monárquica, um *poderoso Estado germânico unificado*, desde que esse Estado fosse bastante forte para provocar a surpresa e o temor em todos os povos vizinhos.

Em 1848, simultaneamente com a revolução geral na Europa, começou, para a Alemanha, o quarto período: a crise final do liberalismo, crise que terminou pela completa falência deste último.

Desde a triste vitória conquistada, em 1525, pelas forças conjugadas do feudalismo (que, desde essa época, chegava de forma visível a seu fim), e dos Estados modernos que apenas começavam a se formar na Alemanha, sobre a grande revolta dos camponeses, vitória que iria condenar toda a Alemanha a uma longa servidão sob o jugo burocrático-estatal, nunca nesse país tinham-se acumulado tantas matérias inflamáveis e fatores revolucionários quanto às vésperas de 1848. O descontentamento, a espera e o desejo de uma mudança revolucionária tinham tomado, exceto nas altas esferas burocráticas e na nobreza, um caráter geral; o que não se havia produzido na Alemanha, nem após a queda de Napoleão, nem nos anos 20 e 30, produzia-se agora: na própria burguesia contava-se, não às dezenas, mas às centenas, os homens que se proclamavam revolucionários e que possuíam boas razões para tomar este nome, pois, não se contentando com literatura ostentatória, mas estéril, e com inúteis dissertações de retórica, estavam prontos, de fato, a dar suas vidas por suas convicções.

Conhecemos muitos homens desse gênero. É verdade, eles não pertenciam às classes afortunadas ou à burguesia letrada ou científica. Entre eles, havia pouquíssimos advogados, menos ainda médicos; ao contrário, e o observaremos, quase não havia estudantes, exceto os da Universidade de Viena, que, em 1848 e 1849, manifestavam uma tendência revolucionária bastante clara, sem dúvida porque, sob o aspecto da ciência, ela era bem inferior às universidades alemãs (não falamos da Universidade de Praga, visto que se trata de uma universidade eslava).

A imensa maioria da juventude universitária alemã tinha, desde essa época, tomado o partido da reação, não da reação feudal, com certeza, mas liberal e conservadora; ela era a defensora, a qualquer preço, da ordem estatal. Pode-se imaginar o que se tornou hoje.

O Partido Radical estava dividido em duas tendências, ambas formadas sob a influência das idéias revolucionárias francesas. Havia entre elas, porém, uma grande diferença. A primeira compreendia homens que representavam a nata da jovem geração intelectual da Alemanha: doutores das diferentes faculdades, médicos, advogados, assim como numerosos funcionários, escritores, jornalistas, oradores; todos, é evidente, profundos políticos, esperavam, com impaciência, a revolução, que, em seu espírito, devia abrir uma vasta carreira a seus talentos. Assim que ela eclodiu, esses homens assumiram a liderança do Partido Radical e, após muitas evoluções científicas, que acabaram em pura perda e paralisaram os últimos resquícios de energia que havia nele, soçobraram na mediocridade.

Todavia, existia, emanada da pequena burguesia, uma outra categoria de homens, menos brilhantes e menos vaidosos, porém mais sinceros e, portanto, infinitamente mais sérios. Entre eles, muitos professores e empregados pobres de estabelecimentos industriais e comerciais. Havia também advogados, médicos, professores, jornalistas, livreiros e até mesmo funcionários, mas em pequeno número. Esses homens eram, com efeito, santos e verdadeiros revolucionários, por sua dedicação sem limite e sua determinação a se sacrificarem até o fim, e sem palavras ocas, à causa revolucionária. Não há nenhuma dúvida de que, se eles tivessem tido outros guias, e se a sociedade alemã em geral tivesse estado apta e disposta a fazer a revolução, teriam prestado grandes serviços.

Contudo, esses homens eram revolucionários prontos a servir com lealdade a revolução, sem se dar muito bem conta do que é uma revolução e do que se deve dela exigir. Eles não tinham e não podiam ter vontade, pensamento, instinto coletivos. Eram revolucionários individualistas sem nenhum terreno sob seus pés e, não encontrando entre eles uma idéia diretora, deviam entregar-se de modo cego à direção de sua velha e sábia confraria, nas mãos da qual se tornavam instrumentos utilizáveis para enganar, consciente ou inconscientemente, as massas populares. De forma instintiva, eles desejavam a emancipação universal, a igual-

dade, o bem-estar para todos, e os forçavam a trabalhar para o triunfo do Estado pangermânico.

Nessa época, assim como hoje, existia na Alemanha um elemento revolucionário ainda mais sério: o proletariado das cidades, o qual provou, em 1848, em Berlim, Viena e Frankfurt, e, em 1849, em Dresden, no reino de Hanôver e no grão-ducado de Baden, que ele é capaz de se revoltar de fato e que está pronto a fazê-lo, tão logo se sinta dirigido de modo, ainda que pouco, inteligente e honesto. Em Berlim, encontrou-se um elemento que até agora só tinha sido observado em Paris: a criança da rua, o garoto, revolucionário e herói.

Nesse tempo, na Alemanha, o proletariado das cidades, pelo menos em sua grande maioria, ainda não estava, por assim dizer, influenciado pela propaganda de Marx, e permanecia fora das organizações do Partido Comunista que este último havia fundado. Estas organizações estavam sobretudo disseminadas nas cidades industriais do Reno prussiano, em especial em Colônia. O partido também possuía ramificações em Berlim, Breslau e, no final, em Viena, mas elas eram muito fracas. É desnecessário dizer que o proletariado alemão, assim como o proletariado dos outros países, trazia em si, em germe, como uma necessidade instintiva, todas as aspirações socialistas que as massas populares haviam mais ou menos manifestado em todas as revoluções passadas, fossem elas políticas ou até mesmo religiosas. A diferença, porém, é enorme entre esta necessidade instintiva e a vontade deliberada, claramente expressa de revolução ou de transformação social. Esta vontade não existia na Alemanha em 1848, nem em 1849, ainda que o célebre *Manifesto dos comunistas alemães*, concebido e redigido pelos Srs. Marx e Engels, tivesse sido publicado desde março de 1848. Este manifesto passou quase despercebido pelo povo alemão. O proletariado revolucionário de todas as cidades da Alemanha estava sob a influência direta dos radicais ou da extrema *democracia*, o que dava a esta última uma força considerável; mas, desorientada pelo programa patriótico-burguês, tanto quanto pela falência completa de seus dirigentes, a democracia burguesa enganou o povo.

Enfim, havia ainda na Alemanha um elemento que, em nossos dias, não existe mais: o campesinato revolucionário, ou, pelo menos, apto a se tornar. Nessa época, encontravam-se na maior parte da Alemanha reminis-

cências da servidão, como ainda hoje se encontra nos dois grão-ducados de Meklemburgo. Na Áustria, a servidão reinava em todos os lugares. Sem dúvida alguma, o campesinato alemão era capaz de revoltar-se e estava pronto a fazê-lo. Como em 1830, no Palatinado bávaro, assim como em 1848, em quase toda a Alemanha, logo que foi conhecida a proclamação da República Francesa, os camponeses agitaram-se e participaram, no início, de modo mais vivo, mais ardente e mais ativo, das primeiras eleições de deputados nos numerosos parlamentos revolucionários. Nessa época, os mujiques alemães ainda acreditavam que os parlamentos tinham o poder e a vontade de fazer alguma coisa por eles e enviaram, para neles representá-los, os políticos mais resolutos, mais vermelhos — na medida em que um político alemão possa ser vermelho e resoluto. Tendo percebido muito rápido que nada de bom tinham a esperar dos parlamentos, os mujiques alemães desencorajaram-se; mas, de início, estavam prontos a tudo, até mesmo a sublevar-se em massa.

Em 1848, assim como em 1830, liberais e radicais alemães temiam acima de tudo esta sublevação; os socialistas da escola de Marx também não a vêem com bons olhos. Todo mundo sabe que Ferdinand Lassalle era, por sua própria confissão, um discípulo deste chefe supremo do Partido Comunista Alemão, o que, todavia, não impediu o mestre, quando da morte de Lassalle, de exprimir seu ressentimento, onde se sentia o ciúme e a inveja contra o muito brilhante discípulo, que, na ordem prática, deixava o mestre muito atrás dele; todo mundo sabe, dizemos, que muitas vezes Lassalle exprimiu a idéia segundo a qual a derrota, no século XVI, da insurreição dos camponeses, e a consolidação, tanto quanto o florescimento do Estado burocrático que se seguiu na Alemanha, foi um verdadeiro triunfo para a revolução.

Com efeito, para os comunistas ou para os social-democratas alemães, o campesinato, qualquer que seja ele, é a reação; e o Estado, pouco importa qual seja, mesmo o Estado bismarckiano, é a revolução. Que eles não digam que nós os caluniamos. A prova de que eles pensam desta maneira é fornecida por seus discursos, brochuras, artigos de revistas e, enfim, por sua correspondência; tudo isso será, por sinal, colocado, em tempo oportuno, sob os olhos do público russo. De resto, os marxistas não podem conceber as coisas de outra forma; estatistas acima de tudo, eles são, de

modo forçoso, levados a maldizer toda revolução popular, sobretudo a revolução camponesa, anárquica por natureza, e que conduz direto à abolição do Estado. Pangermanistas ávidos e insaciáveis, são obrigados a repudiar a revolução camponesa, nem que seja pelo fato de esta ser, em essência, eslava.

Neste ódio pela revolta camponesa, eles se põe de acordo do modo mais sensível e mais tocante com todos os meios e todos os partidos da sociedade burguesa alemã. Já vimos que, em 1830, bastou que os camponeses do Palatinado bávaro se sublevassem, armados de foices e ancinhos, contra os castelos e seus senhores, para que logo cessasse a febre revolucionária, que atacava as *Burschenschaften* da Alemanha meridional. Em 1848, o mesmo fato reproduziu-se e a reação muito clara dos radicais alemães, diante das tentativas de insurreição camponesa no início da Revolução de 1848, foi, por assim dizer, a principal causa do triste fim desta revolução.

Ela havia começado por uma sucessão inaudita de vitórias populares. Durante quase um mês, depois das jornadas de fevereiro em Paris, todas as instituições de Estado, todas as forças governamentais foram varridas do território alemão, quase sem esforço por parte do povo. Logo após o triunfo da Revolução em Paris, governantes e governos, na Alemanha, loucos de medo e desprezo por si mesmos, desmoronaram uns após os outros. Houve, a bem da verdade, algumas tentativas de resistência em Berlim e Viena, mas foram tão insignificantes que nem vale a pena falar delas.

Assim, a revolução venceu na Alemanha quase sem derramamento de sangue. As correntes caíram, as barreiras caíram por si mesmas. Os revolucionários alemães podiam tudo fazer. O que fizeram?

Dir-nos-ão que, tanto na Alemanha quanto em toda a Europa, a Revolução se revelou precária. Porém, em todos os outros países, ela foi vencida, depois de uma luta longa e encarniçada, pelas forças estrangeiras: na Itália, pelos soldados austríacos; na Hungria, pelas tropas reunidas da Áustria e da Rússia; na Alemanha, foi arruinada pelo próprio fracasso dos revolucionários.

Talvez nos digam que o mesmo ocorreu na França; em absoluto; lá as coisas aconteceram de forma bem diferente. Naquele momento apresentou-se um grave problema revolucionário que jogou, de saída, todos os políticos

burgueses, mesmo os revolucionários vermelhos, no campo da reação. Na França, pela segunda vez durante as memoráveis jornadas de junho, encontraram-se, face a face, como inimigos, a burguesia e o proletariado, entre os quais não há compromisso possível. Em 1834, em Lyon, encontraram-se dos dois lados da barricada, pela primeira vez.

Na Alemanha, como vimos antes, a questão social mal começava a penetrar por canais ocultos na consciência do proletariado, se bem que já se falava dela, porém mais como teoria e como uma questão mais francesa do que alemã. De resto, ela ainda não podia separar o proletariado alemão dos democratas, aos quais os operários estavam prontos a seguir sem discutir, desde que os democratas quisessem conduzi-los ao combate.

Contudo, justamente os chefes e os políticos do Partido Democrata Alemão não queriam batalhas na rua. Preferiam as batalhas sem efusão de sangue e sem perigo dos parlamentos, que o barão Islaguich, bom croata e um dos instrumentos da reação dos Habsburgos, havia apelidado de forma pitoresca de: "*estabelecimentos para exercícios de retórica*".

Existia um número incalculável de Dietas e Assembléias Constituintes na Alemanha. Considerava-se como a primeira dentre elas a Assembléia Nacional de Frankfurt, que devia preparar uma Constituição comum para toda a Alemanha. Composta de cerca de seiscentos deputados, representando a totalidade do território, eleitos de forma direta pelo povo, ela compreendia também deputados das províncias propriamente alemãs do império da Áustria; os eslavos da Boêmia e da Morávia tinham recusado enviar-lhe seus deputados, para grande contentamento dos patriotas alemães, que não podiam, e sobretudo não queriam, admitir que a Boêmia e a Morávia, pelo menos na medida em que ambas são povoadas de eslavos, fossem territórios alemães. Assim, reuniu-se em Frankfurt, de todos os confins da Alemanha, a nata do patriotismo e do liberalismo, do espírito e do mundo culto alemão. Todos os patriotas e revolucionários dos anos 20 e 30, que tinham tido a oportunidade de viver até essa época, todos os liberais de renome dos anos 40, encontraram-se nesse parlamento supremo de toda a Alemanha. E, de repente, para surpresa geral, percebeu-se, desde os primeiros dias, que pelo menos três quartos dos deputados, saídos diretamente do sufrágio universal, eram reacionários! E não só reacionários, mas infantis em política; muito sábios, mas de uma ingenuidade extrema.

Eles pensavam com muita seriedade que lhes bastaria tirar de suas doudas cabeças uma Constituição para toda a Alemanha, e proclamá-la em nome do povo, para que todos os governos alemães logo se submetessem a ela. Acreditavam nas promessas e nos juramentos dos príncipes alemães, como se eles não tivessem sentido sobre si mesmos e sobre seus colegas, durante mais de trinta anos, de 1815 a 1848, a impudente e sistemática perfídia desses soberanos. Os historiadores e os juristas, esses espíritos profundos, não compreendiam esta simples verdade, da qual teriam podido ler a explicação e a confirmação em cada página da História, a saber, que, para tornar inofensiva qualquer força política, reduzi-la à impotência, obrigá-la a submeter-se, só há um meio: destruí-la. Os filósofos não se davam conta de que contra o poder político não há outra garantia senão seu completo aniquilamento; que, em política, como na arena onde se defrontam forças e fatores antagônicos, as promessas e os juramentos nada significam, ainda que fosse pela simples razão de que toda força política, pelo tempo que permanece uma força real, deve, apesar e até mesmo contra a vontade das autoridades e dos soberanos que a governam, por sua própria natureza e por temor de arruinar a si mesma, por necessidade e a qualquer preço, esforçar-se para alcançar seus objetivos.

Em março de 1848, os governos alemães estavam desmoralizados, apavorados, mas estavam longe de ser aniquilados. A antiga organização estatista, burocrática, jurídica, financeira, política e militar permanecia intacta. Cedendo à pressão do momento, esses governos tinham relaxado um pouco as rédeas, mas a extremidade destas permanecia nas mãos dos príncipes. A imensa maioria dos funcionários, habituada a obedecer, de modo mecânico, à totalidade da polícia, do exército, era a eles devotada tanto ou mais do que antes, porque, no meio da tormenta, que colocava em perigo sua existência, só podia esperar sua salvação desses dirigentes. Enfim, apesar do triunfo geral da Revolução, a percepção e o pagamento dos impostos efetuavam-se de forma tão regular quanto antes.

É verdade que, no início da Revolução, algumas vezes isoladas pediam que, no território alemão, cessassem a cobrança dos impostos e, de maneira geral, as prestações em espécie e em dinheiro, enquanto não fosse proclamada uma nova Constituição. Porém, contra tal proposição, acolhida com muito ceticismo pelo povo, sobretudo no campo, tinha-se levantado,

ameaçador e unânime, um coro de censuras de toda a sociedade burguesa, não só dos liberais, mas até dos revolucionários e dos radicais mais vermelhos. Essas vozes isoladas pregavam sem rodeios a falência do Estado e a abolição de todas as instituições, isto no momento em que todo mundo se preocupava em criar um novo Estado ainda mais poderoso, o Estado pangermânico, uno e indivisível! Como? Abolir o Estado! Para a "multidão imbecil", teria sido a emancipação e a festa; mas para as pessoas decentes, para toda a burguesia, que só existe graças ao poder do Estado, teria sido uma infelicidade. E como não podia vir da Assembléia Nacional de Frankfurt e, com ela, de todos os radicais da Alemanha a idéia de destruir o poder do Estado, concentrado nas mãos dos príncipes; como, por outro lado, eles não sabiam e sobretudo não queriam organizar uma força popular incompatível com a do Estado, só lhes restava o consolo de crer no caráter sagrado das promessas e dos juramentos desses príncipes.

Àqueles que falam sem parar da missão que incumbe à ciência e aos doutos, de organizar e governar os Estados, seria bom lembrar um pouco mais amiúde o destino tragicômico da infeliz Dieta de Frankfurt. Se uma assembléia política mereceu o qualificativo de douta, foi exatamente este parlamento pangermânico, onde tomavam assento os mais ilustres professores das universidades e faculdades alemãs, professores de Direito, Economia Política e História, sobretudo.

De saída, como mencionamos mais acima, esta Assembléia revelou-se, em sua maioria, horrivelmente reacionária, a tal ponto que, quando Radowitz, o amigo, o correspondente permanente e fiel servidor do rei Frederico Guilherme IV, que, antes, representava a Prússia junto à confederação germânica e que, em maio de 1848, tinha sido eleito deputado na Assembléia Nacional — quando Radowitz propôs a essa Assembléia manifestar de forma solene sua simpatia às tropas austríacas (esse exército *alemão*, composto em boa parte de magiares e croatas, e enviado pelo Gabinete de Viena contra os italianos insurretos), a maioria da Assembléia, inflamada pelo discurso patriótico desse deputado, levantou-se para aclamar os austríacos. Por isso mesmo, ela proclamava, com toda a pompa possível, em nome de toda a Alemanha, que o principal, e, pode-se até mesmo dizer, o único objetivo da Revolução alemã, não era de modo algum a conquista da liberdade para os povos alemães, mas o erguimento

de uma imensa e nova prisão patriótica, sob o nome de *império pangermânico*, uno e indivisível.

A Assembléia manifestou a mesma brutal injustiça em relação aos poloneses do grão-ducado de Poznan e, de modo geral, em relação a todos os eslavos. Todos estes povos, que odeiam os alemães, deviam ser absorvidos pelo império pangermânico. O poder e a grandeza da pátria alemã o exigiam.

A primeira questão interna que a sábia e patriótica Assembléia teve de resolver foi a seguinte: os Estados pangermânicos devem formar uma república ou uma monarquia? É evidente que a questão foi resolvida em favor da monarquia. Não há razão, entretanto, para censurar os senhores professores, deputados e legisladores por isso. Como bons alemães que são e além do mais como doutos, isto é, como lacaios enfeudados e conscientes, esforçaram-se, é evidente, de todo coração, para conservar seus caros soberanos. Porém, mesmo que eles não o tivessem desejado, teriam sido obrigados a resolver a questão nesse sentido, porque, exceto algumas centenas de revolucionários sinceros, dos quais falamos mais acima, a burguesia alemã assim o desejava.

Como prova, citaremos as palavras do venerável patriarca do Partido Democrata, hoje o social-democrata, o patriota de Koenigsberg, o Dr. Johann Jacoby. No discurso que pronunciou em 1858, diante dos eleitores de Koenigsberg, ele declarou o seguinte:

"Hoje, senhores, digo do fundo de minha absoluta convicção, em todo o nosso país, em todo o Partido Democrata, hoje, não há sequer um único homem que, eu não digo que queira uma outra forma de governo que não seja a monarquia, mas que tão-só a imagine". E, mais à frente, ele acrescentava: "Se alguma vez uma época nos ensinou até que profundezas o elemento monárquico lançou raízes no coração do povo, esta época foi o ano de 1848".

A segunda questão era: o que deve ser o império germânico? Um Estado centralizado ou um Estado federativo? O primeiro teria sido lógico e infinitamente mais conforme ao objetivo: um poderoso Estado germânico, uno e indivisível. Para realizá-lo, porém, teria sido necessário afastar do poder, abolir seus tronos e expulsar da Alemanha todos os príncipes, à exceção de um único, isto é, desencadear e conduzir até o fim um grande

número de revoltas locais. Isto teria sido contrário ao civismo alemão; assim, a questão foi decidida a favor da monarquia federativa, segundo o velho ideal, a saber: um grande número de pequenos e médios monarcas e outro tanto de Dietas, tudo isso encabeçado por um imperador e um parlamento comuns a toda a Alemanha.

Todavia, quem seria o imperador? Esta era a questão capital. Estava claro que para estas funções só se podia nomear o imperador da Áustria ou o rei da Prússia. Nem a Áustria nem a Prússia teriam tolerado outro.

Na Assembléa, a preferência era pelo imperador da Áustria, e isto por várias razões; em primeiro lugar, todos os alemães não prussianos detestavam e continuavam a detestar a Prússia, como na Itália se detesta o Piemonte. Quanto ao rei Frederico Guilherme IV, por sua conduta desregrada e extravagante, antes e depois da Revolução, havia perdido todas as simpatias com que o haviam acolhido quando subiu ao trono. Além disso, toda a Alemanha do Sul, pela natureza de sua população, em grande parte católica, por suas tradições históricas e seus costumes, pedia claramente em favor da Áustria.

Ora, a escolha do imperador da Áustria era, entretanto, impossível, porque o império austríaco, estremecido por movimentos revolucionários na Itália, na Hungria, na Boêmia e, enfim, em Viena mesmo, estava à beira do abismo, enquanto a Prússia estava militarizada e pronta para o combate, a despeito da agitação de rua em Berlim, Koenigsberg, Poznan, Breslau e Colônia.

Os alemães desejavam um império poderoso, unificado, muito mais ardentemente do que a liberdade. Era evidente a todos que apenas a Prússia poderia dar à Alemanha um imperador sério. Assim, se os senhores professores, que formavam quase a maioria no parlamento de Frankfurt, tivessem tido uma parcela de espírito crítico ou um pouquinho de energia, deveriam ter, sem tergiversar, sem adiar, ainda que a contragosto, proposto a coroa imperial ao rei da Prússia.

No início da Revolução, Frederico Guilherme IV teria sem dúvida aceito. A insurreição de Berlim, a vitória do povo sobre o exército atingiram-no no coração; ele se sentia humilhado e procurava um meio qualquer para salvar, para reparar sua honra de rei. Por falta de outro meio agarrava-se à coroa imperial. Desde 21 de março, três dias após sua derrota

em Berlim, publicou um manifesto à nação alemã no qual declarava que, em nome da salvação da Alemanha, posicionava-se à frente da pátria comum a todos os alemães. Depois de ter escrito este manifesto de seu próprio punho, montou a cavalo e, acompanhado por uma escolta militar, bandeira pangermânica tricolor na mão, percorreu, de forma solene, as ruas de Berlim.

O parlamento de Frankfurt, porém, não compreendeu ou não quis compreender esta alusão, à qual faltava fineza e, ao invés de proclamar imperador, pura e simplesmente, o rei da Prússia, recorreu, a exemplo dos indivíduos de curta visão e indecisos, a uma solução média, que, sem nada resolver, era uma afronta ao rei. Os senhores professores julgaram que, antes de designar o imperador, deviam elaborar uma Constituição para toda a Alemanha e, de início, definir "*os direitos fundamentais do povo alemão*".

Empregou-se mais de um semestre, por parte dos doutos legisladores, para definir esses direitos em termos jurídicos. Quanto às questões práticas, confiaram-nas ao governo provisório formado por eles, composto de um chefe de Estado sem poderes e de um ministério responsável. Enfim, elegeram chefe do Estado, não o rei da Prússia, mas, para mortificar este último, o arquiduque da Áustria.

Uma vez eleito o arquiduque, o parlamento de Frankfurt exigiu que todas as tropas alemãs prestassem-lhe juramento. Só obedeceram algumas tropas dependentes de príncipes de segunda ordem; quanto àquelas da Prússia, de Hanôver, e até mesmo da Áustria, elas se recusaram, de modo categórico, a isso. Desta forma, ficou claro para todo mundo que a força, a influência, a autoridade da Assembléia de Frankfurt era igual a zero e que o destino da Alemanha seria fixado, não em Frankfurt, mas em Berlim ou em Viena, sobretudo na primeira destas duas capitais, pois a segunda estava absorvida por seus próprios assuntos — de resto, exclusivamente austríacos, e não possuindo nenhuma relação, mesmo longínqua, com os assuntos alemães — para ter tempo de se ocupar com os da Alemanha.

O que fez nesse ínterim o Partido Radical dito revolucionário? A maioria de seus filiados prussianos era membro do parlamento de Frankfurt, onde constituíam a minoria. As outras faziam parte dos parlamentos locais e também se encontravam paralisadas, em primeiro lugar, porque a influên-

cia destes parlamentares sobre a condução dos assuntos da Alemanha era, tendo em vista sua pouca importância, ínfima e, em segundo, porque, mesmo em Berlim, Viena e Frankfurt, a atividade parlamentar era ridícula e reduzia-se a simples verbalismo.

A Assembléia Constituinte prussiana, instalada em 22 de maio de 1848, em Berlim, e que compreendia a quase totalidade da nata do radicalismo, demonstrou-o com clareza. Os discursos mais inflamados, mais eloqüentes, e até mesmo mais revolucionários, foram lá pronunciados, mas não foram acompanhados por nenhum ato. Desde suas primeiras sessões, ela rejeitou o Projeto de Constituição apresentado pelo governo e, a exemplo da Assembléia de Frankfurt, consagrou vários meses ao exame deste projeto, com os radicais multiplicando, cada um mais do que os outros, diante do povo perplexo, as declarações revolucionárias.

Toda a incapacidade revolucionária, para não dizer a insondável asneira dos democratas e dos revolucionários alemães, apareceu às claras. Os radicais prussianos jogaram-se a fundo no jogo parlamentar e desinteressaram-se por todo o resto. Acreditavam com seriedade na virtude das decisões parlamentares e os mais inteligentes dentre eles pensavam que as vitórias que conquistavam no parlamento decidiam a sorte da Prússia e da Alemanha.

Eles se haviam fixado uma tarefa impossível: conciliar o governo democrático e a igualdade dos direitos com as instituições monárquicas. Como prova, citaremos o discurso pronunciado em junho de 1848, por um dos principais líderes deste partido, o Dr. Johann Jacoby, diante de seus eleitores berlinenses, discurso que reflete muito bem todo o programa democrata:

"A idéia republicana é a mais elevada e a mais pura expressão da soberania e da igualdade de direitos dos cidadãos. Porém, saber se se pode implantar as formas republicanas de governo, partindo dos fatores criados pela situação em certo momento e em um dado país, é outra questão. Só a vontade geral, unânime, dos cidadãos pode decidir. Insensato o comportamento daquele que ousasse assumir a responsabilidade desta decisão. Insensato todo indivíduo — e o partido seria até mesmo criminoso — que acreditasse dever impor ao povo esta forma de governo. Não só hoje, mas em março, na Assembléia Constituinte de Frankfurt, dirigi o mesmo

discurso aos deputados do grão-ducado de Baden e me esforcei para desviá-los, infelizmente em vão, da insurreição republicana. Em toda a Alemanha, à exceção do grão-ducado de Baden, a Revolução estancou livremente diante dos tronos titubeantes; prova é que o povo alemão, ainda que desejando colocar um limite ao poder soberano de seus príncipes, não está em absoluto disposto a aboli-lo. Devemos nos submeter à vontade geral e, portanto, a *forma monárquico-constitucional de governo* é o único fundamento sobre o qual temos a obrigação de construir o novo edifício político".

Assim, reorganizar a monarquia sobre bases democráticas, esta era a árdua tarefa, e mesmo impossível, à qual se tinham proposto os radicais e os democratas vermelhos — espíritos profundos, todavia muito pouco revolucionários — da Constituinte prussiana; e quanto mais se obrigavam a esta tarefa, inventando novas correntes constitucionais, que tentavam utilizar, contra a vontade popular e contra a arbitrariedade real de seu soberano bem amado, semidemente, mais se afastavam do verdadeiro problema.

Por maior que fosse sua miopia, na ordem prática, ela não podia impedi-los de ver que a monarquia, vencida nas jornadas de março, mas de forma alguma aniquilada, conspirava com toda evidência, e reunia em torno dela todos os antigos meios reacionários, aristocráticos, militares, policiais e burocráticos, esperando apenas uma ocasião favorável para expulsar os democratas e tomar o poder, absoluto como antes. O discurso do Dr. Jacoby mostrou que os radicais prussianos percebiam perfeitamente isso. "Não nos enganemos", dizia ele, "o absolutismo e os *Junker* não desapareceram nem mudaram; apenas se dão ao trabalho de se manterem quietos. Seria preciso ser cego para não ver a que tende a reação..."

Assim, pois, os radicais prussianos viam com bastante clareza o perigo que os ameaçava. O que fizeram para evitá-lo? A reação feudal-monarquista não era uma doutrina, mas uma força, uma força considerável que possuía atrás de si todo o exército, que ardia de impaciência para lavar a honra de sua derrota de março no sangue do povo, e restabelecer a autoridade real, maculada e ultrajada; restabelecer também o conjunto da administração burocrática, o organismo do Estado por inteiro, o qual tinha à sua disposição meios financeiros. É possível que os radicais tivessem acreditado que

poderiam jugular essa força ameaçadora por meio de novas leis e de uma Constituição, isto é, com armas de papel?

Sim, eles teriam tido tanta experiência e sabedoria para nutrir tais esperanças! Caso contrário, como explicar que, ao invés de tomar um certo número de medidas práticas e eficazes contra o perigo suspenso acima de suas cabeças, tivessem passado meses a fio a debater a nova Constituição e as leis que deveriam submeter toda a potência e todo o poder de Estado ao parlamento? Acreditavam de tal forma na eficiência de seus debates parlamentares e de seus atos legislativos, que negligenciaram o único meio que possuíam de obstaculizar as forças reacionárias do Estado: a força revolucionária do povo, organizada de antemão.

A facilidade inaudita com que as insurreições populares triunfaram sobre o exército em quase todas as capitais européias, no início da Revolução de 1848, foi nefasta para os revolucionários, tanto na Alemanha quanto em todos os outros países, pois ela lhes deu a convicção insensata de que bastaria a mínima demonstração popular para quebrar toda a resistência militar. Esta convicção fez com que os democratas e revolucionários prussianos e, em geral, alemães, acreditando que sempre poderiam intimidar o governo por um movimento popular, se este se revelasse necessário, não viram a necessidade de organizar nem de orientar, sem falar em multiplicá-las, as paixões e as forças revolucionárias do povo.

Ao contrário, como convém a bons burgueses, os mais revolucionários dentre eles temiam essas paixões e forças, e contra elas estavam sempre prontos a tomar o partido da ordem estatista e burguesa; em geral, pensavam que, quanto menos recorressem a esta arma perigosa, que é a revolta popular, melhor seria.

Assim, os revolucionários oficiais da Alemanha e da Prússia negligenciaram o único meio de que dispunham para arrebatá-la uma vitória completa e definitiva sobre a reação, que levantava a cabeça. Não só não acreditaram dever organizar a revolução popular, mas ainda se esforçaram por toda parte para moderá-la e acalmá-la; por isso mesmo destruíram a única arma séria que possuíam.

As jornadas de Junho, a vitória de Cavaignac, ditador militar e general republicano, sobre o proletariado parisiense, deveriam ter aberto os olhos dos democratas alemães. A catástrofe de junho foi, não só uma infelicidade

para os operários parisienses, mas a primeira derrota radical da Revolução, na Europa. Os reacionários de todos os países compreenderam mais rápido e melhor do que os revolucionários, e sobretudo do que os revolucionários alemães, o trágico sentido das jornadas de Junho e todo o partido que tirariam disso.

Era preciso ver a alegria que as primeiras notícias destes acontecimentos provocaram em todos os meios reacionários; para eles, elas anunciavam a salvação, e, como tal, foram acolhidas. Guiados por um instinto exato, viam na vitória de Cavaignac, não apenas o triunfo da Reação francesa sobre a Revolução, mas também o da Reação universal sobre a Revolução internacional. Os homens de guerra, os Estados-maiores de todos os países saudaram-na como uma desforra da honra militar. Sabe-se que os oficiais prussianos, austríacos, saxões, hanoverianos, bávaros e outros oficiais alemães enviaram de imediato ao general Cavaignac, chefe provisório da República Francesa, uma mensagem de congratulação, é claro que com a permissão de seus superiores e a aprovação de seus soberanos.

A vitória de Cavaignac teve, com efeito, um imenso alcance histórico. Com ela, começou uma nova época para a reação em sua luta internacional contra a Revolução. A insurreição dos operários parisienses, que durou quatro dias, de 23 a 26 de junho, ultrapassou por sua energia selvagem e ferocidade todas as insurreições populares que Paris tinha testemunhado em todas as épocas. Esta insurreição marcou o início da revolução social da qual foi o primeiro ato, o último foi a Comuna de Paris, cuja resistência foi ainda mais feroz.

Nesses combates de junho, encontraram-se pela primeira vez, frente a frente, sem máscara, a força selvagem do povo (este não mais lutando pelos outros, mas por si mesmo, sem que ninguém o dirigisse, em pé por seu próprio movimento pela defesa de seus interesses mais sagrados) e a selvageria dos militares, que não tinham nenhuma consideração de respeito pelos princípios de Civilização e Humanidade, pelas relações sociais ou pelo direito civil e que, na exasperação de uma batalha atroz, incendiavam, fuzilavam e massacravam todos em sua passagem.

Em todas as revoluções precedentes, lutando contra o povo, encontrando diante dela, não só as massas populares, mas também à sua frente cidadãos honrados, a juventude das universidades e das grandes escolas e,

enfim, a Guarda Nacional, composta na maior parte de burgueses, o exército era rápido desmoralizado, e, sem esperar ser vencida, abandonava o combate e batia em retirada ou fraternizava com o povo. Em plena batalha, as forças adversas respeitavam as convenções existentes entre elas e impediam as paixões mais furiosas de ultrapassar certos limites, como se, de comum acordo, os dois campos combatessem com armas carregadas com balas de festim. Nem do lado do povo, nem do lado do exército, não acudia ao espírito de ninguém que se pudesse impunemente arrasar as casas, destruir as ruas ou massacrar dezenas de milhares de pessoas desarmadas. O Partido Conservador tinha costume de repetir a mesma antífona cada vez que, preconizando uma medida reacionária, queria adormecer a desconfiança do partido adverso: "O governo que, para arrebatrar uma vitória sobre o povo, tivesse a idéia de bombardear Paris, logo se tornaria impossível".³³

Esses limites no emprego da força militar constituíam uma imensa vantagem para a Revolução e explicam por que o povo, na maior parte do tempo, saía vencedor. Foi a essas vitórias obtidas sem dificuldade pelo povo que o general Cavaignac quis pôr fim.

Quando lhe perguntaram por que razões ele havia lançado um ataque maciço, que devia de modo forçoso custar a vida a um grande número de insurretos, respondeu: "Eu não queria que a bandeira militar fosse desonrada uma segunda vez por uma vitória popular". Guiado por esta concepção puramente militar, entretanto, francamente antipopular, ele teve, por primeiro, a audácia de empregar os canhões para destruir casas e ruas que os insurretos ocupavam. Enfim, no segundo, no terceiro e no quarto dia, que se seguiram à sua vitória, tolerou — a despeito de seus comoventes apelos aos irmãos desgarrados, aos quais ele dizia abrir os braços — que a tropa, de comum acordo com a Guarda Nacional enlouquecida, massacrasse e fuzilasse sem julgamento uma dezena de milhares de insurretos, dentre os quais, é evidente, muitos inocentes.

Tudo isso foi realizado com duplo objetivo: lavar no sangue dos insurretos a honra militar(!) e ao mesmo tempo tirar do proletariado a vontade de entregar-se a movimentos revolucionários, inspirando-lhe o respeito devido à superioridade do exército, à sua força e ao temor de uma repressão impiedosa.

Cavaignac não conseguiu alcançar esse último objetivo. Vimos que a lição de Junho não impediu o proletariado da Comuna de Paris de levantar-se, por sua vez, e esperamos que mesmo a nova lição, incomparavelmente mais cruel ainda, infligida à Comuna, não parará nem freará a revolução social; que, ao contrário, ela decuplicará a energia e o ardor de seus adeptos e, por isso mesmo, acelerará o dia de seu triunfo.

Porém, se Cavaignac não conseguiu assassinar a revolução social, alcançou um outro objetivo: deu o golpe de misericórdia no liberalismo e no revolucionarismo burguês, desferiu um golpe mortal na república e, sobre as ruínas desta, fundou a ditadura militar.

Tendo retirado da força armada as viseiras impostas pela civilização burguesa, tendo lhe restituído por inteiro sua selvageria natural assim como o direito, sem se deter diante do que quer que seja, de dar livre curso a esta selvageria implacável e desumana, tornou doravante impossível toda resistência da burguesia. Desde que a repressão impiedosa e a destruição generalizada tornaram-se a palavra de ordem da ação militar, a Revolução burguesa, desusada, clássica, inocente, por meio de barricadas nas ruas, tem o efeito de um brinquedo de criança. Para combater com êxito a força armada, que, não respeitando mais nada, está hoje pronta a utilizar as armas mais terríveis para aniquilar, não só residências e ruas, mas cidades inteiras, com suas populações, para enfrentar esta força selvagem é preciso opor-lhe outra força não menos selvagem, porém, mais justa: a insurreição organizada do povo, a revolução social, que, assim como a reação militar, nada poupará e não parará diante de ninguém.

Cavaignac, que prestou esse precioso serviço à reação francesa e, de modo geral, à reação internacional, era, contudo, um sincero republicano. Não é significativo que a um republicano tenha sido reservada a responsabilidade de lançar os primeiros fundamentos da ditadura militar na Europa? Ser o precursor de Napoleão III e do imperador da Alemanha, assim como tinha sido reservado a outro republicano, Robespierre, ilustre precursor de Cavaignac, o cuidado de fazer a cama desse despotismo estatista que Napoleão I devia, em seguida, personificar? Isso não prova que a disciplina militar, que tudo engole, tudo subjuga e constitui o ideal do império pangermânico, é, de forma necessária, a última palavra do Estado burguês centralizado, da República e, de modo geral, da civilização burguesa?

De qualquer forma, oficiais, aristocratas, burocratas, governantes e príncipes alemães sentiram, de imediato, uma profunda simpatia por Cavaignac; encorajados por seus êxitos, reergueram de modo ostensivo a cabeça e, a partir desse momento, prepararam-se para encetar novos combates.

Enquanto isso, o que os democratas alemães faziam? Compreendiam eles que um perigo os ameaçava e que, para conjurá-lo, só tinham, em suma, dois meios: excitar a paixão revolucionária do povo e organizar a força popular? Não, eles não compreendiam isto. Pareciam, ao contrário, resolvidos a envolver-se ainda mais nas discussões parlamentares e, virando as costas ao povo, entregavam-no à influência de todos os tipos de agentes da reação.

Assim, deve-se ficar surpreso pelo fato de o povo ter perdido por completo seu ardor, ter perdido toda confiança nos democratas e em sua causa, a tal ponto que, em novembro, quando o rei da Prússia conduziu sua guarda a Berlim, nomeou como primeiro-ministro o general Brandenburgo, com a evidente intenção de ressaltar o triunfo da reação, decretou a dissolução da Constituinte e dotou a Prússia de uma Constituição, profundamente reacionária, é claro, os mesmos operários berlinenses, que, em março, haviam se levantado como um único homem e lutado com tanta coragem, forçando a guarda a afastar-se de Berlim, agora não se moviam, sequer reagiam, observando, indiferentes:

“Os soldados perseguiram os democratas.”

Assim acabou a tragicomédia da Revolução alemã. Algum tempo antes, em outubro, o príncipe Windischgrätz havia restabelecido a ordem em Viena; para dizer a verdade, não sem uma vasta efusão de sangue, com os revolucionários austríacos tendo-se revelado mais revolucionários que os da Prússia.

Enquanto isso, o que fazia a Assembléia Nacional de Frankfurt? No final de 1848, havendo enfim votado as *leis fundamentais* do povo alemão e a nova Constituição unitária, ela propôs a coroa imperial ao rei da Prússia. Os governos da Áustria, da Prússia, da Baviera, de Hanôver e de Saxe, porém, rejeitaram as leis fundamentais e a Constituição recém-votada, enquanto o rei da Prússia recusava a coroa imperial e, em seguida, convocava seus deputados.

A reação triunfava em toda a Alemanha. O Partido Revolucionário, recompondo-se tardiamente, decidia organizar uma insurreição geral na primavera de 1849. Em maio, a Revolução expirante lançou suas últimas chamas em Saxe, no Palatinado bávaro e no grão-ducado de Baden. Em todos os lugares, elas foram apagadas pelos soldados prussianos, que, após breves combates, de resto, razoavelmente mortíferos, restabeleceram o antigo regime em toda a Alemanha, com o príncipe da Prússia, hoje rei e imperador Guilherme I, que comandava as tropas prussianas no grão-ducado de Baden, não deixando escapar a oportunidade de enforcar um certo número de insurretos.

Este foi o fim lamentável da única e, por muito tempo, da última Revolução alemã. Qual foi, perguntar-se-á, a razão principal de seu fracasso?

Fora da inexperiência política e da ausência de espírito prático, que caracterizam muitas vezes os intelectuais, da falta de audácia revolucionária e da aversão natural dos alemães às medidas e aos atos revolucionários; do amor ardente que sentem pela submissão ao poder; enfim, sem considerar o fato de que não possuem, nem o instinto, nem a paixão, nem o senso de liberdade, a causa principal deste fracasso foi que todos os patriotas alemães aspiravam a formar um Estado pangermânico.

Esta aspiração, que diz respeito à sua natureza, torna os alemães de todo incapazes de fazer a Revolução. Uma sociedade desejosa de fundar um Estado forte procura necessariamente submeter-se ao poder; uma sociedade revolucionária tende, ao contrário, a libertar-se deste poder. Como conciliar estas duas aspirações contrárias, que se excluem de modo recíproco? Elas devem forçosamente paralisar-se entre si, e foi o que aconteceu aos alemães, que, em 1848, não conseguiram obter, nem liberdade, nem Estado forte, mas que, ao contrário, sofreram uma terrível derrota.

Estas duas aspirações são tão contraditórias, que, na prática, não podem manifestar-se ao mesmo tempo numa mesma nação. Uma deve ser necessariamente aspiração fictícia, escondendo outra real, como foi o caso em 1848. A pretensa aspiração à liberdade era um logro, um engodo; todavia, a aspiração a um Estado pangermânico era muito real. Isto é verdadeiro, pelo menos no que concerne à sociedade burguesa culta da Alemanha, sem excetuar a imensa maioria dos radicais e dos democratas

mais vermelhos. Pode-se ceter, supor, esperar que o proletariado alemão possua o instinto anti-social, que, talvez, o tornará capaz de conquistar a liberdade, porque ele também sofre um jugo econômico, que odeia tanto quanto o proletariado dos outros países e que ele, mais do que os outros, não poderá libertar-se desta escravidão sem destruir a prisão, com muitos séculos de existência, que se chama Estado. Pode-se apenas supô-lo e esperá-lo, pois não se tem as provas efetivas disto; ao contrário, vimos, não só em 1848, mas ainda em nossos dias, os operários alemães obedecerem de forma cega a seus dirigentes, enquanto estes últimos, os organizadores do *Partido da Social-Democracia dos Trabalhadores Alemães*, os conduzem, não à liberdade e à fraternidade internacional, mas direto ao jugo do Estado pangermânico.

Em 1848, os radicais alemães, como constatamos mais acima, encontraram-se na tragicômica necessidade de insurgir-se contra o poder de Estado para forçá-lo a se tornar mais poderoso e mais vasto. Isto significa que, não só não queriam destruí-lo, mas se esforçavam, ao contrário, com um extremo cuidado, para conservá-lo, no mesmo momento em que o combatiam. Isto também significava que toda a sua ação estava arruinada e paralisada em sua essência. Os atos do poder não refletiam esta contradição. Este desejava, sem o mínimo de hesitação, estrangular, a qualquer preço, seus singulares, incômodos e turbulentos amigos democratas. Basta um fato para demonstrar que os radicais não pensavam na liberdade, mas na fundação do império.

Quando a Assembléia de Frankfurt, onde, nesse momento, os democratas eram os senhores, propôs, em 28 de março de 1849, a coroa imperial a Frederico Guilherme IV, este último havia aniquilado todas as conquistas ditas revolucionárias e os direitos do povo, tinha dissolvido a Constituinte eleita pelo sufrágio universal, outorgado a mais reacionária, a mais desprezível Constituição e, furioso pela afronta sofrida, ele e a coroa, fazia perseguir, por sua polícia e seus soldados, os democratas, que ele detestava.

Os radicais não podiam, portanto, estar cegos a este ponto para exigir, deste soberano, a liberdade! O que esperavam, o que aguardavam? O *Estado pangermânico*.

Ora, o rei sequer podia conceder-lhes isto. O Partido Feudal, que triunfava com ele, e tinha de novo conquistado o poder, era resolutamente

hostil à unificação da Alemanha. Odiava o patriotismo alemão, por ser considerado faccioso, e só admitia o patriotismo prussiano. A tropa, os oficiais e os cadetes nas escolas militares cantavam então com frenesi o famoso cântico patriótico:

“Sou prussiano, conheces minha bandeira?”

Frederico bem que gostaria de ser imperador, mas temia seus partidários, temia a Inglaterra, a França e, sobretudo, o imperador Nicolau. Respondendo a uma deputação polonesa, que viera pedir-lhe, em março de 1848, a liberdade para o grão-ducado de Poznan, declarou: “Não posso aceitar vosso requerimento pois seria ir contra o desejo de meu cunhado, o imperador Nicolau, que é de fato um grande homem! Quando ele diz sim, é sim; quando diz não, é não”.

O rei sabia que Nicolau não consentiria que ele se tornasse imperador e, por esta razão, sobretudo por esta razão, recusou-se categoricamente a aceitar a coroa imperial, quando a deputação da Assembléia de Frankfurt veio oferecê-la.

Entretanto, devia fazer algo em favor da unidade alemã e da hegemonia prussiana, pelo menos para resgatar sua honra comprometida por seu Manifesto de março. Com este objetivo, aproveitando-se dos louros colhidos pelas tropas prussianas — quando da repressão dirigida contra os democratas alemães — e das dificuldades internas da Áustria, descontente com os êxitos por ele conseguidos na Alemanha, tentou fundar, em maio de 1849, uma confederação, compreendendo Prússia, Saxe e Hanôver, favorável a que fossem concentradas nas mãos da Prússia todas as questões diplomáticas e militares, mas que teve apenas uma breve existência. Assim que a Áustria, com a ajuda das tropas russas, pacificou a Hungria (setembro de 1849), Schwarzenberg, sob ameaça, exigiu da Prússia que tudo, na Alemanha, retornasse à situação existente antes de março, quer dizer, que fosse reconstituída a confederação germânica, que favorecia tão bem a hegemonia da Áustria. Saxe e Hanôver desmembraram-se depressa da Prússia para unir-se à Áustria; a Baviera seguiu seu exemplo; e o rei belicoso de Württemberg declarou em alta e inteligível voz que “com suas tropas ele iria lá onde o imperador da Áustria lhe ordenasse que fosse”.

A infeliz Prússia encontrava-se, assim, completamente isolada. O que ela devia fazer? Aceitar as exigências da Áustria pareceu ao rei ambi-

cioso, mas fraco, algo impossível; nomeou, portanto, seu amigo, o general Radowitz, como primeiro-ministro, e deu ordem às suas tropas para se porem em marcha. Por pouco não aconteceu a batalha. O imperador Nicolau, porém, ordenou aos alemães para parar, correu a Olmütz (novembro de 1850), onde reuniu uns e outros e pronunciou sua sentença. O rei da Prússia, humilhado, submeteu-se, a Áustria triunfou, e, no antigo palácio da Confederação, em Frankfurt (maio de 1851), depois de três anos de eclipse, a *Confederação germânica* reabriu suas portas.

Poder-se-ia dizer que não houve Revolução. O único vestígio que esta deixava atrás dela era uma terrível reação, que deveria servir de lição aos alemães: quem quer, não a liberdade, mas o Estado, não deve brincar de Revolução.

A história do liberalismo alemão termina propriamente com a crise de 1848 e 1849. Esta havia demonstrado aos alemães que, não só não eram capazes de conquistar a liberdade, mas também não a desejavam; ela havia demonstrado, além do mais, que, se a monarquia prussiana não tomasse a iniciativa, os alemães não estariam sequer em condições de alcançar seu objetivo fundamental, nem bastante fortes para criar um poderoso Estado unificado. A reação, que se seguiu, diferenciava-se daquela de 1812 e 1813 no fato de que, apesar da amargura e da opressão que havia engendrado, os alemães, ao sofrê-la, conservavam e podiam conservar a ilusão de que amavam a liberdade e que, se não tivessem sido impedidos pela força dos governos coligados, que ultrapassava de muito a dos facciosos, teriam conseguido constituir uma Alemanha livre e unificada. Doravante, esta consoladora ilusão não era mais oportuna. Durante os primeiros meses da Revolução, não havia, na Alemanha, força governamental suscetível de se opor aos facciosos, se estes tivessem desejado fazer alguma coisa; em seguida, foram eles que, mais do que ninguém, contribuíram para reconstituir esta força. Assim, o golpe nulo da Revolução deveu-se, não a obstáculos exteriores, mas à própria carência dos liberais e dos patriotas alemães.

O sentimento desta carência parecia ter-se tornado o fundamento da vida política e o princípio norteador da nova opinião pública na Alemanha. Os alemães, na aparência, tinham mudado e haviam se transformado em homens práticos. Tendo abandonado as grandes idéias abstratas,

que tinham dado dimensão universal à sua literatura clássica, de Lessing a Goethe e de Kant a Hegel, inclusive; abandonado o liberalismo, a democracia e o republicanismo dos franceses, agora procuravam a realização das doutrinas alemãs na política de conquista da Prússia.

Deve-se acrescentar, para sua honra, que a conversão não se fez de imediato. Os últimos vinte e quatro anos, que vão de 1849 até os nossos dias e que, para resumir, incluímos num único período, o quinto, devem ser, para dizer a verdade, divididos em quatro outros períodos:

5. O período de submissão sem esperança, que vai de 1849 a 1858, quer dizer, até o início da regência na Prússia;

6. O período de 1858-1866, marcado pela luta que o liberalismo agonizante sustentou contra o absolutismo prussiano;

7. O período de 1866-1870, que viu a capitulação do liberalismo vencido;

8. O período de 1870 a nossos dias, que é o triunfo da servidão.

Durante o *quinto período*, a degradação da Alemanha, tanto dentro quanto fora, alcança um grau extremo. Dentro, os escravos se calam; no sul, um ministro austríaco, sucessor de Metternich, comanda sem contestação; no norte, Manteuffel, que, na Conferência de Olmütz (1850), humilhou a um ponto incrível a monarquia prussiana, para agradar a Áustria, e para maior alegria do partido prussiano da corte, da nobreza e da camarilha burocrático-militar, faz perseguir os democratas, que conseguiram escapar. Assim, no que concerne à liberdade, zero; e no que se refere à dignidade, ao peso e à importância da Alemanha enquanto Estado, fora das fronteiras é ainda menos que zero. A questão do Schleswig-Holstein, em relação à qual os alemães de todos os países germânicos e de todos os partidos, excetuando o partido da corte, da nobreza e da camarilha burocrático-militar, não cessaram, desde 1847, de manifestar as paixões mais violentas, foi resolvida definitivamente, graças à intervenção da Prússia, em favor da Dinamarca. Em todas as outras questões, a opinião da Alemanha unificada, ou, melhor, da confederação germânica desunida, sequer foi levada em consideração pelas outras potências. A Prússia é mais do que nunca a escrava da Rússia. O infeliz Frederico, que, antes, detestava Nicolau, hoje só jura por ele. A dedicação aos interesses da corte de São Petersburgo vai tão longe que o Ministro da Guerra prussiano e o embaixador da Prússia

junto à corte da Inglaterra, amigo do rei, foram ambos substituídos, por terem expressado suas simpatias pelas potências ocidentais.

Conhece-se a história da *ingratidão* do príncipe Shwarzenberg e da Áustria, que de forma tão profunda chocou e feriu o imperador Nicolau. A Áustria, que, em razão de seus interesses no leste, era naturalmente inimiga da Rússia, tomou, contra ela, de modo declarado, o partido da Inglaterra e da França, enquanto a Prússia, para grande descontentamento de toda a Alemanha, permanecia-lhe fiel até o fim.

O *sexto período* começa com a regência do atual rei-imperador, Guilherme I. Tendo Frederico perdido, de forma definitiva, a razão, seu irmão, Guilherme, odiado por toda a Alemanha, sob o nome de príncipe da Prússia, tornou-se regente do reino em 1858 e, em janeiro de 1861, com a morte de seu irmão primogênito, rei da Prússia. Deve-se notar que este *rei-feldwebel*, que se tornou célebre mandando enforcar os democratas, teve, ele também, sua lua-de-mel com um liberalismo popular de fachada. No discurso, que pronunciou ao assumir a regência, declarou-se firmemente decidido a elevar a Prússia e, por ela, toda a Alemanha, a um nível conveniente, ainda que respeitando os limites impostos pelo Ato Constitucional ao poder real³⁴ e sempre se apoiando nas aspirações do povo, do qual o parlamento é a expressão.

De acordo com esta promessa, seu primeiro ato governamental foi dissolver o ministério Manteuffel, um dos mais reacionários que a Prússia conheceu e que parecia personificar sua derrota política e seu aniquilamento.

Manteuffel havia sido designado como primeiro-ministro em novembro de 1850, de propósito, segundo se disse, para apor sua assinatura abaixo das condições da Conferência de Olmütz — condições humilhantes ao extremo para a Prússia — e para subjugá-la, ela e toda a Alemanha, à hegemonia da Áustria. Esta foi a vontade de Nicolau, este foi o desejo insolente, ditado pela paixão, do príncipe Shwarzenberg, estes foram também o desejo e a vontade da imensa maioria da nobreza ou dos *Junker* prussianos, que não queriam, por nada no mundo, ouvir falar da fusão da Prússia com a Alemanha, e que eram devotados aos imperadores da Áustria e da Rússia, tanto, e se não mais, que a seu próprio soberano, ao qual obedeciam por dever, mas de modo algum por amor. Durante oito anos, Man-

teuffel governou a Prússia nesse sentido e nesse espírito, humilhando-a diante da Áustria cada vez que podia fazê-lo, reprimindo, ao mesmo tempo, dura e impiedosamente, tudo o que lembrava o liberalismo, a ação ou os direitos do povo.

Esse ministério detestado foi substituído pelo gabinete liberal do príncipe Hohenzollern-Sigmaringen, que, desde o primeiro dia, anunciou a intenção do regente de restabelecer a honra e a soberania da Prússia em relação a Viena, assim como a influência, que o reino havia perdido, sobre a Alemanha.

Algumas palavras, seguidas de atos nesse sentido, bastaram para entusiasmar todos os alemães. As ofensas, as atrocidades e os crimes ainda bem recentes foram esquecidos; enforcador de democratas, regente e, em seguida, rei, Guilherme I, ontem odiado e maldito, tornou-se, subitamente, o rei bem-amado, o herói, a única esperança. Como prova, citemos as palavras pronunciadas pelo famoso Jacoby, diante dos eleitores de Königsberg (11 de novembro de 1858):

"A declaração, de fato viril e conforme à Constituição que o príncipe fez, quando assumiu a regência, encheu de fé e esperança novas o coração de todos os prussianos e de todos os alemães. Com um ímpeto inabitual todos se precipitarão às urnas".

Em 1861, o mesmo Jacoby escreverá: "Quando o príncipe-regente, por sua própria autoridade, assumiu a direção do país, todo mundo esperava ver a Prússia avançar sem obstáculo rumo ao objetivo suposto. Esperava-se que as pessoas, às quais o regente havia confiado a responsabilidade de governar o país, eliminariam todo o mal que o governo havia feito nos dez últimos anos, poriam fim à arbitrariedade burocrática, a fim de reanimar ou estimular o espírito patriótico dos cidadãos e fazer, destes, homens livres e conscientes.

"Estas esperanças se realizaram? A opinião geral responde bem alto: durante esses dois anos a Prússia não avançou sequer um passo, e está tão distante quanto antes da realização de sua missão histórica."

O venerável Dr. Jacoby, último crente, último representante da democracia germânica, morrerá, sem nenhuma dúvida, fiel a seu programa, que, nesses últimos anos, desenvolveu-se até os limites, que não são muito amplos, do programa dos social-democratas alemães. Seu ideal, formar um

Estado pangermânico, dando a liberdade ao conjunto do povo alemão, é uma utopia, uma asneira. Nós já o dissemos. A imensa maioria dos patriotas alemães, após 1848 e 1849, tinha a convicção de que o poderio alemão só poderia ser fundado pelos canhões e pelas balonetas e, por esta razão, a Alemanha esperava sua salvação da Prússia monárquica e guerreira.

Em 1858, aproveitando-se dos primeiros sinais que indicavam uma mudança da política governamental, o Partido Nacional-Liberal, por inteiro, juntou-se a ela. O antigo Partido Democrata desagregou-se; a maioria deste formou um novo partido, que tomou o nome de *Partido Progressista*; o que restou dele continuou a se chamar Partido Democrata. O Partido Nacional-Liberal ardia de desejo de alinhar-se ao lado do governo, mas, preocupado em preservar sua honra, adjurava este último a dar-lhe um bom pretexto para facilitar esta evolução; pedia-lhe para respeitar, ao menos na aparência, a Constituição. Prodigalizaram-se os sorrisos ou as críticas até 1866; depois, seduzido pelo brilho das vitórias arrebatadas sobre a Dinamarca e a Áustria, capitulou sem condição diante do governo. O Partido Democrata, como veremos, fez o mesmo em 1870.

Jacoby não seguiu e jamais seguirá seu exemplo. Os princípios democráticos são toda a sua vida. Ele tem horror à violência e não crê que se possa, por este meio, fundar um poderoso Estado alemão; assim, resta o inimigo, para dizer a verdade, isolado e impotente, da atual política da Prússia. Sua impotência advém sobretudo do fato de que, sendo estatista da cabeça aos pés, ele quer sinceramente a liberdade e, ao mesmo tempo, deseja um Estado pangermânico unificado.

Guilherme I, o atual imperador da Alemanha, não é atormentado pelas contradições e, como Nicolau I, de imperecível memória, é feito, como se poderia dizer, de um único bloco de metal; em outros termos, é um homem inteiro, ainda que muito limitado. Contudo, a exemplo do conde de Chambord, pretendente ao trono da França, ele é, por assim dizer, o único a crer em sua unção, em sua missão e em seu direito divinos. rei-soldado, como Nicolau, crente, põe acima de todos os princípios o princípio legitimista, isto é, o direito hereditário de dirigir o Estado. Este direito foi para sua consciência e seu cérebro um sério obstáculo, quando da unificação da Alemanha, quando teve de afastar do trono vários soberanos legítimos; mas o código do Estado encerra um outro princípio, o direito

sagrado de conquista, e este decide a questão. Um príncipe, fiel aos deveres da monarquia, não consentirá, por nada no mundo, em aceitar o trono que lhe proporia um povo insurreto e do qual este último tivesse expulso o soberano legítimo; mas acreditará ter o direito de *conquistar* este povo e este trono, por pouco que Deus abençoe suas armas, desde que tenha um bom pretexto para declarar a guerra. O princípio e o direito ao qual serve de fundamento sempre foi admitido, e ainda o é, por todos os príncipes.

Guilherme I necessitava, portanto, de um ministro capaz de encontrar razões *legítimas* e meios necessários para ampliar as fronteiras do Estado fazendo a guerra. Este homem foi Bismarck, cujo valor Guilherme apreciava, e a quem fez seu primeiro-ministro, em outubro de 1862.

O príncipe Bismarck é hoje o homem mais poderoso da Europa. É o tipo perfeito do senhor pomeraniano, além do mais, com uma dedicação para com a Casa Real que tem, do quixotismo, a rigidez militar e a maneira impertinente, polida e seca, na maioria das vezes arrogante e maliciosa, de se comportar em relação aos burgueses-políticos liberais. Ele não se vexa de ser tratado de *Junker*, isto é, de senhor, mas tem o costume de responder a seus adversários:

“Estejais certos de que elevaremos a um alto nível a honra dos Junker”. Enquanto homem de rara inteligência, está por inteiro livre de preconceitos, dos preconceitos da nobreza, assim como de todos os outros.

Denominamos Bismarck o continuador da política de Frederico II. O primeiro, como por sinal o segundo também, tem fé, sobretudo, na força e, em seguida, no espírito, que dela dispõe e, bem amiúde, a decuplica. Homem de Estado em toda a acepção do termo, não crê, como Frederico, o Grande, nem em Deus, nem no diabo, nem nos homens, nem mesmo na nobreza — tudo isso é, para ele, apenas meios. Para alcançar um objetivo estatista, não pára, nem diante das leis divinas, nem diante das leis humanas. Na política, não admite a moral; o odioso e o crime só são imorais, quando fracassam. Mais frio e impassível que Frederico, ele é, como este último, insolente e desmedido. Nobre, que progrediu graças ao partido da nobreza, submete este último de forma sistemática à vexação no interesse do Estado; bem mais, insulta, como antes insultava os liberais, os progressistas e os democratas. Em suma, invectiva contra tudo e contra todos, à exceção do imperador, sem o qual não poderia fazer, nem empre-

ender, o que quer que seja. Em segredo, talvez o insulte com seus amigos, admitindo que os tenha.

Para se ter uma idéia de tudo o que Bismarck fez, é preciso lembrar dos que o cercam.³⁵ Homem de pouca visão, o rei recebeu uma educação que deriva, ao mesmo tempo, daquela do teólogo e do *feldwebel*, e tem como *entourage* o Partido Aristocrático-Clerical, o qual é claramente hostil a Bismarck, se bem que este último, para cada novo passo, para cada nova medida, deva lançar-se ao combate. Essas lutas intestinas devoram pelo menos a metade de seu tempo, de seu espírito, de sua energia e, é evidente, obstaculizam, incomodam, paralisam de modo terrível sua atividade, o que, em certa medida, é uma boa coisa para ele, pois isso o impede de se lançar em aventuras, como o fez um ilustre déspota, Napoleão I, que não era mais parvo do que ele.

A atividade pública de Bismarck começou em 1847; foi o líder do partido extraordinário da nobreza na Dieta da Prússia. Em 1848, foi o inimigo fígadal do Parlamento de Frankfurt e da Constituição unitária, assim como aliado fervoroso da Rússia e da Áustria, isto é, da reação interna e externa. Neste espírito, colaborou do modo mais ativo na gazeta ultra-reacionária *Kreuzzeitung*, fundada nesse ano, e que ainda hoje circula. Ele foi, é claro, um ardoroso defensor dos ministérios Brandenburgo e Manteuffel, e por conseguinte, das resoluções da Conferência de Olmütz. A partir de 1851, foi ministro plenipotenciário junto à confederação germânica em Frankfurt. Foi nessa época que mudou radicalmente de atitude em relação à Áustria. "Tive a impressão de que uma venda caía dos meus olhos, quando vi de perto sua política", disse a seus amigos. Foi só nesse momento que compreendeu o quanto a Áustria era hostil à Prússia e, de ardente defensor da primeira, tornou-se seu inimigo irreductível. A partir desse instante, toda a influência da Áustria sobre a Alemanha foi suprimida, e eliminar a Áustria da Alemanha torna-se a idéia fixa de Bismarck.

Foi nessas condições que se encontrou com o príncipe da Prússia, Guilherme, que, após a Conferência de Olmütz, odiava a Áustria tanto quanto a Revolução. Tornado regente do reino, Guilherme voltou de imediato sua atenção para Bismarck, que foi nomeado, de início, embaixador na Rússia, em seguida, embaixador na França e, por fim, primeiro-ministro.

Durante o tempo em que foi embaixador, Bismarck amadureceu seu programa a fundo. Em Paris, tomou algumas lições preciosas de maquiavelismo governamental, junto a Napoleão III, que, diante deste auditor zeloso e capaz, abriu seu coração e fez algumas alusões suficientemente claras para a *necessidade* de modificar o mapa da Europa; exigindo para si a fronteira do Reno e a Bélgica, abandonava à Prússia o resto da Alemanha. Os resultados dessas conversações são conhecidos: o aluno passou a perna no mestre.

Ao entrar no governo, Bismarck pronunciou um discurso, no qual expunha seu programa: "As fronteiras da Prússia são exíguas e não convém a um Estado de primeira ordem. Para conquistar novas fronteiras é preciso desenvolver e aperfeiçoar a organização militar. É necessário preparar-se para um conflito próximo e, enquanto aguardamos, reunir e aumentar nossas forças. O erro cometido em 1848 foi o de querer fazer da Alemanha um único Estado por meio de instituições populares. Os grandes problemas nacionais não são resolvidos pelo direito, mas pela força; a força tem sempre primazia sobre o direito".

Por esta última expressão, Bismarck foi bastante atacado, de 1862 a 1866, pelos liberais alemães. A partir de 1866, isto é, após a vitória sobre a Áustria, e sobretudo após 1870, depois da derrota da França, estes ataques transformaram-se em ditirambos.

Bismarck, com sua audácia costumeira, com o cinismo e a franqueza arrogante que o caracterizava, desvelou, por suas palavras, toda a essência da história política das nações, todo o segredo da razão de Estado. A hegemonia permanente e o triunfo da força, eis o terrível fundamento; tudo o que a linguagem política denomina direito, é apenas a consagração de um fato criado pela força. É evidente, portanto, que as massas populares, que aspiram à emancipação, não poderiam esperá-la de uma vitória teórica do direito abstrato, mas que elas devem, pela força, conquistar a liberdade e, para isso, organizar, fora do Estado e contra ele, suas forças irresistíveis.

Como já dissemos, os alemães queriam, não a liberdade, mas um Estado forte; Bismarck, que sabia disso, sentia-se capaz de, com a burocracia e o poderio militar da Prússia, dar-lhe esse Estado; desse modo, marchou de forma ousada e resoluta rumo a este objetivo, sem se preocupar com os direitos, quaisquer que fossem, nem com a vitória polêmica e com os ataques

veementes que liberais e democratas dirigiam contra ele. Ao contrário de seus predecessores, estava certo de que, uma vez alcançado o objetivo, ambos seriam aliados cheios de ardor.

O rei-feldwebel e Bismarck, o político, queriam um exército mais forte; para isso, eram-lhes necessários novos impostos e empréstimos. A Câmara dos Representantes, da qual dependia a autorização para instituir novos impostos e contrair novos empréstimos, recusava-o com constância; por isso, foi dissolvida por várias vezes. Em outro país, este conflito teria podido desencadear uma revolução política, mas, na Prússia, não havia possibilidade de que isto acontecesse, e Bismarck, que sabia disto, conseguiu o dinheiro de que necessitava, em todos os lugares onde pôde, por meio de empréstimos e impostos. Quanto à Câmara, ela se tornou, em consequência de suas recusas, o alvo de zombaria, se não da Alemanha, pelo menos da Europa.

Bismarck não se enganara; alcançado o objetivo, liberais e democratas fizeram dele seu ídolo.

Nunca, talvez, e em nenhum outro país, viu-se uma reviravolta tão rápida e tão completa dos espíritos quanto na Alemanha, entre 1864, 1866 e 1870. Até a guerra da Áustria e da Prússia contra a Dinamarca, Bismarck era o homem mais impopular da Alemanha. Durante toda esta guerra, e sobretudo quando ela terminou, demonstrou o mais profundo desprezo pelos direitos das nações e dos Estados. Sabe-se com que desenvoltura a Prússia e a estúpida Áustria, que ela havia envolvido, expulsaram do Schleswig-Holstein o corpo saxe-hanoveriano, que, de acordo com as decisões da confederação germânica, ocupava estas províncias; com que impertinência Bismarck fingiu partilhar com a Áustria, por ele enganada, as províncias conquistadas e como, para terminar, declarou-as butim exclusivo da Prússia.

Podia-se supor que tal conduta provocaria violento sobressalto em todos os alemães *honestos, ligados à liberdade e à justiça*. Ora, foi justo a partir desse momento que a popularidade de Bismarck tornou-se cada vez mais ampla — os alemães sentiram-se dominados pela razão do patriotismo de Estado e por um poder forte. A guerra de 1866 nada mais fez senão aumentar a autoridade de Bismarck. A rápida campanha da Boêmia, que lembrava as campanhas de Napoleão I, uma série de vitórias brilhantes, que humilharam a Áustria, a marcha triunfal através da Alemanha, a

pillagem das cidades inimigas, a declaração de que os grão-ducados de Hanôver, Hessen-Kassel e Frankfurt eram presas de guerra, a formação de uma Confederação da Alemanha do Norte, sob a égide do futuro imperador, eram alguns dos tantos fatos que provocavam o entusiasmo dos alemães. Os líderes prussianos da oposição, os Virchov, Schulze-Delitzsch e outros, calaram-se de forma brusca depois de terem se declarado moralmente vencidos. Restou na oposição apenas um pequeno grupo, tendo à sua frente o velho Jacoby, esta nobre figura, que aderiu ao *Partido do Povo*, formado no sul da Alemanha, em 1866.

Nos termos do tratado imposto pela Prússia vitoriosa à Áustria vencida, a velha confederação germânica era dissolvida e substituída pela *Confederação da Alemanha do Norte*, sob a direção da Prússia; quanto à Áustria, à Baviera, ao Württemberg e ao grão-ducado de Baden, concediam-lhes o direito de formar uma Confederação da Alemanha do Sul.

O barão Beust, ministro austríaco nomeado após a guerra, compreendendo o real alcance de uma confederação deste gênero, esforçou-se em constituí-la, mas os problemas internos, permanecendo sem solução, e os imensos obstáculos criados pelas potências, para quem precisamente a confederação ofereceria importância, o impediram. Bismarck enganou todos: a Rússia, a França e os príncipes alemães, que tinham interesse de que fosse formada a Confederação do Sul, a qual não teria permitido à Prússia conquistar sua situação atual.

O *Partido do Povo*, fundado nessa época pela burguesia da Alemanha do Sul, com o objetivo exclusivo de se opor a Bismarck, tinha um programa, no fundo idêntico ao de Beust: formar uma Confederação da Alemanha do Sul, em cooperação estreita com a Áustria e apoiando-se em instituições populares mais amplas.

Stuttgart era o centro do *Partido do Povo*. Além de uma confederação com a Áustria, este partido tinha outros objetivos; assim, na Baviera, flertava com os ultracatólicos, isto é, os jesuítas; desejava uma confederação com a França e com a Suíça. A tendência, que exigia uma confederação com a Suíça republicana, foi a principal fundadora da *Liga da Paz e da Liberdade*.

Em geral, seu programa era ingênuo e cheio de contradições. As instituições populares democráticas avizinham de modo fantasioso as formas

monárquicas de governos; a soberania dos príncipes com a unidade pan-germânica, e esta com uma Confederação Republicana Pan-Européia. Em resumo, quase tudo devia permanecer como antes e ser ao mesmo tempo impregnado de um espírito novo e, sobretudo, revestir um caráter filantrópico; a liberdade e a igualdade deviam se desenvolver em condições que as tivessem sufocado. Semelhante programa só podia ser concebido pelos burgueses sentimentais da Alemanha do Sul, que mostraram, de início, ignorar de modo sistemático e, em seguida, negar ferozmente as tendências socialistas modernas, como o mostrou o Congresso da Liga da Paz, em 1868.

É evidente que o *Partido do Povo* tinha por obrigação adotar uma atitude hostil em relação ao *Partido Operário Social-Democrata*, fundado nos anos 60 por Ferdinand Lassalle.

Na segunda parte desta obra, tratar-se-á amplamente da questão do desenvolvimento das associações operárias na Alemanha e, de maneira geral, na Europa. Ressaltemos, por enquanto, que, ao final desses dez últimos anos, e justo em 1869, a massa operária estava dividida, na Alemanha, em três categorias: a primeira, infinitamente a mais numerosa, permanecia fora de toda organização; a segunda, também, de forma razoável, numerosa, compreendia o que se denominava "Os Círculos Operários de Estudos" (*Arbeiterbildungsverein*); e, enfim, a terceira, a menos numerosa, todavia, a mais enérgica e a mais sensata, formava a falange dos operários lassallianos, sob o nome de "Associação Geral dos Trabalhadores Alemães" (*der Deutsche Allgemeine Arbeiter Verein*).

Sobre a primeira categoria, não há nada a dizer. A segunda representava um tipo de federação de pequenas associações operárias, sob a direção imediata de Schulze-Delitzsch e de socialistas burgueses em seu gênero. O "socorro mútuo" (*Selbsthülfe*), seu lema, compreendia-se no sentido, que era amiúde recomendado ao proletariado, de não esperar, nem salvação, nem auxílio do Estado e do governo, mas só de si mesmo e de sua própria energia. O conselho teria sido excelente, se não se tivesse acrescentado a ele esta segurança mentirosa de que, nas condições atuais da organização social, sob um sistema econômico de monopólios, que exploram as massas trabalhadoras e num Estado político, que protege esses monopólios contra a revolta popular, a emancipação dos trabalhadores é possível. Esta

aberração e, de parte dos socialistas burgueses e dos líderes deste partido, esta mistificação desejada significavam que os trabalhadores submissos à sua influência deviam se desinteressar, de modo sistemático, pelos problemas político-sociais, tanto quanto pelas questões do Estado, da propriedade etc. e, fazendo do caráter racional e legal da ordem social atual o ponto de partida de sua ação, procurar melhorar e tornar mais suportáveis suas condições de existência, organizando associações cooperativas de consumo, de crédito e de produção. Quanto à educação política, Schulze-Delitzsch recomendava aos trabalhadores o programa integral do Partido Progressista, ao qual ele e seus colegas pertenciam.

Como todos podem se dar conta hoje, sob o aspecto econômico, o sistema de Schulze-Delitzsch tendia, de modo manifesto, a defender o mundo burguês contra o perigo social; sob o aspecto político, ele sujeitava de forma definitiva o proletariado à burguesia, que o explora e da qual deve permanecer o instrumento dócil e cego.

Ferdinand Lassalle insurgiu-se contra esta dupla e grosseira mistificação. Não teve dificuldades para demolir o sistema de Schulze-Delitzsch e mostrar todo o vazio de seu programa político. Ninguém melhor do que Lassalle soube explicar e demonstrar, com tanta persuasão, aos trabalhadores alemães, que, sob o regime econômico atual, a condição do proletariado, não só não pode ser suprimida, mas irá, ao contrário, em virtude de uma lei econômica inelutável, piorar de ano a ano, a despeito de todas as tentativas de cooperativismo, que só poderão conceder uma vantagem passageira e de curta duração a um número ínfimo de trabalhadores.

Ao criticar este programa, Ferdinand Lassalle demonstrava que toda esta política pseudopopular só tendia a consolidar os privilégios econômicos da burguesia.

Até aí estamos de acordo com Lassalle. Porém, eis onde começam nossas divergências com ele e, em geral, com o conjunto dos social-democratas ou comunistas alemães. Ao contrário de Schulze-Delitzsch, que recomendava aos trabalhadores só buscar a salvação em sua própria energia e nada exigir ou esperar do Estado, Lassalle — após ter demonstrado aos trabalhadores, em primeiro lugar, que nas condições econômicas atuais, não só sua libertação, mas até a mínima melhora de sua sorte sendo impos-

sível, esta deve fatalmente piorar e, em segundo, que, enquanto existir o Estado burguês, os privilégios econômicos da burguesia permanecerão intangíveis — chegava a esta conclusão: para obter uma liberdade real, uma liberdade fundada na igualdade econômica, *o proletariado deve se apoderar do Estado* e voltar a força estatista contra a burguesia em proveito da massa operária, do mesmo modo que hoje esta força está voltada contra o proletariado sob o interesse único da classe exploradora.

Todavia, como se apoderar do Estado? Para isso, só há dois meios: ou a revolução política ou a propaganda legal para uma reforma pacífica do Estado. Lassalle, enquanto alemão, enquanto homem de ciência, enquanto homem rico e de origem judaica, aconselhava o segundo.

Nesse sentido e para esse fim, ele formou um partido importante, de caráter sobretudo político, o Partido Operário Alemão, que ele organizou hierarquizando-o, submetendo-o a uma disciplina rigorosa e à sua ditadura; numa palavra, fez o que nestes três últimos anos o Sr. Marx quis fazer na Internacional. A tentativa de Marx fracassou, a de Lassalle obteve êxito. Como objetivo direto e imediato do partido, Lassalle fixou a agitação pacífica em todo o país, para conquistar o direito de eleger, em sufrágio universal, os deputados e os poderes públicos.

Uma vez conquistado este direito, por meio de uma reforma legal, o povo só deverá enviar seus próprios representantes ao parlamento, que, por uma série de decretos e leis, transformará o Estado burguês em Estado popular. O primeiro ato deste Estado será abrir um crédito ilimitado às associações operárias de produção e de consumo, que, apenas neste caso, estarão em condições de se empenharem na luta com o capital burguês e, num curto prazo, vencê-lo e absorvê-lo. Realizada esta absorção, começará um período de transformação radical da sociedade.

Este é o programa de Lassalle, este é também o do Partido Operário Social-Democrata. Para dizer a verdade, este programa não é de Lassalle, mas de Marx, que o expôs do início ao fim no famoso *Manifesto do Partido Comunista*, que ele e Engels publicaram em 1848. A *Mensagem Inaugural da Associação Internacional*, redigida por Marx, em 1864, também faz clara alusão a isso: “A conquista do poder político tornou-se o primeiro dever da classe operária”, ou, como é dito no *Manifesto Comunista*, “a primeira etapa na revolução operária é a constituição do proletariado como classe

dominante. O proletariado deve centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante".

Não é evidente que o programa de Lassalle em nada se distingue daquele de Marx, que Lassalle reconhecia como seu mestre? Na brochura dirigida contra Schulze-Delitzsch, Lassalle, com a clareza de fato genial, que caracteriza seus escritos, após ter exposto suas concepções fundamentais da evolução política e social da sociedade moderna, confessa que estas idéias, e até mesmo a terminologia, não são dele, mas do Sr. Marx, que as enunciou e desenvolveu pela primeira vez numa obra extraordinária ainda inédita.

O protesto que Marx lançou após a morte de Lassalle, no "Prefácio" de *O Capital*, parece muito estranho. Marx se queixa amargamente que Lassalle lhe tenha roubado as idéias. Protesto de fato singular da parte de um comunista, que prega a propriedade coletiva e não compreende que uma idéia, uma vez experimentada, não pertence mais a ninguém. Se Lassalle tivesse copiado uma ou várias páginas, a coisa seria diferente; ter-se-ia visto nisso um plágio e a prova da decadência intelectual de um escritor incapaz de assimilar idéias emprestadas e reproduzi-las por seu próprio esforço mental sob uma forma pessoal. Só agem assim as pessoas vaidosas e desonestas, desprovidas de aptidões intelectuais, os corvos ornados de plumas de pavão.

Lassalle era muito inteligente, muito independente, para que precisasse recorrer a estes miseráveis meios com o único objetivo de atrair sobre si a atenção do público. Ele era vaidoso, muito vaidoso, como pode sê-lo um judeu, mas ao mesmo tempo era dotado de tão brilhantes aptidões, que podia satisfazer sem dificuldade as exigências da mais extremada vaidade. Era inteligente, culto, rico, hábil e audacioso em excesso; ele tinha no mais alto grau o dom da dialética, da oratória, da compreensão e da expressão clara e nítida. Ao contrário de Marx, seu mestre, que é forte no domínio da teoria e da intriga de bastidores ou sob o manto, mas que, ao contrário, perde seu valor e sua força na arena pública, Lassalle parecia ter sido criado para combater a céu aberto e no terreno prático. A habilidade da dialética e a força da lógica suscitadas pelo amor-próprio, inflamadas pela luta, substituíam nele o vigor das convicções apaixonadas. Ele exercia sobre o proletariado uma atração extremamente forte, mas não era, longe disso, o homem do povo.

Por sua maneira de viver, por sua situação, seus hábitos, seus gostos, ele pertencia à alta burguesia, à juventude dita dourada. É verdade, ele a

ultrapassava em uma cabeça, reinava pelo espírito e, graças a este espírito, assumiu a direção do proletariado alemão. Adquiriu, em alguns anos, uma popularidade enorme. Toda a burguesia liberal e democrática o detestava de forma profunda; seus correligionários, socialistas, marxistas, e o próprio Marx, concentraram sobre ele toda a violência de sua inveja maligna. Com efeito, eles o detestavam de modo não menos profundo do que a burguesia; mas, enquanto estava vivo, não ousaram manifestar seu ódio, pois era muito forte para eles.

Já exprimimos várias vezes uma aversão muito viva pela teoria de Lassalle e de Marx, que recomenda aos trabalhadores, se não como ideal supremo, pelo menos como objetivo essencial imediato, a *fundação de um Estado popular*, o qual, como eles próprios explicaram, não seria outra coisa senão “o proletariado organizado como classe dominante”.

Se o proletariado se torna a classe dominante, quem, perguntar-se-á, dominará? Significa, portanto, que ainda permanecerá uma classe subjugada a esta nova classe dominante, a este novo Estado, nem que fosse, por exemplo, a plebe do campo, que, como se sabe, não goza da simpatia dos marxistas e que, situada no mais baixo grau da Civilização, será dirigida, talvez, pelo proletariado das cidades e das fábricas; ou, então, se se considera a questão do ponto de vista étnico, digamos, para os alemães, a questão dos eslavos, estes se acharão, pela mesma razão, em relação ao proletariado alemão vitorioso, numa sujeição de escravo idêntica àquela deste proletariado em relação à sua burguesia.

Quem diz Estado, diz necessariamente dominação e, em conseqüência, escravidão; um Estado sem escravidão, declarada ou disfarçada, é inconcebível; eis por que somos inimigos do Estado.

O que significa: o proletariado organizado como classe dominante? Significa dizer que este estará por inteiro na direção dos negócios públicos? Existem cerca de quarenta milhões de alemães. É possível que esses quarenta milhões façam parte do governo, e todo o povo governando, não haverá governados? Neste caso não haverá governo, não haverá Estado, mas, se houver um, haverá governados, haverá escravos.

Na teoria marxista, este dilema é resolvido de modo muito simples. Por governo popular, os marxistas entendem o governo do povo por meio de um pequeno número de representantes eleitos pelo povo no sufrágio

universal. A eleição, pelo conjunto da nação, dos representantes pretensamente do povo, e dos dirigentes do Estado — o que é a última palavra dos marxistas bem como da escola democrata — é uma mentira que esconde o despotismo da minoria dirigente, mentira ainda mais perigosa por ser apresentada como a expressão da pretensa vontade do povo.

Assim, sob qualquer ângulo que se esteja situado para considerar esta questão, chega-se ao mesmo resultado execrável: o governo da imensa maioria das massas populares por uma minoria privilegiada. Esta minoria, porém, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, com certeza, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes ou representantes do povo, cessarão de ser operários e colocar-se-ão a observar o mundo proletário de cima do Estado, não mais representarão o povo, mas a si mesmos e a suas pretensões a governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana.

Esses eleitos serão, em compensação, socialistas convictos e, além do mais, doutos. Os termos "*socialista científico*", "*socialismo científico*", que estão sempre presentes nos escritos dos lassallianos e dos marxistas, provam por si só que o pseudo-Estado popular nada mais será do que o governo despótico das massas proletárias por uma nova e muito restrita aristocracia de verdadeiros ou pretensos doutos. Não tendo o povo a ciência, ele será de todo libertado das preocupações governamentais e integrado por inteiro no rebanho dos governados. Bela libertação!

Os marxistas dão-se conta desta contradição e, ainda que admitindo que a direção governamental dos doutos, a mais pesada, a mais vexatória e a mais desprezível que possa existir, será, quaisquer que possam ser as formas democráticas, uma verdadeira ditadura, consolam-se com a idéia de que esta ditadura será temporária e de curta duração. Eles sustentam que sua única preocupação e seu único objetivo será dar instrução ao povo, elevá-lo, tanto econômica quanto politicamente, a um tal nível que todo governo não tardará a se tornar inútil; e o Estado, após ter perdido seu caráter político, isto é, autoritário, transformar-se-á por si mesmo em organização de todo livre dos interesses econômicos e das comunas.

Eis aí uma flagrante contradição. Se seu Estado é de fato um Estado popular, por que motivos dever-se-ia suprimi-lo? E se, por outro lado, sua supressão é necessária para a emancipação real do povo, como se poderia

qualificá-lo de Estado popular? Ao polemizar com eles, nós os levamos a reconhecer que a liberdade ou a anarquia, isto é, a livre organização das massas operárias, de baixo para cima, é o último objetivo da evolução social, e que todo Estado, inclusive seu Estado popular, é um jugo, o que significa que, por um lado, engendra o despotismo e, por outro, a escravidão.

Segundo eles, este jugo estatista, esta ditadura é uma fase de transição necessária para chegar à emancipação total do povo: sendo, a anarquia ou a liberdade, o objetivo, e, o meio, o Estado ou a ditadura. Assim, portanto, para libertar as massas populares, dever-se-ia começar por subjugá-las.

No momento, nossa polêmica parou nesta contradição. Os marxistas sustentam que só a ditadura, evidentemente a deles, pode criar a liberdade do povo; a isso respondemos que nenhuma ditadura pode ter outro objetivo senão o de durar o máximo de tempo possível e que ela é capaz apenas de engendrar a escravidão no povo que a sofre e educar este último nesta escravidão; a liberdade só pode ser criada pela liberdade, isto é, pela insurreição de todo o povo e pela livre organização das massas trabalhadoras de baixo para cima.

Esta questão, em torno da qual se cristaliza todo o interesse da História Moderna, será objeto de uma análise ainda mais aprofundada na segunda parte desta obra. No momento, chamamos a atenção do leitor para um fato significativo, que se reproduz com freqüência.

Enquanto a teoria político-social dos socialistas antiautoritários ou anarquistas os conduz de modo infalível a uma ruptura completa com todos os governos, com todas as formas de política burguesa, e não lhe deixa outra saída senão a revolução social, a teoria adversa, a teoria dos comunistas autoritários e do autoritarismo científico, atrai e imobiliza seus partidários, a pretexto de tática, em compromissos incessantes com os governos e os diferentes partidos políticos burgueses, quer dizer, leva-os direto ao campo da reação.

Lassalle é a melhor prova disso. Ninguém ignora suas relações e negociações com Bismarck. Os liberais e os democratas, contra os quais ele conduziu uma luta implacável e coroada de êxito, aproveitaram-se disso para acusá-lo de venalidade. Os seguidores do Sr. Marx, na Alemanha, cochicharam a mesma coisa, se bem que de forma dissimulada. Ora, uns e

outros mentiam. Lassalle era rico e não precisava se vender; ele era muito inteligente, muito orgulhoso, para não preferir o papel de propagandista independente ao estado pouco invejável de agente do governo ou de quem quer que seja.

Dissemos que Lassalle não era um homem do povo, pois era demasiado dândi para freqüentar o proletariado fora dos *meetings*, nos quais, de hábito, mantinha este último sob a influência de uma oratória a serviço de um espírito brilhante e lúcido; muito mal acostumado pela fortuna e pelo gosto caprichoso do luxo, que o acompanha, para encontrar prazer nos meios populares; muito judeu para se sentir bem no meio do povo; e, enfim, muito consciente de sua superioridade intelectual para deixar de sentir um certo desprezo pela massa ignorante, miserável, em relação à qual se comportava bem mais como um médico em relação a seu doente do que como irmão em relação a um outro irmão. Nestes limites, era, de modo sério, devotado à causa do povo, como um médico pode ser devotado a um doente, que deseja curar e em quem, por sinal, vê menos um homem do que um paciente. Estamos profundamente convencidos de que Lassalle era tão honesto e tão orgulhoso que, por nada no mundo, trairia a causa do povo.

É desnecessário entregar-se a odiosas suposições para explicar suas relações e seus compromissos com o primeiro-ministro prussiano. Lassalle, como dissemos, estava de forma aberta em luta com os liberais e os democratas de todas as tendências e desprezava, com soberania, essas retóricas pueris, cuja impotência e decadência eram-lhe muito visíveis. Bismarck, embora por outros motivos, também lhes era hostil: esta foi a primeira das razões de sua aproximação. A principal razão desta aproximação foi o programa político-social de Lassalle, a teoria comunista que o Sr. Marx havia criado.

Ponto capital deste programa: a emancipação (pretensa) do proletariado *pelo único meio do Estado*. Todavia, para isso, é preciso que o Estado aceite tornar-se o emancipador do proletariado, livrando-se do jugo do capital burguês. Como, portanto, inculcar esta vontade no Estado? Para isso, só podem existir dois meios: o proletariado faz a Revolução para se apoderar do Estado — meio heróico. Depois de se ter apoderado do Estado, ele deveria, segundo nossa opinião, destruí-lo de imediato, enquanto eterna

prisão das massas proletárias; ora, segundo a teoria do Sr. Marx, o povo, não só não deve destruir o Estado, mas deve, ao contrário, reforçá-lo, torná-lo ainda mais poderoso e, sob esta forma, colocá-lo à disposição de seus benfeitores, tutores e educadores, os chefes do Partido Comunista, numa palavra, à disposição do Sr. Marx e de seus amigos, que logo começarão a libertá-lo à sua maneira. Eles controlarão as rédeas do governo, visto que o povo ignorante precisa de uma boa tutela; criarão um Banco do Estado único, que concentrará em suas mãos a totalidade do comércio, da indústria, da agricultura e até mesmo da produção científica, enquanto a massa do povo será dividida em dois exércitos: o exército industrial e o exército agrícola, sob o comando direto dos engenheiros do Estado, que formarão uma nova casta político-científica privilegiada.

Vede que objetivo brilhante é designado ao povo pela escola comunista alemã! Contudo, para obter todos estes bens, é preciso dar, de início, um pequeno passo, um passo inocente: a Revolução! Pois bem, podeis esperar que os alemães a façam! Dissertar sobre ela a perder de vista, talvez; mas, fazê-la ...

Os alemães não acreditam na Revolução na Alemanha. Seria preciso que um outro povo comesse, ou, então, que uma força exterior os envolvesse ou arrastasse; eles mesmos não irão além dos protestos de argumentadores. Nestas condições, é preciso procurar um outro meio de se apoderar do Estado. É preciso ganhar a simpatia das pessoas, que estão ou poderão estar à frente do Estado.

No tempo de Lassalle, como até este momento, Bismarck esteve à frente do Estado. Quem podia tomar o seu lugar? O Partido Liberal e o Partido Democrata Progressista estavam vencidos; restava o partido puramente Democrata, que, depois, tinha adotado o nome de Partido do Povo. Na Alemanha do Norte, porém, sua importância era nula; na Alemanha do Sul, seus efetivos eram um pouco mais numerosos; todavia, ele era, de forma clara, favorável à hegemonia do império da Áustria. Os últimos acontecimentos mostraram que este partido exclusivamente burguês não tinha, nem força, nem existência independente. Em 1870, desmoronou de modo definitivo.

Lassalle era, antes de mais nada, dotado de um instinto e de um senso prático que faltam ao Sr. Marx e a seus adeptos. Como todos os

teóricos, Marx é, de forma invariável, na ação, um incorrigível sonhador. Ele o provou por sua nefasta companhia no seio da Associação Internacional, companhia cujo objetivo era estabelecer sua ditadura na Internacional e, por ela, sobre todo o movimento revolucionário do proletariado da Europa e da América do Norte. É preciso estar louco ou mergulhado até o pescoço na abstração para se dar semelhante objetivo. O Sr. Marx sofreu neste ano uma derrota completa e merecida, mas é pouco provável que ela o faça renunciar a seus sonhos ambiciosos.

Por causa destes sonhos, e também pelo desejo de recrutar admiradores e adeptos na burguesia, Marx levou muitas vezes e continua a levar o proletariado a compromissos com os radicais burgueses. Pela educação e pela natureza, Marx é um jacobino, e seu sonho mais caro é a ditadura política. Gambetta e Castelar são seus verdadeiros ideais. Seu coração e seus pensamentos inclinam-se para eles e, se nos últimos tempos, teve de renegá-los, foi apenas porque eles não souberam se maquiagem de socialistas.

Este desejo de compromisso com a burguesia radical, que, nestes últimos anos, manifestou-se de modo mais forte em Marx, obedece a dois sonhos: em primeiro lugar, a burguesia radical, se conseguir pôr as mãos no poder do Estado, desejará, talvez, ou será suscetível de querer utilizá-lo em proveito do proletariado; em segundo, o Partido Radical, depois de ter-se apoderado do Estado, estará um dia em condições de se opor à reação, cujas raízes dissimulam-se neste mesmo partido.

O Partido Radical burguês está separado da massa dos proletários pelo fato de ser, por seus interesses econômicos e políticos, tanto quanto por seu comportamento, sua ambição, sua vaidade e seus preconceitos, profundamente, pode-se até dizer organicamente, ligado à classe dos exploradores. Desta forma, como poderia ele desejar utilizar o poder, mesmo conquistado com a ajuda do povo, em proveito deste último? Seria o suicídio de toda uma classe, e isto é inconcebível. Os democratas mais fervorosos e mais vermelhos foram, ainda são e permanecerão, sob este aspecto, burgueses, e bastará sempre uma afirmação séria, não só por palavras, de reivindicações ou instintos socialistas por parte do povo, para que eles se lancem de imediato no campo da reação mais negra e mais insensata.

Isto é lógico, necessário e, por sinal, fora até mesmo da lógica, toda a História Moderna prova que é preciso que isto seja assim. Basta lembrar a

flagrante traição do Partido Republicano vermelho nas jornadas de Junho de 1848, cujo exemplo, seguido da cruel lição dada por Napoleão III durante vinte anos, parece não ter sido suficiente para impedir a mesma coisa de se reproduzir uma vez mais, na França, em 1870-1871. Gambetta e seu partido revelaram-se os mais ferozes inimigos do socialismo revolucionário. Entregaram a França, mãos e pés atados, à reação hoje desencadeada. A Espanha é outro exemplo disso. O partido político mais radical (*le parti intransigent*)¹⁶ mostrou-se o inimigo mais encarniçado do socialismo internacional.

Agora uma outra questão: é a burguesia radical capaz, sem a insurreição do povo, de realizar uma Revolução vitoriosa? Basta fazer a pergunta para respondê-la de forma negativa. Assim, não é o povo que precisa da burguesia, mas a burguesia que precisa do povo para fazer a Revolução. Percebeu-se isto por toda parte, na Rússia mais do que em qualquer outro lugar. Considerai nossa juventude oriunda da nobreza ou da burguesia, esta juventude reflexiva e que sonha com Revolução; mas, primeiro, como fazer um corpo vivo, animado de uma única e mesma idéia e perseguindo um único e mesmo objetivo? Ela só poderá obter êxito fundindo-se no povo; fora dele, ela formará sempre uma multidão sem idéia, sem vontade, pronunciando palavras vazias e impotente para fazer o que quer que seja.

Os melhores homens do mundo burguês, os burgueses de origem, não os burgueses por convicções e aspirações, podem ser úteis, sob a única condição de se dissolverem no povo, na causa de fato popular; todavia, se continuarem a viver fora do povo, serão, não só inúteis, mas, de forma indiscutível, nefastos.

Quanto ao Partido Radical, constitui um partido separado, que vive e atua fora do povo. O que atestam, portanto, seus desejos de aliança com o proletariado? Nem mais nem menos que este partido está consciente de sua impotência, da necessidade em que se encontra de obter a ajuda do povo, mas apenas em seu proveito. Ora, assim que tiver conquistado o poder, tornar-se-á, de modo fatal, o inimigo do povo; tornado o inimigo deste último, perderá seu ponto de apoio, a força popular que o sustentava e, para conservar o poder, ainda que de forma temporária, deverá recorrer a forças de outras origens, mas desta vez contra o povo, aliando-se e prestando-se a acordos com os partidos reacionários vencidos. Assim, de

concessão em concessão, de traição em traição, ele se entregará, e entregará o povo, à reação. Escutai o que diz Castelar, feroz republicano, tornado ditador: "A política é feita de concessões e compromissos; é por isto que tenho a intenção de colocar, no comando do exército republicano, generais pertencentes ao Partido Monarquista Moderado". Que este é o resultado que se deve esperar, todo mundo percebe com clareza.

Lassalle, como homem prático, compreendia isso perfeitamente bem; além do mais, ele desprezava, de modo profundo, toda a burguesia alemã; em consequência, não lhe era possível aconselhar os operários para se ligarem a qualquer partido burguês que fosse.

Restava a Revolução; ora, Lassalle conhecia muito bem seus compatriotas para esperar deles uma iniciativa revolucionária. Que meios possuía ainda? Um único: relacionar-se com Bismarck.

A doutrina de Marx fornecia o traço de união: o Estado unitário, tão grande quanto possível, fortemente centralizado. Lassalle desejava este Estado e Bismarck já o tinha realizado. De que maneira deixariam de aliar-se?

Desde sua entrada no governo, e mesmo desde 1848, na Dieta prusiana, Bismarck tinha provado que era o inimigo, um inimigo desdenhoso, da burguesia; sua conduta atual mostra que ele não é, nem um fanático, nem um escravo do Partido Feudal ao qual pertence por suas origens e sua educação, e do qual reduz o orgulho ao se servir do partido vencido, subjogado, que lhe obedece servilmente, o partido dos liberais, dos democratas, dos republicanos e até mesmo dos socialistas burgueses, esforçando-se ao mesmo tempo, para reduzi-lo, de forma definitiva, no plano do Estado, a um único denominador comum.

Seu principal objetivo, como o de Lassalle e de Marx, é o Estado. Assim, Lassalle mostrou-se, de modo incomparável, mais lógico e mais prático do que Marx, que vê em Bismarck um revolucionário, evidentemente, à sua maneira, e que sonha derrubá-lo, sem dúvida porque ele detém no Estado o primeiro lugar, que o Sr. Marx pensa que deveria pertencer-lhe.

Lassalle, aparentemente, não tinha este orgulho; assim, não lhe repugnava entrar em relação com Bismarck. Conformando-se de forma estrita ao programa político exposto por Marx e Engels no *Manifesto*

Comunista, Lassalle pedia uma única coisa a Bismarck: que fossem concedidos créditos governamentais aos trabalhadores das associações de produção. Porém, ao mesmo tempo — e isto mostra o grau de confiança que depositava em Bismarck — ele se entregava, entre os operários, sobre a base deste mesmo programa, a uma ação pacífica e legal de propaganda para conquistar o direito de voto — outro sonho do qual já dissemos o que pensamos.

A morte repentina e precoce de Lassalle não lhe permitiu conduzir seus projetos a termo, sequer dar-lhe uma certa extensão.

Após a morte de Lassalle, formou-se, sob a influência direta dos amigos e adeptos do Sr. Marx, entre a Federação Livre dos Círculos Operários de Estudos e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, um terceiro partido: o Partido Operário Social-Democrata Alemão. Dois homens de talento assumiram sua direção: um, semi-operário, o Sr. Bebel, o outro, literato, e ao mesmo tempo discípulo e agente do Sr. Marx, o Sr. Liebknecht.

Já falamos das tristes conseqüências que teve em Viena, em 1868, a ação política do Sr. Liebknecht. O resultado foi o Congresso de Nuremberg (agosto de 1868), onde foi organizado de forma definitiva o Partido da Social-Democracia.

No espírito de seus fundadores, que agiam instigados por Marx, este partido devia ser a seção alemã da Associação Internacional dos Trabalhadores. Porém, as Leis alemãs e em especial as leis prussianas opunham-se a uma Liga deste gênero. Assim, ela foi anunciada por um subterfúgio, nos seguintes termos: "O Partido Operário Social-Democrata Alemão mantém relações com a Associação Internacional nos limites permitidos pelas leis alemãs".

Sem dúvida nenhuma, este partido foi fundado, na Alemanha, na secreta esperança e com a intenção de servir para introduzir na Internacional o programa integral de Marx, rejeitado no Primeiro Congresso de Genebra (1866).

Este programa se tornou o do Partido Operário Social-Democrata. Retomando alguns dos principais artigos do programa da Internacional aceito pelo Congresso de Genebra, ele bifurca bruscamente e recomenda aos operários alemães "*a conquista do poder político*" como "*um objetivo próximo e imediato*" do novo partido, recomendação completada pela se-

guinte frase significativa: "A conquista dos direitos políticos (sufrágio universal, liberdade de imprensa, liberdade de associação e de reunião etc.) é a condição prévia da liberação econômica dos trabalhadores".

Isto quer dizer que, antes de empreender a revolução social, os trabalhadores devem fazer a revolução política; ou, então, o que responde melhor ao temperamento alemão, conquistar, ou, mesmo, o que é ainda mais simples, obter o direito político por uma ação pacífica de propaganda. E como todo movimento político, que antecipa o movimento social ou, o que dá no mesmo, que se situa *fora* dele, não pode ser outra coisa senão um movimento burguês, o programa do Partido Operário Social-Democrata recomenda aos trabalhadores alemães desposarem, antes de mais nada, os interesses e os objetivos da burguesia radical, que, em seguida, por gratidão, não libertará o povo, mas o subjugará a um novo poder, a uma nova exploração.

Sobre a base deste programa, os trabalhadores alemães e austríacos reconciliaram-se, de modo comovente, com os radicais burgueses do Partido do Povo. No final do Congresso de Nuremberg, uma delegação nomeada pelo Congresso dirigiu-se a Stuttgart onde, entre os delegados dos trabalhadores enganados e os chefes do Partido Radical burguês, foi formalmente concluída uma aliança ofensiva e defensiva.

Em consequência desta aliança, ambos se apresentaram juntos, como irmãos, no Congresso da Liga da Paz e da Liberdade, que se realizou em setembro (1868), em Berna. Lá, produziu-se um acontecimento bastante significativo. Se não todos os nossos leitores, ao menos muitos dentre eles ouviram falar da cisão, ocorrida pela primeira vez neste Congresso, entre os socialistas e democratas burgueses e os socialistas revolucionários adeptos do partido denominado a Aliança ou que nele entraram *a posteriori*.⁵⁷

A questão, que serviu, aparentemente, de pretexto para esta ruptura, tornada, bem antes, inevitável, foi colocada pelos "aliancistas" em termos claros e precisos. Assim fazendo, eles quiseram encostar à parede democratas e socialistas burgueses, obrigá-los a exprimir de viva voz, não só sua indiferença, mas sua atitude positivamente hostil em relação à única questão que se possa qualificar de popular: a questão social. Com esta finalidade, os "aliancistas" propuseram, à Liga da Paz e da Liberdade, reconhecer como objetivo principal de todas as suas aspirações: "a *igualdade dos indi-*

víduos" (não só no plano político ou jurídico, mas, antes de mais nada, no plano econômico) "e das classes" (visando à sua completa abolição). Numa palavra, convidaram a Liga a adotar o programa revolucionário socialista.

Eles deram, de modo deliberado, a forma mais moderada à sua proposta, a fim de que seus adversários, a maioria da Liga, não pudessem disfarçar sua recusa, objetando que a questão tinha sido colocada de modo muito brutal. Em termos claros, disseram-lhes: "Não vem ao caso, no momento, os meios a serem adotados para alcançar este objetivo. Porém, queremos saber se estais dispostos a alcançá-lo conosco. Admitis que este seja o objetivo legítimo e, hoje, o objetivo principal, para não dizer o único. Quereis, desejais, que se chegue a uma completa igualdade, não fisiológica ou etnográfica, mas social e econômica entre todos os indivíduos, qualquer que seja a parte do mundo, a nação ou o sexo ao qual eles pertencem? Estamos persuadidos, e toda a História Moderna o confirma, que enquanto a Humanidade estiver dividida entre uma minoria de exploradores e uma maioria de explorados, a liberdade será inconcebível e permanecerá uma mentira. Se desejais a liberdade para todos, sois obrigados a querer conosco a igualdade universal. Vós a desejais ou não?"

Se os Senhores democratas e socialistas burgueses tivessem sido mais inteligentes, teriam, para salvar sua honra, respondido sim, e, como homens *práticos*, teriam adiado a realização deste programa para o final dos tempos. Temendo uma resposta deste gênero, os "aliancistas" haviam concordado que, neste caso, colocar-se-ia a questão dos caminhos e meios necessários para alcançar o objetivo. Desta forma, viriam à discussão a propriedade individual e coletiva, a abolição do direito jurídico e a questão do Estado.

Ora, para a maioria do Congresso, teria sido muito mais vantajoso aceitar a batalha neste terreno do que no outro. A primeira questão era tão clara que não deixava escapatória. Quanto à segunda, bem mais complexa, permitia uma grande quantidade de interpretações, se bem que, com um pouco de habilidade, poder-se-ia discorrer e votar contra o socialismo popular ainda que se dando ares de socialista e amigo do povo. Quanto a isto, a escola de Marx forneceu-nos vários exemplos; e o ditador alemão é tão acolhedor (sob a expressa condição de prosternar-se diante dele), que atualmente ele cobre com sua bandeira um número considerável

de socialistas e democratas, burgueses da cabeça aos pés; a Liga da Paz e da Liberdade teria podido, portanto, obter asilo sob esta bandeira, se ela tivesse aceitado reconhecer o Sr. Marx como o maior dos homens.

Se este congresso burguês se tivesse comportado desta forma, a situação dos "aliancistas" teria sido, de modo incomparável, mais difícil; entre a Liga e eles ter-se-ia travado a mesma luta que hoje se desenrola entre eles e Marx. A Liga, porém, revelou-se mais inepta e ao mesmo tempo mais honesta do que os marxistas; ela aceitou a batalha no primeiro terreno que lhe foi proposto, e à questão: "Desejas ou não a igualdade econômica", ela respondeu "não" com uma maioria esmagadora. Por causa disto, separou-se de forma irrevogável do proletariado e condenou-se a um fim próximo. Sucumbiu e só deixou atrás de si dois fantasmas, que continuam a errar e a exprimir, com abundância, palavras amargas: Amand Goegg e o saint-simoniano milionário *Lemonnier*.

Retornemos agora ao estranho acontecimento que se produziu neste congresso, a saber: os delegados vindos de Nuremberg e de Stuttgart, isto é, os trabalhadores enviados pelo Congresso de Nuremberg do novo Partido Operário Social-Democrata Alemão, e os suevos burgueses do Partido do Povo, votaram unanimemente, com a maioria da Liga, contra a igualdade. Nenhum burguês, fosse o revolucionário mais vermelho, pode desejar a igualdade econômica, visto que esta igualdade seria para ele a morte.

Contudo, como os trabalhadores membros do Partido Operário Social-Democrata puderam votar contra a igualdade? Não é a prova de que o programa ao qual hoje estão subordinados os leva direto a um objetivo diametralmente oposto àquele que lhes conferem sua condição social e seu instinto, e que sua aliança com os radicais burgueses, concluída em nome de objetivos políticos, está fundada não na absorção da burguesia pelo proletariado, mas, ao contrário, na sujeição deste, àquela?

Outro fato significativo. O Congresso de Bruxelas, da Internacional, que concluiu suas deliberações alguns dias antes do Congresso de Berna, rejeitou toda solidariedade com este último; todos os marxistas que participaram do Congresso de Bruxelas tomaram a palavra e votaram neste sentido. Como é possível que outros marxistas, que assim como os primeiros, agiam sob a influência direta de Marx, tenham podido chegar a uma unanimidade tão comovente com a maioria do Congresso de Berna?

Tudo isso permanece, até o momento, um enigma. A mesma contradição apareceu ao longo de 1868 e mesmo após 1869, no *Volkstaat*, que é o principal órgão, pode-se até mesmo dizer, o órgão oficial do Partido Operário Social-Democrata Alemão, publicado pelos Srs. Bebel e Liebknecht. Artigos bastante violentos foram, às vezes, nele publicados contra a Liga burguesa; mas eram acompanhados de declarações lenitivas, outras vezes, de censuras amigáveis. Este órgão, que deveria representar interesses puramente populares, parecia implorar à Liga para moderar as manifestações muito vivas de seus instintos burgueses, que comprometeriam seus defensores aos olhos dos trabalhadores.

Esta hesitação no partido do Sr. Marx persistiu até setembro de 1869, isto é, até o Congresso de Basileia. Este congresso marca uma data no desenvolvimento da Internacional. Antes, os alemães haviam participado de um modo muito fraco dos congressos da Internacional. Os trabalhadores da França, da Bélgica, da Suíça e, até certo ponto, da Inglaterra, haviam representado o principal papel nestes congressos. Porém, no Congresso de Basileia, os alemães, que haviam organizado um partido, tomando por base, como foi dito mais acima, um programa político muito mais burguês do que socialista popular, apresentaram-se como um corpo bem disciplinado e votaram como um único homem, sob o olhar severo de um de seus chefes, o Sr. Liebknecht.

Seu primeiro ato foi, é evidente, apresentar seu programa, propondo fazer passar a questão política antes de qualquer outra questão. A batalha que se travou foi quente, mas os alemães foram derrotados. O Congresso de Basileia manteve de forma pura e simples o programa da Internacional, e não permitiu aos alemães desnaturá-lo, nele introduzindo uma política burguesa.

Assim começou a cisão na Internacional, cujos responsáveis foram e são ainda os alemães. Na Associação, de caráter por essência internacional, eles tiveram a petulância de propor, de querer impor quase pela força, seu programa estreitamente burguês e nacionalista, exclusivamente alemão e pangermânico.

Eles foram de todo derrotados e os membros da *Aliança dos Revolucionários Socialistas*, os "aliancistas", não foram os últimos a contribuir para esta derrota. O ódio feroz dos alemães pela Aliança vem daí. O final

de 1869 e a primeira metade de 1870 foram repletos de amargos ataques e intrigas ainda mais pérfidas, e mesmo amíúde odiosas, dos marxistas contra os membros da "Aliança".

Tudo isso, porém, acalmou-se rápido diante das nuvens de guerra, que se acumulam na Alemanha, antes de eclodir acima da França.

Sabe-se como terminou esta guerra: a França desmoronou e a Alemanha, tornada um império, tomou o seu lugar.

Acabamos de dizer que a Alemanha ocupou o lugar da França. Não, conquistou um lugar que nenhum Estado havia ocupado, até então, na História Moderna, nem mesmo a Espanha de Carlos V; só o império de Napoleão I podia lhe ser comparado em poderio e influência.

Ignoramos o que se teria passado, no caso de Napoleão III ter sido vitorioso. Sem dúvida nenhuma, isto teria sido um mal, um enorme mal; mas, para o mundo inteiro, para a liberdade dos povos, a infelicidade não teria sido maior do que hoje. A vitória de Napoleão III teria tido conseqüências para outros países, como uma doença aguda, dolorosa mas passageira, porque nenhuma camada social da nação francesa encerra, em grau suficiente, o elemento organicamente autoritário, que é necessário para consolidar e perpetuar uma vitória. Os próprios franceses teriam destruído sua supremacia momentânea, que, a rigor, teria podido afagar sua vaidade, mas que seu temperamento não teria suportado.

O alemão é bem diferente. Ele é criado ao mesmo tempo para ser escravo e para dominar. O francês é soldado por temperamento, por glória, mas é refratário à disciplina. O alemão aceita de bom grado a disciplina mais dura, mais vexatória, mais esmagadora; está mesmo pronto a amá-la desde que ela se coloque, ou, ainda, que ela coloque o Estado alemão acima de todos os outros Estados e de todas as outras nações.

Como explicar, de outra forma, esta louca embriaguez que se apoderou, de forma indiscutível, de toda nação, de todas, absolutamente de todas as camadas sociais da sociedade, com o anúncio das brilhantes vitórias conquistadas, de modo sucessivo, pelas tropas alemãs e, enfim, com a notícia da tomada de Paris? Ninguém ignorava, na Alemanha, que estas vitórias teriam como efeito imediato uma predominância decisiva do elemento militar, que, já antes, fazia-se observar por sua insolência desenfreada; que, em conseqüência, era de se esperar, no interior do país, o triunfo da

mais brutal reação; e o que se viu? Nenhum alemão, ou quase nenhum, assustou-se com isso; ao contrário, todos se confundiram num entusiasmo unânime. Toda a oposição sueva fundiu-se como a neve sob o brilho do novo sol imperial. O Partido do Povo desapareceu sem deixar sinal, e os burgueses, os nobres, os mujiques, os professores, os artistas, os literatos e os estudantes, cantaram em coro o triunfo pangermânico. Todas as associações e todos os círculos alemães no exterior festejaram e gritaram: "Viva o Imperador!", aquele mesmo que, em 1848, enforcava os democratas. Todos os liberais, democratas, republicanos, tornaram-se bismarckianos; mesmo nos Estados Unidos, onde, segundo parece, poder-se-ia tomar lições e adquirir hábitos de liberdade, milhares de imigrantes alemães entusiastas festejaram a vitória do despotismo alemão.

Um fenômeno tão geral e tão universal não pode ser um simples efeito passageiro. Ele revela a profunda paixão que vive na alma de cada alemão; paixão que encerra, como se poderia dizer, dois elementos indissolúveis: comandar e obedecer, dominar e ser escravo.

E os trabalhadores alemães? Bem, os trabalhadores alemães nada fizeram, sequer a mínima declaração enérgica de simpatia em favor dos trabalhadores franceses. Ocorreram pouquíssimos *meetings*, nos quais foram pronunciadas algumas frases em que o orgulho nacional triunfante parecia apagar-se diante da manifestação da solidariedade internacional. Todavia, ninguém foi além das frases, enquanto que, na Alemanha, desguarnecida de tropas, poder-se-ia tentar e fazer alguma coisa. É verdade que muitos trabalhadores haviam sido incorporados ao exército, no qual cumpriram, com brilhantismo, seu dever de soldado, batendo, estrangulando, massacrando e fuzilando, segundo as ordens de seus chefes, e entregando-se à pilhagem. Alguns deles, que cumpriram suas obrigações militares, enviaram cartas de comiseração ao *Volkstaat*, nas quais descreviam, tais como aconteciam, os atos de barbárie cometidos na França pelas tropas alemãs.

Houve, entretanto, alguns exemplos de oposição mais firme, tais como os protestos do nobre velho Jacoby, o que lhe valeu o aprisionamento numa fortaleza; e os dos Srs. Liebknecht e Bebel, ainda hoje na prisão. Estes, entretanto, são casos isolados e muito raros. Não podemos esquecer o artigo publicado, em setembro de 1870, no *Volkstaat*, em que se confessava abertamente o triunfo pangermânico. Este artigo começava por estas pala-

bras: "Graças às vitórias conquistadas pelas tropas alemãs, o centro de gravidade histórica passou, de maneira definitiva, da França para a Alemanha; nós, alemães etc."

Em resumo, pode-se dizer que, sem exceção, reinava entre os alemães, e ainda reina, um sentimento entusiasta de triunfo nacional, político e militar. É sobre este sentimento, que se apóiam, sobretudo, o poderio do império pangermânico e seu chanceler, o príncipe Bismarck.

Ricas províncias conquistadas, enormes quantidades de armas caíram nas mãos da Alemanha e, enfim, cinco bilhões de indenização de guerra, que lhe permitem manter um exército considerável, dotado de um armamento ultramoderno e de uma organização aperfeiçoada; a criação do império e sua sujeição orgânica ao absolutismo prussiano; a ereção de novas fortalezas e, por fim, a construção de uma marinha de guerra: tudo isto, é evidente, contribui, de modo notável, para reforçar o poderio pangermânico. Porém, sua principal sustentação reside, apesar de tudo, na profunda e inegável simpatia do povo.

Segundo a expressão de um de nossos amigos suíços: "Agora, qualquer alfaiate alemão, resida ele no Japão, na China ou em Moscou, sente atrás de si a marinha e a onipotência alemãs; este sentimento de orgulho coloca-o num estado de louca exaltação: o alemão pode, enfim, dizer com orgulho, como um inglês ou um norte-americano, apoiando-se em seu governo: "Eu sou alemão". Sem dúvida, um inglês ou um norte-americano, ao dizer: "Eu sou inglês" ou "Eu sou norte-americano" subentende: "Eu sou um homem livre"; o alemão se diz: "Eu sou escravo, todavia, meu imperador é o mais poderoso de todos os soberanos, e o soldado alemão, que me estrangula, estrangular-vos-á a todos".

O povo alemão se satisfará por muito tempo com este sentimento? Quem pode dizê-lo? Ele, por tanto tempo aspirou à graça, que mal acaba de o tocar, do Estado unificado, do Estado-cnute, que se pode supor que ele desejará, por muito, muito tempo, saborear as delícias disso. Cada povo tem seus gostos e, no povo alemão, o gosto por um bom porrete estatista predomina.

Ninguém colocará em dúvida que, com o Estado centralizado, vão desenvolver-se, e desde já se desenvolvem na Alemanha, todos os fatores funestos, toda a perversão, todas as causas de desagregação interna, que

acompanham de modo inevitável as vastas centralizações políticas. A dúvida é tanto menos possível, pois, sob os olhos do mundo, o processo de decomposição moral e mental está em curso; basta ler as revistas alemãs, das mais conservadoras às mais moderadas, para descobrir, em todos os lugares, relatos que fazem estremecer, relativos à corrupção que se apoderou do público alemão, reputado como sendo o mais honesto do mundo.

Eis o inevitável resultado do sistema capitalista de monopólios, que, em todos os lugares e sempre, acompanha os progressos e a expansão da centralização estatista. O capital privilegiado e concentrado em pouquíssimas mãos tornou-se, pode-se dizer, hoje, a alma de todo Estado político, que, financiado por ele e por ele apenas, lhe assegura, em retorno, o direito ilimitado de explorar o trabalho do povo. Inseparável do monopólio do dinheiro é o jogo na Bolsa, que permite arrancar da massa do povo, assim como da pequena e média burguesias, que pouco a pouco se empobrece, seu último copeque por meio das sociedades anônimas para o comércio e para a indústria.

A especulação na Bolsa faz com que, na burguesia, sucumba a antiga virtude burguesa fundada sobre a poupança, a sobriedade e o trabalho; ela engendra o desejo geral de enriquecer rápido; e como só se pode conseguir isso enganando e praticando o roubo por hipótese lícito, tanto quanto o roubo ilícito, mas hábil, a velha honestidade dos filisteus e sua consciência escrupulosa devem necessariamente desaparecer.

Observar-se-á a rapidez com a qual se perde, sob nossos olhos, a famosa honestidade dos alemães. A honestidade filistéia alemã era de uma mesquinharia e de uma estupidez indescritíveis; mas o alemão pervertido é um ser tão execrável que não existe palavra para exprimi-lo. No francês, a perversão se dissimula sob a graça, o espírito e o encanto; no alemão, a perversão, que não conhece limite, nada tem para encobri-la. Ela se mostra em toda a sua execrável, grosseira e estúpida nudez.

Diante da nova corrente econômica, que tomou conta de toda a sociedade alemã, também se apaga de modo manifesto tudo o que havia de digno na Alemanha, no pensamento, na arte e na ciência. Os professores alemães são mais do que nunca lacaios, e os estudantes, mais do que nunca, encharcam-se de cerveja, brindando à saúde e à glória de seu imperador.

E os camponeses? Estes não sabem mais com exatidão a que santo recorrer. Rejeitados e expulsos de forma sistemática, durante séculos, até mesmo pela burguesia liberal, no campo da reação, formam, hoje, em sua imensa maioria, sobretudo na Áustria, na Alemanha Central e na Baviera, a mais firme sustentação da reação. Será preciso muito tempo para que eles percebam e compreendam que o Estado pangermânico unificado e o imperador, com sua administração militar, civil e policial, os oprimem e os despojam.

Enfim, os trabalhadores. Eles são desorientados por seus políticos "literaturizantes" e judaizantes. Sua condição se torna, na verdade, ano a ano, cada vez mais insuportável; as graves agitações, que se produzem nas principais aglomerações industriais da Alemanha, são a prova disso. Não se passa um mês ou uma semana sem que ocorram manifestações na rua e, às vezes, choques com a polícia nesta ou naquela cidade da Alemanha. Contudo, não se deve concluir deste fato que a revolução popular esteja próxima, antes de mais nada porque os próprios líderes operários odeiam tanto quanto os burgueses a evolução e a temem, ainda que eles tenham sempre a palavra na boca!

Este ódio e este temor os levaram a orientar toda a população operária para a agitação dita pacífica e legal, o que tem por efeito, de hábito, a eleição de um ou dois operários, e mesmo literatos burgueses filiados ao Partido Operário Social-Democrata, ao parlamento pan-alemão. Ora, isto, não só não é perigoso para o Estado alemão, mas lhe é, ao contrário, extremamente útil como pára-raios, como válvula de escape.

Enfim, é impossível esperar uma Revolução na Alemanha, pelo menos porque há, na realidade, no espírito, no caráter e no temperamento do alemão, pouquíssimos elementos revolucionários. O alemão refletirá, o quanto se quiser, contra todo representante da autoridade, mesmo contra o imperador. Nunca acabará de refletir; mas, mesmo esta disposição de espírito, volatizando, se se pode dizer, suas forças morais e cerebrais, e impedindo-o de se voltar para si mesmo, protege-o contra o perigo de uma explosão revolucionária.

De resto, como uma tendência revolucionária poderia se combinar no povo alemão com a docilidade hereditária e a sede de domínio, que são, como já dissemos várias vezes, o aspecto fundamental de seu caráter?

E, se se quiser saber que desejo se sobrepõe, hoje, na consciência de todo alemão, é o desejo de *alargar ao máximo possível as fronteiras do império*.

Tomai um alemão em qualquer meio social que vos agradar e será muito se encontrardes um em mil, o que estou dizendo, um em dez mil, que não vos responderá como na canção de Arndt:

"Não, não, não, a Pátria alemã deve ser bem mais vasta."

Todo alemão crê que a formação do grande império germânico apenas começou e que, para conduzi-la a seu termo, será necessário anexar a Áustria, com exceção da Hungria, a Suécia, a Dinamarca, a Holanda, uma parte da Bélgica, um pedaço da França e toda a Suíça, até os Alpes. Esta é a paixão que, hoje, sufoca todo o resto no alemão. Ela também inspira todos os atos do Partido Operário Social-Democrata.

E não acreditar que Bismarck seja o inimigo feroz deste partido, como ele gostaria que acreditassem. Ele é muito inteligente para não ver que este partido é para ele um pioneiro, que propaga na Áustria, na Suécia, na Dinamarca, na Bélgica, na Holanda e na Suíça o conceito alemão do Estado. Disseminar este conceito é hoje a principal preocupação do Sr. Marx, que, como já vimos, esforça-se na Internacional para renovar, em seu proveito, e com o mesmo êxito, as façanhas do príncipe Bismarck.

Bismarck, que tem em mãos todos os partidos, não está de modo algum disposto a abandoná-los ao Sr. Marx; ele é, hoje, muito mais do que o Papa e a França clerical, a cabeça da reação européia, pode-se até dizer, da reação mundial.

A reação francesa é execrável, ridícula e lamentável ao extremo, mas de forma alguma perigosa. Ela é muito insensata, opõe-se de modo absurdo a todas as aspirações da sociedade moderna, sem falar do proletariado, mas da própria burguesia, a tudo aquilo que condiciona a existência do Estado, para que se possa tornar uma força real. Ela nada mais é senão um espasmo doloroso, desesperado, do Estado francês moribundo.

A reação pangermânica é de todo diferente. Não se lisonjeia por estar em oposição brutal e estúpida com as exigências modernas da civilização burguesa; procura, ao contrário, agir o máximo possível, em todos os domínios, em pleno acordo consigo mesma. Na arte de dissimular, sob as formas mais liberais, e até as mais democráticas, seus procedimentos e atos despóticos, os reacionários alemães superaram seu mestre Napoleão III.

Vede, por exemplo, a questão religiosa. Quem tomou a iniciativa audaciosa de se opor às pretensões medievais da Santa Sé? A Alemanha, o príncipe Bismarck, o qual não temeu as intrigas que os jesuítas urdem por toda parte contra ele; e no povo que eles amotinam e, sobretudo, na corte imperial, ainda agora mergulhada na beatice sob todas as suas formas, quem não temeu inclusive seu punhal, seu veneno, por meio dos quais, conforme sabemos, os jesuítas estão habituados a se livrar de seus adversários perigosos. O príncipe Bismarck atacou com tanto vigor a Igreja Católica Romana que o velho e bravo Garibaldi, herói dos campos de batalha, mas péssimo filósofo, e político que, mais do que ninguém, detesta os padres, se bem que basta que alguém se declare inimigo deles para se tornar a seus olhos o mais progressista e o mais liberal dos homens, Garibaldi, como dizíamos, fez, há pouco, a apologia do chanceler do império e o chamou de libertador da Europa e do mundo. O pobre general não compreendeu que hoje esta forma de reação é, de modo incomparável, mais nefasta e mais perigosa do que a reação clerical, vingativa mas impotente, pois, na atualidade, esta não é mais possível; Garibaldi não compreendeu que a reação estatista é hoje a mais temível de todas, que continua a ser algo possível e que é, na época atual, a única e última forma que a reação pode revestir. Até o presente momento, uma multidão de pretensos liberais e democratas também não compreende isso, e inúmeros são aqueles que, a exemplo de Garibaldi, vêem Bismarck como o campeão da liberdade do povo.

O mesmo acontece com a questão social. O príncipe Bismarck não organizou, há alguns meses, um verdadeiro congresso de juristas e economistas muito conceituados para submeter a um exame aprofundado os problemas sociais que hoje interessam aos trabalhadores? É verdade que estes senhores nada resolveram e, por sinal, não podiam resolver o que quer que fosse, pois a única questão que lhes foi colocada foi a seguinte: como aliviar a situação dos trabalhadores sem tocar de maneira alguma nas relações existentes entre o Capital e o Trabalho, ou, o que dá no mesmo, o que fazer para tornar possível o impossível? É compreensível que estes senhores tivessem de se separar sem nada ter resolvido, mas restou, em todo caso, este título de glória a Bismarck, que, ao contrário dos outros homens de Estado europeus, compreende a importância da questão social e a ela consagra todos os seus cuidados.

Enfim, ele deu satisfação à vaidade da burguesia patriota alemã. Bismarck não só criou um poderoso Estado pangermânico unificado, mas também dotou-o das mais liberais e mais democráticas instituições governamentais; deu-lhe um parlamento eleito pelo sufrágio universal, com o direito de perorar sobre todas as questões possíveis e imagináveis, apenas reservando-se o direito de fazer e aplicar só o que satisfaz ou convém a seu soberano. Abriu, assim, aos alemães, um campo de tagarelice infinito e conservou para si apenas três coisas: *as finanças, a polícia e o exército, isto é, tudo o que constitui a essência de um verdadeiro Estado, tudo aquilo que faz a força da reação.*

Graças a essas três ninharias, ele reina hoje como senhor absoluto sobre toda a Alemanha e, por intermédio da Alemanha, sobre o continente europeu. Nós já mostramos e, segundo nos parece, demonstramos que todos os outros Estados do continente, ou são tão fracos que não há razão para falar deles, ou, então, ainda não estão organizados e jamais se organizarão de forma séria como Estados, como, por exemplo, a Itália, ou, enfim, estão em plena decomposição, tais como a Áustria, a Turquia, a Rússia, a Espanha e a França. No meio dos Estados, que ainda não atingiram a idade adulta, de um lado, e os Estados em plena decrepitude, de outro, ergue-se, belo e forte, o grandioso edifício do Estado alemão, último refúgio dos privilégios e dos monopólios, numa palavra, da civilização burguesa, última e poderosa muralha da centralização estatista, isto é, da reação. Sim, sobre todo o continente europeu, há um único Estado bem real: o Estado pangermânico; todos os outros são apenas vice-reinos do Grande Império alemão.

Pela boca de seu chanceler, este império declarou guerra mortal à revolução social. O príncipe Bismarck pronunciou contra ela uma sentença de morte, em nome dos quarenta milhões de alemães, que estão por trás dele e lhe servem de suporte. Quanto a Marx, seu rival cheio de inveja, e, por trás dele, todos os chefes do Partido Operário Social-Democrata da Alemanha, eles declararam, por sua vez, como para secundar Bismarck, a mesma guerra encarniçada à revolução social. Exporemos tudo isso, com pormenores, na parte seguinte.

Veremos que, hoje, há, de um lado, a reação integral amalgamada com o império alemão, com a nação alemã, a qual é arrebatada pela única

paixão da conquista e da dominação, isto é, da supremacia do Estado; de outro, como único campeão da libertação dos povos e dos milhões de proletários de todos os países, há, reerguendo a cabeça, a revolução social. No momento, suas forças estão concentradas apenas no sul da Europa: na Itália, na Espanha, na França; todavia, esperamos que, em breve, sob sua bandeira, se levantarão também os povos do Norte: a Bélgica, a Holanda, sobretudo a Inglaterra e, mais adiante, enfim, todos os povos eslavos.

Sobre a bandeira pangermânica está inscrito: *manutenção e reforço do Estado a qualquer preço*; sobre a bandeira da revolução social, nossa bandeira, está gravado, ao contrário, em letras de fogo e sangue: *destruição de todos os Estados, abolição da civilização burguesa, organização espontânea de baixo para cima, por meio de alianças livres, organização da plebe operária revoltada e de toda a Humanidade liberta e fundação de uma nova sociedade humana.*

Os capítulos seguintes mostrarão como estes dois princípios opostos manifestaram-se e desenvolveram-se na consciência do proletariado europeu.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Para que não haja mal-entendidos, fazemos questão de precisar que o que denominamos *ideal* do povo não tem nenhuma analogia com as soluções, fórmulas e teorias político-sociais elaboradas fora da vida deste, por doutos ou semidoutos, que têm a liberdade para fazê-lo, oferecidas de forma generosa à *multidão ignorante* como a condição expressa de sua futura organização. Não temos a mínima fé nessas teorias e as melhores dentre elas dão-nos a impressão de leitões de Procusto, muito exíguos para conter o amplo e poderoso curso da vida popular.

A ciência mais racional e mais profunda não pode adivinhar as formas que a vida social assumirá no futuro. Ela pode apenas definir os fatores *negativos*, que decorrem, de modo lógico, de uma rigorosa crítica da sociedade atual. Assim, a ciência sócio-econômica, procedendo a esta crítica, chegou à negação da propriedade individual hereditária, por conseguinte, ao conceito abstrato e, por assim dizer, *negativo*, da propriedade coletiva como condição necessária do futuro sistema social. Da mesma maneira, veio negar a própria noção do Estado e do sistema estatista, isto é, de todo sistema, que consiste em governar a sociedade de cima para baixo em nome de um pretense direito teológico ou metafísico, divino ou científico e, em consequência, a emitir o conceito diametralmente oposto e, portanto, *negativo*: a anarquia, quer dizer, a organização livre e autônoma de todas as unidades ou partes separadas que compõem as comunas e sua livre federação, fundada de baixo para cima, não pela injunção de qualquer autoridade que seja, mesmo eleita, nem tampouco pelas formulações de uma sábia teoria, qualquer que seja ela, mas em consequência do desenvolvimento natural das necessidades de todos os tipos, que a própria vida fizer aparecer.

Nenhum sábio está, portanto, em condições de ensinar ao povo, ou definir para ele, o que será ou deverá ser seu modo de vida, logo após a revolução social. Esse modo de vida será determinado, em primeiro lugar, pela situação de cada povo e, em segundo, pelas necessidades que nascerão em cada um deles e manifestar-se-ão com o máximo de força, portanto, de modo algum por diretrizes ou notas explicativas vindas de cima e, de maneira geral, por teorias, quaisquer que sejam elas, concebidas às vésperas da Revolução.

Sabemos que, hoje, há na Rússia uma tendência favorável à formação de pretensos educadores do povo. Alguns acreditam que se deve começar por instruir o povo e, quando este estiver instruído e compreender seus direitos, poder-se-á, então, impeli-lo à revolta. Porém, logo surge uma pergunta: o que ireis ensinar ao povo? O que vós mesmos não sabeis, o que não podeis saber e o que deveis, antes de mais nada, aprender com ele?

Nesta tendência ou neste partido, que está longe, por sinal, de ser novo, devem-se distinguir duas categorias de pessoas.

A mais numerosa é a dos doutrinários, dos charlatães, dos quais a maioria mistifica-se a si mesma e que, sem recusar as satisfações e os proventos que a sociedade atual concede a uma minoria de ricos e privilegiados, quer, ao mesmo tempo, adquirir ou conservar a reputação de homens devotados de forma profunda à causa da emancipação do povo, e, inclusive, a de revolucionários, quando isto não acarreta grandes inconvenientes. Muitos destes belos senhores surgiram na Rússia. Vê-se fundarem bancos populares, cooperativas de consumo e de produção, ocupam-se, é evidente, do problema da mulher, e intitulam-se, ruidosamente, defensores da ciência, positivistas, e, agora, marxistas. O traço comum que os caracteriza é o de não aceitarem nenhum sacrifício, de proteger e preservar, acima de tudo, sua cara pessoa e, ao mesmo tempo, quererem aparecer como homens avançados sob todos os aspectos. Com as pessoas desta categoria, por mais numerosas que sejam, toda discussão é inútil. Antes da revolução, a única coisa a fazer é desmascará-las e confundí-las; em tempo de revolução. . . , mas esperamos que, nesse momento, estes indivíduos tenham desaparecido por si mesmos.

Ora, há uma outra categoria, composta de jovens honestos, sinceramente devotados e que, nestes últimos tempos, lançaram-se, como por

desespero, nesta tendência, apenas porque creem que, nas atuais circunstâncias, não há outra causa a servir, nem outra saída. Não daremos uma característica mais precisa destes jovens para não atrair sobre eles a atenção da polícia; mas aqueles dentre eles, que lerem estas linhas, compreenderão que nossas palavras dirigem-se a eles.

Gostaríamos justamente de perguntar-lhes o que entendem por instruir o povo. Trata-se de ensinar-lhe a ciência racional? Até onde sabemos, seu objetivo não é este. Eles não ignoram que o governo prenderia, desde a primeira tentativa, qualquer pessoa que procurasse introduzir a ciência nas escolas públicas e que, por outro lado, nosso povo, na situação miserável em que se encontra, não se interessa por isso. Para tornar-lhe as questões teóricas acessíveis, é preciso modificar sua vida e, de início, transformar, de modo radical, as condições materiais de sua existência, subtraindo-o da miséria que o esmaga por todos lados e o condena, por assim dizer, aos tormentos da fome.

De que maneira as pessoas honestas podem modificar a vida material do povo? Elas não têm de forma alguma o poder, e o Estado, como tentaremos demonstrá-lo mais à frente, é incapaz de melhorar a condição material do povo; a única coisa que o Estado pode fazer em seu favor é dissolver-se, desaparecer, visto que sua existência é incompatível com a felicidade do povo, felicidade que só poderá ser criada pelo próprio povo.

O que podem fazer seus amigos? Levá-lo a um movimento e a uma ação autônomos e, antes de mais nada — afirmam precisamente os defensores de boa fé da tendência da qual acabamos de falar —, indicar-lhe as vias e os meios que o conduzirão à emancipação.

Vias e meios podem ser de dois tipos: uns, puramente revolucionários e visando direto à organização de uma insurreição geral do povo; outros, mais pacíficos, abordando sua emancipação por uma transformação de forma sistemática e lenta, mas ao mesmo tempo radical, de suas condições de existência. Esta segunda tática, se se quer segui-la com sinceridade, exclui, é óbvio, a indecente propaganda dos economistas burgueses em favor da poupança, pela simples razão de que o povo proletário, em geral, e o nosso, em particular, não pode economizar sequer um centavo.

Ora, o que podem fazer as pessoas honestas para levar nosso povo ao caminho de uma lenta mas radical transformação de suas condições

materiais? Criar cátedras de sociologia no campo? Em primeiro lugar, o governo vigilante e paternal não o tolerará; em segundo, os camponeses, infelizmente, não compreenderão em absoluto nada e troçarão dos professores; enfim, a sociologia é a ciência do futuro; hoje, ela é infinitamente mais rica em questões não resolvidas do que em respostas positivas, e não precisamos dizer que nossos miseráveis mujiques não têm tempo de fato para se interessar por ela; só se pode agir sobre eles por uma ação prática, de forma alguma pela teoria.

Qual pode ser esta ação prática? Deve ela fixar-se como objetivo principal, senão como único objetivo, levar nossa imensa massa camponesa ao caminho das transformações econômicas, que só interessa a ela, e concebidas no espírito da sociologia moderna? Esta ação não pode ser outra coisa senão a formação de associações artesanais e de sociedades cooperativas de empréstimos, consumo e produção, sobretudo estas últimas, mais diretamente do que as outras indo no sentido do objetivo: a emancipação do Trabalho da dominação do Capital.

Esta emancipação, porém, será possível nas condições econômicas que regem a sociedade atual? A ciência, apoiando-se em fatos e, de modo preciso, em toda uma série de experiências realizadas nestes últimos vinte anos, em diferentes países, responde de forma categórica que é impossível. Lassalle, do qual, diga-se de passagem, estamos longe de ser adeptos, demonstrou em suas brochuras esta impossibilidade do modo mais brilhante e mais popular, e sobre isso estão de acordo com ele todos os economistas modernos, burgueses, é verdade, mas sérios, que parecem descobrir, a contragosto, a impotência do sistema cooperativo, no qual vêem, com bastante razão, um pára-raios contra o raio da revolução social.

De seu lado, a Internacional, durante anos, agitou a questão das associações cooperativas; embasando-se em numerosos argumentos, chegou às seguintes conclusões, formuladas no Congresso de Lausanne (1867) e confirmadas no Congresso de Bruxelas (1868).

A cooperação, sob todos os seus aspectos, é, sem sombra de dúvida, uma forma eqüitativa e racional do futuro sistema de produção. Contudo, para que ela possa alcançar seus objetivos, que são a emancipação das massas laboriosas, sua retribuição em função do produto integral de seu trabalho e a satisfação de suas necessidades, a terra e o capital, sob qualquer

forma que seja, devem ser convertidos em propriedade coletiva. Enquanto isto não for feito, a cooperação, na maioria dos casos, será esmagada pela concorrência todo-poderosa do grande capital e da grande propriedade fundiária; nos raros casos em que, por exemplo, esta ou aquela sociedade de produção, funcionando de modo forçoso mais ou menos fechada, conseguir suportar e sobrepujar esta concorrência, este êxito terá como único resultado engendrar uma nova classe privilegiada de felizes cooperadores na massa miserável dos proletários. Assim, nas condições atuais da Economia social, a cooperação não pode proporcionar a emancipação às massas operárias; entretanto, oferece a vantagem, mesmo agora, de habituar os trabalhadores a unirem-se, organizarem-se e conduzirem seus próprios interesses.

Todavia, apesar desta incontestável utilidade, o movimento cooperativo, que, no início, tinha avançado a largos passos, enfraqueceu-se de forma sensível na Europa nestes últimos tempos, pela simples razão de que as massas operárias, hoje convencidas de que não podem obter, por este meio, sua emancipação, não julgaram necessário recorrer à cooperação para aperfeiçoar seus conhecimentos práticos; não tendo mais confiança neste meio para alcançar seus objetivos, logo se desviaram do caminho que conduz à cooperação, isto é, que não conduz a ela, e estas massas não têm mais tempo para consagrar-se a estes exercícios, mesmo úteis.

O que é verdade no oeste não poderia ser falso no leste, e não pensamos que o movimento cooperativo possa conseguir uma amplitude muito grande na Rússia. Atualmente, a cooperação se choca com mais obstáculos ainda do que no Ocidente. Uma das principais razões de seu êxito, lá onde ela deu certo, foi a iniciativa individual, a perseverança e a coragem, mas o espírito individual é muito mais desenvolvido no Ocidente do que na Rússia, onde ainda reina o espírito gregário. Além disso, os próprios fatores externos, sejam eles políticos ou sociais, assim como o grau de instrução, são incomparavelmente mais propícios no Ocidente do que na Rússia, para a formação e a expansão das sociedades cooperativas, e, apesar de tudo, o movimento cooperativo está em declínio. Assim, como ele poderia implantar-se na Rússia?

Diz-se-á que o caráter gregário dos movimentos populares russos pode favorecê-lo. O que constitui o progresso é o aperfeiçoamento incessante

da organização do trabalho, da indústria e de seus produtos; sem este aperfeiçoamento, a luta contra a concorrência do Capital, já tão desigual, é impossível, incompatível com uma atividade gregária forçosamente rotineira. É isto que faz com que, na Rússia, a cooperação não possa se desenvolver senão em limites muito fracos, para não dizer ínfimos; e, enquanto for assim, o Capital, com sua esmagadora superioridade, e o governo, com seus meios ainda mais esmagadores, não sentirão, nem sua presença, nem seus efeitos.

De resto, compreendemos de forma perfeita que os jovens, muito sérios e muito honestos para se consolarem com frases liberais e dissimularem seu egoísmo sob tagarelices doutrinárias, sem alma e sem pensamento; numa palavra, sob as sábias tagarelices dos Mirtov e dos Kedrov, muito cheios de vida e entusiasmo, e, por outro lado, para permanecerem de braços cruzados numa vergonhosa passividade e não vendo outra saída diante deles, entreguem-se ao movimento dito cooperativo. Isto lhes dá pelo menos o meio e a ocasião de entrar em contato com os trabalhadores, tomar assento a seu lado, trabalhando com eles, conhecê-los bem e, na medida do possível, agrupá-los, para alcançar pelo menos um objetivo qualquer. Tudo isto, obviamente, é, ao infinito mais consolador e útil do que nada fazer.

Deste ponto de vista, não somos adversários das experiências cooperativas; mas, ao mesmo tempo, pensamos que os jovens, que as tentam, não devem ter ilusões quanto aos resultados que delas podem esperar. Nas grandes cidades e nas aldeias, que possuem uma fábrica, entre os operários, estes resultados podem ser bastante apreciáveis. Ao contrário, serão insignificantes na população rural, onde se perderão como o grão de areia no deserto ou a gota de água no mar..

Porém, será verdade que não há, na Rússia, outra saída ou outra causa a servir fora das empresas cooperativas? Pensamos, com franqueza, que isto não é verdade.

Há, no povo russo, na mais ampla escala, dois fatores que podemos considerar como condições prévias da revolução social. Este povo possui todas as razões para vangloriar-se de uma miséria extrema e de uma servidão, que é um modelo do gênero. Seus sofrimentos são infinitos e ele não os suporta de forma alguma com paciência e resignação, mas com um

profundo e feroz desespero, que, por duas vezes na História, traduziu-se por terríveis explosões populares: a revolta de Stenka Razin e a de Pugatchev, e que, ainda hoje, não cessa de exprimir-se em contínuas insurreições camponesas.

O que o impede, portanto, de fazer uma revolução vitoriosa? Será a ausência de um ideal comum, capaz de conceber uma revolução popular, dar-lhe um objetivo bem definido, ideal sem o qual, como já dissemos, não há revolta simultânea e generalizada de todo o povo possível e, por conseguinte, o êxito da revolução? Porém, seria justo dizer que este ideal não se criou, desde agora, no povo russo?

Se este ideal não existisse, se não se tivesse formado na consciência do povo, pelo menos em seus traços essenciais, seria preciso abandonar toda esperança de uma revolução na Rússia, porque este vem das profundezas da vida do povo, decorre de forma necessária das provações pelas quais este passou no decorrer da História, de suas aspirações, de seus sofrimentos, de seus protestos, de sua luta, tudo sendo a expressão, por assim dizer, figurada, inteligível a todos, e sempre muito simples em suas verdadeiras necessidades e esperanças.

É claro que se o povo não forma por si próprio este ideal, ninguém estará em condições de lhe dar. Não se pode, com efeito, dar ao indivíduo, à sociedade ou ao povo, o que não existe neles, não só em germe, mas mesmo desenvolvido até um certo grau. Tomemos o indivíduo; se uma idéia não existe nele em estado de noção mais ou menos clara, que ajude, por assim dizer, o instinto a revelar-se, o que quer que fizerdes, não a explicareis e, sobretudo, não o fareis concebê-la. Tomai um burguês satisfeito com sua sorte; tendes a esperança de fazê-lo, um dia, admitir que o proletário tem o direito de desenvolver de forma plena sua humanidade e participar, em pé de igualdade, de todos os gozos, de todas as satisfações, de todas as vantagens da vida social, ou de demonstrar-lhe a legitimidade e a salutar necessidade da revolução social? É evidente que não, se não perdestes a razão, sequer o tentareis; e por que não o tentareis? Porque estareis certo de que (mesmo admitindo que este burguês seja bom por natureza, inteligente, que tenha nobreza de caráter, grandeza de alma, dedicado à justiça — observai as concessões que eu faço; burgueses deste gênero não existem muitos — que ele seja muito culto e até mesmo sábio)

ele não vos compreenderá e nunca será um revolucionário socialista. E por que não o será? Pela simples razão de que a vida não criou nele as aspirações naturais que correspondem à vossa idéia revolucionária socialista. Se, ao contrário, estas aspirações existissem nele, mesmo em germe, ou sob as formas mais extravagantes, qualquer que fosse o atrativo para sua sensibilidade ou a satisfação de seu amor-próprio que sua situação social lhe concede, ele não poderia estar contente consigo.

Ao contrário, tomai um indivíduo, o menos instruído ou o mais simplório, por pouco que descobris, nele, sentimentos instintivos e, inclusive, obscuros, aspirações desinteressadas correspondentes à idéia revolucionária socialista, por mais primitivas que sejam suas verdadeiras noções, não vos espantareis; ao contrário, ocupar-vos-eis dele com seriedade, com amor e vereis com que amplitude e paixão ele compreenderá, assimilará vossa idéia, ou, melhor, a sua própria, visto que ela não será outra coisa senão a expressão clara, inteira e lógica de seu próprio instinto, de forma que, no fundo, nada lhe tereis dado, nada de novo, mas apenas revelado o que nele existia bem antes de vosso encontro. Eis por que digo que ninguém pode dar coisa alguma a alguém.

Porém, se isto é verdadeiro aplicado ao indivíduo, é-o ainda mais aplicado a todo o povo. É preciso ser três vezes imbecil ou um incurável doutrinário para crer que se pode dar o que quer que seja ao povo, presentear-lhe um bem material qualquer ou uma outra mentalidade ou moralidade, ou, ainda, uma nova verdade, e imprimir, de modo arbitrário, à sua existência uma nova orientação ou, como sustentava o falecido Tchaadaev, há trinta e seis anos, falando do povo russo, escrever sobre ele, como sobre uma página virgem, qualquer coisa.

Entre os grandes gênios, há bem poucos até aqui que tenham feito alguma coisa pelo povo; os gênios do povo são os grandes aristocratas, e tudo o que fizeram até o presente só serviu para instruir, fortalecer e enriquecer a minoria exploradora; as massas miseráveis, abandonadas e oprimidas por todo mundo, tiveram de abrir seu caminho, de imenso martírio, para a liberdade e a luz por incessantes esforços, obscuros e estéreis. Os maiores gênios não trouxeram e não podiam trazer uma nova substância à sociedade e, eles próprios criados por ela, não trouxeram e não trarão, prossequindo e ampliando a obra dos séculos, senão novas formas para

esta mesma substância, que renova e desenvolve, sem cessar, a evolução da vida social.

Porém, repito-o: os mais ilustres gênios nada ou bem pouco fizeram até agora, propriamente falando, para o povo, quer dizer, para os milhões de proletários. A vida, a evolução, o progresso do povo, pertencem, de forma exclusiva, ao próprio povo. Este progresso não se realiza, é evidente, por meio de estudos livrescos, mas sim por um aumento natural da experiência e do pensamento; transmitido de geração a geração, o progresso evolui por necessidade, desenvolve sua própria substância, aperfeiçoa-se e toma forma, é claro, com uma extrema lentidão; um número infinito de pesadas e amargas provações históricas fizeram com que, em nossos dias, enfim, as massas populares de todos os países, pelo menos os países da Europa, compreendessem que nada devem esperar das classes privilegiadas e dos Estados atuais, e, até mesmo, de maneira geral, das revoluções políticas, e que só poderão se emancipar por seu próprio esforço, por meio da revolução social. Isto ainda define o ideal universal, que, hoje, anima as massas populares desses países e as faz agir.

Este ideal existe na concepção do povo russo? Existe, não há dúvida, e sequer há necessidade de analisar com profundidade a consciência histórica de nosso povo para definir seus aspectos fundamentais.

O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecundada com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito à fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda a comunidade rural, ao *mir*,³⁸ que reparte a terra, a título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta, ao mesmo tempo que a gestão comunitária do *mir* e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado.

Estes são os três aspectos fundamentais, que caracterizam o ideal do povo russo. Por sua natureza, eles correspondem de forma plena ao ideal, que se formou nestes últimos tempos na consciência do proletariado dos países latinos, os quais estão hoje infinitamente mais próximos da revolução social do que os países germânicos. Entretanto, o ideal do povo russo é obscurecido por outros três aspectos, que desnaturam seu caráter e com-

plicam ao extremo, retardando-a, sua realização; aspectos, que devemos, por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis de combater, visto que o próprio povo já se engajou no combate.

Estes três aspectos são: 1) o estado patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo *mir*; 3) a confiança no czar.

Poder-se-ia acrescentar, como quarto aspecto característico, a religião cristã, quer esta diga respeito à Igreja Ortodoxa Oficial ou a uma seita; mas, de acordo com nossa opinião, na Rússia, esta questão está longe de assumir a mesma importância que nos países católicos, e mesmo nos países protestantes da Europa Ocidental. Os revolucionários socialistas, é óbvio, não a negligenciam e aproveitam-se de cada ocasião para dizer, diante do povo, a verdade mortífera ao Senhor Sabaoth e a seus representantes na terra: teólogos, metafísicos, políticos, juristas, policiais e economistas burgueses. Porém, não colocam a questão religiosa em primeiro plano, persuadidos de que a superstição do povo, tendência natural de seu obscurantismo, é, entretanto, menos enraizada em sua ignorância do que em sua miséria, em seus sofrimentos naturais e nos vexames inauditos de toda espécie que este povo sofre no cotidiano; que as idéias e as histórias religiosas, esta tendência fantástica pelo absurdo, têm um aspecto bem mais prático do que teórico e, assim, são menos uma aberração do que um protesto da vida, da liberdade e da paixão contra o peso insuportável da existência; que a Igreja é para o povo um tipo de cabaré dos céus, assim como o cabaré é um tipo de igreja celestial sobre a Terra; na igreja como no cabaré, o povo esquece, nem que seja por um momento, a fome, a opressão, as humilhações, e tenta apaziguar a sensação de sua miséria quotidiana, ora por uma crença insensata, ora pelo vinho. Uma e outra embriaguez se equivalem.

Os revolucionários socialistas sabem disto e estão, desta forma, convencidos de que só será possível suprimir o sentimento religioso no povo pela revolução social, nunca pela propaganda abstrata e doutrinária dos pretensos livres-pensadores. Estes senhores livres-pensadores são burgueses da cabeça aos pés, incorrigíveis metafísicos por suas maneiras, seus hábitos e seu modo de viver, mesmo quando se dizem positivistas e se crêem materialistas. Parece-lhes que a vida decorre do pensamento, que ela é a realização de uma idéia preestabelecida e, a partir disto, afirmam que o pensamento, sem dúvida seu pensamento indigente, deve dirigir a própria

vida; não compreendem que o pensamento decorre, ao contrário, da vida, e que, para modificar o pensamento, é preciso transformar a vida. Dai ao povo uma ampla existência humana e ele vos surpreenderá com o profundo racionalismo de suas idéias.

Os doutrinários inveterados, que se intitulam livres-pensadores, têm ainda outra razão para preferir a propaganda doutrinal anti-religiosa à ação prática. São, em sua maioria, revolucionários medíocres e egoístas vaidosos, ao mesmo tempo que poltrões. Além do mais, por sua situação social, pertencem às classes cultas e agarram-se a seu conforto, ao luxo refinado, aos vãos prazeres do espírito, de que a vida destas classes é preenchida. Compreendem que a revolução popular, brutal e expeditiva por natureza, assim como pelos fins que ela persegue, não parará diante da supressão do mundo burguês, que lhes fornece tantas delícias; assim, independente do fato de que não estão de forma alguma dispostos a atrair para si os sérios transtornos aos quais se expõe, ao servir honestamente à causa revolucionária, e a suscitar a indignação de seus protetores, admiradores, amigos, colegas, menos liberais e menos temerários que eles, mas muito úteis, com os quais estão ligados por sua formação intelectual, suas relações mundanas, seu gosto pelo luxo e pelo conforto, não têm o mínimo desejo de desencadear uma revolução da qual têm medo, revolução que os derrubaria de seu pedestal e lhes faria perder de imediato todas as vantagens de sua situação atual.

Ora, eles não querem admitir isto e crêem-se obrigados a surpreender o mundo burguês por seu radicalismo e fazer a juventude revolucionária e, se possível, o próprio povo, seguirem seus passos. Porém, como fazer? É preciso surpreender o mundo burguês, mas sem indispor-lo; é preciso seduzir a juventude revolucionária e, ao mesmo tempo, evitar o abismo revolucionário! Para isto, só há um meio: voltar a cólera pseudo-revolucionária contra Deus. Eles estão tão seguros de que Deus não existe que não temem sua cólera. As coisas são bem diferentes quando se trata das autoridades, de qualquer autoridade que seja, desde o czar até o último policial! Bem diferentes também quando se trata de pessoas ricas ou que a situação social as torna poderosas, desde o banqueiro e o judeu agiota, até o último grande comerciante do campo ou proprietário de terras! A cólera destas pessoas pode se expressar de modo mais cáustico.

Em virtude deste raciocínio, os livres-pensadores declaram uma guerra implacável a Deus, rejeitando do modo mais radical a religião em todas as suas manifestações e sob todas as suas formas, invectivam contra a teologia e as quimeras metafísicas, contra as superstições populares, quaisquer que sejam elas, em nome da ciência, que eles têm, é evidente, em seu bolso, e com as quais envolvem seus intermináveis escritos — mas, ao mesmo tempo, dirigem-se com a maior urbanidade a tudo o que representa aqui embaixo uma autoridade política ou social, e se acontece de, levados pela lógica ou pela opinião pública, se permitirem recusar uma ou outra, fazem-no em termos tão cortesês, tão lenientes que se tem a impressão de que é preciso ter o espírito bem mal constituído para se zangar com essas autoridades; eles lhes deixam, por sinal, portas de saída e exprimem o desejo de que elas se corrijam. Esta aptidão a esperar e a crer nessas autoridades é tão grande que chegam até a supor, como coisa possível, que nosso senado governante tornar-se-á, cedo ou tarde, o organismo que libertará o povo. (Conferir o último programa, o terceiro, pela cronologia, de *Vpered*, publicação não periódica, cuja edição é esperada para breve em Zurique.)

Deixemos de lado esses charlatães e passemos ao nosso problema.

Não se deve jamais, sob nenhum pretexto e qualquer que seja o objetivo perseguido, enganar o povo. Isto seria, não só criminoso, mas, além disto, nefasto, enquanto meio de servir à causa revolucionária; nefasto porque todo logro, qualquer que seja, é, por essência, limitado, mesquinho, estreito, sempre muito aparente para enganar alguém, e, assim, a juventude revolucionária estaria de modo forçoso situada diante da direção mais enganadora, mais arbitrária, mais insensata e mais oposta ao povo. O indivíduo só é forte quando defende ferozmente uma boa causa, quando fala e age segundo suas profundas convicções. Assim, qualquer que seja a situação, sabe sempre o que convém dizer e fazer. Ele pode sucumbir, mas, comprometer-se e comprometer sua causa é impossível. Se procuramos libertar o povo pela mentira, com certeza nos desviaremos, abandonaremos o bom caminho, perderemos de vista o próprio objetivo e, se tivermos ainda um pouco de influência sobre o povo, nós o faremos desviar-se de seu caminho, o que significa dizer que agiremos no sentido da reação e em seu proveito.

Deste modo, visto que somos ateus profundamente convictos, adversários de toda crença religiosa e materialistas, toda vez que falarmos de religião para o povo, teremos a obrigação de exprimir-lhe com franqueza nosso ateísmo, direi mais, nossa hostilidade para com a religião. A todas as perguntas que ele nos fizer sobre este assunto deveremos responder com honestidade e, mesmo quando for necessário, isto é, quando se puder esperar resultado disto, esforçar-nos-emos para explicar-lhe e demonstrar-lhe a justeza de nossos argumentos. Porém, não devemos provocar por nós mesmos estas discussões. Não devemos colocar a questão religiosa no primeiro plano de nossa propaganda ao povo. Fazê-lo, estamos convictos disto, equivale a traír a causa.

O povo não é doutrinário nem filósofo. Não tem tempo nem hábito de se interessar por diversas questões ao mesmo tempo. Ao se apaixonar por uma, esquece as outras. Daí decorre, para nós, a obrigação de apresentar-lhe a questão essencial da qual, mais do que qualquer outra, depende sua libertação. Ora, esta questão é indicada por sua própria situação e por toda sua existência; é a questão econômico-política: econômica no sentido da revolução social; política no sentido da supressão do Estado. Divertir o povo com a questão religiosa é desviá-lo do problema essencial, é traír sua causa.

Esta causa consiste apenas em realizar o ideal do povo, corrigindo-o eventualmente segundo as aspirações deste, e seguindo, por ela ser a melhor, a direção mais direta e mais curta que o próprio povo ditará.

Indicamos três infelizes aspectos que, antes de tudo, obscurecem o ideal do povo russo. Digamos agora que os dois últimos: a absorção do indivíduo pelo *mir* e o culto ao czar, são, por assim dizer, os efeitos naturais do primeiro, isto é, do estado patriarcal do povo e, portanto, este estado é um mal histórico, o maior de todos, por infelicidade um mal que vem do povo e que devemos combater com toda a nossa energia.

Este mal deformou toda a vida russa, deu-lhe este caráter de imobilismo pesado, de espessa sujeira familiar, de mentira inerente, de hipocrisia ávida e, enfim, de servilismo, que a tornam insuportável. O despotismo do marido, do pai, em seguida do irmão mais velho, fez da família, já imoral por seu fundamento jurídico-econômico, a escola da violência e da ignorância triunfantes, da covardia e da perversão quotidianas no lar. Sepulcros caiados é uma expressão que caracteriza bem a família russa. O

pai de família russo, mesmo efetivamente bom mas sem caráter, é um simples epicurista bonachão, inocente ou irresponsável, um ser sem nenhuma consciência clara do que quer que seja, sem saber direito o que quer, fazendo com indiferença e sem sequer se dar conta, quase ao mesmo tempo, o Bem e o Mal. Seus atos são bem menos determinados por um objetivo do que pelas circunstâncias, por suas disposições do momento e, sobretudo, pelo meio; habituado a obedecer no lar, continua a obedecer e a curvar o dorso ao sabor do vento, e na sociedade é criado para ser e permanecer escravo; mas não será de modo algum um déspota. Não terá força para isto. Assim, também, não chicoteará ninguém e apoiará, com certeza, o infeliz, culpado ou inocente, a quem a autoridade desejar fustigar. A autoridade assume, para ele, três aspectos essenciais e sagrados: o pai, o *mir* e o czar.

Se ele possui caráter e sangue quente, será ao mesmo tempo escravo e déspota; um déspota exercendo sua tirania sobre todos aqueles que estão sob sua sujeição e dependem de seu arbítrio. Só reconhecerá como senhor o *mir* e o czar. Se ele é o chefe da família, conduzir-se-á em sua casa como déspota absoluto, mas será o criado *do mir* e o escravo do czar.

A comunidade rural é todo o seu universo. Ela nada mais é senão sua família e, num plano mais amplo, seu clã. É o que explica o fato de, no *mir*, prevalecer o princípio patriarcal, uma execrável tirania, assim como uma covarde submissão, por conseguinte, uma negação absoluta de todo o direito do indivíduo, como na família. As decisões do *mir*, quaisquer que sejam, são lei. "Quem ousa opor-se ao *mir*!", exclama o mujique. Veremos que além do czar, de seus funcionários, de seus senhores que estão, para dizer a verdade, fora *do mir*, ou, melhor, acima dele, há, no povo russo, um personagem que tem a audácia de se opor ao *mir*: é o salteador. Eis por que o salteador é um importante fenômeno histórico na Rússia — os primeiros revoltados, os primeiros revolucionários na Rússia, Pugatchev e Stenka Razin eram salteadores.

No *mir*, o direito de voto é reservado aos anciãos, aos chefes de famílias. Celibatários, ou mesmo casados, mas não separados dos pais, os jovens devem executar as ordens e obedecer. Porém, acima da comunidade, de todas as comunidades rurais, há o czar, patriarca universal e fundador do clã, pai de todas as Rússias. Seu poder sem limites vem daí.

Cada comunidade forma um todo fechado, o que faz com que — e esta é uma das grandes infelicidades da Rússia — sequer uma comunidade tenha ou sinta a necessidade de ter o mínimo laço orgânico autônomo com as outras comunidades. Elas se ligam entre si apenas por intermédio do “paizinho, o czar” e apenas pelo poder supremo, patriarcal, que ele exerce.

Dizemos que esta é uma grande infelicidade. É claro que a desunião paralisa o povo, condena suas revoltas quase sempre locais e dispersas, a uma derrota certa e, por isso mesmo, consolida a vitória do despotismo. Assim, um dos principais deveres da juventude revolucionária é estabelecer, custe o que custar, e por todos os meios possíveis, um laço vivo de revolta entre as comunidades rurais desunidas. A tarefa é difícil, mas não é impossível, pois a História nos mostra que durante as comoções, por exemplo durante a guerra intestina do impostor Dimitri, durante a revolução de Stenka Razin e de Pugatchev, assim como no decorrer da insurreição de Novgorod, no início do reinado do imperador Nicolau, as comunidades rurais esforçaram-se para estabelecer por sua própria iniciativa este laço salutar.

As comunidades rurais são inumeráveis e seu “paizinho” comum, o czar, mantém-se bem alto acima delas, ainda que um pouco abaixo do Senhor, para poder se ocupar pessoalmente de todas. Ora, se o próprio Deus necessita, para governar o mundo, apelar para uma multidão de servidores e de forças celestes: serafins, querubins, arcanjos, anjos de seis e de duas asas, o czar não pode, por muito mais razões, prescindir de auxiliares. É-lhe preciso toda uma administração, militar, civil, judicial e policial. Assim, entre o czar e o povo, entre o czar e a comunidade rural, há o Estado, militar, policial, burocrático e forçosamente centralizado.

Imaginado sob estes aspectos, o czar-paizinho, protetor e benfeitor do povo, está situado muito alto, poder-se-ia dizer, nos confins dos céus, enquanto o verdadeiro czar, o czar-cnute, o czar-ladrão, o czar-assassino, o Estado, ocupa seu lugar. Daí decorre este estranho fato, segundo o qual o povo venera um czar imaginário e, ao mesmo tempo, execra o czar real, materializado no Estado.

Nosso povo detesta de forma profunda e apaixonada o Estado e todos aqueles que, sob qualquer forma que seja, o representam a seus olhos.

Ainda há pouco, seu ódio estava dividido entre os nobres e os funcionários e, às vezes, parecia detestar os primeiros mais do que os segundos, ainda que, no fundo, seu ódio por ambos fosse igual. Porém, a partir do momento em que, em consequência da abolição da servidão, a nobreza encontrou-se, de modo manifesto, forçada à ruína e ao desaparecimento, ou à obrigação de voltar à sua forma primitiva de casta a serviço exclusivo do Estado, o povo a englobou em seu ódio comum a todos os funcionários. Não é necessário demonstrar a que ponto seu ódio é legítimo!

O Estado esmagou e corrompeu de forma irremediável a comunidade rural russa, já viciada o bastante por seu sistema patriarcal. Sob seu jugo, as eleições comunitárias tornaram-se um logro; as pessoas eleitas, por um tempo determinado, pelo povo — chefes, decanos, oficiais municipais de polícia, síndicos —, foram transformadas, de um lado, em instrumentos do poder e, do outro, em criados venais dos ricos camponeses. Nestas condições, os últimos vestígios de justiça, de verdade e de simples humanidade, acabaram por desaparecer das comunidades rurais, arruinadas, além do mais, pelo censo e pelas corvéias, e de modo literal esmagadas pela arbitrariedade das autoridades. Mais do que nunca, o assalto se tornou a única saída para o indivíduo, e a insurreição geral, a revolução, para todo o povo.

Nesta situação, o que pode fazer o nosso proletariado intelectual, a juventude revolucionário-socialista russa, íntegra, sincera e devotada ao extremo? Ela deve sem dúvida ir ao povo, porque, hoje, em todo o mundo, mas sobretudo na Rússia, fora do povo, fora dos milhões e milhões de proletários, não há mais, nem existência, nem causa, nem futuro. Porém, como e por que ir ao povo?

Na época atual, depois do infeliz epílogo da aventura Netchaev, as opiniões, segundo parece, estão para nós bem divididas; mas, da confusão geral das idéias, duas tendências principais e diametralmente opostas se destacam desde já. Uma, de caráter mais pacífico, pende para a ação preparatória; outra, favorável aos movimentos insurrecionais, tende direto a pôr o povo em estado de se defender.

Os partidários da primeira tendência não crêem que a revolução seja de fato possível. Todavia, como não querem e não podem permanecer espectadores passivos de suas infelicidades, estão resolvidos a ir ao povo para partilhar, de modo fraterno, suas misérias, ao mesmo tempo para instruí-

lo e prepará-lo para a ação, não na teoria, mas na prática, dando o exemplo. Irão entre os operários das fábricas e, trabalhando lado a lado, esforçar-se-ão para disseminar entre eles o gosto pela associação...

Outros tratarão de fundar colônias rurais, onde, além da fruição da terra em comum, o que nossos camponeses conhecem muito bem, aplicar-se-á um princípio que eles ainda ignoram, mas que, do ponto de vista econômico, é indispensável: a cultura coletiva da terra, em comum, e a partilha igualitária dos produtos ou de seu valor, isto conforme à mais rigorosa equidade, não jurídica, mas humana, isto é, exigindo mais trabalho dos capazes e dos fortes e um pouco menos de esforço daqueles que são menos aptos e mais fracos, sendo os ganhos repartidos, não em proporção ao trabalho realizado, mas em função das necessidades de cada um.

Esses instigadores contam com seduzir os camponeses com seu exemplo e sobretudo com as vantagens, que esperam da organização do trabalho coletivo; é a mesma esperança nutrida por Cabet quando, depois do fracasso da Revolução de 1848, partiu com seus icarianos para a América, onde fundou sua Nova Icária, cuja existência foi efêmera. Ora, é preciso dizer que, para o êxito deste tipo de experiência, o terreno norte-americano convinha, apesar de tudo, melhor do que o terreno russo. Reina, na América do Norte, uma completa liberdade, enquanto em nossa Rússia abençoada reina... o czar.

Entretanto, não se limitam aí as esperanças daqueles que querem preparar e iniciar, de forma pacífica, o povo. Ao organizar sua vida doméstica na base de uma completa liberdade, eles entendem opor-se ao odioso regime patriarcal, em que repousa toda a escravidão russa. Significa dizer que querem atacar nosso principal mal social em sua raiz e, por conseguinte, aplicar-se, de fato, a corrigir o ideal do povo e a disseminar neste último noções práticas sobre a justiça, a liberdade e os meios de se emancipar.

Tudo isto é muito bonito, bastante magnânimo e nobre, mas é realizável? Admitindo que um ou outro empreendimento obtenha êxito, seria apenas uma gota de água no mar, e uma gota de água está longe de bastar para preparar, revoltar e libertar nosso povo; de qualquer forma, isto exigiria muitos meios, muitas forças vivas, e os resultados seriam ínfimos.

Aqueles que fazem planos desse gênero, desejando realizá-los com sinceridade, cerram, com certeza, os olhos, para não ver, em todo o seu

horror, nossa realidade russa. Pode-se, de antemão, predizer-lhes as piores desilusões tão logo passem à execução, porque, exceto um pequeno número, um número muito pequeno de casos felizes, a maioria deles não ultrapassará o estágio inicial e não terá a coragem de ir mais longe.

Que se tente a experiência, caso não se veja nada além disso diante de si, mas que também se diga que isso é pouco, muito pouco para libertar, para salvar nosso pobre povo mártir.

A outra tendência é a da luta, da revolta. Confiamos nela e apenas dela esperamos a salvação.

Nosso povo tem, de modo manifesto, necessidade de ajuda. Ele se encontra numa situação tão desesperada que se poderia sem dificuldade levar à revolta qualquer vilarejo. No entanto, embora toda revolta, mesmo quando fracassa, tenha sempre sua utilidade, ações isoladas não são, contudo, suficientes. É preciso que o campo se insurja de uma só vez. Os vastos movimentos populares, conduzidos por Stenka Razin e Pugatchev, demonstram que é possível fazê-lo. Estes movimentos nos provam que, na consciência popular, vive com efeito um ideal, que o povo se esforça para realizar; mas do fracasso destes movimentos tiramos a conclusão de que este ideal possui graves lacunas, que fizeram e continuam a criar obstáculos ao êxito.

Estas lacunas foram por nós assinaladas, ao mesmo tempo em que exprimíamos nossa convicção de que o primeiro dever de nossa juventude revolucionária é fazer de tudo para combatê-las na consciência popular; e, a fim de provar que esta luta é possível, mostramos que ela já começou, no próprio povo, há muito tempo.

A luta contra o regime patriarcal está travada, hoje, em quase todo vilarejo, em toda família, e a comunidade rural, o *mir*, tornou-se a tal ponto um instrumento do poder de Estado, detestado pelo povo, e da arbitrariedade burocrática, que a revolta contra este poder e esta arbitrariedade é, ao mesmo tempo, uma revolta contra o despotismo da comunidade rural e do *mir*.

Resta o culto ao czar; pensamos que ele fragmentou-se e enfraqueceu-se de forma séria na consciência popular durante os dez ou doze últimos anos, graças à política de sabedoria e amor pelo povo por parte do imperador Alexandre, o Bom. O senhor-proprietário-fundiário-escravagista não existe

mais; ora, ele era um pára-raios, que, em geral, atraía o raio do ódio popular. Permaneceram o nobre, o negociante-proprietário de terras, o camponês abastado, e, sobretudo, o funcionário, anjo ou arcanjo do czar. Ora, o funcionário é o executor da vontade do czar. Por mais mergulhado que esteja na ignorância, por sua confiança histórica insensata no czar, nosso mujique começa, enfim, a compreendê-lo. E como não compreendê-lo? Há uma década que, dos cantos mais longínquos da Rússia, o mujique envia seus deputados-suplicantes para falar com o czar, de quem escutam uma única e mesma resposta: "*Vós não obtereis mais outra liberdade!*"

Ora, se o mujique é ignorante, ele não é idiota. E seria preciso que ele fosse o maior dos imbecis para não compreender, enfim, depois de tantos fatos que saltam à vista e provações sofridas em sua própria carne, que não possui pior inimigo do que o czar. Explicar-lhe isto, fazer-lhe sentir por todos os meios possíveis e, explorando todos os incidentes deploráveis e trágicos com os quais é preenchida no quotidiano a vida russa, mostrar-lhe que todos os atos de arbitrariedade e de violência, de assalto e pilhagem por parte dos funcionários, dos proprietários fundiários, dos popes e dos ricos camponeses, que lhe tomam a vida tão dura, emanam direto da autoridade do czar, apóiam-se sobre esta autoridade e só são possíveis por ela; demonstrar-lhe, numa palavra, que este Estado tão detestado é o próprio czar, tão-somente ele, esta é, hoje, a tarefa essencial, a tarefa obrigatória da propaganda revolucionária.

Porém, não é tudo. O principal vício que paralisa, e até o presente momento tornou impossível a insurreição geral do povo na Rússia, é a organização fechada das comunidades rurais, o isolamento e a desunião destas comunidades. É preciso, a qualquer preço, quebrar esta separação absoluta e religar entre elas todas as comunidades rurais isoladas, por meio da corrente ativa do pensamento, da vontade e da causa revolucionária. É preciso ligar entre si os camponeses mais instruídos dos vilarejos, dos cantões e, se possível, das regiões, os homens da vanguarda, os revolucionários saídos naturalmente do mundo rural russo e, em todos os lugares onde for possível, estabelecer os mesmos laços vivos entre os operários das fábricas e os camponeses. Estes laços só podem ser individuais. Ainda que agindo, isto é óbvio, com a maior circunspeção, é necessário que os camponeses mais ativos e mais avançados de cada vilarejo, de cada cantão, de cada

região, sejam colocados em contato com os mesmos camponeses dos outros vilarejos, cantões e regiões.

É preciso convencer, antes de mais nada, estes elementos avançados do campo e, através deles, se não todo o povo, pelo menos a maior parte deste, a parte mais enérgica, que, para o conjunto do povo, dos vilarejos, dos cantões e das regiões de toda a Rússia, e até mesmo fora de suas fronteiras, só existe um mal comum e, em conseqüência, uma única causa comum. É preciso convencê-los de que o povo traz nele uma força invencível, contra a qual nada e ninguém poderia resistir; e que, se esta força até agora não libertou o povo, foi apenas porque ela só é poderosa quando está unida e age em todos os lugares ao mesmo tempo, em unísono, com um mesmo objetivo, e porque, até agora, não foi unificada. Para unificá-la, é preciso que os vilarejos, os cantões e as regiões façam suas ligações e se organizem, segundo um plano comum, com o único objetivo de libertar o povo. A fim de dar, a este último, o sentimento e a consciência de uma unidade real, é necessário criar um tipo de jornal, impresso, mimeografado ou escrito à mão, e, até mesmo, retransmitido verbalmente, que teria como objetivo fazer conhecer de imediato e em todos os lugares ao mesmo tempo, nos recantos mais longínquos, nas regiões, nos cantões e nos vilarejos, toda insurreição, seja ela popular, camponesa ou operária, que viesse a eclodir num ponto qualquer do país, assim como os movimentos revolucionários importantes do proletariado da Europa Ocidental; isto para que nosso camponês ou nosso operário russo não se sinta só, mas saiba, ao contrário, que ele tem atrás de si, vergada sob o mesmo jugo, mas animada com o mesmo entusiasmo, a massa inumerável dos proletários de todo o mundo, que se prepara para a insurreição universal.

Esta é a tarefa e, digamo-lo com franqueza, o único objetivo da propaganda revolucionária. De que maneira esta ação deve ser concretizada por nossa juventude, não se pode precisá-la nos escritos.

Digamos apenas que o povo russo só reconhecerá a juventude intelectual como sendo a sua própria, quando ela vier compartilhar sua vida, sua miséria, sua causa e sua revolta desesperada.

Doravante, é preciso que esta juventude esteja presente não como testemunha, mas como participante ativa, na primeira fileira da ação, e que esteja pronta a se sacrificar, em todos os lugares e em qualquer mo-

mento, em todos os movimentos e insurreições populares, tanto os maiores como os menores. É preciso que, embora agindo segundo um plano concebido com rigor e eficácia, e submetendo, neste sentido, todos os seus atos à mais estrita disciplina, a fim de que seja criada esta unanimidade, sem a qual não há vitória possível, ela mesma aprenda e ensine ao povo, não só a resistir ferozmente, mas também a passar com ousadia ao ataque.

Mais uma palavra, para concluir. A classe que denominamos nosso proletariado intelectual e que, na Rússia, já se encontra numa situação francamente sócio-revolucionária, ou seja, numa situação impossível e desesperada, deve agora imbuir-se de uma paixão refletida pela causa revolucionário-socialista, se não quiser sucumbir de modo vergonhoso, em pura perda; é ela que, doravante, é chamada para ser a organizadora da revolução popular. Para ela, não há outra saída. É verdade que poderia, graças à instrução que recebeu, procurar um pequeno lugar mais ou menos vantajoso nas fileiras já bem compactas e muito pouco acolhedoras dos ladrões, exploradores e opressores do povo. Porém, antes de mais nada, estes lugares estão cada vez mais raros, ainda que sejam acessíveis a um reduzido número. A maioria dos beneficiários só colhe, por sinal, vergonha e traição, e termina sua vida na penúria, na vulgaridade e na baixeza. Nosso apelo só se dirige, portanto, àqueles para quem a traição é inconcebível e, até mesmo, impossível.

Tendo rompido, de forma irremediável, todo vínculo com o mundo dos exploradores, dos assassinos e dos inimigos do povo russo, eles devem se considerar como um precioso capital, reservado de modo exclusivo à causa da libertação do povo, capital que só deverá ser gasto para desenvolver a propaganda nas massas populares e para preparar, de modo gradual, organizando-a em conjunto, a insurreição de todo o povo.

APÊNDICE B

PROGRAMA DA SEÇÃO ESLAVA DE ZURIQUE

1. A Seção eslava, aderindo sem reserva aos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores, adotados no primeiro Congresso (Genebra, setembro de 1866), atribui-se de forma expressa como objetivo a propaganda dos princípios do socialismo revolucionário e a organização das forças populares nos países eslavos.

2. Ela combaterá com igual vigor as tendências e manifestações do pan-eslavismo, isto é, a libertação dos povos eslavos com a ajuda do império russo, assim como do pangermanismo (libertação dos povos eslavos) com o apoio da civilização burguesa dos alemães, que hoje se esforçam para organizar-se num grande Estado pretensamente popular.

3. Ao adotar o programa revolucionário anarquista, que, só ele, segundo nossa opinião, reflete todas as condições de uma emancipação real e completa das massas populares, e convencidos de que a existência do Estado, sob qualquer forma que seja, é incompatível com a liberdade do proletariado, é um obstáculo à aliança fraternal internacional dos povos, queremos a abolição de todos os Estados. Para os povos eslavos, em particular, esta abolição é uma questão de vida ou morte, ao mesmo tempo que é o único meio de se reconciliar com os povos de outras raças, por exemplo, os povos turco, magiar ou alemão.

4. Com o Estado, deve obrigatoriamente desaparecer tudo o que se chama Direito jurídico, toda regulamentação de cima para baixo por intermédio das leis e do poder governamental, regulamentação que nunca

teve outro objetivo senão o de instituir e sistematizar a exploração do trabalho do povo em proveito das classes dirigentes.

5. A abolição do Estado e do Direito jurídico terá necessariamente por efeito a abolição da propriedade individual hereditária e da família jurídica fundada sobre esta propriedade, visto que ambas se opõem à justiça humana.

6. Apenas a abolição do Estado, do direito de propriedade e da família jurídica, permitirá organizar a vida do povo de baixo para cima, sobre a base do trabalho e da propriedade coletivos, tornados, pela própria força das coisas, possíveis e obrigatórios para todos, por meio da Federação absolutamente livre dos indivíduos nas associações [de produção] ou nas comunas autônomas, ou, ainda, para além das comunas e das divisões regionais e nacionais de todos os tipos, em grandes associações homogêneas, ligadas entre si pela identidade de interesses e de aspirações sociais, das comunas na nação e das nações na Humanidade.

7. A Seção eslava, professando o materialismo e o ateísmo, combaterá todos os tipos de culto, todas as Igrejas, oficiais ou não, e, embora testemunhando, em seus discursos assim como em seus atos, o maior respeito pela liberdade de consciência de todos e o direito sagrado de cada um de propagar suas idéias, esforçar-se-á para destruir a noção de Deus em todas as suas manifestações religiosas, metafísicas, doutrinárias, políticas e jurídicas, persuadida de que esta noção funesta foi e ainda é a consagração de todo tipo de escravidão.

8. A Seção eslava tem o maior respeito pelas ciências positivas; ela reivindica para o proletariado a instrução científica igual para todos, sem distinção de sexo, mas, inimiga de todo governo, rejeita com cólera e desprezo o governo dos doutos como o mais arrogante e nefasto de todos.

9. A Seção eslava reivindica, ao mesmo tempo que a liberdade, a igualdade de direitos e de deveres para o homem e para a mulher.

10. Ainda que buscando a libertação dos povos eslavos, a Seção não se propõe organizar um mundo eslavo à parte, hostil, por sentimento

nacional, aos povos de outras raças. Ao contrário, ela tenderá, com todas as suas forças, a que os povos eslavos façam parte da grande família humana que a Associação Internacional dos Trabalhadores tem por missão formar sobre as bases da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

11. Em razão da elevada missão — a libertação das massas populares de toda tutela e de todo governo — da qual se encarregou a Associação Internacional, a Seção eslava não admite que possa haver no seio desta associação algum poder supremo ou governo que seja; em consequência, não pode aceitar outra organização senão uma Federação livre de Seções autônomas.

12. A Seção eslava não admite, nem verdade oficial, nem programa político uniforme impostos, seja pelo Conselho Geral, seja por um Congresso Geral. Aceita apenas uma completa solidariedade dos indivíduos, das Seções e das Federações, na luta econômica dos trabalhadores de todos os países contra os exploradores. Ela se esforçará, em particular, para associar os operários eslavos a todas as consequências práticas desta luta.

13. A Seção eslava admite para as Seções de todos os países: a) a liberdade de propaganda filosófica e social; b) a liberdade política, sob a condição de que ela não invada a liberdade e os direitos das outras Seções e Federações; c) a liberdade de organização visando à revolução popular; d) a liberdade de relações com as Seções e Federações dos outros países.

14. Tendo em vista que a Federação Jurassiana proclamou de viva voz estes princípios e os coloca em prática de forma sincera, a Seção eslava deu-lhe sua adesão.

NOTAS

¹ Em política, como na alta finança, a hipocrisia é considerada uma virtude.

² *Knut* em russo, cujo significado é *açoite*. Bakunin alude ao regime do açoite na Rússia, ao qual estavam sujeitos os servos. (N. T.)

³ É certo que os esforços dos trabalhadores ingleses, que aspiram apenas à sua própria emancipação ou à melhoria de seu destino individual, são com certeza úteis a toda a Humanidade, mas os ingleses o ignoram ou não o buscam; todavia, os franceses sabem disso e o buscam, o que, segundo nosso ponto de vista, cria uma grande diferença em favor dos franceses e dá a todos os seus movimentos revolucionários um alcance e um caráter de fato universais.

⁴ Em espanhol no original. São as cartas que consagravam as liberdades políticas das cidades e províncias. (N. T.)

⁵ Em italiano no original. (N. T.)

⁶ Ver Apêndice A no final.

⁷ Em 36 milhões de habitantes, estas raças se dividem assim: cerca de 16.500.000 de eslavos (5 milhões de poloneses e rutenos; 7.250.000 de outros eslavos do norte: tchecos, morávios, eslovacos; e 4.250.000 de eslavos do sul); cerca de 5.500.000 magiares, 2.900.000 romenos, 600.000 italianos; 9.000.000 de alemães e judeus e cerca de 1.500.000 de outras origens.

⁸ O reino da Hungria possui 5.500.000 magiares, 5.000.000 eslavos, 2.700.000 romenos, 1.800.000 judeus e alemães e cerca de 500.000 indivíduos de outras raças, com um total de 15.500.000 habitantes.

⁹ Somos o inimigo fidalgo do *pan-eslavismo* tanto quanto do *pangermanismo* e,

numa próxima brochura, consagraremos a esta questão, a nosso ver de extrema importância, um estudo particular; no momento, limitar-nos-emos a dizer que consideramos como um dever sagrado e urgente para a juventude revolucionária russa opor-se, com todas as suas forças e por todos os meios, à propaganda pan-eslava conduzida na Rússia e nos territórios eslavos pelos agentes oficiais ou de bom grado eslavófilos do governo russo; estes se esforçam para convencer os infelizes eslavos de que o czar de São Petersburgo, animado por um ardente amor patriótico por nossos irmãos eslavos, e o infame império russo, odiado pelo povo e destruidor da nação, carrasco da Pequena-Rússia e da Polônia, da qual ele alienou uma parte aos alemães, podem e querem libertar os países eslavos do jugo alemão; e isto, no momento em que o gabinete de São Petersburgo vende, traindo estes países de modo manifesto, a Boêmia e a Morávia ao príncipe Bismarck, para recompensá-lo pela ajuda que este lhe prometeu no Oriente.

¹⁰ Nome do parlamento na Iugoslávia. (N. T.)

¹¹ Fanáticos guerreiros da seita dos hussitas, no século XV. (N. T.)

¹² Jan Ziska (1370-1424) – Herói da Boêmia, que, à frente dos hussitas, combateu a Igreja e fez tremer a Alemanha e a Hungria. (N. T.)

¹³ Em Zurique, foi constituída uma Seção que aderiu à Federação Jurassiana. Recomendamos a todos os eslavos o programa desta seção, que apresentamos no final desta Introdução (ver Apêndice B).

¹⁴ Em alemão no original. Era o parlamento durante o império austro-húngaro. (N. T.)

¹⁵ Corrigimos o que nos parece ser um *lapsus calami* de Bakunin, o qual escreve textualmente: "Observemos de início que nosso império é mais do que todos os outros um Estado, que, por essência, não é só militar, pois, para organizar na medida do possível etc.". (N. T. Ft.)

¹⁶ Sabemos pelo próprio Mazzini que, nessa época, agentes oficiais russos, residentes em Londres, marcaram um encontro com ele e fizeram-lhe propostas...

¹⁷ Região da Ucrânia, de solo muito fértil. (N. T.)

¹⁸ Região da Ucrânia, de solo muito fértil. (N. T.)

¹⁹ *Raskolniks* – dissidentes que se revoltaram contra a revisão da Bíblia e da liturgia feita pelo Patriarca Nikon, em 1654. (N. T.)

²⁰ Denomina-se assim, na Prússia, a casta nobiliária e o Partido Aristocrático Militar. A palavra *Junker* é empregada no sentido de *senhor*.

²¹ O “direito de Magdeburgo” assegurava ampla autonomia às comunas. Mistura de costumes saxões e de usos locais, foi introduzida numa grande parte dos países eslavos. (N. T. Fr.)

²² No texto original está escrito: *ocidental*. (N. T. Fr.)

²³ Em alemão no original. Significa *tropa territorial*, organizada na Prússia, em 1814. (N. T.)

²⁴ Em alemão no original. Significa *tropa de reserva*, organizada na Prússia, em 1814. (N. T.)

²⁵ Em alemão no original. A expressão significa “Onde é a Pátria Alemã”. (N. T.)

²⁶ Chefe germano que exterminou as legiões de Varus, no Estreito de Teutberg, 9 d.C. (N. T.)

²⁷ A *servidão* é uma escravidão voluntária. Coisa estranha! Parece não haver pior escravidão que a dos russos; ora, nunca os estudantes russos tiveram, em relação aos professores e às autoridades, essa atitude servil que ainda agora se observa em toda a massa dos estudantes alemães.

²⁸ Alusão a Frederico I. (N. T.)

²⁹ Em alemão no original. Estudantes liberais alemães, que criaram uma Associação política, em 1815, em Iena. (N. T.)

³⁰ Miragens provocadas pelo fenômeno de refração. (N. T.)

³¹ Em italiano no original. (N. T.)

³² *Tetzel* – apelido do dominicano alemão Johann Dietz (1470-1519), comissário apostólico nomeado por Leão X, encarregado de arrecadar fundos para a conclusão

da construção da Igreja de São Pedro, em Roma. Seus métodos de propaganda e o tráfico, que se seguiu, provocaram a indignação de Lutero e a explosão da Reforma. (N. T.)

³³ Estas palavras foram pronunciadas por Thiers, em 1840, na Câmara dos Deputados, quando, ministro de Luís Filipe, defendia um projeto visando fortalecer Paris. Trinta e um anos depois, Thiers, presidente da República Francesa, mandou bombardear Paris para esmagar a Comuna.

³⁴ Este respeito lhe teria sido, segundo parece, ainda mais fácil, porque a Constituição outorgada, quer dizer, dada pela graça do rei, não limitava, de maneira alguma, o poder real, à exceção de um único ponto: o direito de contrair novos empréstimos ou decretar novos impostos sem o consentimento da representação nacional; o fato de a cobrança dos impostos já ter sido aprovada pela Dieta tornava desnecessário um novo voto, com o parlamento não tendo o direito de ab-rogar esses impostos. Foi precisamente esta inovação que transformou o constitucionalismo e o parlamentarismo alemães em jogo estéril. Em outros países: Inglaterra, França, Bélgica, Itália, Espanha, Portugal, Suécia, Dinamarca, Holanda etc., o parlamento, conservando o direito real e único de recusar os impostos propostos pelo governo, pode, se quiser, tornar impossível a vida a todo governo, o que, em consequência, lhe dá o meio de pesar seriamente sobre os negócios públicos. A Constituição outorgada, após ter retirado este direito da Dieta prussiana, reconheceu-lhe o direito de recusar que sejam instituídos novos impostos e contraídos novos empréstimos. Veremos, porém, mais à frente, que três anos depois de ter prometido que o direito do parlamento seria respeitado como um direito sagrado, Guilherme I viu-se obrigado a infringi-lo.

³⁵ Eis uma anedota, que soubemos de fonte segura, e que caracteriza Bismarck. Quem não ouviu falar de Schurtz, um dos mais vermelhos revolucionários alemães de 1848, que libertou da fortaleza, onde estava preso, o pseudo-revolucionário Kinkel? Schurtz, que havia tomado este último por um revolucionário digno deste nome, se bem que no fundo ele não valha sequer um centavo em política, conseguiu, arriscando sua liberdade e vencendo ousada e engenhosamente imensos obstáculos, libertá-lo, fugindo, em seguida, para a América do Norte. Inteligente, capaz, enérgico, qualidades que se estimam na América, logo se torna lá o líder do Partido Alemão, que conta com milhões de adeptos. Durante a Guerra da Secessão, obteve, entre os nortistas, o grau de general (antes tinha sido eleito senador). Após a guerra, os Estados Unidos o enviaram como embaixador extraordinário à Espanha. Aproveitou-se disso para visitar a Alemanha do Sul, mas não a Prússia, onde permanecia suspensa sobre sua cabeça